

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PROPOSTA PEDAGÓGICA EM ANÁLISE**

FABRÍCIO SPRÍCIGO

FLORIANÓPOLIS (SC), DEZEMBRO DE 2021.

FABRÍCIO SPRÍCIGO

**MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PROPOSTA PEDAGÓGICA EM ANÁLISE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Ensino e Formação.

Orientador: Prof. Dr. Lourival José Martins Filho.

FLORIANÓPOLIS (SC), DEZEMBRO DE 2021.

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Spricigo, Fabrício

Movimento Santa Catarina pela Educação e perspectivas
para a formação profissional: proposta pedagógica em
análise/ Fabrício Spricigo. -- 2021.
306 p.

Orientador: Lourival José Martins Filho

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,
2021.

1. Proposta Pedagógica. 2. Santa Catarina. 3. Educação.
4. Mercado. 5. FIESC. I. Martins Filho, Lourival José. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

FABRÍCIO SPRÍCIGO

**MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PROPOSTA PEDAGÓGICA EM ANÁLISE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Ensino e Formação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lourival José Martins Filho (Orientador) – PPGE/UDESC

Profa. Dra. Alba Regina Battisti de Souza – PPGE/UDESC

Dr. Artur Gomes de Moraes – PPGE/UFPE

Profa. Dra. Filomena Lúcia Gossler Rodrigues da Silva – PPGE/IFC

Profa. Dra. Rosa Elisabete Militz Wypychynski Martins – PPGE/UDESC

Florianópolis, 07 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e ao programa UNIEDU pelo apoio financeiro. Aos Instituto Federal de Santa Catarina, que concedeu afastamento integral para aprimoramento profissional e conclusão desta etapa importante de minha formação acadêmica.

A feitura desta tese só foi possível devido à contribuição de muitas pessoas. Cada uma delas, direta ou indiretamente, permitiu que eu chegasse à finalização da pesquisa. Agradecimentos especiais ao meu orientador, Professor Doutor Lourival José Martins Filho, ser humano fantástico que me recebeu com muito carinho no grupo de pesquisa Didática e Formação Docente (NAPE/UDESC). À Professora Dra. Mariléia Maria da Silva, pela acolhida no Doutorado e pelas reflexões proporcionadas no grupo de pesquisa LUTE/UDESC.

À minha família, sempre preocupada com as idas e vindas semanais de Criciúma a Florianópolis, por todo amor, estímulo e suporte necessários. Aos colegas de curso, pelas experiências partilhadas ao longo da caminhada, as quais contribuíram de forma significativa para ampliar o campo analítico da pesquisa.

À Universidade do Estado de Santa Catarina, instituição ímpar e com grande qualidade na formação acadêmica e profissional proporcionada. À coordenação, docentes e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da UDESC, sempre atenciosos e à disposição dos estudantes. À banca examinadora, pela leitura atenta, contribuições e validação científica da tese.

[...] comecei a compreender que no mundo, qualquer que seja a atividade exercida, será no encontro com o “outro”, na abertura para o diálogo, que encontraremos subsídios para nossa existência. (MARTINS FILHO, 2011, p. 15)

RESUMO

A presente tese se insere na interface entre o novo padrão de desenvolvimento socioeconômico e as atuais demandas para a formação profissional, abordando em detalhes os valores predominantes no direcionamento do sistema de ensino catarinense. Diante desse contexto, como objetivo geral, busca analisar a proposta pedagógica do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) liderado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Como objetivos específicos, procura evidenciar a base socioeconômica difundida no movimento, identificar seus fundamentos epistemológicos e apresentar as concepções de educação, de currículo e de didática propagadas, bem como verificar em que medida sua agenda se relaciona à atual Reforma do Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A investigação, de cunho documental e bibliográfico, tem enfoque qualitativo. Possui fundamento na perspectiva teórico-metodológica dialética (KOSIK, 2002; KUENZER, 2009; FRIGOTTO, 2010) levando em conta que o conhecimento tem na aparência o seu ponto de partida (NETTO, 2002), uma vez que a expressão fática nos mostra, sinaliza e revela, mas também esconde, oculta. Utiliza como procedimentos a seleção, a transcrição, a categorização e a análise de audiovisuais (reportagens, entrevistas, palestras) e demais materiais produzidos (relatórios, revistas, livros e apresentações em eventos) durante a primeira década do MSCE. As particularidades do fenômeno de estudo refletem a reconfiguração levada a termo no campo da política educacional catarinense e as implicações para o processo formativo. A partir das transformações tecnológicas suscitadas com a quarta revolução industrial, as pessoas se veem obrigadas a mudar continuamente e a incorporar novas competências demandadas pelo mercado, moldando-se às incertezas e ao efêmero. Considerando esse cenário, o MSCE é propositivo no tocante à escolarização, manifestando-se, por vezes, como um guia a conduzir o trabalho pedagógico. Suas ações estão costuradas estrategicamente em todo o território catarinense por meio de parcerias com redes públicas de ensino e setor privado. A educação, nesse sentido, torna-se mercadoria de grande valor e o estudante se converte em capital humano para alavancar a produtividade e a competição mercantil. O MSCE atua como mecanismo importante na defesa dos interesses do segmento empresarial. Entretanto, sem ter para si o peso das decisões governamentais. Assim, dissemina valores e reforça modos de pensar/fazer a educação alinhados à expansão econômica. Tal processo, liga sua proposta pedagógica às exigências de reestruturação do setor produtivo e de disponibilização crescente de indivíduos flexíveis para o mercado, marca essencial do capitalismo financeiro.

Palavras-chave: Proposta Pedagógica. Santa Catarina. Educação. Mercado. FIESC.

ABSTRACT

This thesis is located at the interface between the new pattern of socioeconomic development and the current demands for professional training, addressing in detail the predominant values that guide the Santa Catarina education system. In this context, as a general objective, it seeks to analyze the pedagogical proposal of the Santa Catarina Movement for Education (MSCE) led by the Federation of Industries of the State of Santa Catarina (FIESC). As specific objectives, it seeks to highlight the socioeconomic base diffused in the movement, identify its epistemological foundations and present the concepts of education, curriculum and didactics propagated, as well as verifying to what extent its agenda is related to the current Secondary Education Reform and the Common National Curriculum Base (BNCC). The research, of documentary and bibliographic nature, has a qualitative focus. It is based on the dialectical theoretical-methodological perspective (KOSIK, 2002; KUENZER, 2009; FRIGOTTO, 2010), taking into account that knowledge has in the appearance its starting point (NETTO, 2002), since the factual expression shows us, signals and reveals, but also hides. It uses as procedures the selection, transcription, categorization and analysis of audiovisual (reports, interviews, lectures) and other materials produced (reports, magazines, books and presentations at events) during the first decade of the MSCE. The particularities of the phenomenon under study reflect the reconfiguration carried out in the field of educational policy in Santa Catarina and the implications for the training process. From the technological changes brought about by the fourth industrial revolution, people are forced to continually change and incorporate new “competencies” demanded by the market, molding themselves to uncertainties and the ephemeral. Considering this scenario, the MSCE is propositional with regard to schooling, manifesting itself, at times, as a guide to conduct the pedagogical work. Its actions are strategically stitched throughout the Santa Catarina territory through partnerships with public education networks and the private sector. The education, in this sense, becomes a commodity of great value and the student becomes human capital to leverage productivity and market competition. The MSCE acts as an important mechanism in defending the interests of the business segment. However, without taking on the weight of government decisions. Thus, it disseminates values and reinforces ways of thinking/doing education in line with economic expansion. This process links its pedagogical proposal to the demands of restructuring the productive sector and the increasing availability of flexible individuals for the market, an essential mark of financial capitalism.

Keywords: Pedagogical Proposal. Santa Catarina. Education. Marketplace. FIESC.

RESUMEN

Esta tesis se encuentra de la interfaz entre el nuevo patrón de desarrollo socioeconómico y las demandas actuales de formación profesional, abordando en detalle los valores predominantes que orientan el sistema educativo de Santa Catarina. En este contexto, como objetivo general, se busca analizar la propuesta pedagógica del Movimiento Santa Catarina por la Educación (MSCE) liderado por la Federación de Industrias del Estado de Santa Catarina (FIESC). Como objetivos específicos, busca resaltar la base socioeconómica difundida en el movimiento, identificar sus fundamentos epistemológicos y presentar los conceptos de educación, currículo y didáctica difundidos, así como verificar en qué medida su agenda se relaciona con la Reforma actual de la escuela secundaria y la Base de Currículo Nacional Común (BNCC). La investigación, de carácter documental y bibliográfico, tiene un enfoque cualitativo. Se basa en la perspectiva teórico-metodológica dialéctica (KOSIK, 2002; KUENZER, 2009; FRIGOTTO, 2010, teniendo en cuenta que el conocimiento tiene en apariencia su punto de partida (NETTO, 2002), ya que la expresión fáctica nos muestra, señala y revela, pero también esconde. Utiliza como procedimientos la selección, transcripción, categorización y análisis de audiovisuales (reportajes, entrevistas, conferencias) y otros materiales producidos (reportajes, revistas, libros y presentaciones en eventos) durante la primera década del MSCE. Las particularidades del fenómeno en estudio reflejan la reconfiguración realizada en el campo de la política educativa en Santa Catarina y las implicaciones para el proceso de formación. A partir de los cambios tecnológicos provocados por la cuarta revolución industrial, las personas se ven obligadas a cambiar continuamente e incorporar nuevas “competencias” que demanda el mercado, amoldándose a las incertidumbres y lo efímero. Ante este escenario, el MSCE es proposicional con respecto a la escolarización, manifestándose, en ocasiones, como una guía para conducir el trabajo pedagógico. Sus acciones están cosidas estratégicamente en todo el territorio de Santa Catarina a través de alianzas con redes de educación pública y el sector privado. La educación, en este sentido, se convierte en un bien de gran valor y el estudiante se convierte en capital humano para apalancar la productividad y la competencia del mercado. El MSCE actúa como un mecanismo importante en la defensa de los intereses del segmento empresarial. Sin embargo, sin tener que soportar el peso de las decisiones gubernamentales. De esta forma, difunde valores y refuerza formas de pensar/hacer educación en línea con la expansión económica. Este proceso vincula su propuesta pedagógica con las demandas de reestructuración del sector productivo y la creciente disponibilidad de individuos flexibles para el mercado, marca esencial del capitalismo financiero.

Palabras clave: Propuesta pedagógica. Santa Catarina. Educación. Mercado. FIESC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa da tese.....	53
Figura 02 – Distribuição geográfica da FIESC	91
Figura 03 – Sistema FIESC: Organograma Sistêmico Funcional.....	92
Figura 04 – Prioridades para o desenvolvimento da Indústria 4.0 no Brasil.....	105
Figura 05 – Diagrama do MSCE	116
Figura 06 – Conselho de Governança do MSCE	117
Figura 07 – Composição das Câmaras Regionais	119
Figura 08 – Estrutura do MSCE	120
Figura 09 – Temáticas centrais do movimento.....	121
Figura 10 – Estrutura do Ensino Médio	210
Figura 11 – Diagrama do STEAM	223

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Número de matrículas do Sistema FIESC	100
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Audiovisuais selecionados e transcritos	56
Quadro 02 – <i>Corpus</i> documental	58
Quadro 03 – Teses selecionadas.....	63
Quadro 04 – Artigos selecionados	64
Quadro 05 - Relação de Presidentes da FIESC.....	94
Quadro 06 – Estratégias para a Economia 4.0.....	107
Quadro 07 - Histórico do MSCE	121
Quadro 08 – Google for Educacion	152

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABRAPEE	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
ABRHSC	Associação Brasileira de Recursos Humanos Santa Catarina
ADEs	Arranjos de Desenvolvimento da Educação
ADVB	Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BAND	Rede Bandeirantes de Televisão
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE/SC	Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CIEB	Centro de Inovação para a Educação Brasileira
CIESC	Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CP	Conselho Pleno
CpE	Rede Nacional Ciência para Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EBAPE.BR	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FAESC	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
FETRANCESC	Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina

FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FMI	Fundo Monetário Internacional
GERED	Gerência Regional de Educação
HAMK	Universidade de Ciências Aplicadas da Finlândia
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"
IAS	Instituto Ayrton Senna
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IMT	Instituto de Tecnologia Massachusetts
IoT	Internet das Coisas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Intersexo
LUTE	Grupo de Pesquisa “Lutas Sociais, Trabalho e Educação”
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MEC	Ministério da Educação
MOOCs	Cursos Online Abertos Massivos
MSCE	Movimento Santa Catarina pela Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NDTV	Notícias do Dia (Rede de Televisão)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PDF	Formato de Documento Portátil
PEF	Políticas Educacionais, Ensino e Formação
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
Plameg	Plano de Metas do Governo
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
RBS TV	Rede Brasil Sul de Televisão
SC	Santa Catarina
SED/SC	Secretaria de Estado da Educação/ Santa Catarina

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST/SENAT	Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
STEAM	Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TPE	Todos Pela Educação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TVCOM	TV Comunidade
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNDIME/SC	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação/Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

PREÂMBULO

Esta tese começa a ganhar um contorno mais preciso a partir das reflexões desenvolvidas no âmbito acadêmico do Doutorado em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pela proximidade que possuo com a realidade escolar, atuando como pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, lido diariamente com questões que perpassam o universo educativo. Cotidianamente, percebo o vínculo cada vez mais estreito entre a educação e o *modus operandi* das governanças empresariais.

Nesse cenário, a reflexão crítico-problematizadora dos conteúdos comumente difundidos no microcosmo escolar não poderia ficar relegada a segundo plano. Convém destacar que o questionamento a respeito da estrutura social naturalizada me acompanha desde a infância. Pensando em perspectiva histórica, percebo a marca indelével dos momentos de rupturas e descontinuidades na educação brasileira, tendo importantes pontos de ancoragem nos modelos socioeconômicos vigentes no país e no mundo. O caráter indagador, que pergunta, interroga e me move na pesquisa, deve-se, também, a estudos realizados de forma autônoma, desvinculados de interesses acadêmicos. Há uma busca por leituras que possibilitem a compreensão (para além da superfície) da realidade concreta circundante.

Inicialmente, o ingresso no Doutorado se deu sob orientação da professora Dra. Mariléia Maria da Silva. Durante esse período, participei do Grupo de Estudos e Pesquisas LUTE (Lutas Sociais, Trabalho e Educação). As reflexões ali realizadas foram de real importância para aprofundamento do campo teórico-analítico sobre os problemas que perpassam a educação contemporânea, suas contradições, limites e possibilidades. Em grande medida, o foco das discussões estava centrado na interface capital-trabalho e sua influência na definição das políticas públicas, com pano de fundo nos alicerces e condicionantes que produzem as desigualdades sociais.

A partir dos movimentos da pesquisa, houve a necessidade de direcioná-la para uma análise mais pedagógica acerca da proposta veiculada pelo Movimento Santa Catarina pela Educação. Foi, então, que o professor Dr. Lourival José Martins Filho me acolheu na orientação da tese, vinculando-me ao Grupo de Pesquisa Didática e Formação Docente, um espaço que reúne pesquisas em Educação, considerando as relações entre formação, docência e políticas educacionais para o trabalho educativo com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Na trajetória do Doutorado, a aprendizagem suscitada a partir do percurso curricular trilhado no curso contribuiu, de modo significativo, a pensar a presente tese. Em *Seminário Teórico Avançado* pude compreender fortes interconexões entre o público e o privado na (re) definição da escola no século XXI. A partir de estudos sobre os modelos educacionais dos Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Chile e alguns países africanos, foi possível entender que as mudanças/reformas educativas dificilmente são uma decisão apenas local dos sistemas de ensino. É forte, nesse sentido, a influência internacional na proposição de políticas educacionais para os países da América Latina.

Já em *Seminário de Pesquisa Avançado* consegui olhar objetivamente para questões importantes que precisavam ser desenvolvidas a fim de que o projeto de tese ganhasse corpo. A dinâmica das aulas foi especial e ficaram marcadas em mim. Com muita leveza, seriedade e pitadas de esperança, consegui avançar concretamente no desenho metodológico da tese. Na unidade curricular *Fundamentos Epistemológicos da Educação*, com textos cuidadosamente selecionados, algumas inquietações emergiram do movimento reflexivo. Trazendo apontamentos sobre as mudanças no pensamento ocidental a partir do Renascimento/Modernidade e suas influências no contexto da educação, refletiu-se sobre algumas determinações que incidem sobre o fazer pedagógico na atualidade, destacando-se os principais sistemas filosóficos que reverberaram ao longo da história, tais como o humanismo, racionalismo, idealismo e o materialismo histórico-dialético. Um campo teórico-reflexivo instigante.

Fundamentos Teórico-Metodológicos da Pesquisa em Educação foi outro componente curricular que deixou marcas significativas na caminhada do Doutorado. Com grande número de doutorandos matriculados, conseguimos compartilhar dúvidas e angústias na caminhada do curso. A abordagem utilizada durante as aulas permitiu que analisássemos os principais sistemas teórico-metodológicos a ancorar uma tese, bem como a necessidade de definição clara dessa decisão a ser refletida junto ao orientador. Além disso, a turma foi sensibilizada sobre a importância do planejamento e organização dos tempos e leituras para que a tese não ficasse perdida no caminho. A disciplina ofereceu diversas palestras de aprofundamento e aulas abertas envolvendo toda a comunidade acadêmica.

Paralelamente ao currículo obrigatório do curso, e mesmo depois de terminá-lo, participei de atividades eletivas internas e externas ao PPGE/UDESC. Dentre as

participações programadas, destacam-se três grandes eventos na área da educação. Na ANPED Sul 2018 (Porto Alegre/RS), houve apresentação e publicação do artigo intitulado “*Da reestruturação produtiva à reestruturação do Ensino Médio: notas sobre o pensamento pedagógico da indústria catarinense*”. No mesmo ano, foi possível participar, ainda, do Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares (João Pessoa/PB). Nesse evento, houve apresentação e publicação do trabalho “*A proposta curricular do empresariado para o Ensino Médio em Santa Catarina: alguns apontamentos*”, em que foram abordados elementos que caracterizam a política curricular da FIESC para o Ensino Médio, procurando identificar propostas para a formação do jovem/trabalhador. Importante mencionar também a participação como convidado na abertura do V Congresso Brasileiro de Alfabetização organizado pela UDESC no ano de 2021.

Por fim, vale destacar o Estágio-Docência realizado no primeiro semestre de 2019 em curso de graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), na unidade curricular de *Políticas, Normas e Organização da Educação Básica*, e na graduação da UDESC, disciplina de *Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Durante o estágio, pude observar e participar na sistematização das aulas, além de mediar rodas de conversa considerando as leituras e estudos dos assuntos abordados. A mediação pedagógica das atividades, em conjunto com os professores das unidades curriculares, obteve avaliação positiva dos acadêmicos, que registraram a contribuição das aulas na compreensão das temáticas propostas.

O estágio foi finalizado com uma atividade integrada interinstitucional envolvendo o PPGE/UDESC, a UNESC e o curso de Licenciatura em Química do IFSC *Campus* Criciúma. Tendo como lócus privilegiado a escola e suas práticas, conseguiu-se congrega um conjunto de ações, buscando apreender diferentes formas de ser escola na atualidade e as mudanças em curso demandadas dos sistemas de ensino no Brasil. Por meio de diálogos e experiências partilhadas foi possível construir com os acadêmicos um espaço de debate e socialização de estudos/pesquisas no âmbito das políticas educacionais contemporâneas, suas rápidas e constantes modificações, (re) pensando o campo de atuação pedagógica.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	33
1.1	JUSTIFICATIVA	43
1.2	OBJETIVOS	45
1.2.1	Objetivo Geral.....	45
1.2.2	Objetivos Específicos	45
1.3	PRESSUPOSTOS	45
1.3.1	Como as concepções de mundo são internalizadas.....	46
1.4	ESTRUTURAÇÃO DA TESE.....	51
2	CAMINHADA TEÓRICO-METODOLÓGICA	55
2.1	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS EMPÍRICOS	56
2.2	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	62
2.3	A PESQUISA DOCUMENTAL.....	65
2.3.1	O uso do Software NVivo.....	66
2.3.2	O método de análise histórico-dialético.....	67
3	PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES: A INTERFACE ENTRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EDUCAÇÃO	71
3.1	O QUE ANUNCIAM AS PESQUISAS SELECIONADAS?	71
3.2	SÍNTESE EXPLICATIVA DO MATERIAL COMPILADO	85
4	CONHECENDO A ENTIDADE IDEALIZADORA DO MSCE	89
4.1	A PRESENÇA DA FIESC NO TERRITÓRIO CATARINENSE	90
4.2	HISTÓRICO DA ENTIDADE.....	93
4.3	ATUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS INICIAIS	99
4.4	A INDÚSTRIA DIANTE DA QUARTA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA ..	101
5	O MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO	113
5.1	CARACTERIZAÇÃO, HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO.....	113
5.2	OS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DO MSCE	128
5.2.1	Base socioeconômica do movimento	128
5.2.1.1	<i>Mundo do trabalho, educação e desenvolvimento econômico</i>	<i>129</i>

5.2.1.2	<i>A visão das empresas na contemporaneidade.....</i>	137
5.2.1.3	<i>Tecnologia e transformações sociais</i>	141
5.2.1.4	<i>De olho no exterior: o espelho internacional como horizonte</i>	145
5.2.1.5	<i>Parcerias e as fronteiras entre o público e o privado.....</i>	149
5.2.2	Base epistemológica do MSCE	154
5.2.2.1	<i>Sociedade da informação e do conhecimento.....</i>	154
5.2.2.2	<i>A formação do “capital humano” pela educação</i>	159
5.2.2.3	<i>A competência como base norteadora</i>	163
5.2.2.4	<i>O paradigma das neurociências.....</i>	167
6	A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MSCE.....	173
6.1	DIMENSÃO EDUCACIONAL.....	176
6.1.1	Em cena a educação 4.0	176
6.1.2	A educação básica e profissionalizante defendida	181
6.1.3	As finalidades sociopolíticas da educação	185
6.1.4	Um novo modelo para a gestão da escola e da educação	189
6.1.5	“Nova” tendência para a formação de professores	193
6.2	DIMENSÃO CURRICULAR.....	198
6.2.1	A ênfase em competências socioemocionais	199
6.2.2	O contexto da Reforma do Ensino Médio e da BNCC	205
6.3	DIMENSÃO DIDÁTICA.....	212
6.3.1	Um processo ensino/aprendizagem desenhado para o futuro	213
6.3.2	As metodologias ativas e a didática maker	218
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
	REFERÊNCIAS.....	237
	APÊNDICE 01	255
	APÊNDICE 02	257
	APÊNDICE 03.....	279
	APÊNDICE 04	281
	APÊNDICE 05	295
	APÊNDICE 06	302

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Toda abordagem das questões relativas ao conhecimento pressupõe, de modo implícito ou explícito, uma determinada concepção de mundo, vale dizer, uma ontologia. (TONET, 2013, p. 127).

O presente estudo vincula-se à linha de pesquisa Políticas Educacionais, Ensino e Formação do Curso de Doutorado em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. O recorte analítico escolhido para investigação se traduz na proposta pedagógica¹ do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) liderado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

A entidade idealizadora do MSCE foi criada em 1950 e está vinculada à Confederação Nacional da Indústria, sendo norteadora por diretrizes organizacionais muito semelhantes a de empresas do segmento privado. Ao longo de sua constituição, a FIESC vem desempenhando papel estratégico para atender sua visão de organização empresarial líder na promoção da competitividade da indústria. Ela surge com o objetivo de fomentar um clima favorável para os “negócios”, a “inovação” e a educação do setor industrial. Em Santa Catarina, é composta pelo Serviço Social da Indústria (SESI/SC), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC), pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e pelo Centro das Indústrias do Estado (CIESC). Configura-se como um dos pilares para a competitividade da indústria catarinense, sendo gerida e mantida pelo setor industrial².

Na última década, uma ação importante da entidade para propagar seus valores foi a criação do Movimento Santa Catarina pela Educação. Lançado em 2012 pela FIESC e inicialmente intitulado *A Indústria pela Educação*, o movimento surge com a finalidade de estimular a indústria a investir na escolarização do trabalhador e incentivar os jovens a serem “protagonistas” do processo educacional. Atuando também na educação pública catarinense, a cada ano, o movimento apresenta um tema norteador central: em 2012/2013, o foco foi na mobilização da indústria e empresários para serem signatários do projeto; em 2014, a família foi o tema central;

¹ Na presente tese, entende-se por proposta pedagógica a orientação intencional que busca atingir determinada finalidade no processo de educação humana. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal Nº 9.394/1996) exige dos estabelecimentos de ensino a elaboração de proposta pedagógica alicerçar a condução de todos os trabalhos no âmbito da escola (envolvendo a participação de docentes e demais profissionais da educação).

² FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Câmara Regional de Educação**: ações previstas para o horizonte 2016-2017. Florianópolis: FIESC, 2015.

em 2015, a temática dos jovens ganhou destaque; em 2016, a ênfase das ações se concentrou na gestão escolar; em 2017, ganha notoriedade a temática dos professores; em 2018, os esforços giraram em torno da educação integral³. No ano de 2019, a temática trabalhada foi a educação profissional e, no período 2020-2021, houve um reposicionamento do movimento, passando a focar suas ações na qualificação de profissionais desligados para a reinserção no mercado de trabalho, especialmente em função da pandemia do coronavírus⁴.

De acordo com Astor Kist, vice-presidente da FIESC no extremo oeste em 2016, em entrevista concedida ao portal institucional da entidade, “a educação é o caminho para a recuperação do país. Pessoas formadas se viram sozinhas, encontram saídas, acham o caminho e votam certo”. Na mesma reportagem, o vice-presidente da FIESC para o Oeste, Waldemar Schmitz, defende que é preciso “[...] integrar os valores, os conhecimentos da iniciativa privada à gestão pública”.

As afirmações expostas enaltecem o fato de o setor empresarial catarinense vir há tempos discutindo e aferindo informações do mercado e da educação com intuito de fomentar sua competitividade. Desde o início dos anos 2000, a indústria de Santa Catarina tem liderado, apoiado e acompanhado a mobilização de entidades da sociedade civil que se aproximam da educação. Exemplos como os da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho⁵, Instituto Ayrton Senna⁶, Fundação Itaú Social⁷, Fundação Bradesco⁸ mostram a forte inserção do mundo empresarial na educação da população brasileira e catarinense.

Considerando a busca contínua pelo aumento de competitividade das empresas catarinenses, são fortes os argumentos do setor ao enaltecer as exigências do mercado de trabalho flexível, com urgência de trabalhadores que se adaptem aos desafios e situações novas, com preparo para criar, inovar e avaliar riscos, conviver com as incertezas. Para a empresa, mostra-se importante que sua força de trabalho saiba atuar em situações não planejadas, dando respostas pertinentes às tarefas exigidas, gerando “valor” e garantindo os resultados demandados pelas organizações.

Em artigo publicado no Jornal Diário Catarinense (2016), Glauco José Côrte,

³ Id., 2015.

⁴ Notícia divulgada em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/movimento-santa-catarina-pela-educacao-entra-em-nova-fase>. Acesso em 10 dez. 2020.

⁵ Para maiores informações, acessar o site eletrônico da instituição em: <http://www.fmss.org.br/>.

⁶ Detalhes em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br>.

⁷ Para conhecer a fundação, consulte: <https://www.itausocial.org.br/>.

⁸ Ver: <https://fundacao.bradesco/>.

presidente da FIESC 2012-2018, em defesa e reconhecimento da Reforma do Ensino Médio, analisa que a nova reestruturação da educação secundária⁹ possui como vantagens a flexibilização da matriz curricular¹⁰ e a oferta de formação profissional. Essas características, segundo ele, possibilitariam a escolha do itinerário formativo¹¹ pelo estudante de acordo com o seu “projeto de vida”. Tal constatação denota o interesse cada vez maior do setor empresarial catarinense pela educação pública, especialmente com o Ensino Médio¹², última etapa formativa da educação básica.

Segundo Côrte (2017), o número de anos de escolarização dos catarinenses na faixa etária de 25 anos ou mais (que agrupa parcela significativa do trabalhador das indústrias) estaria bem distante dos apresentados por países cujo desenvolvimento é maior. Pontua, entretanto, que a média de anos de escolaridade, por si só, não garante eficácia ao profissional formado. A esse respeito, registra: “[...] não adianta nós termos dez, doze anos de escolaridade se não for acompanhada por uma melhoria na qualidade de ensino”.

Além disso, afirma que cerca de 44% dos trabalhadores da indústria catarinense não possuem o Ensino Médio completo, fato que, segundo ele, chamou a atenção da FIESC por ser um indicador que não seria positivo em termos de competitividade. Nesse sentido, alega que tanto o setor de serviços quanto o de comércio têm nível de escolaridade maior do que o setor industrial catarinense. “[...] Por isso, nós começamos a estudar e concluir pela necessidade de um movimento, de algumas medidas que pudessem nos ajudar a melhorar a qualificação, sobretudo, do trabalhador da indústria”.

Porém, Côrte (2016) não encontra justificativa plausível que ampare o aumento dos recursos com a educação pública brasileira decorrentes do abandono escolar.

⁹ O termo utilizado refere-se à última etapa da Educação Básica, sinônimo de Ensino Médio.

¹⁰ O modelo educativo escolar flexível pressupõe que o currículo ofertado pelas instituições de ensino possa ser adaptado conforme as necessidades/demandas imprevisíveis do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, o conjunto de componentes curriculares (disciplinas) deveria estar aberto às escolhas demandadas (caminhos diversos) para se vencer os desafios da economia contemporânea.

¹¹ A Base Nacional Comum Curricular (2017, 2018) conceitua itinerário formativo como sendo um percurso, um caminho e área de aprofundamento curricular, podendo ser organizado de diferentes formas pelas instituições de ensino.

¹² Spricigo e Silva (2020) publicaram recorte de estudo preliminar retratando a interface existente entre a indústria catarinense e a Reforma do Ensino Médio, focando as análises nas consequências do movimento capital-imperialista para a educação. Alguns dados formulados por este pesquisador naquela ocasião também se fazem presentes na introdução e contextualização do problema desta tese.

Citando estudo realizado pelo Instituto Ayrton Senna¹³, o autor afirma que o gasto público no Brasil com estudantes do Ensino Médio que não se formam nos três anos mínimos definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) cresceu 20% desde o início da década de 2010. Segundo dados apresentados, o país teria gasto o montante aproximado de 9 bilhões de reais com cerca de 1,4 milhão de jovens que abandonaram os estudos ou não concluíram o Ensino Médio nos três anos regulamentares.

A FIESC reiteradamente frisa que a questão da educação, sobretudo a sua qualidade, acaba influenciando na produtividade do trabalhador catarinense e na competitividade internacional. Considera, contudo, que este não seria o único fator a exercer influência na produtividade do trabalhador, mas seria o principal. No quesito qualidade, o nível de escolaridade do trabalhador refletiria a baixa produtividade quando comparada a outros países. Com esse viés, afirmam que “[...] nós precisamos de cerca de quatro trabalhadores para realizar o mesmo que um trabalhador americano produz. A educação sem dúvida é o principal fator que inibe a competitividade do trabalhador brasileiro”¹⁴.

Fazendo referência a dados do Fórum Econômico Mundial de Davos do ano de 2016, Glauco José Côrte argumenta que 30% dos empregos atuais não existiam há dez anos, estando em curso uma transformação muito grande nos tipos de ocupação. Além disso, “[...] 65% das crianças que estão iniciando a sua vida escolar vão trabalhar em ocupações que ainda não existem”¹⁵. Para o presidente da FIESC, estaríamos diante de um desafio que coloca uma grande interrogação: “[...] como as nossas escolas, as nossas indústrias, como as nossas empresas vão se preparar para ter trabalhadores com as qualificações que nós ainda não sabemos quais são na verdade? [...]”. Segundo ele, tais indagações irão “[...] exigir um novo tipo de escola, um novo tipo de professor e escolas diferentes das do modelo tradicional que temos hoje”.

Sob esse viés, é enaltecido que precisaríamos de escolas completamente

¹³ Organização Não Governamental (ONG) brasileira criada pela família Senna, em 1994. Para uma análise da interferência deste instituto nas Políticas Educacionais Cf. PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2017/10/Redefinicoes-das-fronteiras-ATUAL-2.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

¹⁴ CÔRTE, G. J. **Movimento Santa Catarina pela Educação** é apresentado pelo presidente da FIESC. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OEWGX3hxcHM&t=172s> . Acesso em 28 fev. 2018.

¹⁵ Ibid., 2017.

diferentes das atuais, com preparo para atender essa nova realidade que se avizinha.

[...] o Brasil irá perder cerca de sete milhões de empregos [...] sobretudo da família de empregos administrativos, do escritório, tudo aquilo que os computadores robôs podem fazer. [...] é claro que isso são projeções, mas temos que nos preparar para um mundo completamente novo, sobretudo o setor industrial que está diante do desafio da chamada indústria 4.0, como a chamam os alemães, ou sistema de manufatura avançada como a chamam os americanos, que é uma revolução completa. É a conexão entre todas as máquinas e equipamentos substituindo, em muitos casos, a necessidade do recurso e dos talentos humanos¹⁶.

Côrte (2017) ressalta que ao longo dos anos a educação não teria priorizado, além da formação de elevado conhecimento técnico, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais¹⁷. Justifica que os empresários, na maioria das vezes, contratam um trabalhador, um executivo, pelas suas condições técnicas. Porém, demitem-no por sua condição socioemocional. Ou seja, a razão da demissão de um bom técnico estaria relacionada com seu comportamento e conduta.

O Instituto Ayrton Senna, que tem uma parceria conosco, trabalha muito esta questão. Essa é uma questão que tem que ser trabalhada com a criança desde o início da sua vida escolar: como trabalhar em equipe, por exemplo. No meu período de estudo, de ensino, o trabalho era muito individual. Aliás, se a gente conversava, iniciasse uma conversa com o colega que estava na carteira do lado, a professora repreendia na hora[...]. Está provado que o trabalho em equipe é aquele que mais tem condições de ajudar o crescimento e desenvolvimento das capacidades técnicas e socioemocionais para o desenvolvimento individual hoje. (CÔRTE, 2017).

Nessa perspectiva, o Movimento Santa Catarina pela Educação aparece como um instrumento mobilizador do Estado, do setor industrial e de outros segmentos econômicos no sentido de congregar esforços para melhorar o nível de escolaridade do trabalhador, disseminando a mensagem de que a qualidade da educação não é uma responsabilidade apenas do governo, do setor público, dos educadores, dos profissionais da área, mas uma responsabilidade de toda a sociedade. Desse modo, o objetivo apresentado é o de ter todo trabalhador da indústria catarinense com escolaridade básica completa até 2024, com a qualificação compatível com a sua função dentro da empresa¹⁸.

Ao pensar e agir a partir de tais pressupostos, temos como hipótese que o Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) atua como estratégia importante

¹⁶ Ibid., 2017.

¹⁷ Característica comportamental segundo a qual os indivíduos deveriam ser orientados para lidar com os problemas de modo mais adaptativo, racional e assertivo.

¹⁸ Ibid., 2017.

na defesa dos interesses do segmento empresarial; porém, sem ter para si o peso das decisões governamentais (embora tenha representantes ocupando cargos na esfera estatal). Assim, são estabelecidas parcerias com o Estado para disseminar valores e reforçar modos de pensar/agir na educação alinhados à expansão econômica. Tal processo, liga sua proposta pedagógica às exigências de reestruturação do setor produtivo e de disponibilização crescente de trabalhadores flexíveis para o mercado, marca essencial do capitalismo financeiro.

A cultura inerente ao mundo da produção, com a estipulação de metas e aferição de seu resultado, parece fortemente incorporada às políticas públicas educacionais. Desde a década de 1990, as Federações Industriais sinalizam a necessidade de mudança e revisão curricular na Educação Básica para se desenvolver uma indústria competitiva, aproximando a escola do “mercado” de trabalho¹⁹.

Com as novas tecnologias adentrando a produção a uma grande velocidade, a “mão de obra” requerida pela indústria precisa estar apta a apreender continuamente, ajustando-se às mudanças contemporâneas. Para atender tal necessidade, o setor industrial vem requerendo das instituições educativas o papel de assumir “o desafio da formação de um novo profissional, que não tenha apenas aprendido a executar o seu fazer, mas que tenha desenvolvido “competência profissional”²⁰. Sob essa perspectiva analítica, os setores econômicos enfatizam que

Os novos papéis desempenhados pelos trabalhadores demandam domínio de conhecimentos, competências e habilidades essenciais para a comunicação, a reflexão e o raciocínio. Nesse sentido, não se pode mais conceber que um jovem, estudando para em seguida ingressar no mercado de trabalho, receba inadequada formação em língua portuguesa (leitura e escrita) e matemática, os dois pilares básicos para o desenvolvimento das demais dimensões da aprendizagem. Os diversos componentes do próprio currículo escolar só podem ser bem apreendidos caso o domínio da língua e da matemática seja adequado. Do contrário, toda a formação escolar será insatisfatória. Novos métodos de trabalhar pedem novas competências (CNI, 2013, p. 12)

A indústria parece se incomodar com a falta de preparo dos candidatos aos postos de trabalho. A ausência de pessoas qualificadas afetaria dois terços da indústria, atingindo todas as áreas e categorias profissionais, com maior intensidade na área de produção, sobretudo, operadores e técnicos. Tal motivação poderia

¹⁹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Educação para o mundo do trabalho**: Documento Conceitual. Brasília: CNI, 2013.

²⁰ Ibid., 2013.

explicar a defesa do setor industrial em favor da reforma da educação secundária para a formação de mais técnicos de nível médio. Se toda a indústria é afetada, independente de porte, setor e região, seria visível o impacto negativo em sua competitividade²¹. A preocupação residiria, nessa perspectiva, na falta de “mão de obra” qualificada, o que seria um obstáculo ao desenvolvimento e à incorporação de novas tecnologias pelas empresas.

Reiteradamente, o setor empresarial argumenta que falta muito para a formação de adolescentes e jovens atingir o nível desejável para favorecer a adequada inserção da indústria em um mercado altamente competitivo que se modifica continuamente. Por isso, defendem que “é preciso implementar medidas urgentes e criativas que permitam dar um salto de qualidade”. (CNI, 2013, p. 26). Há consenso entre os intelectuais orgânicos²² da indústria que as principais dificuldades para melhorar a competitividade da indústria se encontram nas carências da educação básica do trabalhador. Assim, é dada atenção especial para mudanças e proposta que, em suas acepções, teriam o condão de melhorar a educação.

Entendemos que o Movimento Santa Catarina pela Educação incorpora orientações internacionais em sua proposta pedagógica, indo ao encontro das condições materiais favoráveis para o segmento empresarial intensificar a conquista de novos mercados, concentrar capitais e (re)modelar a força de trabalho, marca indelével da dinâmica financeira contemporânea. (FONTES, 2010).

Oliveira (2013), ex-secretário-executivo do MEC no ano de 1995 e presidente do Instituto Alfa e Beto, Organização Não Governamental promotora de políticas práticas de educação, aponta como indispensável uma mudança de concepção do ensino médio, reduzindo o peso e número de disciplinas acadêmicas e diversificando os cursos – profissionalizantes ou não – para permitir currículos mais interessantes e saídas mais ajustadas ao mercado de trabalho, cada vez mais flexível, sendo necessário um programa de ensino detalhando o que os alunos devem aprender em cada ano.

Nesse contexto favorável ao amoldamento da educação às necessidades da economia flexível, Silva & Scheibe (2017) analisam que a Reforma do Ensino Médio

²¹ Ibid., 2013.

²² Na acepção de Gramsci (2001), são intelectuais existentes para legitimar a posição de seu grupo social e criar o “status quo”. É o cientista da economia política, o conformador de uma nova cultura. Os intelectuais orgânicos usam como combustível para suas formulações as ações e comportamentos das pessoas “simples”.

estabelecida por meio da Lei Federal Nº 13.415/2017 (defendida pelo Movimento Santa Catarina pela Educação) traz consigo alterações significativas na organização curricular desta etapa formativa. Segundo as autoras,

[...] as principais alterações dizem respeito à carga horária obrigatória destinada à formação básica comum, a realização de parcerias público-privadas passa a ser possível, além das previstas para a formação técnica e profissional, também para a realização de convênios para oferta de cursos a distância. Também aqui se faz presente a mercantilização da educação básica, que passa a compor não apenas a definição das finalidades e concepções que orientam os processos formativos escolares, mas também o financiamento público para oferta privada da educação. Configura-se, assim, a hegemonia de uma perspectiva pragmática e mercantilizada do ensino médio público. (p.27)

Vislumbra-se, então, um destaque para a diversificação dos itinerários formativos que permitam a aproximação entre o ensino público e privado, redefinindo suas relações com a prerrogativa de melhorar os índices de desempenho dos estudantes. Argumenta-se, nesse sentido, que o atual modelo de Ensino Médio seria um obstáculo à competitividade e produtividade das empresas. Para a Confederação Nacional da Indústria, faz-se necessária “a aproximação da educação do jovem ao mundo do trabalho, indispensável para a qualificação do sistema produtivo e para a competitividade da indústria brasileira no panorama internacional” (CNI, 2013, p. 07). Nesse passo, buscam construir um modelo educativo pautado pela urgência de políticas públicas reformadoras²³.

A Confederação Nacional da Indústria, da qual a FIESC faz parte, definiu como uma de suas estratégias fundamentais mobilizar empresários, governos e sociedade por meio de uma agenda contínua de ações que contribuam para a educação voltada para o mercado de trabalho, visando ao desenvolvimento econômico do país. Para tanto, o setor industrial demanda da educação a formação de “cidadãos e profissionais aptos a enfrentar os desafios da sociedade contemporânea”. (CNI, 2013, p. 09).

O objetivo colocado pela indústria é permitir uma educação de acordo com as exigências da economia moderna, competitiva. Argumenta-se que a indústria tem urgência, uma vez que as novas tecnologias produtivas requerem domínio de conhecimentos e habilidades que se adquirem por meio de uma educação básica

²³ De acordo com Lima Filho (2002, p. 15) “reforma é uma destas palavras ‘mágicas’ ou uma das ‘vedetes’ dos tempos atuais [...]. Polissêmico, de uso generalizado e frequente, pode-se ouvir o termo reforma em situações as mais diversas e partindo de interlocutores dos mais variados matizes”. Porém, é pouco provável que se dê precisão ao conceito comumente utilizado. Contudo, o caráter reformador constitui as políticas públicas na atualidade, principalmente nos países mais pobres e/ou de capitalismo tardio.

adequada às suas demandas. Nesse sentido, o cenário futuro da indústria, na visão de seus intelectuais, exigirá forte estímulo para que o processo ensino-aprendizagem²⁴ encontre aderência com as necessidades sentidas pelos contextos organizacionais.

Segundo a CNI (2013) “um dos principais entraves para a melhoria da competitividade da indústria reside nas deficiências da educação básica do trabalhador”. (p.20). Nesse contexto, a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), por meio do Movimento Santa Catarina pela Educação, reforça sua participação ativa na promoção da educação em tempo integral, no desenvolvimento de gestores e docentes, com forte estímulo para ações conjuntas entre indústria, poder público e iniciativa privada.

Como descrito inicialmente, o Movimento Santa Catarina pela Educação demonstra sua caminhada na direção da lógica reformadora²⁵. Conforme acepção de Gramsci (1989), a organização e concepção das reformas é função de intelectuais orgânicos, os quais têm papel preponderante na disseminação de novas visões de mundo. Nesse sentido, reiteramos a hipótese de que o movimento liderado pela FIESC em prol da educação serve como mecanismo importante para propagar os anseios do segmento empresarial, alinhado aos interesses corporativos, constituindo-se em um Aparelho Privado de Hegemonia²⁶.

A esse respeito, Sandri (2016, p. 26-27) registra que:

[...] ao localizarmos a relação “público-privado” no contexto das relações sociais, notaremos, por exemplo, o desenvolvimento de políticas públicas, teoricamente para todos, sob a perspectiva de interesses privados. Ou ainda, segmentos privados, como as empresas, que desenvolvem serviços de interesse público. [...] A ideia de “proporcionalidade” entre “público e privado”, nos remete, por exemplo, aos processos de elaboração e efetivação de políticas públicas, pois esses processos são repletos de disputas que representam diferentes interesses de classes sociais e/ou grupos sociais, sendo que a proporcionalidade entre a condição pública de ser para todos e a condição privada de atender interesses singulares de indivíduos e grupos específicos, dependerá dos embates traçados no conjunto das relações sociais e, especificamente, os embates inerentes ao desenvolvimento e

²⁴ No presente estudo, lemos o processo ensino-aprendizagem a partir da perspectiva Histórico-Crítica. (SAVIANI, 2008).

²⁵ Neste caso, refere-se à racionalidade que propõe mudanças urgentes que seriam capazes de resolver os problemas na educação, especialmente em Santa Catarina.

²⁶ Fontes (2010, p. 134) explica que “os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil. Apresentam-se como associatividade voluntária. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social”.

efetivação da política pública.

A autora explica que “a condição legal de representante do interesse público contribui para que o Estado seja alvo de disputas por segmentos sociais e/ou por grupos que buscam afirmar os seus projetos e os seus interesses pela via da legitimidade, da abrangência e do financiamento próprios das políticas públicas”. (p.28-29). Assim, o Estado acaba atravessado por antagonismos sociais.

Tendo em vista a análise da autora e, considerando o período histórico atual de profunda crise contemporânea, o domínio ideológico pela educação pública oferecida pelo Estado, cada vez mais, torna-se alvo de disputas. Em meio a esse cenário, encontra-se o Movimento Santa Catarina pela Educação como proposta para formação presente e futura. Nessa perspectiva, termos como aprendizagem ao longo da vida, competitividade, flexibilidade, competência, indústria 4.0 e habilidades socioemocionais aparecem de forma recorrente nas propostas educacionais apresentadas. Temos como hipótese que tal instrumental retórico encontra aderência na Reforma do Ensino Médio, esta modelada para formar sujeitos capazes de responder os desafios que surgem a partir das novas configurações socioeconômicas.

Nesse sentido, move a presente tese a seguinte questão central: Qual a proposta pedagógica subjacente ao Movimento Santa Catarina pela Educação? A partir dela, emergem as seguintes indagações: Quais os pressupostos epistemológicos do movimento? Quais as concepções de educação, currículo e didática apresentados? Em que medida sua agenda se relaciona à atual Reforma do Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Qual a base socioeconômica difundida?

Tomamos como suposição inicial que a proposta pedagógica do Movimento Santa Catarina pela Educação coloca, especialmente para a educação secundária, a tarefa de preparar a entrada dos jovens e adultos no competitivo mercado de trabalho, espelhando os valores economicistas no processo formativo-educativo. A nova estruturação do Ensino Médio ofereceria, assim, as condições propícias para a formação de indivíduos considerados empregáveis para o novo modelo de reestruturação do setor produtivo.

Nesse cenário, não podemos perder de vista que o período histórico atual é marcado por enormes possibilidades de expropriação secundária²⁷, ou seja, pelo

²⁷ Tais expropriações passaram a ter uma qualidade diversa e incidem também sobre trabalhadores já

aumento significativo da massa populacional lutando pela existência e submetida a um mercado atravessado por condições de acirrada competição. Esse ambiente de vida é solo fértil para formas excessivas de extração de lucro, sob diversas modalidades, tendo o jovem como um dos alvos.

Nesse contexto, o MSCE seria uma das respostas circunstanciais às transformações no próprio processo produtivo de acumulação flexível. No plano ideológico, tende a intensificar a perspectiva individual na educação. Com epicentro nos movimentos socioeconômicos, tais mutações acabam fortalecendo, também, as exigências do indivíduo polivalente, multifuncional e mais funcional ao mercado empresarial.

1.1 JUSTIFICATIVA

Incita o estudo do tema a possibilidade de apreender a proposta pedagógica do Movimento Santa Catarina pela Educação, a qual não se encontra evidente *a priori*, pois não há um material específico que a apresente. Diferentemente da exigência legal colocada aos estabelecimentos de ensino do país, o Movimento Santa Catarina pela Educação não possui um documento próprio que evidencie sua proposta pedagógica nos termos da Lei Federal Nº 9.394/1996 (art. 12, I).

O movimento educacional liderado pela FIESC produz e utiliza um conjunto diverso e vasto de textos e materiais que podem suscitar relação com outras reformas educacionais em curso no Brasil como, por exemplo, a Reforma do Ensino Médio de 2017 e a Base Nacional Comum Curricular. Nessa direção, em exposição de motivos publicada no Portal da Presidência da República para justificar a Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória Nº 746/2016, convertida em Projeto de Lei Nº 34/2016 e sancionada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017), Mendonça Filho, Ministro da Educação do Governo Temer (2016-2018), argumenta que o Ensino Médio não tem atingido os resultados previstos pelas avaliações em larga escala. Além disso, citando pesquisa realizada pela Fundação Victor Civita, registra que os jovens de

de longa data urbanizados, revelando-se incontroláveis e perigosamente ameaçadoras. As expropriações primárias (da terra) converteram-se em secundárias com o acirramento da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor. (FONTES, 2010, p. 54)

baixa renda não veem sentido no que a escola ensina. Alega, ainda, que grande parcela de jovens está fora do “mercado de trabalho”, e que a medida propõe oferecer um currículo atrativo, alinhada com as recomendações do Banco Mundial.

As principais mudanças trazidas com a Reforma do Ensino Médio envolvem a sua composição curricular, com a obrigatoriedade apenas de estudos de Matemática e Língua Portuguesa em todos os anos. O texto legal não explicita o projeto de sociedade e educação em construção, cenário historicamente marcado, segundo Kuenzer (2009), por dualidades e abismos entre a educação dada às camadas mais ricas da população e a educação dada aos pobres.

Os argumentos utilizados pelo Ministério da Educação trazem para o campo educacional a resolução de problemas de ordem econômica. Transferir esse demanda à escola pode sobrecarregá-la e, conseqüentemente, invisibilizar os motivos geradores do abandono no Ensino Médio, reduzindo os problemas dessa etapa formativa à afinidade do estudante com determinado conteúdo curricular, apelo extremamente sedutor à massa estudantil. Nesse sentido, considera-se pertinente analisar detidamente a perspectiva formativa alçada pelo setor empresarial por meio do Movimento Santa Catarina pela Educação.

A fim de captarmos sua proposta pedagógica, constitui nosso objeto de estudo analisar os materiais produzidos no âmbito do MSCE porque até o presente momento não encontramos pesquisas de Doutorado com esse recorte analítico. Convém destacar nesse processo que para a FIESC (2014, p. 12) “escolaridade é um indicador importante que sinaliza o preparo do trabalhador industrial para um futuro cada vez mais competitivo [...] e reflete principalmente em aspectos relacionados à produtividade e inovação”. Nesse sentido, entender como se direciona a lógica empresarial catarinense na escola pública e suas conseqüências para o processo formativo, apresenta-se, no contexto atual, como instrumento de compreensão das mudanças em curso, que redefinem o papel do Estado e das políticas educacionais em um contexto marcado por correlação de forças.

Portanto, mais do que nunca se faz necessário investigar o processo formativo desenhado para o presente e o futuro na interface com a proposta pedagógica do segmento empresarial, principalmente no contexto histórico em que estamos imersos, marcado por exigências e ações que atravessam as políticas educacionais, o ensino e a formação. Nosso intuito é construir um referencial acerca da pedagogia proposta pelo MSCE, levando em conta seu movimento dialético e suas determinações.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a proposta pedagógica do Movimento Santa Catarina pela Educação e seus pilares de sustentação.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar a base socioeconômica difundida por meio do Movimento Santa Catarina pela Educação;
- Identificar os fundamentos epistemológicos que o sustentam;
- Apresentar as concepções de educação, de currículo e de didática que emergem dos materiais produzidos no âmbito do MSCE;
- Verificar em que medida a agenda do movimento se relaciona à Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

1.3 PRESSUPOSTOS

Nossa leitura da proposta pedagógica que permeia o Movimento Santa Catarina pela Educação está alicerçada em dois pressupostos básicos: a) a busca do segmento empresarial por condições propícias à melhoria de suas atividades; b) Sua atuação em redes de governança para a construção de princípios e do *ethos* educacional necessário à expansão de seus valores. Nesse contexto, a formação educativa difundida fomenta valores e crenças sociais para o preparo de indivíduos capazes de sobreviver em um mundo marcado pela imprevisibilidade, impermanência, com intensas rupturas/mudanças.

A partir dessa constatação, as reflexões de Gramsci (1999, 2001) nos são de extrema importância, principalmente em suas discussões sobre o papel dos intelectuais e das redes associativas na consolidação de novas concepções de mundo. Sua base teórica nos auxilia a pensar a visão de mundo hegemônica alinhada aos

valores da empresa e do mercado (e como esta vertente se torna predominante).

Para pensarmos as exigências postas à educação em Santa Catarina e a apreensão conceitual do termo *pedagógico*, temos como inspiração, entre outros, os estudos de Pimenta (1998, 2006), Libâneo (2002, 2006), Franco (2006, 2008), Saviani (2008, 2019) e Pinto (2006), segundo os quais cabe à Pedagogia, enquanto ciência teórico-prática da educação, a análise dialética dos fenômenos que perpassam a área educacional. Nessa linha, a tese leva em conta as reflexões emanadas da tendência pedagógica histórico-crítica, uma vez que “[...] a realidade é cognoscível, isto é: o ato de conhecer é criativo [...] enquanto produção das categorias que permitam a reprodução, em pensamento, do objeto que se busca conhecer”. (SAVIANI, 2010, p. 26-27).

1.3.1 Como as concepções de mundo são internalizadas

Gramsci (1999) afirma que o ser humano está sempre vinculado a um grupo específico que compartilha semelhanças na forma de pensar e agir no mundo. Para o autor, “[...] somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos”. (p. 94).

No processo de construção da autoconsciência humana vão se constituindo intelectuais que atuam como organizadores e dirigentes especializados na elaboração de novas concepções de mundo. “Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos”²⁸. Na acepção do autor, torna-se essencial conhecer como determinada concepção de mundo se torna popular e seus motivos geradores, além de compreender como ocorre o seu processo de difusão.

Nesse processo de difusão, substituição e combinação do velho pelo novo modo de pensar/agir, é importante entender a racionalidade que ancora a nova concepção de mundo, bem como identificar a força dos pensadores/cientistas que fundamentam sua fala, além de conhecer a entidade organizativa daquele que alicerça a nova concepção. Todo grupo que busque substituir e/ou difundir novas crenças no mundo deve, segundo o autor:

²⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 104.

1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos”. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época²⁹.

Historicamente, as novas concepções de mundo que emergem no tecido social trazem consigo um novo canal de superestrutura, tendo para tanto seus respectivos porta-vozes. Desse modo,

Todo grupo social [...] cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 2001, p. 15).

O autor expõe que os intelectuais atuam para a criação do consenso social orientado por uma lógica que nasce marcada tanto pela hegemonia do grupo dominante (devido à sua posição no mundo produtivo) quanto pela força do Estado quando desaparece a concordância espontânea³⁰.

Para o filósofo italiano, o empresário é o símbolo do grupo social dirigente, possuidor de certa habilidade técnica e intelectual. Nesse sentido, deve possuir entendimento das relações econômicas que predominam em seu tempo histórico. Logo, a classe empresarial tem como elemento comum a capacidade de organização social, entremeando o Estado, “tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe”³¹. Para tanto, precisa saber escolher os funcionários especializados (intelectuais orgânicos) para legitimar as atividades organizativas favoráveis à valorização de seu empreendimento.

Gramsci afirma que a relação dos intelectuais com a produção é mediada pela sociedade e pelo conjunto das superestruturas existentes. Nesse processo de imbricação, operam

[...] dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que

²⁹ Gramsci (1999, p. 110).

³⁰ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³¹ Ibid., 2001, p. 15-16.

correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas³².

Desse modo, mesmo que o Estado não componha um todo uniforme e coerente, funciona como “instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica”³³. Nesse percurso, os intelectuais orgânicos crescem ligados às necessidades da indústria. Com forte dependência do setor empresarial na construção de seus planos, a ação executiva dos intelectuais está mais relacionada ao plano imediato (e o controle de suas fases elementares) de produção estabelecido pela indústria.

As invenções técnicas permitiram uma diminuição nos custos de produção e maior rentabilidade, ampliando exponencialmente os mercados de consumo em massa, a compra a prazo e o surgimento artificial de novas necessidades no consumo popular. Na verdade, o desenvolvimento da grande indústria e seu correspondente padrão de desenvolvimento econômico promoveu a difusão de um novo modelo civilizatório.³⁴

Nessa trajetória, vale registrar que o Estado reflete a forma concreta do mundo produtivo vigente e os intelectuais orgânicos se apresentam como a aposta pedagógica de onde emergem as composições de governo. Nessa perspectiva, “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica [...] em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais”³⁵.

É preciso observar, nesse sentido, as lógicas que perpassam diversos países ocidentais na construção de uma “agenda globalmente estruturada da educação. O currículo escolar, nessa perspectiva, não é uma escolha de cada comunidade local, mas um padrão global sobre o que é necessário ensinar/aprender, associada à propagação dos valores”. (FERREIRA, 2017, p.303). Tais processos reformistas, segundo a autora, “confirmam os padrões de governança internacional, cuja missão é reduzir a educação a funções mínimas de acordo com as necessidades imediatas da sociedade capitalista contemporânea”. (p.304).

Nesse processo, é importante não perder de vista que, ao longo da história da educação brasileira, os momentos de embate pelo modelo formativo/educacional

³² Gramsci (2001, p. 20-21).

³³ Gramsci (2001, p. 324).

³⁴ Gramsci (1999).

³⁵ Gramsci (1999, p. 399).

pretendido sempre se fizeram presentes entre diferentes segmentos sociais. Convém recordar a reforma disseminada pela Lei 5692/1971 que, no caso específico do ensino médio:

[...] além de outras alterações em sua estrutura, conferiu caráter compulsoriamente profissionalizante a esse nível de ensino, ainda que não existissem, nas redes públicas de ensino, as condições físicas, de equipamentos e de professores suficientemente adequadas para tal fim. Coube a tais redes, assim como às privadas, a formação de auxiliares técnicos e técnicos nas mais diversas áreas, visando à qualificação para o “mercado de trabalho”. (FERRETTI, 2016, p. 79)

Importante mencionar que a ideia de “reforma” não possui uma delimitação exata e perene. A sua compreensão pode sofrer alteração de acordo com o período histórico e o contexto em que é utilizada ou, também, conforme o pertencimento de classe dos sujeitos que a fazem uso. “No “senso comum” a noção de reforma tem sido frequentemente associada à ideia de progresso”. (LIMA FILHO, 2002, p. 15)

Considerando os impactos que circundam uma “reforma educativa”, Lima Filho (2002) define tal processo como “um tipo particular de política cuja característica principal é a de expressar-se por uma lei ou conjunto de leis que conduzem a uma modificação substancial do sistema escolar, quer em um nível ou modalidade específica, quer em sua dimensão mais ampla” (p. 17). No contexto educacional, a disseminação normativa ou institucional das reformas é uma de suas características marcantes, principalmente pelas transformações que podem provocar no sistema escolar, tendo em vista sua abrangência e produção histórica.

Freitas (2012, p. 380), ao analisar os impactos das reformas empresariais na educação dos Estados Unidos, afirma que há na experiência daquele país um mecanismo corporativo em jogo. Isso “[...] reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é a proposta mais adequada para “consertar” a educação americana”.

Nessa linha, a lógica da produção (com ênfase em gestão e adição de tecnologia) é transferida para o campo da educação. Essa pedagogia tecnicista já havia sido detectada por Saviani na década de 1980. Porém,

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de

gerenciamento da força de trabalho da escola. Denominamos esta formulação “neotecnismo”. Este neotecnismo se estrutura em torno a três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização. No centro, está a ideia do controle dos processos, para garantir certos resultados definidos a priori como “standards”, medidos em testes padronizados. (FREITAS, 2012, p. 383)

O viés reformador, nessa esteira, relaciona-se com a disputa pelo fundo público do Estado e com o modelo pedagógico mais alinhado às demandas de mercado. Assim, o autor coloca que os valores econômicos quando tomados como ponto de partida absoluto podem reduzir a educação à função única de formatar o indivíduo “que está sendo esperado na porta das empresas”³⁶.

Além disso, revela como apareceu nos Estados Unidos a vertente da “escolha” de escola, ideia a inspirar a Reforma do Ensino Médio em curso no Brasil. “Pressionados na década de 1950 a aceitar as escolas mistas (brancos e negros na mesma escola), os conservadores americanos advogaram pela “escolha”, ou seja, era direito de cada um escolher onde estudar: se em uma escola de brancos ou de negros”. (FREITAS, 2012, p. 387). Nessa perspectiva, o autor registra que tal modelo de política educacional no Brasil assumiria uma série de riscos já registrados pela pesquisa educacional norte-americana como, por exemplo, estreitamento curricular, competição entre escolas e profissionais, segregação socioeconômica e territorial, bem como a destruição do sistema público escolar.

No que se refere à consequência do estreitamento curricular, argumenta-se: “quando os testes incluem determinadas disciplinas e deixam outras de fora, os professores tendem a ensinar aquelas disciplinas abordadas nos testes. Avaliações geram tradições. Dirigem o olhar de professores, administradores e estudantes. Se o que é valorizado em um exame são a leitura e a matemática, a isso eles dedicarão sua atenção privilegiada, deixando os outros aspectos formativos de fora”³⁷.

Desse modo, aparece com força para os reformadores privados a ideia de enfatizar um currículo mínimo como horizonte. Propagam-se os possíveis benefícios do que é cobrado nos testes pelo fato de se tratar do básico.

Tal ideário, segundo o autor, é muito conhecido no contexto educacional, levando para um tempo que nunca chega a possibilidade de educação de qualidade

³⁶ FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, jun. 2012, p. 387.

³⁷ Ibid., 2012, p. 389.

para a juventude, “retirando dela elementos de análise crítica da realidade e substituindo-se por um “conhecimento básico” suficiente para atender aos interesses das corporações e limitado a algumas áreas de aprendizagem restritas, usualmente leitura, matemática e ciências”. (p. 389). Como resultado, tem-se

[...] o estreitamento curricular focado nas disciplinas testadas e o esquecimento das demais áreas de formação do jovem, em nome de uma promessa futura: domine o básico e, no futuro, você poderá avançar para outros patamares de formação. Todos sabemos que a juventude mais pobre depende fundamentalmente da escola para aprender, e se for limitada a sua passagem pela escola às habilidades básicas, nisso se resumirá sua formação. (FREITAS, 2012, p. 390).

Afirma-se, contudo, que as instituições escolares são um patrimônio público que podem promover a formação significativa da juventude, sem deixar de ter em vista as contradições que ocorrem no âmbito social.

1.4 ESTRUTURAÇÃO DA TESE

No capítulo introdutório da tese, apresentamos a contextualização da problemática de pesquisa, demonstrando a ênfase dada pelo segmento empresarial catarinense à temática da educação contemporânea, especialmente com a criação do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) pela FIESC. Além dessa discussão, elencamos os objetivos do estudo, sua justificativa, bem como os pressupostos basilares que guiam nossa compreensão acerca do fenômeno educacional.

No segundo capítulo, mostramos o percurso metodológico da tese, elencando a relação completa das fontes utilizadas como matéria-prima para a “captura” do Movimento Santa Catarina pela Educação. Explicitamos ainda os procedimentos e instrumentos técnicos utilizados para seleção, organização e análise dos dados levantados, descrevendo o “passo a passo” da pesquisa à luz da perspectiva histórico-dialética.

No terceiro capítulo, realizamos um balanço da produção acadêmica contemplando a interface entre reestruturação produtiva e educação. A intenção foi buscar contextualização científica crítico-reflexiva sobre os principais determinantes que perpassam nosso fenômeno de estudo, o qual se insere no interior das pesquisas

que retratam as transformações no mundo do trabalho flexível e as exigências daí decorrentes para o processo educativo-formativo.

No quarto capítulo, trazemos à tona elementos para apreender a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), entidade idealizadora do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE). Nesse sentido, abordamos sua inserção geográfica em Santa Catarina, bem como explicitamos suas transformações ao longo do tempo histórico. Além de refletir sobre a indústria diante da quarta revolução tecnológica, apresentamos (ainda que inicialmente) informações sobre sua atuação na área da educação.

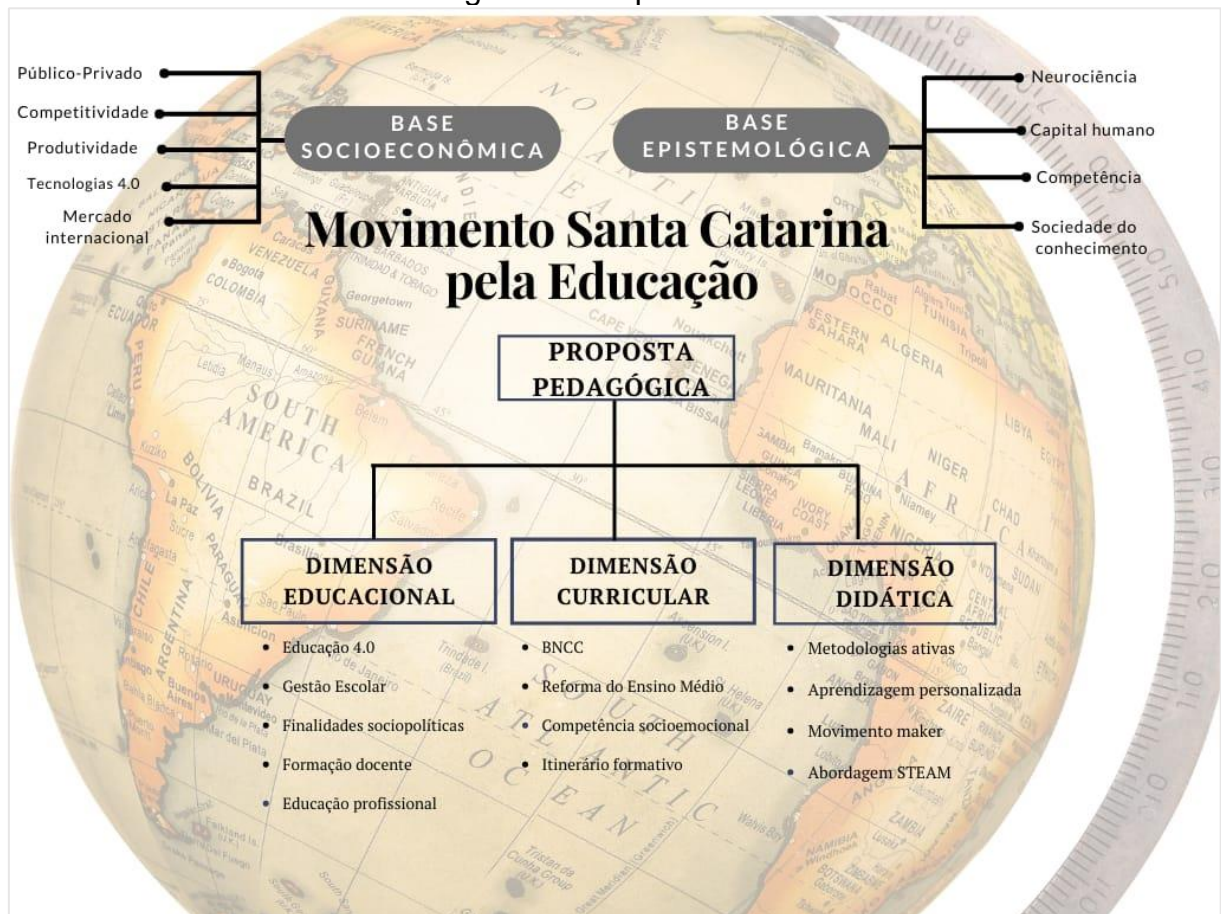
No quinto capítulo, entramos nas particularidades do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), caracterizando-o e demonstrando sua dinâmica de funcionamento, bem como as principais temáticas trabalhadas em seu interior desde o surgimento em 2012. Elucidamos, ainda, seus pilares de sustentação (fundamentos epistemológicos e a base socioeconômica). São evidenciadas, nessa perspectiva, temáticas como neurociência, sociedade do conhecimento, teoria do capital humano, a retórica das competências, a visão das empresas na contemporaneidade e as transformações no mercado de trabalho atual.

No sexto capítulo, apresentamos a proposta pedagógica do movimento, trazendo à tona suas principais dimensões constitutivas, quais sejam: a educacional, a curricular e a didática. Nesse contexto, são discutidas questões como educação 4.0, competências socioemocionais, Base Nacional Comum Curricular e didática *maker*.

Nas considerações finais, retomamos as questões de pesquisa e resgatamos as principais reflexões desenvolvidas no decorrer da tese, buscando construir um panorama geral acerca do fenômeno de estudo. Apontamos, ainda, algumas limitações da pesquisa realizada, bem como possibilidades futuras para avançar na investigação a respeito do Movimento Santa Catarina pela Educação.

A seguir, segue o desenho da tese.

Figura 01: Mapa da tese



Fonte: Elaboração própria (2021).

Enfim, o estudo traz elementos contextuais e particularidades da atuação empresarial na educação catarinense e o modelo formativo almejado pelo segmento. Esperamos que contribua, em alguma medida, para refletir sobre as políticas educacionais pensadas para o presente e o futuro de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

2 CAMINHADA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. (BAUMAN, 2008, p. 20).

Ao iniciar uma pesquisa, não se parte de em um estágio “zero” de conhecimento. Começamos a partir de condições já presentes, e de determinada (s) prática (s) que justifica (m) a necessidade de realizá-la. No processo de pesquisa, um momento inicial importante é a captura do conhecimento elaborado sobre o problema a ser investigado. Tendo estabelecido o quadro teórico-metodológico e, considerando o conhecimento prévio disponível sobre a temática, iniciamos a pesquisa dos determinantes que circundam o objeto de estudo³⁸.

As decisões metodológicas são decorrentes do problema elaborado, sendo este explicado no diálogo com o referencial teórico que o originou. “Qualquer tentativa de confronto entre métodos e técnicas de pesquisa deve levar em conta a capacidade de explicação do referencial teórico”. (LUNA, 2010, p. 36). Considerando o exposto, com aporte em Netto (2002), na presente pesquisa, o ponto de partida é o fato, a expressão fenomênica da realidade aqui representada pelas ações executadas no âmbito do Movimento Santa Catarina pela Educação. Não podemos desconsiderar a realidade empírica, a expressão factual.

A pesquisa se caracteriza como sendo do tipo documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa, com análise de materiais produzidos que guardam relação com o Movimento Santa Catarina pela Educação. A leitura e análise dos materiais selecionados é norteadada pela identificação das categorias empíricas presentes em seu interior, pelo que proclamam, bem como pela compreensão de mundo subjacente, suas contradições e projetos em disputa.

Em termos gerais, adotamos como horizonte para análise dos materiais e documentos elencados nesta tese a proposta de Evangelista (2012). Nestes termos, a partir da definição do objeto investigado e sua localização no tempo e espaço, constituímos o *corpus* documental sobre o Movimento Santa Catarina pela Educação. Convém destacar que, procurando avançar em hipóteses analíticas razoáveis, as

³⁸ FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 12^a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

dúvidas suscitadas durante a pesquisa buscaram sempre manter diálogo com o conhecimento de base crítico-reflexiva acumulado. No decorrer do estudo, mapeamos os principais sujeitos/instituições envolvidos com o movimento, bem como organizamos as categorias empíricas a partir da leitura e escuta exaustiva dos materiais. Por fim, sistematizamos as relações presentes no fenômeno, buscando sempre evidenciar nossas análises. Esclarecemos que, “[...] para além da formalização em etapas, o que [nos] importa é buscar exportar ao debate o movimento real de uma pesquisa em desenvolvimento”. (FRIGOTTO, 2010, p. 98-99).

2.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS EMPÍRICOS

Como roteiro e procedimentos adotados durante a pesquisa, em um primeiro momento, organizou-se a empiria sobre o Movimento Santa Catarina pela Educação para posterior análise documental. Para tanto, selecionamos e transcrevemos os audiovisuais (contendo reportagens, entrevistas, palestras e divulgação de eventos) disponibilizados no canal oficial da FIESC na plataforma *YouTube*. O canal possuía, em 10 de dezembro de 2020, 4.418 vídeos. Dentre eles, elegemos 16³⁹ (descritos no quadro a seguir) considerados emblemáticos na apresentação e difusão da proposta pedagógica do Movimento Santa Catarina pela Educação.

Quadro 01 - Audiovisuais selecionados e transcritos

Produção	Título	Tipo/descrição	Ano	Link de acesso
BAND SC	Google e FIESC firmam termo de cooperação em educação	Reportagem. Programa Olhares	2015	https://www.youtube.com/watch?v=BHw7QcpNiL8&t=2s
TVCOM	Movimento Santa Catarina pela Educação quer levar a família para dentro da escola	Entrevista Programa Conversas Cruzadas	2016	https://www.youtube.com/watch?v=enyxjIEOGw&list=LL&index=30
Record News SC	Movimento Santa Catarina pela Educação reúne especialistas internacionais na FIESC	Entrevista Programa Educação e Cidadania News	2016	https://www.youtube.com/watch?v=axubFK1NBSA&list=LL&index=31
FIESC	Santa Catarina pela Educação	Vídeo publicitário	2016	https://www.youtube.com/watch?v=ZJMKczCjTgo&list=LL&index=40
RBS TV	Escolas de SC promovem integração entre pais, alunos e corpo docente	Reportagem. Programa RBS Notícias	2016	https://www.youtube.com/watch?v=8_bKQgCehYU&feature=emb_logo

³⁹ A escolha levou em conta a relação dos audiovisuais com os objetivos específicos da pesquisa.

FIESC	Movimento SC Educação	Vídeo publicitário	2017	https://www.youtube.com/watch?v=2yXvRLfBE4Y&list=LL&index=29
FIESC	Movimento Santa Catarina pela Educação apresenta cases de sucesso	Vídeo publicitário	2017	https://www.youtube.com/watch?v=-jgc74a0Pt4&list=LL&index=32
Record News SC	Movimento SC pela Educação promove Workshop Conexão Jovem 2017	Entrevista Programa Educação e Cidadania News	2017	https://www.youtube.com/watch?v=lv4Ycw183Qc&list=LL&index=33&t=39s
Record News SC	Movimento Santa Catarina pela Educação já conta com 34 escolas beneficiadas	Entrevista Programa Educação e Cidadania News	2017	https://www.youtube.com/watch?v=heuV_tiXIAU&list=LL&index=36&t=131s
NDTV	Movimento Santa Catarina pela Educação promove ações de incentivo aos alunos de escolas públicas	Programa RIC Notícias	2017	https://www.youtube.com/watch?v=jRsNoR0_hAY&list=LL&index=38
Record News SC	Movimento Santa Catarina pela Educação	Reportagem Jornal do Continente	2017	https://www.youtube.com/watch?v=j0Ga4lvzLH8&list=LL&index=39
BAND SC	Movimento SC pela Educação debate ensino médio integral	Reportagem. Programa Band Cidade	2017	https://www.youtube.com/watch?v=IH-9r3IMOoc
Record News SC	Ações do Movimento Santa Catarina pela Educação em 2018	Entrevista Programa Educação e Cidadania News	2018	https://www.youtube.com/watch?v=0bhYIVZnyQ8&list=LL&index=37
FIESC	A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo	Vídeo publicitário. Apresentação Eduardo Deschamps	2018	https://www.youtube.com/watch?v=Ftyvb_ce4jM&list=LL&index=41
TV Justiça	O que muda com a Indústria 4.0	Programa JT na TV. Entrevista Jefferson de Oliveira Gomes	2018	https://www.youtube.com/watch?v=tSbjtXHt7rM&list=LL&index=42
FIESC	Os frutos do Movimento Santa Catarina pela Educação	Vídeo publicitário	2018	https://www.youtube.com/watch?v=hZcisEu_wlA&list=LL&index=43
Record News SC	Quais são os desafios da educação para o século 21	Programa Estado de Excelência. Reportagem	2018	https://www.youtube.com/watch?v=N8J1-_94oC0&list=LL&index=44
FIESC	Educação é estratégica para a competitividade	Vídeo publicitário	2018	https://www.youtube.com/watch?v=MwU8NDXJk-w&list=LL&index=59
Record News SC	Movimento SC pela Educação chega aos EUA	Entrevista Programa Educação e Cidadania News	2018	https://www.youtube.com/watch?v=IVwfJj8RjiQ&list=LL&index=60

Fonte: Elaboração própria (2020).

Para a transcrição dos vídeos, habilitamos a configuração de legendas disponível no próprio site *YouTube*. Porém, precisamos assistir aos vídeos na íntegra a fim de torná-los inteligíveis, uma vez que as traduções se mostraram confusas e, em muitos momentos, incompreensíveis. Em seguida, criamos quadros-síntese⁴⁰ com as passagens “textuais” que continham forte relação com os objetivos da tese.

Selecionamos, também, nos sites do MSCE, da FIESC e do governo federal, notícias e *clipagens* de comunicação e mídia, incluindo vídeos e publicações para *download* (contemplando relatórios, revistas, livros e apresentações de palestrantes nos eventos realizados) sobre os assuntos trabalhados na primeira década do movimento. A seguir, elencamos os materiais coletados nessa etapa.

Quadro 02 - *Corpus documental*

N.	Autoria	Título	Tipo/descrição	Ano	Link de acesso
1.	MATTEI, Roque Antônio	A importância da Educação Integral na Educação Básica	Apresentação	201-	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo156_1.pdf
2.	MEDEIROS, Sirley Damian de	A educação integral e a BNCC no contexto da reforma do ensino médio	Apresentação	201-	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo157_1.pdf
3.	FIESC	Educação como base da produtividade e competitividade da Indústria de Santa Catarina	Documento técnico	2012	http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/publicacoes/arquivo1_1.pdf
4.	FIESC	Movimento Santa Catarina pela Educação	Relatório anual	2013	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo15_1.pdf
5.	FIESC	Movimento Santa Catarina pela Educação	Relatório anual	2014	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo23_1.pdf
6.	FIESC	Movimento Santa Catarina pela Educação	Relatório anual	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo78_1.pdf

⁴⁰ Ver apêndices 02, 03, 04, 05 e 06.

7.	FIESC	Educação: boas práticas na indústria catarinense	Revista (2ª edição)	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo25_1.pdf
8.	FIESC	Plano de trabalho 2015 – 2017: movimento a indústria pela educação	Plano de trabalho	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo21_1.pdf
9.	PIMENTEL, Rodrigo (Brasil)	Google	Apresentação no III Seminário Internacional de Educação	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo32_1.pdf
10.	RYYMIN, Essi (Finlândia)	Teacher Education and Co-operation with Enterprises and Industries: educational experiences in Finland	Apresentação no III Seminário Internacional de Educação	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo33_1.pdf
11.	BRANCO, Roberto Castello (Brasil)	Os desafios da economia brasileira	Apresentação no III Seminário Internacional de Educação	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo31_1.pdf
12.	ITO-ADLER, James P (Estados Unidos)	O Sucesso de Boston: tradição ou inovação	Apresentação no III Seminário Internacional de Educação	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo34_1.pdf
13.	MSCE	Clipagem “A inovação na prática”	Jornais e revistas	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/clipagem/arquivos.html
14.	ABRHSC	Educação e competitividade no mundo do trabalho: desafios e oportunidades	Apresentação	2015	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo26_1.pdf
15.	FIESC	Movimento Santa Catarina pela Educação	Relatório anual	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo112_1.pdf
16.	FIESC	Guia EducaRH: transformando a educação em estratégia competitiva	Livro	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo109_1.pdf
17.	RAMOS, Mozart Neves	Profissionalização da Gestão na Educação	Apresentação no Seminário Diálogos sobre gestão	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo38_1.pdf

18.	LIM, Soo-Siang (Estados Unidos)	Advances in Neuroscience and Building a Global, Interdisciplinary Science of Learning.	Apresentação no IV Seminário Internacional de Educação	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo85_1.pdf
19.	CHILE (org.)	Educación 2020	Apresentação no IV Seminário Internacional de Educação	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo79_1.pdf
20.	MEZA, M. Carolina (Colômbia)	Una invitación a volar juntos	Apresentação no IV Seminário Internacional de Educação	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo80_1.pdf
21.	LENT, Roberto.	Ciência para educação: uma janela de oportunidades para o Brasil	Apresentação no IV Seminário Internacional de Educação	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo84_1.pdf
22.	LOUZADA, Fernando Mazzilli	Sono, desenvolvimento cognitivo e a escola ideal	Apresentação no IV Seminário Internacional de Educação	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo81_1.pdf
23.	CRUZ, Priscila	Todos pela Educação, 10 anos	Apresentação no IV Seminário Internacional de Educação	2016	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo83_1.pdf
24.	CARRADOR E, Antônio José	A favor da Educação e do Desenvolvimento Econômico: Carta de Jaraguá do Sul	Carta	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo136_1.pdf
25.	FIESC	Movimento Santa Catarina pela Educação	Relatório anual	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo137_1.pdf
26.	ITO-ADLER, James (Estados Unidos)	Inovação e Educação Integral: o papel do professor	Apresentação no V Seminário Internacional de Educação	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo131_1.pdf
27.	NUNES, Cesar Amaral (Brasil)	Desafios e perspectivas futuras da educação	Apresentação no V Seminário Internacional de Educação	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo132_1.pdf
28.	GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena	Política Nacional de Formação de Professores	Apresentação no V Seminário Internacional de Educação	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo133_1.pdf

29.	FIESC	O olhar dos jovens sobre a educação catarinense	Resumo executivo	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo134_1.pdf
30.	FIESC	Ações de destaque 2017	Relatório	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo135_1.pdf
31.	FIESC	Revista Educação: boas práticas na empresa catarinense	Revista (3ª edição)	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo113_1.pdf
32.	FIESC	Educação como fator-chave para a competitividade: percepção das empresas catarinenses	Relatório de pesquisa	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo111_1.pdf
33.	FIESC	Eu voluntário: deixando o meu legado	Apresentação	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/sobre_euvoluntario/arquivo2_1.pdf
34.	FIESC	Gestão democrática da educação: da base legal à prática na escola	Livro	2017	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo115_1.pdf
35.	FIESC	Movimento Santa Catarina pela Educação: mobilização, articulação, influência – por uma agenda comum pela educação para o mundo do trabalho	Livro	2018	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo140_1.pdf
36.	CÔRTE, Glauro José	Reflexões para a educação que o Brasil precisa	Livro	2018	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo162_1.pdf
37.	PASTORE, José	Workshop Santa Catarina pela educação	Apresentação	2018	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo164_1.pdf
38.	PAULETTI, Maurício Cappra	Competências para o profissional do Século XXI	Apresentação	2018	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo155_1.pdf

39.	RAMOS, Mozart Neves	A educação integral e a BNCC no contexto da reforma do ensino médio: Os desafios da educação para o novo mundo do trabalho	Apresentação	2018	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo157_1.pdf
40.	CÔRTE, Glauco José	As novas perspectivas para o mundo do trabalho	Apresentação	2018	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo159_1.pdf
41.	MSCE	Dicas para ajudar os filhos na construção do projeto de vida	Apresentação	2018	http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo139_1.pdf
42.	MEC	Base Nacional Comum Curricular	Resolução	2018	http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_10518_versaofinal_site.pdf
43.	BRASIL	Lei Federal nº 13.415 Reforma do Ensino Médio	Lei Federal	2017	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm

Fonte: Elaboração própria (2020).

Em um primeiro momento, arquivamos os materiais elencados (anteriormente) em pastas específicas no microcomputador pessoal conforme suas respectivas tipologias. Como fontes primárias, os documentos ainda não tinham passado por análise e revisão acadêmica. A esse respeito, concordamos com Freitas (2018) quando este afirma que é fundamental estarmos atentos à produção massiva de relatórios prescritivos pelas entidades empresariais. Para ele, é papel das universidades e centros de pesquisa submeter incessantemente tais documentos à análise de seus fundamentos teórico-metodológicos para legitimá-los ou não.

2.2 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica percorreu todo caminho da tese, quer seja para o balanço prévio a partir do qual identificamos a produção de conhecimento sobre as mudanças no processo produtivo do trabalho e as condições colocadas para a educação, quer seja para o levantamento das fontes que nos permitiram dialogar

teoricamente com os dados empíricos, com as categorias de análise identificadas e com o universo circundante ao Movimento Santa Catarina pela Educação.

Para a feitura do balanço, utilizamos como fontes de consulta a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (com enfoque nas teses relacionadas à temática), bem como o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (dando ênfase a artigos qualificados⁴¹). Nos levantamentos realizados, usamos os seguintes descritores: “reestruturação produtiva ⁴²” + “educação”; “reestruturação produtiva” + “ensino médio”; “reestruturação produtiva” + “currículo”; “ensino médio” + “jovem”; “empresários” + “educação básica”; “indústria” + “educação básica”.

A seleção dos artigos e teses priorizou trabalhos publicados e/ou concluídos nas duas primeiras décadas do século XXI (2001-2019), logo após a edição do primeiro Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 10.172/2001) pós Constituição Federal de 1988. A partir desse marco legal, novas diretrizes e metas para a educação são postas em evidência. Buscamos, assim, entender quais os achados/conclusões dos pesquisadores brasileiros da área de ciências humanas, especialmente da educação, no tocante às proximidades e/ou distanciamentos entre os caminhos a serem percorridos pela educação e as demandas do mundo do trabalho. Os quadros, a seguir, apresentam as produções escolhidas para o balanço bibliográfico⁴³.

Quadro 03 - Teses selecionadas

Autor	Teses selecionadas	Origem	Ano
Sousa Junior, Justino de	A reestruturação produtiva e a crise da escola	UFMG	2001
Ribeiro, Eleazar Castro	Reestruturação produtiva, reengenharia e educação no trabalho: universidade corporativa para a nova fase do capitalismo	UFC	2006
Barbosa, Marcelo Ponte	Ensaio sobre educação, produtividade e crescimento econômico	UFC	2014
Machado, Marilene Salgueiro Berto	A qualificação profissional no contexto da reestruturação produtiva: impactos no trabalho e nos trabalhadores	UFPB	2012

⁴¹ Na presente pesquisa, consideramos artigo qualificado aquele publicado em periódico que possua avaliação cega por pares (por equipe técnico-científica) antes de sua publicação, bem como Web Qualis (quadriênio 2013-2016) com pelo menos um dos extratos A ou B de qualquer área de conhecimento.

⁴² De modo genérico, podemos dizer que se refere a mudanças ocorridas no mundo de trabalho a partir das transformações tecnológicas.

⁴³ As discussões sobre o material coligido no balanço são tratadas no terceiro capítulo da tese.

Batista, Roberto Leme	A ideologia da nova educação profissional no contexto da estruturação produtiva	Unesp	2010
Lima, Francisca das Chagas Silva	A formação técnico-profissional face aos processos de reestruturação produtiva maranhense e as diretrizes educacionais	UFC	2007
Silva, Halline Mariana Santos	Juventude e debate político no processo de reestruturação do ensino médio brasileiro	UnB	2013
Treff, Marcelo A.	As consequências das transformações organizacionais pós-90 e o novo perfil do trabalhador: um estudo de caso	PUC/SP	2007
Soares, José Manoel Montanha da Silveira	Os jovens brasileiros frente às transformações no mundo do trabalho: as políticas educacionais para o ensino médio no Brasil	UnB	2012
Cardozo, Maria José Pires Barros	A reforma do ensino médio e a formação dos trabalhadores: a ideologia da empregabilidade	UFC	2007
Zanella, José Luiz	O trabalho como princípio educativo do ensino	Unicamp	2003
Pereira, Valmir	A concepção de indivíduo e suas repercussões na crise da escola	Unesp	2011

Fonte: Elaboração própria (2019).

Quadro 04 - Artigos selecionados

Autor	Título	Periódico	Ano
Oliveira, R.	Empresariado industrial e a educação profissional brasileira	Educação e Pesquisa	2003
Melo, A.	Educação básica e formação profissional na visão dos empresários brasileiros	Educação & Sociedade	2009
Rocha, M.; Helal, D. H.	O discurso da empregabilidade: o que pensam a academia e o mundo empresarial	Cadernos EBAPE.BR	2011
Garay, A. B. S.	As representações sociais de jovens participantes de projeto social de inserção no mercado de trabalho	REGE	2011
Nosella, P.	Ensino médio: em busca de um princípio pedagógico	Educação & Sociedade	2011
Batista, R. L.; Araújo, R.	A reestruturação produtiva e o festival de teses sobre educação e qualificação profissional	Revista HISTEDBR	2012

Melo, A.	A educação básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) nos anos 2000	Educação e Pesquisa	2012
Junqueira, V. H.; Bezerra, M. C. S.	Trabalho e educação: o currículo da rede estadual paulista no contexto da reestruturação produtiva do capital	Revista HISTEDBR	2014
Thiesen, J. S.	Virada epistemológica do campo curricular: reflexos nas políticas de currículo e em proposições de interesse privado	Revista e-Curriculum	2015
Ciavatta, M.	A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica	Holos	2016
Ferreti, C. J.	Reformulações do Ensino Médio	Holos	2016
Ciavatta, M.	A Reforma do Ensino Médio: uma leitura crítica da Lei N. 13.415/2017- Adaptação ou Resistência?	Holos	2018
Pereira, J. M.	O Banco Mundial, a reforma do Estado e o ajuste das políticas sociais na América Latina	Ciência & Saúde Coletiva	2018

Fonte: Elaboração própria (2019).

Já para o levantamento do referencial teórico, levamos em conta autores clássicos e contemporâneos de base crítico-reflexiva de alcance nacional e internacional na área de ciências humanas. Importante registrar que, com exceção do balaço, optamos por não estruturar capítulos teóricos específicos descolados dos dados empíricos. Nesse sentido, a discussão da área é apresentada no movimento dialético com o *corpus* documental a partir das categorias de análise suscitadas.

2.3 A PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental realizada na tese procurou extrair do objeto de estudo suas determinações constitutivas. Nesse movimento, predominou o esforço em descobrir as principais categorias que sintetizam a proposta pedagógica do MSCE, incluindo a base socioeconômica difundida, os fundamentos filosófico-epistemológicos que a sustentam, as concepções de educação, de currículo e de didática que emergem dos materiais produzidos, bem como em que medida o movimento se aproxima da Reforma do Ensino Médio de 2017 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Um processo dialético de buscar, conhecer e construir conhecimento considerando as aproximações da totalidade concreta, com suas

contradições e mediações. (FRIGOTTO, 2010).

2.3.1 O uso do Software NVivo

Antes de começar o trabalho efetivo no *software* NVivo⁴⁴, realizamos uma leitura prévia mais abrangente e de primeiro plano do conjunto do material selecionado. Conforme Minayo (2015, p. 91), esse movimento serve para buscar uma visão de conjunto dos documentos, tatear algumas de suas particularidades, além de elaborar pressupostos iniciais que servirão de alicerce para a análise e interpretação do material. O *software* NVivo foi escolhido para auxiliar a organização e classificação das fontes selecionadas durante a fase de coleta dos dados empíricos. Tal recurso tecnológico não substitui o trabalho do pesquisador no movimento analítico da tese, mas contribui para estruturar as informações de acordo com os objetivos estabelecidos.

No NVivo, inserimos todos os materiais (Word, PDF, etc.) da pesquisa. Posteriormente, criamos cinco dimensões⁴⁵ “guarda-chuva” que, em nossa leitura, foram necessárias para apreender a proposta pedagógica do MSCE, a saber: dimensão socioeconômica, dimensão epistemológica, dimensão educacional, dimensão curricular e dimensão didática. É a chamada etapa de codificação dos nós/categorias. Enfatiza-se que essa classificação foi utilizada apenas para fins de organicidade da tese, pois, concretamente, elas se encontram ligadas em muitos momentos. À medida que procedíamos com a leitura atenta dos materiais, concomitantemente foi possível selecionar trechos dos documentos e classificá-los - de acordo com sua dimensão mais representativa - para posterior análise. Nesse movimento, também realizamos consultas nos documentos a partir de palavras-chave e/ou nas dimensões/categorias em que os trechos foram agrupados.

Lage (2011, p. 2018) explica que:

[...] sempre que um fragmento de texto é codificado no NVivo, uma referência a esse fragmento fica armazenada em um ou mais nós, a critério do pesquisador.[...]. Os nós podem representar categorias de análise

⁴⁴ O NVivo é um programa de código fechado para auxílio à análise qualitativa de dados criado pela QSR International. Ele contribui em pesquisas com a organização, classificação e encontro de informações em diferentes materiais. Disponível em <https://www.qsrinternational.com/nvivo-qualitative-data-analysis-software/home>. Acesso em: 11 dez. 2020.

⁴⁵ Dimensão é um termo polissêmico. No presente estudo, ele se refere à ideia de categoria aglutinadora que reúne (em um mesmo componente) elementos empíricos que guardam entre si características semelhantes.

previamente definidas ou criadas durante o processo de análise. É possível realizar a codificação dos dados enquanto se faz a leitura [...] e designar o fragmento selecionado do texto para um ou mais nós.

Paralelamente à codificação dos trechos selecionados, o programa NVivo permitiu o registro de comentários/lembretes (*memos*) sobre os materiais lidos, o que nos permitiu registrar uma reflexão inicial dos textos, além da possibilidade de vinculá-los a algum documento específico ou categoria de análise eleita. Por meio desse movimento, iniciou-se a análise documental dos dados à luz do referencial teórico-metodológico histórico-dialético, conforme reflexões exaradas na seção subsequente.

2.3.2 O método de análise histórico-dialético

Com aporte em Frigotto (2010) e Netto (2002), a presente tese está ancorada em elementos de análise que emergem do método histórico-dialético. Com o levantamento dos materiais elencados anteriormente, esse método norteou a análise e exposição da tese, possibilitando a discussão dos conceitos e categorias que a estruturam. Durante a análise dos dados levantados, a discussão teórica ressurgiu com novas conexões dos fenômenos que permeiam o Movimento Santa Catarina pela Educação.

Partimos do pressuposto que o conhecimento tem na aparência o seu ponto de partida. (NETTO, 2002). A expressão fática nos mostra, sinaliza e revela, mas também esconde, oculta. Ela é uma espécie de “casca da maçã”. A descrição, a sistematização, a organização dos fatos e das evidências são absolutamente importantes para o conhecimento. Para a elaboração teórica, partindo dos fatos e fazendo uso da faculdade da abstração, transpõe-se o factual para a identificação dos processos que o explicam e o implicam, descolando-se do imediato.

Portanto, no movimento dialético necessário para conhecer o objeto de estudo da presente tese, identificamos, em um primeiro momento, os mecanismos que estão expostos na concretude aparente. A esse respeito, Kosik (2002, p.15-16) analisa:

A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, ao mesmo tempo, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível.

Partimos do entendimento que o método não é um conjunto de regras fechadas

a priori que se aplicam a um fenômeno que foi recortado para uma pesquisa específica, nem tão pouco, um sistema de postulados que o investigador determina, segundo sua vontade, para encaixar seu objeto de investigação (NETTO, 2002). Assim, é preciso ter atenção no campo educacional “à tendência de tornar o “método”, ainda que dialético, como um conjunto de estratégias, técnicas e instrumentos”. (FRIGOTTO, 2010, p. 91). Nesse sentido, o método analítico histórico-dialético

[...] não se constitui em ferramenta asséptica, uma espécie de “metrologia” dos fenômenos sociais. O método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. É uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (FRIGOTTO, 2010, p. 83-84).

Compreendemos ser necessário extrair do movimento efetivo do objeto a sua própria lógica. Para operar este processo é necessário ser fiel ao objeto. (FRIGOTTO, 2010). São a dinâmica e a estrutura do objeto que conduzem, portanto, os procedimentos desta investigação.

No percurso metodológico, é importante considerarmos:

[...] a relação entre as dimensões lógica e histórica na produção do conhecimento. Por histórico entende-se o objeto em processo de construção no transcurso de seu desenvolvimento em tempo real, com toda a sua complexidade e contradições. Por lógico entende-se o esforço [...] em sistematizar, ordenar o movimento histórico, atribuindo-lhe forma, de modo a apresentá-lo com clareza em tempo virtual. O movimento histórico não é linear; é cheio de desvios, caótico e desordenado. O lógico ordena o histórico, põe-lhe racionalidade, recupera-lhe a coerência. O histórico corresponde ao momento da investigação; o lógico, ao da exposição. O domínio das formas metodológicas que correspondem a estas duas lógicas, diferentes mas complementares, é parte constitutiva do processo de produção/apropriação do conhecimento, e portanto fundamental para o desenvolvimento da autonomia [...] intelectual. (KUENZER, 2009, p. 84).

Nesse sentido, os fenômenos precisam ser analisados, interpretados e identificados, tendo em vista que “[...] a prática não fala por si mesma, [...] a realidade não se deixa revelar através da observação imediata”. Desse modo, é necessário atenção para além do imediato a fim de entender conexões e propósitos que não estão dados quando se olha somente a superfície aparente, aquilo que ainda não se traduz em conhecimento⁴⁶. O ato de conhecer não existe sem trabalho teórico intelectual, pois é o pensamento que dialoga com a realidade a ser conhecida, sendo um movimento que se inicia com percepções inexatas da realidade, e que, por

⁴⁶ KUENZER, A. Z. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

aproximações recorrentes de abrangência e especificidade, convertem-se em significados.

Consideramos o conhecimento, portanto, como resultado da atividade humana, gerado a partir da relação entre sujeito e objeto, prática e teoria, não existindo conhecimento fora das práxis. (KUENZER, 2009). De acordo com a autora, para se conhecer os fenômenos é preciso conhecer o seu lugar na totalidade concreta. “Se, para conhecer, é preciso operar uma cisão do todo, isolando temporariamente os fatos, esse processo só ganha sentido enquanto momento que antecede à reunificação do todo a partir de uma compreensão mais ampliada das relações entre parte e totalidade”. (p.82).

Sobre a análise documental, especialmente relacionada à educação, Shiroma (2005) explica que é preciso compreender a racionalidade informada pelos documentos, muitas vezes, um processo que parece contraditório e extenuante. Concebendo a política educacional como movimento, sua análise deve explorar as contradições internas às formulações, uma vez que os textos evidenciam vozes discordantes, em disputa. Assim, não se aborda o texto como ponto de partida absoluto, mas como objeto para interpretação.

Os textos produzidos e utilizados no âmbito do Movimento Santa Catarina pela Educação são nosso ponto de partida. Tomamos os documentos como resultado e indutores de orientações políticas. A compreensão dos seus sentidos está também para além dos termos que os constituem. Por essa razão, enfocamos não somente um documento separadamente, mas o seu contexto de interferência. Nessa visão, um documento não é algo para ser lido de forma passiva e restrito a uma única leitura. Deve ser lapidado pelo pesquisador para produzir sentido. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

3 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES: A INTERFACE ENTRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EDUCAÇÃO

Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. (KOSIK, 2002, p. 35).

Reiteramos que uma pesquisa nunca parte do marco zero. A construção deste capítulo⁴⁷, a partir desse pressuposto, objetiva evidenciar de modo sintético o horizonte das produções científicas brasileiras sobre a interface entre reestruturação produtiva e educação, relação esta essencial para a costura da presente tese, principalmente pelas aproximações com o contexto do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE). Os procedimentos metodológicos com os critérios de acesso, levantamento e análise dos dados foram detalhados na seção 2.1 da tese.

Para além do aspecto quantitativo, distribuição geográfica e universidades em que as pesquisas estão vinculadas, optamos por enfatizar o conteúdo presente no interior das produções científicas, almejando, desse modo, constituir um balanço teórico sintético que pudesse nos oferecer subsídios para tatearmos inicialmente questões que circundam a nossa problemática de pesquisa.

3.1 O QUE ANUNCIAM AS PESQUISAS SELECIONADAS?

No contexto de financeirização econômica e busca por novos padrões de competitividade, a escola é atravessada por movimentos globais pautados por relações predominantemente monetárias. Nessa perspectiva, Souza Junior (2001, p. 204) problematiza: “[...] o que esperar da escola dentro da nova fase da acumulação capitalista, sob a nova condição do trabalho e toda sorte de flexibilizações, desregulamentações, etc.?”. Em sua tese, o autor afirma que no atual momento histórico “[...] não faz sentido apenas lutar cegamente contra o “neoliberalismo”, ou contra as “ideologias de mercado” (SOUZA JUNIOR, 2001, p. 201). Sugere que é preciso compreender os fatores determinantes que exercem influência nos sistemas

⁴⁷ Este capítulo foi adequado e submetido em 30/07/2019 à Revista Debates em Educação, da Universidade Federal de Alagoas, como atividade necessária para integralização dos créditos em publicações obrigatórias exigidos no currículo do Doutorado em Educação da UDESC. Foi aceito em 01/03/2020 e publicado em 06/04/2020.

escolares. Para o autor, é fundamental “compreender como a escola se coloca dentro da dinâmica do capital mundializado e se articula com as crises estruturais do trabalho assalariado e dos Estados-nacionais”. (p. 203). Assim, registra ser necessário entender as profundas mudanças que circundam o trabalho, especialmente as transformações que provocam desemprego e crescimento da pobreza e exclusão social. Assim,

[...] a crise atual da escola se situa num novo ambiente da acumulação capitalista em que o capital se volta contra os mecanismos regulacionistas, contra os aparatos de proteção social, contra mecanismos democráticos como os sindicatos e outras organizações representativas das classes trabalhadoras, além de forçar os Estados-nacionais a se dobrarem diante da competitividade mundial baseada na financeirização do capital. A dinâmica mundializada do capital, os novos padrões de competitividade estabelecidos além fronteiras, o fomento dos avanços científico-tecnológicos acelerado pela concorrência mundial mais a desindustrialização, decorrência direta da financeirização econômica, enfraqueceram o polo da contradição referente ao trabalho. (SOUSA JUNIOR, 2001, p. 203-204)

Aponta, ainda, para a necessidade de transformação da escola a partir dos anseios da massa populacional menos favorecida. Segundo o autor, o trabalho precisaria ser organizado de modo muito diferente do processo de produção de mercadorias vigente. O Estado, por sua vez, deveria estar comprometido com os interesses dos trabalhadores. Somente assim, poderíamos pensar na possibilidade de “construção de uma escola numa perspectiva radicalmente integradora, democrática e progressista”. (SOUZA JUNIOR, 2001, p. 205)

O autor explica que dentro da dinâmica financeira mundial, “os Estados-nacionais [...] apenas se mostram fortes quando se associam aos interesses dos grandes conglomerados econômicos e quando agem em função destes interesses”. (p. 206). Assim, “pensar hoje em qualquer possibilidade de construção de uma escola que atenda minimamente aos anseios dos “de baixo” [...] exige pensar em transformações profundas também no nível da hegemonia social. (p. 210). Desse modo, a escola não se encontra desvinculada da dinâmica social maior, “[...] mas, nem por isso, a transformação da escola deve estar em segundo plano e ser vista apenas como uma consequência de mudanças estruturais anteriores a ela”. (SOUSA JUNIOR, 2001, p. 212)

Porém, segundo Zanella (2003), “[...] a escola pública expressa os movimentos da história da luta de classes [...]. Portanto, a escola pública que, de fato, teria condições de ensinar o concreto seria a escola pública produzida pela classe

trabalhadora”. (p. 301). Em sua tese, defende a ideia da escola para a apropriação do conceito científico, objetivando passar do concreto empírico ao concreto pensado, isto é, não apenas no que é empírico e segundo a vontade dos estudantes, mas a partir da apreensão de conceitos que possibilitem a emancipação do estudante. Nesse sentido, problematiza as abordagens que propagam o viés neoliberal na educação.

[...] estas tendências de ensino negam a centralidade do trabalho, ao mesmo tempo que negam o ensino da ciência na perspectiva da filosofia da práxis e articulam-se com o trabalho flexível da reestruturação do capitalismo. São, portanto, tendências do ensino do capital que expressam uma visão de mundo neoliberal e, na maioria dos casos, pós-moderna. (ZANELLA, 2003, p. 06)

A visão de mundo difundida a partir de pressupostos de mundialização financeira, coloca para a escola a tarefa de formação do trabalhador para suprir as exigências do mundo produtivo em franca transformação. (ZANELLA, 2003). Entretanto, o autor argumenta que ensinar vinculado estritamente “aos interesses pragmáticos de um coletivo de alunos é fracionar os conceitos como se esses fossem “mônodas” fechadas, uma espécie de mercadoria que se retira da prateleira do supermercado para dar conta de um problema imediato a ser resolvido” (p. 294). Desse modo, a aprendizagem de conceitos sistematizados historicamente estaria subordinada aos interesses imediatistas dos estudantes, podendo descaracterizar o ensino de conteúdos cuja apreensão não tivesse o aval do público estudantil.

Batista (2010) concluiu em sua tese que “a educação [...] proposta para o contexto da reestruturação produtiva visa à constituição de um novo sujeito social palatável, útil, que é o trabalhador flexível e adaptável às transformações organizacionais e técnicas do capitalismo global” (n.p.). Para o autor, há uma forte investida para moldar novas subjetividades ao mundo do trabalho. Assim, a mudança na forma de produzir a existência material por meio do trabalho com “[...] o desenvolvimento de novas formas de organização e gestão da produção, das inovações tecnológicas, da flexibilização e desregulação, cria novas exigências para a formação para o trabalho, seja ele simples ou complexo”. (p.13).

A nova ideologia da educação [...] disseminada pelas instituições multilaterais, pelas organizações empresariais e pelos documentos oficiais do MEC e do CNE, traz à baila um conjunto heterogêneo e difuso de fenômenos que possui os seguintes componentes básicos: defesa da educação básica como meio para gerar os conhecimentos e habilidades gerais – saber ler, escrever, dominar os códigos matemáticos e resolver problemas –, que permitirá ao

indivíduo adquirir posteriormente as habilidades específicas na educação profissional; ênfase no investimento formação de recursos humanos (capital humano) – adaptando-o e dando-lhe um novo vigor para o contexto do capitalismo global e da reestruturação produtiva – para melhorar a produtividade e garantir a competitividade das empresas e do país; ênfase na lógica e/ou “modelo” das competências para garantir a empregabilidade do indivíduo. (BATISTA, 2010, p. 14).

O modelo a ser adotado, nessa perspectiva, é o das competências, constituindo um conceito importante a embasar a nova educação para o século XXI. Segundo Batista (2010), tal noção “se desenvolve na esfera das empresas e dissemina-se para o conjunto da sociabilidade humana, tornando-se um verdadeiro consenso [...] em busca do trabalhador flexível e adaptável à lógica da reestruturação produtiva”. (p. 16-17). Para o autor, é necessário analisar criticamente a nova ideologia que permeia a educação para o futuro. Nesse sentido, sugere que o debate deve ser mais contextualizado, evidenciando também questões como o desemprego, as condições precárias de trabalho advindas com a terceirização (como a subcontratação), situação em que os sujeitos são intimados a desempenhar múltiplas atividades.

O processo de reestruturação produtiva, tendo o lucro como alavanca, promoveu mudanças ideológicas e culturais importantes. Assim, o autor afirma que:

[...] ao tratarmos da reestruturação produtiva, lidamos com um conjunto de valores que se articula com as formas ideológicas que estão na produção, na política e na cultura. Afinal, na perspectiva da totalidade, as diferentes esferas da sociabilidade estão articuladas e intrincadas, de maneira que no processo de consolidação da reforma da educação, sobretudo a profissional – em que impera uma nova ideologia da educação profissional fundada na nova teoria do capital humano e na lógica das competências - destaca-se a questão do trabalho, da política, da cultura e da ideologia. (BATISTA, 2010, p. 24)

Com a mundialização do capital e a reestruturação no processo de produção de novas mercadorias, o trabalho ficou mais intenso e precário, exercendo, objetiva e subjetivamente, influência sobre a força de trabalho. Nesse processo, ocorre a “captura” da subjetividade, pois, segundo o autor, “nos dispositivos organizacionais e institucionais do novo complexo de reestruturação produtiva, há mecanismos voltados para o desenvolvimento de novas formas de mobilização, de envolvimento e integração do trabalho vivo aos pressupostos da empresa”. (BATISTA, 2010, p. 34)

A tese pesquisada evidencia que a “captura” e “expropriação” da subjetividade não se encontra restrita ao lócus de trabalho, mas se propaga a todas as instâncias sociais. Segundo o autor, a “captura” da subjetividade na educação está presente no

pensamento que perpassa a formação do indivíduo como recurso humano, em que o sujeito deve “[...] manter-se aberto, adaptar-se a mudanças, resolver problemas e a correr riscos, levando o sujeito a uma vida sufocada pela pressão das competências, aptidões e habilidades”. (p. 35).

Nessa perspectiva, Batista (2010, p. 263) formula boas perguntas para pensarmos a educação em construção no século XXI:

Seria legítima uma educação formal reduzida à função de desenvolver habilidades e competências voltadas apenas para a esfera do mercado? Pode-se falar em educação para a liberdade e autonomia quando o conhecimento científico e tecnológico é reduzido à aplicação utilitária no trabalho? Por que dificultar o acesso ao conhecimento filosófico, científico e cultural que foram produzidos e acumulados pela humanidade ao longo da história? O que significa desenvolver o protagonismo e a responsabilidade juvenil numa sociedade que destroça o indivíduo? Por acaso, o protagonista que se quer formar seria o mesmo indivíduo alienado, que deve se adaptar passivamente à lógica do metabolismo do capital?

Além disso, registra que a tendência do capitalismo global é flexibilizar todos os processos que tenham a capacidade de potencializar o lucro como, por exemplo, a flexibilização da produção industrial, do trabalho, da educação e a flexibilização financeira. Nesse contexto de reestruturações flexíveis, a noção de competências alinha-se concretamente com a formação de sujeitos polivalentes que executam multitarefas. (BATISTA, 2010).

Os indivíduos, nessa esteira, devem estar sempre inclinados a buscar novas qualidades individuais de acordo com a produção econômica flexível, incorporando as habilidades básicas e técnicas para competir em uma modernidade marcada pelo fim das certezas. “Enfim, o trabalhador deve estar preparado para o exercício de múltiplas tarefas em um mundo em permanente mutação, ao qual deve inevitavelmente adaptar-se”. (p. 303).

Segundo Pereira (2011, p. 111) essa noção de indivíduo preconiza o talento e o mérito como recursos imprescindíveis para a ascensão social ao passo que responsabiliza o indivíduo pela situação de fracasso ou sucesso em que se encontra. “[...] no entanto, isso não está disponível para todos, e aqueles que não conseguem vão se frustrando e passam a culpar-se pelo seu fracasso. Trata-se da individualização da culpa”.

O autor demonstra que a sociedade contemporânea idealiza um modelo de ser humano inatingível para a maioria das pessoas. A escola, desse modo, acaba

servindo para a difusão do modelo idealizado. “Nesse sentido, a escola passa por constantes reformas para poder atender as demandas do setor produtivo e formar a mão de obra, conforme as exigências do capital”. (p. 112)

Tais reformas são para Silva (2013) objeto de disputa. A autora verificou em sua tese que há variados entendimentos entre gestores públicos sobre a temática da educação da juventude e o papel da educação secundária nesse contexto. Assim, “[...] o currículo do Ensino Médio também vem se tornando objeto de interesse de setores produtivos e comerciais. Se os jovens brasileiros antes passavam despercebidos, agora se tornaram eles próprios objetos de disputa”. (p. 09)

Considerando tais movimentos, Soares (2012), em tese sobre as políticas educacionais para o Ensino Médio diante das mudanças no mundo do trabalho e os impactos para a formação do jovem, entende as transformações do setor produtivo como decisivas para a atual configuração do emprego e das condições de trabalho, remetendo-nos à indissociabilidade entre trabalho e educação como relação condutora para a construção dos modelos sociais contemporâneos.

O autor argumenta que mesmo diante do discurso de preparação para o mercado de trabalho “o jovem não se sente preparado pela escola porque [...] ele percebe que sua formação não é suficiente para garantir seu ingresso e que outros fatores concorrerão para esse fim”. (p. 11).

Registra, nesse sentido, que focar apenas na preparação para o mercado de trabalho é, provavelmente, uma das piores contribuições da escola para o jovem, considerando que a sua imensa maioria será inserida em um mundo produtivo extremamente desigual e expropriador. Assim, defende que a escola, “[...] muito além de uma mera [...] instrumentalização de mão de obra precarizada, seja um elemento político transformador, proporcionando aos jovens estudantes uma visão contextualizada do próprio processo histórico”. (SOARES, 2012, p. 239).

Todavia, verifica que o currículo da educação secundária no Brasil ainda privilegia uma visão futura de trabalho fortemente conectada com a organização do mercado de trabalho pós-fordista, valorizando discursivamente o treinamento de mão de obra jovem e saudável para ingressar em um mercado altamente flexível em termos de direitos e condições de trabalho. (SOARES, 2012).

Soares (2012) demonstra que, ao longo do processo sócio histórico, “as diversas reformas curriculares não resultaram na melhoria da qualidade da educação pública brasileira, em especial o segmento ensino médio, tendo em vista o quadro

caótico que se encontram estruturalmente as escolas”. (p. 249). Segundo o autor, é comum na educação “[...] a ideia de que a reforma curricular é a solução de todos os problemas educacionais” (p. 250).

Desse modo, analisa que o currículo acaba se traduzindo em mecanismo de controle e subordinado aos valores do mercado. Ao invés de buscar a mudança do *status quo* vigente, a excessiva atenção ao modelo das competências como fundamento educacional para atingir metas vem ao encontro de uma perspectiva adaptativa da educação básica para atender o fluido mercado de trabalho.

Oliveira (2003, p. 249) explicita que “embora o empresariado brasileiro tenha enfatizado o investimento na educação básica e na educação profissional, tal ênfase busca ajustar a educação brasileira aos interesses econômicos e não considerá-la um direito social a ser garantido pelo Estado”. Assim, as propostas empresariais para o campo educacional estão alicerçadas em bases muito próximas às colocadas pelo Banco Mundial, enfatizando a tese do capital humano.

Há, nessa perspectiva, uma disposição do empresariado em enfatizar a necessidade de mudanças no campo da educação, visando adequá-la ao novo padrão de desenvolvimento global que exige uma economia nacional mais competitiva para concorrer com a indústria estrangeira. (OLIVEIRA, 2003).

O autor explicita em seu trabalho que “o empresariado nacional, de diversas formas, buscou demonstrar ao governo e à sociedade [...] que havia a necessidade do sistema educacional sofrer alterações de forma a se tornar coetâneo e articulado aos interesses industriais” (p. 254). Daí advém a busca empresarial por um controle maior sobre o trabalho realizado nas escolas, fazendo parte da gestão estatal dos sistemas de ensino para fomentar a regulação de tais instituições.

Para Oliveira (2003, p. 258), a disseminação da ideia de competência funciona para direcionar os saberes e fazeres educativos. “[...] Este deslocamento conceitual estabelece o individualismo como ponto de partida e de chegada [...] . O conceito de competência seria nitidamente um mecanismo [...] para o avanço de uma cultura neoliberal”. Desse modo, busca-se transformar a escola num “[...] espaço de formação de um indivíduo que se identifique diretamente com os interesses da produção como se estes também fossem os seus”. (p. 259).

Melo (2009) alerta que em tempos de reestruturação do sistema produtivo há um fortalecimento da teoria do capital humano por meio da difusão mundial, via organismos multilaterais (FMI, BIRD, BID, UNESCO, etc.), das lógicas da

competência e da empregabilidade. “No Brasil, os pressupostos do modelo das competências e da ideologia da empregabilidade nortearam as reformas educacionais conduzidas pelo MEC”. (p. 178).

De acordo com o autor “a teoria do capital humano, em seu revigoramento, no contexto do mundialização do capital, reaparece recheada com os conceitos de *competência, empregabilidade e sociedade do conhecimento*”. (p. 178, grifo no original). Nessa linha, Melo (2009) esclarece:

A ênfase na educação básica, na formação de habilidades genéricas para os trabalhadores e a sua inserção como elemento para a competitividade, aos moldes da teoria do capital humano revisada, são partes desta concepção funcionalista de sociedade, em que a desigualdade se transforma em diferenças, em que classes sociais são substituídas pelo acento nas subjetividades. Por este caminho, percebe-se o perfil do trabalhador que se quer formar [...]: um trabalhador que não se compromete como elemento de classe, mas apenas consigo mesmo e com a empresa. (p. 897).

As transformações no mercado de trabalho, nesse contexto, demandam, segundo o autor, um incansável processo para a aprendizagem, devendo a sua formação básica se moldar a uma maior flexibilidade. “A proposta dos empresários vincula-se muito mais à aquisição de métodos de aprender do que a conteúdos a serem aprendidos”. (MELO, 2009, p. 898).

Assim, os empresários, na busca pela competitividade, entendem a importância a ser dada aos “recursos humanos”, valorizando-os como capital humano, ou seja, como mão de obra capaz de gerar dividendos à empresa. Nesse sentido,

Os trabalhadores precisam se apropriar de processos [...] que estão no cerne das máquinas microeletrônicas [e] deve ser independente e procurar se colocar, frente ao mercado de trabalho excludente, de forma ativa, dinâmica, enfim, de maneira que possa gerir independentemente a sua própria carreira. Em último lugar, a competência de que o trabalhador deve organizar seu próprio trabalho tende, no sentido mais atual, ao empreendedorismo. (MELO, 2009b, p. 900).

É justamente nessa aposta “[...] na incerteza do mundo do trabalho futuro (e presente) que se assenta a formação proposta [...] e derivada das proposições dos empresários. A estas incertezas soma-se a individualização das qualidades requeridas dos trabalhadores”. (p. 906). Portanto, o perfil formativo demandado do jovem é o do trabalhador “aberto ao novo, flexível para se adequar às diversas situações [...]; deve sair de si e lidar com os outros [...] em uma atitude de flexibilidade

relacional [...] e agir de forma competente, como um verdadeiro líder. Eis o perfil a ser formado”. (p. 906).

Segundo Melo (2009), os empresários enaltecem reiteradamente as deficiências da educação brasileira, apostando na transformação da gestão para mudar esse quadro. “Esta mudança gerencial, portanto, aproximaria a gestão do sistema público de educação à gestão das empresas privadas, garantindo, assim, a eficiência e a eficácia necessárias para uma educação voltada para as exigências da competitividade”. (p. 909).

Garay (2010) verifica que para os jovens entrevistados em sua pesquisa, empregados em uma multinacional, “a condição fundamental para a entrada no mercado de trabalho é ter ou não “atitude”. A empresa é vista tanto como espaço de profissionalismo quanto como “uma família”, interessada no futuro deles”. (p. 93). Há um grande trabalho no sentido de inclinar a subjetividade do jovem aos valores buscados pela empresa.

A autora esclarece que “os projetos sociais voltados à educação de crianças e jovens têm tido preferência nos investimentos das empresas, especialmente as de grande porte”. (p. 97). Nessa perspectiva, as instituições privadas atuam para remodelar “[...] a identidade dos trabalhadores. Identidade entendida como algo em movimento, síntese de múltiplas e diferentes determinações, o que inclui as condições históricas, sociais, materiais, bem como as condições do próprio indivíduo”. (p. 98).

Garay (2010) prossegue registrando que

[...] uma vez que nas organizações vem sendo priorizada a admissão de jovens que ainda estão construindo sua identidade e são mais vulneráveis às políticas de gestão implementadas, pode-se dizer que elas se utilizam de suas fragilidades, criando situações que permitem a identificação, ainda que ilusória, dos trabalhadores. (p. 98).

Por conseguinte, os projetos sociais desenvolvidos pelo meio empresarial criam, segundo a autora, “[...] uma vinculação [dos] trabalhadores com a empresa, o que, num contexto de reestruturação produtiva, favorece a adesão do coletivo de trabalhadores aos objetivos empresariais, num esforço para diminuir as diferenças e o antagonismo de interesses”. (GARAY, 2010, p. 105).

Tais projetos serviriam, segundo o estudo de Garay (2010), como ação tática para mobilizar a consciência dos jovens para aderir a “[...] um modo de ser e de viver compatível com as necessidades das organizações atuais. Dedicção, esforço,

atitude no trabalho, estudo constante, não parar, levar a sério, fazer com vontade” (p. 105) foram termos recorrentes citados pelos jovens ao longo das entrevistas.

Para a autora, essa realidade deixa os jovens profundamente angustiados, principalmente pelas dificuldades encontradas em acessar o mercado de trabalho formal e, também, a sombra do desemprego que os pressiona à eterna vigilância. A fala de um entrevistado participante do projeto social na multinacional pesquisada por Garay (2010) enaltece a preocupação dos jovens: “eles te põem na realidade, te mostram a realidade, que o mundo não é só esse mar de rosas, te preparam legal para encarar a realidade, eu aprendi a ter mais responsabilidade e vi que o mundo ali fora não é brincadeira”. (p. 105).

O movimento de transformação da subjetividade do jovem, nesse sentido, busca a construção de novos modos de entender os valores empresariais. Configura-se, assim, um movimento de mudança representacional que impede atividades mais politizadas dos indivíduos. Predominam ações formais e informais no âmbito das empresas “no sentido de formar os trabalhadores, adaptá-los aos seus objetivos e torná-los capazes de responder às demandas da produção e do processo de trabalho”. (GARAY, 2010, p. 107).

Enaltece-se, nessa perspectiva, o comportamento empreendedor para a empregabilidade, segundo o qual o indivíduo seria o único responsável pela construção de uma melhor versão de si, sendo culpabilizando por qualquer erro cometido em sua carreira, por não ter alcançado as “competências” demandadas pelo mercado.

Rocha e Helal (2011), em pesquisa realizada sobre empregabilidade com um grupo empresarial e outro grupo acadêmico, demonstram que a concepção empresarial-individual prevalece sobre a concepção crítico-social entre os entrevistados. Para os autores, a tendência empresarial-individual dá ênfase à capacidade do trabalhador de ajustar-se às novas demandas do trabalho nas organizações. Em contrapartida, a concepção crítico-social entende a empregabilidade como um discurso que enfraquece a responsabilidade social e estatal com as condições de acesso ao emprego.

Nesse sentido, “[...] o discurso neoliberal da empregabilidade não traz consigo a garantia de empregos e a busca incessante pelo conhecimento (capital humano) nem sempre é garantia de colocação no mercado de trabalho”. (ROCHA & HELAL, 2011, p. 140). As empresas estão implementando uma verdadeira reestruturação em

seus processos produtivos. Nessa perspectiva, as ocupações tradicionais perderiam espaço.

Segundo os autores, devido às rápidas transformações tecnológicas, o emprego industrial vem perdendo espaço ao passo que a área de serviços se expande. “O mercado de trabalho se flexibilizou e as relações de trabalho se tornaram mais precárias – verificando-se o aumento da ocupação por conta própria e da informalidade, em geral”. (p. 141). Assim, registram que

[...] o que se percebe, na verdade, é a institucionalização do discurso empresarial-individual da empregabilidade. As profundas reestruturações organizacionais, a prática gerencial, a mídia e a própria academia têm divulgado e reforçado a responsabilidade do indivíduo no processo de obtenção de emprego. (p. 152).

Rocha & Helal (2011, p. 153) destacam que “[...] a propagação e a força do discurso individual da empregabilidade estão intimamente imbricadas com a promessa falaciosa da teoria do capital humano, inserida na abordagem econômica neoclássica (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1961, 1973)”. Consequentemente, temos uma supervalorização da bagagem de capital humano individual, o que segundo seus defensores permitiria otimizar o valor agregado do indivíduo no mercado de trabalho e aumentar sua produtividade.

De acordo com os autores, há no Brasil um descompasso entre a estrutura ocupacional e oferta educativa proporcionada aos trabalhadores, pois não foram criadas as vagas necessárias (com exigência de maior escolaridade) para suprir toda a procura. Assim, relatam que a retórica neoliberal da empregabilidade não é capaz de gerar empregos. Além disso, os que se qualificam intensamente seguindo o viés do capital humano nem sempre encontrarão uma vaga no mercado de trabalho.

Nesse contexto, Melo (2012) argumenta que a educação seria a aposta contemporânea dos empresários como alicerce para a produtividade e a inovação, um recurso importante para adaptar os indivíduos às transformações colocadas pelos novos modelos tecnológicos. “Há, na proposição empresarial, uma retomada da teoria do capital humano, agora muito fortemente focada na qualidade da educação básica, a qual possibilita o *aprender a aprender* ao longo da vida”. (p. 38)

Segundo Nosella (2011) “o trabalho é o princípio educativo geral de todo o sistema escolar” (p. 1051). Nesse sentido, as particularidades e mudanças do ensino médio seriam resultado do momento vivido pelo jovem em um movimento de afirmação/negação no contexto contemporâneo.

O autor argumenta que aumentou nos últimos anos a discussão sobre qual o melhor caminho para o ensino médio. Entretanto, é um debate que se estende há muito tempo. O assunto aparece constantemente nas mídias. Nesse sentido, o ensino médio configura-se como a etapa mais problemática do educação no Brasil: há grupos que buscam um caráter mais humanista e científico para todos; há, também, os que defendem uma formação pré-profissional ou profissionalizante para essa etapa; existe ainda quem se movimenta pela separação entre ensino médio geral e o ensino técnico; e outros que buscam a integração do ensino médio com a educação profissional.

Contudo, o estatuto pedagógico do ensino médio não tira o sono apenas de políticos e profissionais da educação brasileiros. Há muitos países desenvolvidos que também direcionam sua atenção para a educação secundária. Assim, “o ideário da escola unitária dos anos de 1920/1930, que inspirou reformas que eliminaram a dualidade escolar do antigo ginásio, ainda não conseguiu alavancar uma nova estrutura normativa, unitária e universal, para o ensino médio regular”. (NOSELLA, 2011, p. 1053). No que se refere ao caso brasileiro, o autor registra que

[...] a grande questão é a seguinte: como priorizar na escola média brasileira a dimensão da formação para a autonomia, quando a liberdade para a maioria é tão exígua? Como proteger o direito dos adolescentes a um tempo justo de “indefinição profissional ativa e heurística”, quando, de um lado, a minoria de jovens da classe dirigente usufrui de inúmeros anos de formação e “indecisão” profissional, enquanto, de outro lado, a imensa maioria, para sobreviver, é forçada a uma definição profissional precoce? A resposta a essa problemática passa pela luta política que visa a tornar a sociedade mais justa e igualitária e, ao mesmo tempo, pela defesa de concepções e práticas pedagógicas que fortaleçam o ensino médio unitário não profissionalizante e para todos. (p. 1062)

Nessa esteira, os resultados da pesquisa de Junqueira & Bezerra (2014) evidenciam que a educação colocada a serviço do lucro não é capaz de uma aprendizagem significativa para todos, pois sua lógica busca tornar adestrada boa parcela dos indivíduos. O currículo com base na pedagogia do aprender a aprender buscaria “[...] alimentar a ilusão de uma sociedade do conhecimento que mascara os reais processos de alienação e exploração do trabalhador, submetido à precarização e a exclusão cada vez mais presente no mundo do trabalho”. (p. 291).

Para os autores, as “pedagogias do aprender a aprender” disseminadas a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990 transformaram o currículo, enfatizando o viés das competências como eixo de aprendizagem para o mercado de trabalho. O currículo, então, aparece “[...] em sintonia com o mercado de trabalho

cada vez mais exigente de conhecimento e de pessoas com habilidades e competências cognitivas e comportamentais necessárias à flexibilidade e adaptabilidade da sociedade do conhecimento”. (JUNQUEIRA & BEZERRA, 2014, p. 304).

Para muitos estudantes da escola pública o acesso ao trabalho, quando ocorre, realiza-se de forma precária e com baixos salários. A dinâmica da acumulação flexível requer sujeitos “adestrados para servir a determinados processos de valorização do capital seja nas operações industriais, como no setor de serviços”. (p. 306). Assim, os autores explicitam que a educação escolar básica, no atual contexto econômico, permanece reforçando a histórica formação dual, porém, agora sob uma perspectiva mais “inclusiva” e de acesso ao conhecimento.

Para tanto, as políticas curriculares contemporâneas valorizam a profissionalização prematura no Ensino Médio, deslocando a precarização do mercado de trabalho flexível para o educação secundária, vendendo a ilusão da sociedade do conhecimento e suas novas competências cognitivo-comportamentais. (JUNQUEIRA & BEZERRA, 2014).

Thiesen (2015, p. 644) indica a enorme influência e o aumento de entidades privadas na elaboração de políticas curriculares na atualidade. “São empresas, fundações ou organizações não governamentais que assentam suas propostas em abordagens objetivas, bem definidas e alinhadas com as tendências do estado *quase-mercado*”. Assim,

[...] por influência das distintas formas de alinhamento político e econômico nas reformas dos estados em âmbito internacional colocadas em marcha a partir dos anos 1990 na direção de uma sociedade de mercado, os conceitos que passam a orientar os textos das políticas curriculares brasileiras identificam-se [com] traços discursivos numa revelada aproximação entre Estado e mercado. Assim, pressupostos e conceitos como o de descentralização de reponsabilidades aos sistemas de ensino, flexibilização curricular, ensino por habilidades e competências, performatividade, parcerias, inovação pedagógica e curricular, avaliação em larga escala, educação integral, e outros, constituem ilustrativos exemplos. (p. 653)

Tal alinhamento, insere-se em uma agenda global para educação com forte participação do Banco Mundial em sua disseminação. A esse respeito, Pereira (2018, p. 2194) explica que “[...] após mais de setenta anos desde a sua criação, o Banco Mundial tem se mostrado capaz de se adaptar às mudanças em curso na economia política internacional e de seguir promovendo a liberalização econômica e a

privatização da vida social”.

De acordo com o autor, de 1980 a 2017, o comportamento do Banco Mundial em relação à América Latina passou a ser mais definidora, tentacular e politizada. Nessa perspectiva, os empréstimos concedidos pelo Banco passaram a ser instrumento para reorientar as políticas e os gastos públicos. Atualmente, o Banco se inclina “[...] para uma agenda que aposta no papel *ativo* do Estado na construção de economias de mercado, competitivas e globalizadas. Nessa concepção, o Estado eficiente e eficaz deve sê-lo, fundamentalmente, para o capital global”. (PEREIRA, 2018, p. 2194).

Fazendo um resgate histórico, Ciavatta (2016, p. 35) esclarece que desde a década de 1940 os segmentos empresariais são protagonistas no processo formativo profissional dos trabalhadores. Porém, a partir de 1990 há um predomínio dos valores do mercado sobre as demais necessidades da vida social. Nesse sentido, “a função da educação como formação humana, síntese de todos os aspectos do desenvolvimento humano, foi subsumida à formação para o trabalho de acordo com as necessidades empresariais, legitimada pela doutrina neoliberal”.

Para a autora, o paradigma neoliberal recuperou princípios clássicos como individualismo, liberdade política e econômica e os adaptou aos novos tempos da ciência e da tecnologia. O neoliberalismo declara, assim, “as necessidades de reestruturação produtiva, de flexibilização da produção e das relações laborais, corte de custos e de postos de trabalho, privatização do público, fórmulas internacionalizadas através da globalização das ideias e dos produtos”. (p. 35-36).

Ciavatta (2016, p. 44) observa que

[...] à medida que a escola adquire a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, ela assume, também, as exigências da ordem social desenvolvida nos processos de trabalho, tais como disciplina, exatidão, cumprimento estrito dos deveres, pontualidade, contenção corporal e afetiva, submissão física, técnica e moral. Os objetivos não têm sido a formação humana, mas o aumento da produtividade da mão de obra, a redução dos custos da produção e o aumento a lucratividade dos negócios.

Segundo a perspectiva analítica da autora, ao longo da história, a configuração do Ensino Médio e da Educação Profissional sempre foi configurada para atender as empresas e esteve a serviço do lucro. Porém, Ciavatta (2016) não realiza uma crítica reprodutivista. Ao invés disso, entende a realidade escolar como um processo dialético em constante movimento e transformação. Por esse motivo, vê um potencial

para mudanças por meio da educação. Registra que “[...] os professores, os gestores e suas instituições não são todos seres passivos, diante das várias pressões vindas da (des)ordem social e de suas políticas interessadas e conformistas”. (p. 47).

3.2 SÍNTESE EXPLICATIVA DO MATERIAL COMPILADO

As pesquisas selecionadas analisam a relação entre o novo modelo de desenvolvimento produtivo e as demandas requeridas da educação, trazendo a forte inserção dos valores de mercado como fio condutor e padrão a ser buscado pelos sistemas escolares contemporâneos. Nessa linha, as instituições são compelidas a responder os desafios do mundo contemporâneo, especialmente criando o ambiente humano favorável para que o país possa ter condições de mais competitividade no mercado econômico global. Podemos encontrar trabalhos a respeito em (SOUZA, 2001; BATISTA, 2010; SOARES, 2012 e outros).

As reflexões colocadas explicitam a escola como lócus importante para preparar a mão de obra necessária ao desenvolvimento socioeconômico, difundindo os valores, conhecimentos, habilidades e atitudes que precisariam ser adquiridos pelos jovens para que possam ser considerados empregáveis.

Os estudos inserem a escola no contexto da reestruturação produtiva do capital. Sua função seria predominantemente a de formar o sujeito mais ajustável ao padrão de desenvolvimento socioeconômico requerido. Os autores problematizam a “captura da subjetividade” do trabalhador e as novas formas de organização do trabalho diante das mudanças tecnológicas em curso, que colocam para a escola a necessidade de formação de um sujeito de novo tipo. Um indivíduo mais palatável às novas demandas econômicas, entendido como capital humano que deve buscar competências para sua empregabilidade.

Assim, com os novos desafios do mundo flexível, o ser humano precisará estar em condições de assumir riscos constantes. Uma realidade constatada e vivenciada pela grande massa populacional que se encontra em areia movediça, pressionada para sua reinvenção obrigatória diante da necessidade de sobrevivência. “É nadar ou morrer afogado”!

Aflige-nos o status de louvor atribuído a esse movimento de reestruturação, uma vez que situações de desigualdades podem ser naturalizadas/justificadas a partir

de tal ideário. Sabemos que viver é movimento, algo não estático. Porém, o caráter de exaltação ao sofrimento nos parece guardar nexos com uma espécie de masoquismo social, como se a conquista diante da dor fosse algo natural a perseguir.

Entendemos a aprendizagem a partir dos pressupostos da emancipação humana, da promoção do bem-viver por meio da ação coletiva. Para além de algo que coloque os indivíduos em sofrimento constante no intuito de colher no futuro os frutos de tanta dificuldade e opressão. Parece-nos que a ideia colocada é a de termos pessoas acostumadas a sobreviver aos sobressaltos, sem sossego e paz, num ritmo frenético, uma vez que o tempo desperdiçado caracterizar-se-ia como um enorme prejuízo financeiro.

As pesquisas colocadas em movimento demonstram que o mérito individual é enfatizado na atualidade como possibilidade de ascensão social. Desse modo, é forte a tendência da responsabilização individual pelo fracasso, ressaltando-se a falta de esforço pessoal. No modelo de reestruturação produtiva e acumulação flexível predomina a individualização da culpa.

Entretanto, importante mencionar que nem todas as pessoas conseguem alcançar o status de sucesso vigente em nossa sociedade. A grande maioria, mesmo diante de enorme esforço, não atinge os resultados almejados. Quando algumas vagas de trabalho são disponibilizadas no mercado, formam-se enormes filas. Nem todos terão acesso, mesmo diante de disposição e vontade em trabalhar.

Hoje, é socialmente propagado que sucesso seria sinônimo de possuir recursos que possibilitem ao indivíduo consumir o maior número de mercadorias disponíveis para venda: um carro e outros bens de luxo, uma casa ampla, compra de viagens nacionais e internacionais, uma grande quantia financeira no banco, etc. Vende-se a ideia do merecimento em gozar tais benefícios, com esforço suficiente e trabalho árduo por parte dos indivíduos. Em contrapartida, outras pessoas não conseguiram devido a sua inércia. Dissemina-se, empiricamente, que não houve trabalho duro o suficiente para superar as mazelas pessoais/sociais. Nesse sentido, seria uma questão de escolha da pessoa. Entretanto, dificilmente há muitas opções disponíveis. Quando há, não são suficientes para dar conta do enorme abismo social vigente.

Nessa perspectiva, a relação trabalho e educação é determinante para compreendermos o modelo social vigente e o papel a ser desenhado pela escola no atual tempo histórico. Na visão dos autores selecionados neste balanço, a ênfase no preparo para o mercado de trabalho não deve ser o objetivo da educação, sob pena

de termos um currículo imediatista e refém do mercado. Os pesquisadores defendem uma escola como instância transformadora de indivíduos, não apenas de caráter instrumental.

Os trabalhos selecionados evidenciam a educação como mecanismo de controle, estando submissa aos valores de concorrência com ênfase na retórica das competências para o alcance de metas. Sendo a educação um campo de disputa, aparece o enorme interesse do setor empresarial pelo que é ensinado no percurso de escolarização dos indivíduos. Contudo, até a realização do presente balanço (fevereiro de 2019), não encontramos teses que retratassem as particularidades da ação empresarial em Santa Catarina com relação à educação, especialmente no contexto da quarta revolução industrial. Tal fato insere a pesquisa nessa lacuna, procurando contribuir com o avanço na construção de conhecimento sobre as especificidades da articulação, mobilização e influência das entidades empresariais catarinenses no campo da educação.

4 CONHECENDO A ENTIDADE IDEALIZADORA DO MSCE

[...] seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica. (FREIRE, 1984, p. 89).

No capítulo anterior, como diálogo inicial e revisão de literatura, apresentamos um levantamento de teses e artigos (período de 2001-2019) que enfatizam a interface reestruturação produtiva e educação. Por meio desse balanço, identificamos a forte presença do pensamento econômico flexível como eixo orientador da educação contemporânea, pressionando a “reinvenção” do modelo pedagógico atual.

Neste capítulo, partindo do pressuposto de que para conhecer algo é preciso tecer relações e contextualizar o objeto a ser apreendido, avançaremos na compreensão da entidade idealizadora do Movimento Santa Catarina pela Educação, qual seja a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), a fim de que possamos entender seu histórico e *modus operandi* ao longo do tempo.

De acordo com o portfólio disponibilizado no site da instituição⁴⁸, a FIESC (bem como suas entidades vinculadas - CIESC, SESI, SENAI e IEL) é mantida e criada pelo setor industrial, funcionando como gabinete estratégico para fomentar a competitividade da indústria catarinense nos cenários nacional e internacional. Possui um modelo de gestão pautado na eficiência organizacional com histórico de atuação nas áreas da educação, saúde e qualidade de vida, especialmente para o trabalhador da indústria.

A instituição, nesse sentido, age de modo coeso para aprimorar o ramo industrial. Agrupando os sindicatos patronais das indústrias, realiza articulações e atividades com o intuito de representar e defender os interesses do setor industrial de Santa Catarina. Além disso, atua para a elaboração e efetivação de políticas públicas que sejam capazes de promover a competitividade da esfera industrial.

Desde 1950, a FIESC é uma espécie de anexo catarinense da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sendo a ela filiada. Sua atuação busca a promoção e a interlocução do empresariado industrial catarinense, agrupando os sindicatos patronais de indústrias de Santa Catarina. A entidade realiza, também, recorrentes estudos e pesquisas com diagnósticos e prognósticos acerca dos cenários atuais e

⁴⁸ Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/node/9668>.

futuros relacionados ao setor industrial, “[...] diferenciando o conjunto de fatores que estão sob responsabilidade e ação direta dos industriais; assim como aqueles que constituem variáveis não gerenciáveis pelos empresários [...] e que dependem da ação precípua dos governos e agentes públicos”. (BAUMGARTEN, 2011, p. 138).

Sobre as variáveis em que a indústria deve atuar para manter sua sobrevivência, principalmente a partir da ameaça de desindustrialização, destaca-se a necessidade de mais pessoas preparadas para seguir o ritmo das mudanças tecnológicas, aumentando, assim, a competitividade do setor. A educação é uma das estratégias factíveis da FIESC a fim de atender as necessidades de trabalho das indústrias. Segundo Baumgarten (2011), a entidade e o setor estão empreendendo “[...] esforços adicionais para que esta formação e qualificação sejam ampliadas e aceleradas, integrando esforços e iniciativas também de instituições de ensino e pesquisa tanto da área pública como do segmento privado” (p. 138).

Nos últimos 15 anos, segundo Duclós (2015), a FIESC aumentou consideravelmente o número de matrículas em seus cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada de aprendizes industriais. Além disso,

[...] desde 2012, intensifica as ações do **Movimento A Indústria pela Educação pela Educação**, iniciativa que fomenta entre as indústrias a formação e a qualificação de trabalhadores, seus familiares e comunidades. A meta é ousada: até 2024, todos os trabalhadores da indústria estadual deverão ter escolaridade básica completa e contar com educação tecnológica e profissional adequada à sua formação. (DUCLOS, 2015, p. 113, grifo nosso).

Para dar conta dessa “cruzada pela educação”, o sistema FIESC conta com o apoio de um quadro funcional/organizacional em todas as microrregiões de Santa Catarina, com uma inserção geograficamente capilarizada.

4.1 A PRESENÇA DA FIESC NO TERRITÓRIO CATARINENSE

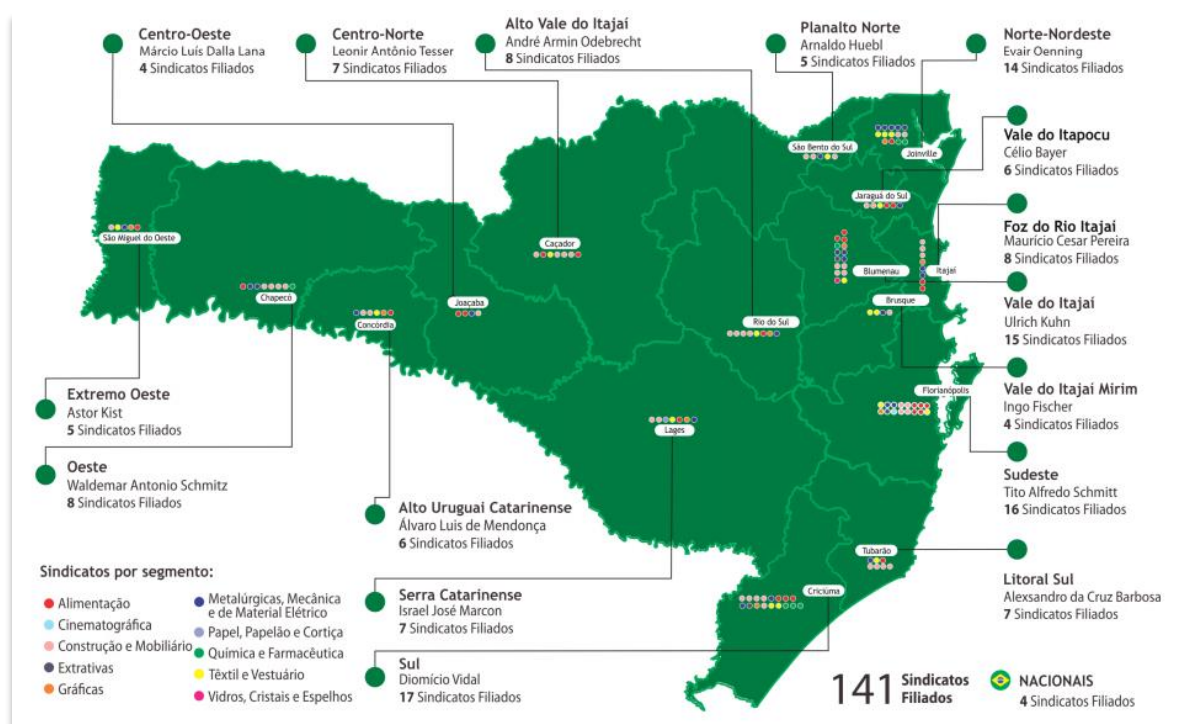
A FIESC⁴⁹ totaliza mais de 140 sindicatos patronais filiados. Conta, ainda, com o apoio de câmaras especializadas que assessoram em diferentes áreas técnicas. Seu ambiente institucional é direcionado para o associativismo empresarial, buscando

⁴⁹ As informações desta seção foram obtidas por meio de pesquisa ao site oficial da entidade disponível em: <https://fiesc.com.br/>. Último acesso em 22 dez. 2020.

solucionar situações que interferem no dia a dia do setor industrial catarinense.

No que se refere à inserção geográfica, a FIESC está distribuída em todo o Estado de Santa Catarina por meio de suas 16 Vice-Presidências Regionais, a saber: Alto Uruguai Catarinense; Alto Vale do Itajaí; Centro-Norte; Centro-Oeste; Extremo Oeste; Foz do Rio Itajaí; Litoral Sul; Norte-Nordeste; Oeste; Planalto Norte; Serra Catarinense; Sudeste; Sul; Vale do Itajaí; Vale do Itajaí Mirim e Vale do Itapocu. Na imagem, é possível localizar a capilaridade da instituição.

Figura 02: Distribuição geográfica da FIESC



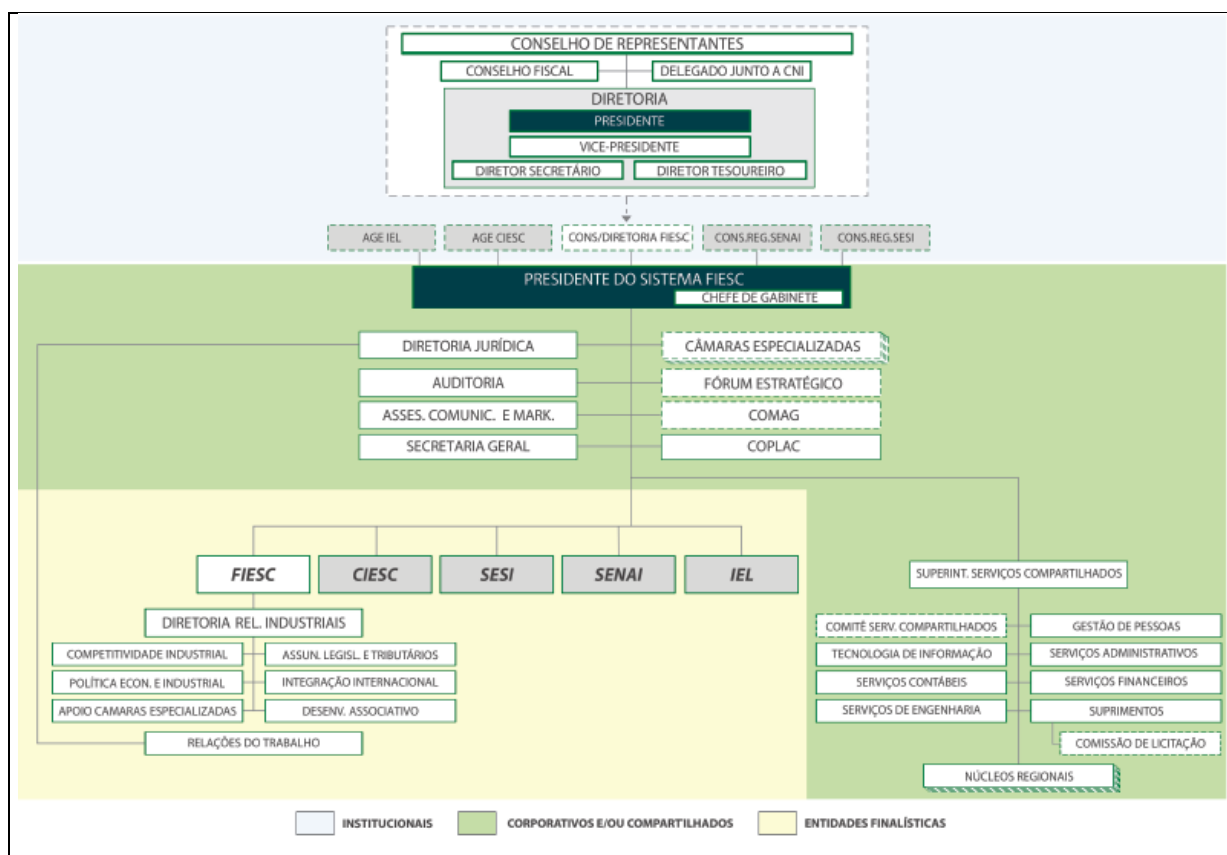
Fonte: Sítio oficial da FIESC, 2020.

Como se observa, há uma presença marcante no território catarinense. Com um *modus operandi* pautado na estratégia, a Federação estimula as indústrias de Santa Catarina a se conectarem mais fortemente ao competitivo mercado internacional. A entidade promove visitas representativas a diferentes países para conhecer tendências mundiais relacionadas ao setor e viabilizar operações comerciais. A organização possui, ainda, um programa para internacionalizar a Indústria de Santa Catarina a partir de cinco frentes de atuação: inteligência competitiva, fomento de parcerias, promoção comercial, capacitação e infraestrutura e atração de investimentos.

Suas ações contemplam, também, o acompanhamento do poder público, especialmente nas conjunturas que afetam o segmento produtivo, pressionando para a adoção de medidas alternativas para o desenvolvimento do setor. A entidade defende em seus canais de comunicação a urgência de diminuir os tributos pagos pelas empresas, além da importância de se levar em conta, quando se estabelecem normativas legais, as especificidades do ramo industrial. Busca, assim, um clima propício aos empreendimentos da indústria.

Como Sistema, a FIESC é atravessada por um ambiente organizacional complexo. Suas entidades estão entrelaçadas visceralmente. Porém, cada uma delas (FIESC, SESI/SC, SENAI/SC, CIESC e IEL/SC) possui personalidade jurídica de direito privado distinta, com atuação e recursos específicos. Importante registrar que todo o Sistema tem como autoridade máxima o Presidente da FIESC. (FIESC, 2012). Para melhor entendimento, apresentamos, o organograma funcional do **Sistema FIESC** disponível no manual de organização da federação.

Figura 03 - Sistema FIESC: Organograma Sistêmico Funcional



Fonte: FIESC. **Manual de organização Sistema FIESC**. Florianópolis: FIESC, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/10165414/Manualdeorganizacao_Sistema_FIESC. Acesso em 17 mar. 2020.

Para avançarmos na compreensão da entidade, na próxima seção, faremos a

localização temporal da instituição, com um breve resgate de seu histórico, contemplando sua sobrevivência e (re)configuração ao longo de seus mais de 70 anos de existência.

4.2 HISTÓRICO DA ENTIDADE

O texto constituinte desta seção possui como fonte referencial o livro de Nei Duclós, publicado em 2015, ano em que a FIESC completou 65 anos. O autor forneceu contextualização histórica emblemática desde a criação da entidade, passando por seus diferentes percursos, sempre em interface com a realidade socioeconômica do Brasil e de Santa Catarina.

A FIESC foi criada no ano de 1950 como resultado do interesse da indústria catarinense que surgia nas diferentes regiões do Estado. Nas décadas anteriores à sua criação, surgiram importantes empresas em Santa Catarina, tais como Teka, Fundação Tupy, Schneider, Laboratório Catarinense, Condor, Sadia, Perdigão e Tigre. Com elas, veio a necessidade de ter-se uma representação unificada que pudesse defender os interesses dessas empresas. Os empresários do segmento precisavam de mais recursos para melhorar e transformar a produção industrial. Estavam convictos de que tal empreitada teria mais sucesso se fosse liderada por uma entidade constituída legalmente para representar os interesses do setor. Assim, “[...] em 25 de maio de 1950, reunidos em Florianópolis, representantes de sete sindicatos do setor industrial catarinense decidiram que era o momento de constituir uma entidade capaz de defender os interesses da indústria”⁵⁰.

O primeiro presidente da FIESC foi o lageano Celso Ramos, proveniente de uma família influente no cenário político de Santa Catarina. Assumiu a entidade com forte apoio estadual e nacional e, em 1960, foi eleito governador com uma proposta de gestão vislumbrando os anseios da indústria. Sua proposta de governo teve origem nos seminários socioeconômicos desenvolvidos pela organização em diversos municípios catarinenses⁵¹.

Antes da criação da entidade, Celso Ramos fez um intenso trabalho de

⁵⁰ DUCLÓS, Nei. **Fiesc 65 anos: o passo à frente da indústria catarinense**. Florianópolis: Expressão, 2015, p. 28.

⁵¹ Ibid., 2015, p. 34.

convencimento junto ao setor industrial quanto à necessidade do associativismo dos sindicatos patronais de Santa Catarina para a defesa de pautas comuns. Viajou para os maiores municípios do Estado com o intuito de levar a bandeira de que o associativismo seria o caminho para o fortalecimento da indústria catarinense. “[...] A empreitada deu certo. A criação da FIESC representava a realização do projeto idealizado por Celso Ramos, eleito presidente da entidade na mesma noite em que a Federação foi fundada”. (DUCLÓS, 2015, p. 31).

A FIESC foi acreditada pelo Ministério do Trabalho no dia 9 de novembro de 1950, fato que a tornou apta a associar-se à Confederação Nacional da Indústria. O anúncio foi feito por Celso Ramos. Em janeiro de 1951, a filiação foi aprovada. Além de fazer parte da maior entidade patronal do Brasil, a filiação à CNI representava naquele momento a chance de trazer para Santa Catarina o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), tidos como fortes agentes para a expansão da organização no Estado. (DUCLÓS, 2015).

Desde seu nascimento até o presente momento, a FIESC foi administrada por 10 presidentes, conforme quadro a seguir.

Quadro 05 - Relação de Presidentes da FIESC

Período	Presidente
1950 a 1960	Celso Ramos
1961 a 1966	Guilherme Renaux
1966 a 1968	Celso Ramos
1968 a 1971	Carlos Cid Renaux
1971 a 1986	Bernardo Verner
1986 a 1992	Milton Fett
1992 a 1999	Osvaldo Douat
1999 a 2005	José Fernando Xavier Faraco
2005 a 2011	Alcântaro Corrêa
2012 a 2017	Glauco José Côrte
2018 a 2021	Mário Cezar de Aguiar ⁵²

Fonte: Elaboração própria a partir de Duclós (2015)

⁵² Professor licenciado do curso de Engenharia civil da UDESC.

Os presidentes elencados anteriormente assumiram o desafio de mediar relações complexas e de resistência oriundas do próprio universo industrial. Dentre os dilemas, destacam-se a convivência entre empresários (em embate constante sobre os caminhos a serem trilhados), bem como a relação com os trabalhadores, quer em questões salariais ou em busca de direitos. Nesse sentido, a FIESC sempre se mobilizou nas mudanças que, segundo a entidade, seriam necessárias em cada época para o desenvolvimento da produção industrial.

Foi um trabalho marcado por recorrentes transformações no campo político. A representatividade da FIESC foi atravessada por lutas de classe envolvendo industriais e trabalhadores, políticos e especialistas. “A política interagiu com a indústria, contribuindo para sua transformação e interferindo em seus rumos” (DUCLÓS, 2015, p. 33), onde havia a negociação e o cruzamento de muitos conflitos, com empresários e políticos exercendo o poder em conformidade com as características de cada período histórico.

Na década de 1950, a FIESC almejava colocar Santa Catarina no caminho do crescimento industrial. Para tanto, intensificava sua inserção política, manifestando insatisfação em relação à aglutinação das indústrias na região sudeste do Brasil. Segundo a entidade, tal concentração era um dos principais entraves das políticas públicas do período. Em decorrência, “[...] a alocação dos investimentos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais agravava as deficiências de Santa Catarina, tendo em vista que não sobravam recursos do governo para atender as demandas locais”. (DUCLÓS, 2015, p. 36).

No início da década de 1960, com a realização de um evento coordenado pela FIESC que contou com a participação de lideranças e entidades públicas e privadas de Santa Catarina, deu-se início ao processo de construção do Plano de Metas do Governo (Plameg). Celso Ramos, primeiro presidente da FIESC, foi eleito governador também em 1960. No ano seguinte, conseguiu aprovar o Plano de Metas na Assembleia Legislativa catarinense, fato que forneceu as bases para a criação de importantes instituições como o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina. (DUCLÓS, 2015).

O Plano de Metas do Governo (Plameg) iniciou um novo momento para a economia industrial catarinense, pois o Estado começa a conduzir o processo de integração do segmento, oferecendo financiamentos de longo prazo e investindo em

infraestrutura. A indústria, então, passava por uma rápida ampliação e diversificação, o que tornou decisiva a presença dos grandes industriais na esfera política estadual. (DUCLÓS, 2015).

Em 1963, a FIESC abriu as portas do seu Palácio da Indústria, edifício localizado na Rua Felipe Schmidt, município de Florianópolis/SC. O prédio constituiu-se em importante núcleo político dos empresários na capital catarinense, sediando, também, as diretorias do SENAI e do Sesi em Santa Catarina. Em 1966, na eleição para a presidência da entidade, Celso Ramos foi reeleito para liderar a instituição.

Na década de 1970, o futuro da indústria de Santa Catarina passou a ser definido pela FIESC e por políticas públicas favoráveis ao setor, com a presença marcante de importantes indústrias como Perdigão, Sadia, Aurora, Seara, Tupy, Consul, Embraco, WEG, Eliane, Cecrisa, Portobello, Hering, Karsten, Teka, Malwee, Marisol e Döhler. A articulação com o setor público foi de extrema importância naquele período para os interesses da entidade. “A posse de Colombo Salles, em 1970, como governador do Estado deu continuidade à política desenvolvimentista iniciada por Celso Ramos. O plano de governo destacou a preocupação em modernizar a indústria, aumentar sua produtividade e expansão”. (DUCLÓS, 2015, p. 50).

Nesse período, houve forte trabalho com o poder público e também o aumento da estrutura organizacional da entidade para a defesa dos interesses da indústria. “[...] A expansão das atividades de Sesi, SENAI e IEL em Santa Catarina era fundamental para que a FIESC conquistasse cada vez mais a confiança do empresariado. Para isso, era preciso expandir a estrutura física da entidade”. (DUCLÓS, 2015, p. 51). No ano de 1977, foram criadas unidades do SENAI nas cidades de Itajaí e São Bento do Sul. Iniciaram-se, também, obras de novos núcleos de ensino em Rio do Sul e São José. Com as novas estruturas, ao término dos anos de 1970, o SENAI/SC contava com 1.774 matrículas em seus cursos.

Na década de 1980, iniciou-se na capital catarinense, bairro Itacorubi, a obra do novo local onde abrigaria a administração central da entidade. A nova sede foi inaugurada em 23 de novembro de 1983, provendo a FIESC de espaço físico adequado para ampliar suas ações e amparar os departamentos regionais do SENAI/SC, Sesi/SC, IEL/SC e CIESC. (DUCLÓS, 2015).

Para a FIESC, os anos de 1980 simbolizaram o fortalecimento da estrutura física do Sesi/SC e seu trabalho nas áreas da educação, saúde e alimentação. Nesse período, 11 centros de serviços do Sesi/SC entraram em funcionamento

contemplando as seguintes cidades: Lages, Florianópolis, Criciúma, Joaçaba, Itajaí, Chapecó, Lauro Müller, Rio do Sul, Videira, Concórdia e Porto União. Os centros eram espaços pensados para congregar os serviços oferecidos ao trabalhador da indústria nos municípios de sua abrangência. “[...] Na segunda metade da década de 1980, os programas desenvolvidos pelo Sesi e pelo Senai foram remodelados para atender a novas necessidades dos trabalhadores da indústria catarinense”. (DUCLÓS, 2015, p. 68).

Na década de 1990, a FIESC esteve focada nas transformações do mundo com vistas à adaptação da indústria ao novo contexto. O advento da internet começou a alterar significativamente a dinâmica concorrencial, especialmente com o uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Com a globalização, “as empresas precisaram adotar padrões internacionais para enfrentar a concorrência estrangeira. Muitas indústrias sucumbiram. As que se adaptar[am] rapidamente à nova realidade levaram a indústria nacional a um novo patamar”. (DUCLÓS, 2015, p. 77).

Para atravessar a década de 1990, a entidade ampliou seu quadro representativo, passando a ter uma diretoria mais densa (com 42 cargos ao invés de 24 como anteriormente) e criando novo estatuto. A nova diretoria, em 1992, voltou-se à melhoria de sua atuação junto aos empresários industriais de Santa Catarina, auxiliando-os a se adaptarem ao contexto da globalização econômico-competitiva. Nessa perspectiva, investiu em ações de educação e tecnologia a fim de fomentar a competitividade do segmento industrial, bem como em programas de saúde do trabalhador para ampliar sua produtividade. (DUCLÓS, 2015).

As ações estratégicas da FIESC objetivavam minimizar os impactos da concorrência internacional. De acordo com estudo elaborado pela entidade, Santa Catarina perderia naquele período cerca de 50 mil empregos no setor industrial em consequência da competitividade com outros países do globo. A atuação conjunta entre as instituições que compunham a FIESC (Sesi, Senai, IEL e CIESC) buscava minimizar essa projeção.

Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, a FIESC, por meio do Sesi, criou em 1994 a Fundação Catarinense de Educação, para atender às necessidades da indústria na educação de adultos, com o objetivo de melhorar os níveis de escolaridade dos operários catarinenses. Em 1995 foram iniciados os cursos de Segundo Grau (atual Ensino Médio) e Técnico Especial em Informática Industrial no Centro de Tecnologia em Automação e Informática do Senai/SC, a partir de convênio com a Escola Técnica Federal de Santa Catarina (atual IFSC). (DUCLÓS, 2015, p. 79).

Com as mudanças na localização espacial econômica a partir da globalização, a FIESC reforçou fortemente a necessidade da indústria de Santa Catarina se lançar no processo de internacionalização competitiva para garantir sua sobrevivência diante do mercado externo. De acordo com Duclós (2015, p. 80), “o marco de entrada do Estado na briga internacional por mercados aconteceu em 1993, com a participação da primeira delegação na Feira de Hannover, considerada a mais importante do mundo no setor industrial”.

Na virada de século, especialmente a partir dos primeiros anos do século XXI, a educação passa a ter grande prestígio como eixo condutor para os trabalhos da FIESC. Seria necessário um sistema educacional voltado para os valores da indústria catarinense. Em 2003, o SENAI/SC iniciou cursos de Ensino Médio integrados à Educação Profissional. “Para esses cursos o SENAI/SC adotou o método da Educação por Competência, em que o aluno é avaliado segundo as competências exigidas do profissional no mercado de trabalho em cada área específica”. (DUCLOS, 2015, p. 88).

Em 2006, a FIESC inicia uma análise minuciosa do segmento industrial, buscando informações com 570 indústrias do Estado para a publicação dos seguintes estudos e pesquisas: *“Indicadores Industriais”*, *“Nível de Emprego Industrial”*, *“Sondagem Industrial”*, *“Índice de Confiança do Empresário Industrial na Economia”* e o anuário estatístico *“Santa Catarina em Dados”*.

As ações internacionais da instituição aumentaram muito nos dez primeiros anos do século XXI. A FIESC representou a indústria brasileira em comissões do governo à região leste da Europa, passando por Rússia, Polônia e Ucrânia. Outros países também receberam visitas empresariais, principalmente do continente asiático e do Oriente Médio, com destaque para China, Japão, Coreia do Sul e Cingapura.

Na segunda década do século XXI, algumas questões foram colocadas à FIESC: como atuar diante de um cenário que põe em cheque a sobrevivência do setor industrial tradicional? O que a gestão da entidade poderia fazer diante da reestruturação produtiva? Em um cenário absurdamente competitivo, como suprir as expectativas do setor? Para responder a esses desafios, a FIESC se alicerçou na inovação e na tecnologia para buscar a sobrevivência da indústria, adotando o modelo de formação pautado nas competências requeridas pelo modelo da produção e do consumo decorrentes da revolução 4.0.

Nesse processo multifacetado de transformação do parque fabril catarinense para a Indústria 4.0, a FIESC trouxe para si o papel de articulação e integração do setor a fim de viralizar a cultura da manufatura avançada. Importante registrar que a FIESC, por meio de seu planejamento estratégico para o período de 2013 a 2022, elegeu como seu objetivo principal estimular a indústria em quatro grandes eixos: 1. Ambiente Institucional; 2. Educação; 3. Inovação e Tecnologia; 4. Qualidade de Vida. Assim, todas as iniciativas da entidade passam a estar inclusas em um desses eixos. Nesse sentido, Duclós (2015, p. 110) expõe:

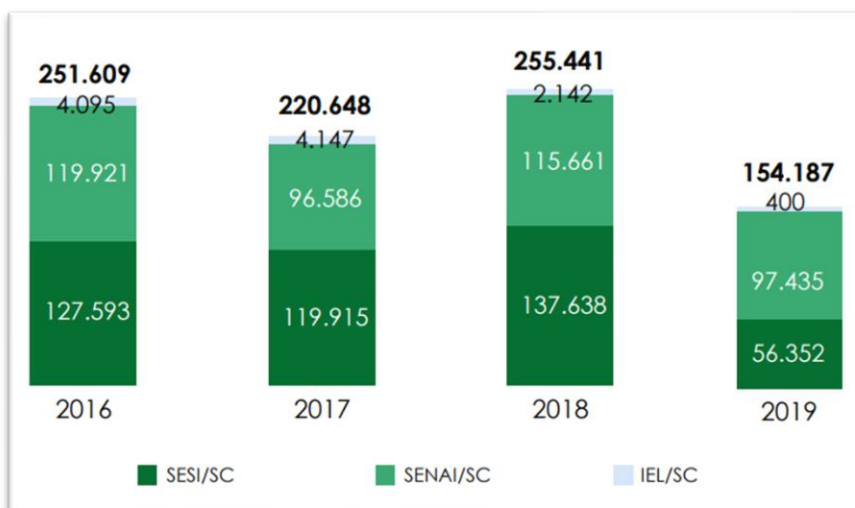
Definidos os temas prioritários e as linhas de ação, a FIESC busca interlocução junto aos Poderes constituídos levando as demandas empresariais, articulando bancadas parlamentares, influenciando políticas públicas e orientando ações judiciais, dentre outras intervenções possíveis para a construção de um ambiente favorável aos investimentos e operações industriais.

Portanto, em 71 anos de atividades realizadas em Santa Catarina, a entidade continua atuando de modo estratégico diante dos novos dilemas colocados pela realidade socioeconômica, intensificando seu trabalho a partir de soluções integradas para atender os interesses do público o qual representa.

4.3 ATUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS INICIAIS

Segundo a FIESC, Santa Catarina possui 50 mil indústrias que juntas têm 761 mil trabalhadores, cerca de 34% dos empregos formais e 27% do Produto Interno Bruto do Estado. Composta por 141 sindicatos patronais da indústria, a instituição representa o segmento industrial junto à sociedade como um todo. Além disso, trabalha na inserção e qualificação de pessoas para a reestruturação do setor produtivo. Por meio de suas entidades vinculadas, atua em diferentes níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental, Ensino Médio, Cursos Técnicos, Aprendizagem Industrial, Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional, Cursos de Graduação, Pós-graduação, Extensão Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Educação Continuada, Desenvolvimento de Carreira, Educação Empresarial e Estágios. A seguir, o quadro apresenta o número total de matrículas de 2016 a 2019.

Gráfico 01 - Número de matrículas do Sistema FIESC



Fonte: Relatório de Gestão FIESC (2019).⁵³

Do total de matrículas apresentado, o Sesi/SC totalizou 56.352 matrículas em 2019, direcionando suas ações educacionais para elevar a escolaridade básica dos catarinenses. Nessa esteira, oferece programas educativos desde a educação infantil até o Ensino Médio, contando também com propostas de complementação da aprendizagem.

Em relação ao Senai/SC, sua proposta é voltada para a competitividade da indústria por meio de educação profissional e tecnológica, formando técnicos em nível médio e superior para responder as demandas do mercado industrial. Em 2019, contou com 97 mil matrículas em cursos customizados de acordo com a necessidade de cada empresa. O portfólio é amplo, contemplando cursos presenciais ou a distância, cursos de curta duração, aprendizagem industrial, ensino médio articulado com educação profissional, cursos técnicos, graduação tecnológica, pós-graduação e extensão profissional.

Nesse sentido, a federação vem atuando fortemente na educação para o mercado de trabalho, buscando aproximar-se de diferentes setores econômicos para

⁵³ Disponível em

http://fiesc.com.br/sites/default/files/publications/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GEST%C3%83O%20FIESC%202019_0.pdf . Acesso em 21 mar. 2020.

aumentar a escolaridade e a qualificação de seus trabalhadores a fim de elevar a produtividade e competitividade do setor. De acordo com a entidade, a educação é elemento central nesse processo. Nesse contexto, a instituição lança em 2012 o Movimento Santa Catarina pela Educação, uma iniciativa que busca mobilizar, articular e influenciar a educação, a qualificação profissional e o ensino em Santa Catarina. Desse modo, com articulação e influência social, o movimento visa à construção de uma agenda comum para a área educacional por meio de parcerias entre o setores público e privado e a sociedade. Possui como bandeiras, entre outras, a educação para o mercado de trabalho, a liderança dos setores econômicos no processo de escolarização de seus trabalhadores, Educação básica, profissional e tecnológica para os funcionários da indústria, o fortalecimento das profissões ligadas ao setor, bem como a defesa da educação em tempo integral por meio do Ensino Médio articulado com a Educação Profissional⁵⁴.

Sinalizamos que a FIESC contava no ano de 2016 com 2.279 empresas signatárias (apoiadoras) do Movimento Santa Catarina pela Educação, contemplando empresários dos ramos industrial, transporte, agricultura e comércio, além do setor público.

4. 4 A INDÚSTRIA DIANTE DA QUARTA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Na seção anterior, apresentamos dados gerais que demarcaram, inicialmente, a inserção da FIESC na educação catarinense. Os cursos oferecidos por suas entidades caminham para se adequar a um novo modelo de indústria que permita a sobrevivência do setor no futuro, cujo funcionamento e estruturação começam a passar por uma nova revolução.

Sobre as transformações tecnológicas/industriais ao longo da história, vale relembrar que a descoberta da máquina a vapor e da locomotiva (entre as décadas de 1760 e 1840), bem como a construção de ferrovias impulsionaram a **primeira revolução industrial**, havendo também a expansão da produção mecânica no período. A **segunda revolução industrial** teve origem no fim do século XIX e foi até

⁵⁴ Conforme informações disponibilizadas em:
<http://santacatarinapelaeducacao.com.br/movimento/quem-somos.html>

meados do século XX. É marcada pela invenção da eletricidade e pela produção em larga escala com as linhas de montagens nas indústrias existentes. Já a **terceira revolução industrial** começou após a Segunda Guerra Mundial, na metade do século XX. Dentre as principais descobertas tecno-científicas destacam-se a criação dos computadores de grande porte, dos computadores pessoais, da microeletrônica e internet. (SCHWAB, 2016). Contudo, é no século XXI, período marcado por inúmeras transformações na esfera socioeconômica, que a chamada **Indústria 4.0** passa a ganhar evidência, inicialmente na Alemanha e nos Estados Unidos. Na segunda década do terceiro milênio, em um cenário permeado por mudanças nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a internet acaba se tornando o epicentro mediador a conectar todo o metabolismo social global.

Internacionalmente, as indústrias começam a se lançar em um novo modelo de estruturação e operação nos trabalhos, unindo o real e o virtual no agora denominado espaço *ciberfísico*. Sob essa base material, a FIESC, atenta ao cenário econômico mundial, inicia um trabalho para promover mudanças no parque industrial catarinense, adaptando-o ao contexto da Indústria 4.0 ou de manufatura avançada. Um dos intentos é inserir-se no circuito concorrencial internacional, a fim de ampliar as possibilidades de inserção do segmento à nova realidade do capital mundial.

Aproveitando a oportunidade, em 2012, o movimento “A Indústria pela Educação” é lançado em Santa Catarina. A FIESC aponta que um dos entraves para a viabilização da Indústria 4.0 seria a formação de pessoas para viver no “novo mundo” de imprevisibilidade da *Internet das Coisas*⁵⁵(*IoT*) e do *Big Data*⁵⁶. Importante registrar que o novo modelo formativo ancora suas bases na competitividade global. Nessa acepção, seria preciso modelar um novo sujeito apto a viver nesse futuro-presente marcado pela transformação dos postos de trabalho, das profissões, das relações

⁵⁵ Termo utilizado para designar a “[...] infraestrutura global que habilita serviços avançados por meio da interconexão entre coisas (físicas e virtuais), com base nas tecnologias de informação e comunicação”. (BNDES, 2018, p. 03). Envolve alguns pré-requisitos, dentre os quais destaca-se o processamento de dados de forma automática (sem envolver humanos). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/445c4dd8-069b-47c1-b191-767caee4a5ae/produto-9B-relatorio-final-sintese-do-estudo-de-lot-atualizado.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m87qQtI> . Acesso em: 13 jul. 2020.

⁵⁶ *Big data* é um vocábulo que sintetiza grandes volumes de dados complexos (com alta velocidade) que requerem tecnologias avançadas para processamento, gestão e análise da informação. As organizações, atualmente, utilizam-se de análises de *big data* para transformar esse grande volume de dados (velozes e diversos) em informações importantes para os “negócios”, impulsionando a tomada de decisão com foco em evidências. As tecnologias de *big data* permitem, em tempo hábil, a captura econômica do valor de dados conectados à internet. (GANDOMI; RAIDER, 2015).

sociais, agora norteados pelo efêmero e volátil. Todas as fases de desenvolvimento humano estão incluídas, iniciando na infância e passando pela formação de jovens, adultos e idosos

Nesse contexto, em âmbito federal, cria-se o plano de ação para o avanço da *Internet das Coisas* (IoT) no país (BRASIL, 2018). No tocante à formação de pessoas, aparece no documento a necessidade de ampliar a força de trabalho qualificada em IoT em ambientes como a indústria, despertando o interesse dos jovens pela temática. Além disso, o plano registra a importância de estimular a pesquisa e o desenvolvimento na área de engenharia para IoT, além de qualificar a gestão pública para a área. Portanto, um tema com inúmeras demandas para a educação e os processos formativos subjacentes.

Nessa perspectiva, alega-se:

Seja pela insatisfação de empregadores e ou pelo baixo percentual de formandos, a oferta de cursos em temas cruciais para o desenvolvimento de IoT ainda não é suficiente. Por isso a importância de fomentar a demanda por esse tipo de conhecimento: tanto despertando os interesses dos jovens, quando aumentando a demanda no mercado por profissionais qualificados em áreas como segurança cibernética e *big data*, centrais para Internet das Coisas. (BNDES, 2017, p. 17-18, grifo no original).

A esse respeito, Côrte (2018b) aponta para as mudanças no mercado do trabalho na contemporaneidade, especialmente no contexto da quarta revolução industrial. Para o autor, cerca de 30% dos postos de trabalho da atualidade não existiam há dez anos e é provável que 65% das crianças dos primeiros anos de escolarização, no futuro, ocupem funções que não temos ainda. Tais colocações sugerem que muitas áreas ocupacionais deixem de existir e novas entrem em cena.

Com as mudanças advindas com as novas tecnologias da Indústria 4.0, há uma forte ameaça ao emprego atual. Paradoxalmente, Glauco José Côrte, presidente da FIESC de 2012 a 2018, afirma que ainda há o horizonte de prosperidade financeira para os que conseguirem se “reinventar”. Sob esse viés, o rumo dos acontecimentos dependerão em grande medida da ação em rede entre governos, empresas e a sociedade como um todo. (CÔRTE, 2018b).

Nessa direção, ao comentar sobre o tema oficial do 48º Fórum Econômico Mundial intitulado “*Criar um Futuro compartilhado num mundo fraturado*”, o empresário enfatiza o grande desafio mundial de qualificar pessoas e torná-las aptas a viver em um cenário envolto por rupturas advindas com o avanço das novas tecnologias. Sobre a questão, o relatório “*Diversity, Equity and Inclusion 4.0*”,

publicado em junho de 2020 pelo Fórum Econômico Mundial, enaltece que o início da década vê o uso acelerado das tecnologias da quarta revolução industrial em meio à pandemia, cuja mudança social será pautada pela criatividade e inovação futura. Sob esse viés, as organizações empresariais deverão analisar o uso racional das novas tecnologias, aproveitando a oportunidade para criar uma cultura que possibilite extrair o máximo potencial das pessoas.

Para Côrte (2018a, p. 03) o futuro dos jovens “[...] será promissor, desde que a indústria dê um salto tecnológico em direção à chamada manufatura avançada”. Em sua visão, é no âmbito da quarta revolução industrial que está a chave para a formação da juventude. Nessa acepção, a FIESC entende que a construção da indústria 4.0 está condicionada às potencialidades dos jovens e o que podem oferecer ao segmento, envolvendo a criatividade, motivação e capacidade de “empreender” e “inovar”. Contudo, é necessário que esse público seja estimulado a incorporar a tecnologia em suas vidas, desenvolvendo as “competências” necessárias para adequá-los ao mercado de trabalho futuro. (CÔRTE, 2018a).

De acordo com o Fórum Econômico Mundial (2020), nesta quarta revolução industrial, a maioria das empresas está sendo impelida a implementar novas tecnologias e práticas para gerenciar sua força de trabalho. No entanto, implementar essas transformações, sem o devido cuidado, poderá ocasionar uma série de riscos e consequências para a reputação e a posição competitiva de uma empresa. Segundo a entidade, as novas tecnologias (e as práticas decorrentes no ambiente de trabalho) não são neutras em seus resultados. Por esse motivo, as empresas líderes mundiais estão cada vez mais, de modo sistêmico e integrado, alavancando a tecnologia como parte das estratégias para competir no mundo 4.0. As organizações precisarão estar atentas a fim de canalizar as potencialidades de trabalho da população LGBTI, aproveitando o que podem oferecer, incorporando-as e convertendo-as ao “novo normal” do trabalho pós COVID-19.

Brandão *et. al.* (2018) sustentam que a área industrial está em processo de transformação. O setor está cada vez mais entrelaçado ao ramo de serviços, na busca por soluções capazes de melhorar os seus resultados. Entretanto, com a indústria 4.0 predomina a inquietação sobre o futuro profissional dos jovens. Em função do crescente aumento da automatização, da inteligência artificial e de processos e tecnologias ligadas à internet das coisas, é tida como certa a diminuição no número de empregos, especialmente os de baixa qualificação.

Em meio a esse cenário, no ano de 2017, a Confederação Nacional da Indústria⁵⁷ já evidenciava parte de sua estratégia para obter apoio do Estado no tocante à viabilização da Indústria 4.0.

Figura 04 - Prioridades para o desenvolvimento da Indústria 4.0 no Brasil



Fonte: CNI (2017).

A esse respeito, a Confederação Nacional da Indústria registra:

Por meio do mecanismo de compras públicas, o governo poderia incentivar a geração e adoção de soluções digitais, ainda que as suas compras não necessariamente se caracterizem como aquisição de produtos industrializados. Demandas do Estado voltadas para a gestão de sistemas de transporte e para as áreas de energia e de segurança, por exemplo, seriam iniciativas que contribuiriam para a difusão de tecnologias baseadas nos mesmos princípios da Indústria 4.0. A ideia é que, ao gerar demanda para aplicação em outros campos econômicos que não a atividade industrial, o governo apoiaria a construção de capacitação técnica, que poderia também gerar soluções para a indústria brasileira. É nesse contexto que se propõe a formalização de programas governamentais que venham a contribuir para a prestação de serviços públicos de forma mais inteligente e conectada, como é a Indústria 4.0. (CNI, 2017, p.43).

O excerto anterior explicita um mecanismo por meio do qual as entidades empresariais do segmento industrial poderiam (podem) lançar mão para obter apoio e gerar demanda para a indústria 4.0 no cenário brasileiro. Nesse contexto, o Estado é tomado como “cliente” em potencial e “parceiro” para a formação necessária à difusão da indústria 4.0, seja por meio de programas governamentais e/ou compras públicas.

Ao encontro do exposto pela CNI, por meio do Decreto Presidencial Nº 9.745,

⁵⁷ A FIESC é filiada à Confederação Nacional da Indústria desde 1950 (DUCLÓS, 2015), sendo o “braço direito” da entidade em Santa Catarina.

de 8 de abril de 2019, vemos a estruturação regimental do novo Ministério da Economia do Brasil, cuja área de inserção abrange, dentre outras, uma *Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital* com a prerrogativa de levar os serviços públicos a um patamar tecnológico disruptivo, adaptado às demandas do mundo 4.0. Visualizamos, também, no artigo 114 do mesmo decreto, a *Subsecretaria da Indústria*, a qual incumbe:

[...] II - articular e estabelecer parcerias entre executores de programas e atores da área governamental, de representantes do setor produtivo, de instituições técnicas e tecnológicas e de ensino e pesquisa e dos atores envolvidos nas questões temáticas referentes ao aumento da competitividade e da produtividade industrial; III - elaborar, propor e **implementar políticas públicas para fomentar a competitividade da indústria**, com foco na **adoção de novas tecnologias, na digitalização da produção e no aumento da produtividade**; [...] VI - elaborar propostas com vistas à **melhoria do ambiente de negócios e da infraestrutura para a indústria**. (BRASIL, 2019, [n.p.], grifos nossos).

Apreendemos a capilaridade do sistema industrial brasileiro, fazendo parte da estrutura organizacional oficial do Estado brasileiro, feito que lhe possibilita a disputa pelo financiamento, remodelamento e expansão econômica na conjuntura da quarta revolução industrial. Uma espécie de atuação orgânica conjunta na definição e elaboração de leis que possam impactar positivamente o setor.

Sobre o cenário da revolução 4.0, o Fórum Econômico Mundial enaltece o aumento da produtividade e do potencial econômico no contexto da quarta revolução industrial a partir de questões sobre como reter e compartilhar as capacidades dos trabalhadores, especialmente em face dos novos postos de trabalho que surgirão. Com as mudanças das comunicações e a conectividade crescente, as organizações deverão ampliar o conjunto de canais e mensagens nas mídias sociais a fim de melhorar o amplo engajamento das pessoas, dissolvendo tensões e contradições que possam atrapalhar a adesão e escolha de políticas favoráveis à economia capitalista. (SCHWAB, 2016).

Em 03 de abril de 2019, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, foi criada a Câmara Brasileira da Indústria 4.0 (Câmara I4.0) com o intuito de ampliar a competitividade e produtividade das empresas, inserindo-as nas cadeias globais de valores. Dentre as ações e iniciativas da câmara, está o item “Capital Humano - Desafios para dispor de recursos humanos qualificados para atuarem no ambiente da Economia 4.0 e no desenvolvimento de tecnologias relacionadas” (MCTI,

2019, p. 06). Nele, encontramos elencadas as estratégias descritas no quadro a seguir:

Quadro 06 – Estratégias para a Economia 4.0

#	Ações	#	Descrição das Iniciativas
1	Promover a formação e requalificação de professores em competências e habilidades para a Economia 4.0.	1.1	Realizar e disponibilizar mapeamentos para atualizar docentes para a Economia 4.0.
		1.2	Ofertar e divulgar para instituições de ensino cursos de aperfeiçoamento, extensão e pós-graduação EAD, para professores.
2	Promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a requalificação de profissionais para a Economia 4.0.	2.1	Realizar e disponibilizar os seguintes mapeamentos: <ul style="list-style-type: none"> • Competências <i>softskills</i> necessárias para a Economia 4.0; • Competências <i>hardskills</i> necessárias para a Economia 4.0; • Grupos de pesquisa na indústria que atuam na temática da Indústria 4.0; e • Levantamento de iniciativas no País voltados para a temática.
		2.2	Ofertar e divulgar para a indústria cursos de iniciação, aperfeiçoamento, técnico e pós-graduação presencial ou EAD.
		2.3	Utilizar <i>test beds</i> como locais de capacitação de profissionais da indústria 4.0.
3	Estimular competências e habilidades educacionais para a Economia 4.0.	3.1	Realizar e disponibilizar os seguintes mapeamentos: <ul style="list-style-type: none"> • Mapear as competências e habilidades técnicas e sócio emocionais requeridas para a Economia 4.0 no âmbito da educação básica, tecnológica e superior; • Realizar o levantamento de iniciativas voltadas para essa temática no âmbito da educação básica, tecnológica e superior; • Criar portfólio das capacitações existentes em Indústria 4.0 e divulgar no site Mapeamento 4.0.
		3.2	Realizar webinars sobre Educação para o Mundo 4.0.
		3.3	Definir estratégia para atuação na Educação para o Mundo 4.0.

Fonte: (MCTI, 2019, p. 06).

Especialmente nos itens 2 e 3, encontramos relações extremamente pertinentes com as empreendidas pelo Movimento Santa Catarina pela Educação. As ações “Promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a requalificação de profissionais para a economia 4.0” e “Estimular competências e habilidades educacionais para a economia 4.0.” enfatizam o que a FIESC e as entidades que compõem o movimento começaram a enxergar já em 2012. Seja por meio de seus eventos ou documentos norteadores, reiteradamente, a entidade enfatizou a necessidade de as empresas vislumbrarem a educação como mola propulsora para o desenvolvimento econômico futuro. Desse modo, o MSCE constitui uma espécie de presságio ou iniciativa antecipada voltada para disseminação dos valores necessários ao mundo 4.0 em

Santa Catarina.

Segundo Schwab (2016), criador do Fórum Econômico Mundial, “[...] a escala e a amplitude da atual revolução tecnológica irão desdobrar-se em mudanças econômicas, sociais e culturais de proporções tão fenomenais que chega a ser quase impossível prevêê-las” (p. 37). As mudanças produzidas pela quarta revolução industrial obrigarão que os padrões sociais, políticos e econômicos atuais se transformem, exigindo que os participantes se reconheçam como pertencentes a um sistema de poderes delegados que impulsionaria para modelos mais “cooperativos” de desenvolvimento.

Nessa acepção, os atores sociais em rede, a fim de adequarem-se aos novos parâmetros da revolução 4.0, precisariam atuar por meio de parcerias de padrão “ganha-ganha”, um modelo pautado na interdependência, uma simbiose para desenvolver oportunidades em diversos segmentos.

Schwab (2016) antevê a diminuição dos custos da tecnologia e como sua disseminação em massa poderá beneficiar o capital (lucro) em detrimento do trabalho, espremendo salários e o consumo. Paradoxalmente, vislumbra também que a quarta revolução industrial permitirá a grupos de pessoas um consumo maior por um preço menor.

No “novo” mundo 4.0, outro fator que preocupa os conselheiros do Fórum Econômico Mundial diz respeito ao fator envelhecimento da população.

As taxas de natalidade estão caindo para um valor abaixo dos níveis de substituição em muitas regiões do mundo — não só na Europa, onde o declínio já começou, mas também na maior parte da América do Sul e do Caribe, na Ásia, incluindo a China e o sul da Índia e até mesmo em alguns países do Oriente Médio e do norte da África, como o Líbano, Marrocos e Irã. (SCHWAB, 2016, p. 39).

Segundo o autor, o envelhecimento é um enorme problema para a economia, uma vez que a população produtiva diminuirá ao passo que crescerá o percentual de idosos dependentes. Sugere, nesse sentido, que a idade para aposentadoria seja radicalmente aumentada a fim de que os mais velhos possam continuar contribuindo para a força de trabalho, uma necessidade econômica que traria muitos benefícios segundo seu viés neoliberal.

Schwab (2016) explica que o envelhecimento da população junto com o número menor de adultos e jovens no futuro provocará a diminuição do consumo de itens de maior valor. Dificilmente, idosos investem seu dinheiro para adquirir novos imóveis,

carros e outros utensílios. Desse modo, em um planeta que envelhece, a probabilidade geral é de queda no crescimento econômico.

O autor enxerga também que a nova revolução tecnológica poderá reverter tal processo, tornando a produção mais inteligente, aumentando o rendimento e a capacidade do trabalho, sem, contudo, exigir ampliação de mão de obra. Em sua visão, a quarta revolução industrial possibilitaria uma vida mais movimentada, com mais saúde e longevidade. Contudo, resta saber se o cenário apresentado aponta ou não para uma visão romantizada acerca da tecnologia. A revolução 4.0 e suas ambiguidades subjacentes poderão, também, deixar à margem do processo uma enorme massa populacional que se vê excluída de processos básicos de subsistência.

Sobre a expectativa de vida da população em países com economia avançada, Schwab (2016) estima que mais de 25% das crianças nascidas na atualidade viverão até os 100 anos. A nova realidade exigirá mudanças na forma como a sociedade pensa questões como aposentadoria, idade produtiva e planejamento individual de vida. Nessa acepção, pondera que muitos países enfrentam problemas ao analisar tais questões, sendo um indício de que não estariam aptos e ajustados adequadamente para aceitar a “janela de oportunidades” que a indústria 4.0 poderia trazer.

Para o fundador do Fórum Econômico Mundial, será preciso reescrever a forma como se entende a economia, levando em conta fatores de base como excesso de dívida e envelhecimento da população. Além disso, será necessário observar fatores sistêmicos como a diminuição de custos e a introdução de plataformas para gerenciar as demandas econômicas. A sociedade, em seu julgamento, teria que “pagar o preço” dos efeitos negativos que a quarta revolução industrial trará ao emprego, à desigualdade e ao mercado de trabalho. Tal “resiliência” se faria necessária, principalmente, porque ela traria consigo o embrião para aumentar o crescimento econômico e melhorar a “saúde” das empresas.

A natureza do trabalho, nessa perspectiva, será alterada profundamente em todas as áreas e serviços pelas novas tecnologias. O que ainda não se sabe diz respeito à quantidade de empregados a serem trocados pela automatização, bem como o tempo necessário para tanto e aonde levará. No presente, evidencia-se que a quarta revolução industrial vem oferecendo menos vagas nas novas indústrias se comparada com as revoluções industriais passadas. (SCHWAB, 2016). Para o autor,

Não significa que estamos perante um dilema homem versus máquina. Na verdade, na maioria dos casos, a fusão das tecnologias digitais, físicas e biológicas que causa as alterações atuais servirá para aumentar o trabalho e a cognição humana; isso significa que os líderes precisam preparar a força de trabalho e desenvolver modelos de formação acadêmica para trabalhar com (e em colaboração) máquinas cada vez mais capazes, conectadas e inteligentes. (p. 46).

Ou seja, tais mudanças disruptivas aumentarão as exigências em relação ao trabalhador e a sua capacidade de apresentar soluções aos problemas contemporâneos. Nessa trajetória, a população, enquanto força de trabalho, precisará adequar-se para lidar com as novas tecnologias 4.0. A educação, nesse sentido, terá a incumbência de desenvolver novos modelos formativos para preparar a sociedade a viver em um “novo mundo”. A proposta pedagógica inserida no Movimento Santa Catarina pela Educação se alinha a essa perspectiva, conforme analisaremos no quinto e sexto capítulos da tese.

O economista constata ainda que o mercado de trabalho está evoluindo rapidamente. A “governança” corporativa tem o desafio crítico de antever as potenciais ocupações do futuro e as exigências em relação às “competências” que serão indispensáveis para adaptar-se à revolução 4.0. Explica que “[...] as tendências variam de acordo com a localidade geográfica e a indústria envolvidas e, por isso, é importante entender os resultados da quarta revolução industrial para cada indústria e país específicos”. (SCHWAB, 2016, p. 48).

Em sua visão, no futuro, o fator mão de obra capacitada será mais decisivo para a economia do que a quantidade de capital disponível para implementar os negócios. O que influenciará, sobremaneira, os aspectos de competitividade, inovação e expansão das atividades econômicas. A escassez de trabalhadores qualificados para a indústria 4.0 poderá aumentar a segregação no mercado de trabalho, impulsionando o abismo entre segmentos de baixa competência (baixo salário) e alta competência (alto salário). Sobre a temática, defende que a sociedade se prepare no presente para as alterações vindouras, uma vez que “[...] o esvaziamento de toda a base da pirâmide de habilidades profissionais levará a uma crescente desigualdade e ao aumento das tensões sociais”. (SCHWAB, 2016, p. 51).

Dado o aumento das transformações tecnológicas, a revolução industrial 4.0 obrigará os trabalhadores a mudar constantemente, devendo incorporar novas habilidades demandadas pelo trabalho, ajustando-se a diferentes situações. A revolução 4.0 provocará prejuízos inevitáveis aos países em desenvolvimento.

Segundo o conselheiro do Fórum Econômico Mundial, no futuro, será preciso garantir que todo planeta seja incluído na quarta revolução industrial para diminuir o risco de instabilidade mundial, evitando, desse modo, novas configurações socioespaciais e problemas de segurança desencadeados, por exemplo, por movimentos migratórios. Nas palavras de Schwab (2016),

[...] estamos no limiar de uma mudança sistêmica radical que exige que os seres humanos se adaptem continuamente. Como resultado, poderemos testemunhar um crescente grau de polarização do mundo, marcado por aqueles que abraçam a mudança e aqueles que resistem a ela. (p. 98).

Esse processo, segundo ele, demarcará uma enorme desigualdade entre os seres sociais, separando aqueles que se adaptarão às mudanças dos que resistirão fortemente. Os ganhadores dessa luta travada poderão, de certa forma, vivenciar as transformações radicais operadas por alguns setores da revolução 4.0 como, por exemplo, a engenharia genética. Já para os derrotados, tais benefícios serão ceifados. Será grande o perigo de se gerar conflitos de classe e embates diferentes de tudo o que a humanidade já assistiu. “Essa possível divisão e as tensões criadas por ela vão ser agravadas por uma lacuna geracional causada por aqueles que cresceram e só conhecem o mundo digital e aqueles que não o conhecem e devem se adaptar”. (SCHWAB, 2016, p. 98).

Na perspectiva do economista, a quarta revolução industrial demandará, também, o desenvolvimento na população mundial da capacidade de empatia e outras habilidades sociais. Cresce a preocupação de que, com o aumento da relação mediada pela tecnologia, tais recursos humanos possam tornar-se escassos. Segundo Schwab (2016), a afirmativa anterior já é realidade. Citando estudo desenvolvido na Universidade de Michigan realizado em 2010, alega haver uma diminuição de 40% na empatia entre acadêmicos do ensino superior se comparados com estudantes universitários de duas ou três décadas atrás. Tal diminuição é predominante após o início do século XXI.

O enfrentamento dessas questões de modo coeso será possível, na visão do autor, se houver mobilização e sabedoria coletiva de mentes “proativas”. Para operacionalizar o desafio, seria preciso agarrar a “janela de oportunidades” e rupturas que as tecnologias 4.0 ensejarão a quem souber adaptar-se. Nessa escalada rumo ao mundo 4.0, Schwab (2016) aposta na junção de quatro tipos de inteligência: a contextual, a emocional, a inspirada e a física. Juntas, elas contemplariam o modo

como entendemos e usamos o conhecimento, a forma como incorporamos ideias e sentimentos, bem como o modo como nos relacionamos, as metas compartilhadas, a confiança e como o ser humano mantém sua saúde e energia vital para mudar a si e aos outros. Contudo, em nossa compreensão, a análise do autor representa apassivamento social e ausência de consciência crítico-reflexiva sobre as principais transformações encenadas pela quarta revolução industrial.

5 O MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO

Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social. (FREIRE, 1993, p. 104).

Este capítulo tem por intuito conhecer mais detalhadamente o objeto desta tese, qual seja, o Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE). Para tanto, evidenciaremos seu histórico e funcionamento, bem como a base socioeconômica difundida e seus pressupostos teóricos-conceituais de sustentação. A partir dessas dimensões, mostraremos a retórica difundida de temáticas como indústria 4.0, mudanças tecnológicas e sua interferência no mercado de trabalho, diminuição da taxa de natalidade e carência de profissionais para os deslocamentos econômicos em curso. No que se refere à base epistemológica do movimento, refletiremos sobre categorias conceituais como sociedade do conhecimento, capital humano, teoria das competências e neurociência cognitiva

5.1 CARACTERIZAÇÃO, HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO

Em 2012, a FIESC lança o Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) a fim de disseminar as demandas do mercado industrial catarinense no tocante à área educacional. Inicialmente, o movimento se chamava A Indústria pela Educação. Ao acessar o *site* da organização, percebemos o esforço publicitário para destacar as finalidades do movimento, as quais teriam relação com a superação de fragilidades em aspectos referentes à escolaridade, qualificação profissional e qualidade do ensino. O intuito é atuar para o desenvolvimento industrial diante dos desafios impostos na atualidade. Dentre as estratégias utilizadas, destacam-se a articulação e a influência social, bem como a prioridade dada à gestão da educação, ao acesso, à permanência e aprendizagem e à conclusão na Educação Básica. Em seu primeiro ano de existência, os números apresentados pela FIESC revelavam 1.301 indústrias signatárias, 1.556 adesões e 255 apoiadores.

Segundo Côrte (2018b), o MSCE foi criado porque o setor empresarial teria

percebido que a qualificação de seus “colaboradores” possuía grande potencial para aumentar a competitividade das empresas. Desse modo, haveria a aposta na educação como única forma capaz de promover o desenvolvimento econômico de longo prazo, de forma perene, para além das instabilidades de altas e baixas do mercado. Para o ex-presidente da FIESC, “[...] a educação induz um ciclo virtuoso, pois o trabalhador qualificado ajuda a indústria a inovar e a ser mais competitiva; a indústria, por sua vez, tem condições de remunerar melhor o trabalhador e de abrir novas vagas de trabalho”. (p. 78).

Para a gestão estratégica do MSCE, além de um Conselho de Governança estadual, sua estrutura conta com “[...] 16 Câmaras Regionais, lideradas pelos vice-presidentes da FIESC e integradas por diretores de escolas, secretários de educação e representantes de entidades organizadas”. (CORTE, 2018b, p. 78). As câmaras propõem soluções para questões que surgem durante o processo avaliativo das demandas locais. Em cada região, estima-se que, pelo menos, 100 pessoas estejam envolvidas com a organização e operacionalização do movimento, número considerável para direcionar os rumos da educação catarinense.

A atuação das Câmaras está voltada para a identificação dos problemas comuns em Educação nos municípios da sua área de abrangência, fomentando a ação coordenada e articulada entre diferentes entidades. É esse esforço conjunto que contribuirá para a superação dos desafios conferidos pelo Movimento de assegurar que todos os trabalhadores da indústria catarinense tenham escolaridade básica completa até 2024 e educação profissional e tecnológica compatível a sua função. (FIESC, 2015b, p. 04)

Conforme citação anterior, identifica-se que o movimento tem como um dos principais focos de atuação a educação para o mercado de trabalho. A partir dessa ênfase, as demandas do setor podem ser melhor satisfeitas, uma vez que seu modelo de ensino-aprendizagem é mais conveniente à formação de indivíduos para suprir as carências (atuais e futuras) dos segmentos produtivos. Nesse processo, dentre os objetivos propostos, o MSCE busca ter todo trabalhador da indústria com educação básica completa até 2024 e com qualificação profissional conforme a função exercida.

O MSCE atua sobre dois eixos fundamentais: 1. Educação na e para a indústria; 2. Articulação e influência social na educação em Santa Catarina. Para tanto, visa a consolidar a parceria da FIESC (SESI, SENAI e IEL) com as empresas a fim de alinhar a escolarização e o treinamento profissional dos “colaboradores” dos setores produtivos. Além disso, o movimento atua para a “[...] construção de uma agenda

comum para influenciar os indicadores de educação de Santa Catarina, por meio da mobilização e articulação entre o setor público, o setor industrial e demais iniciativas privadas”. (FIESC, 2015b, p. 11).

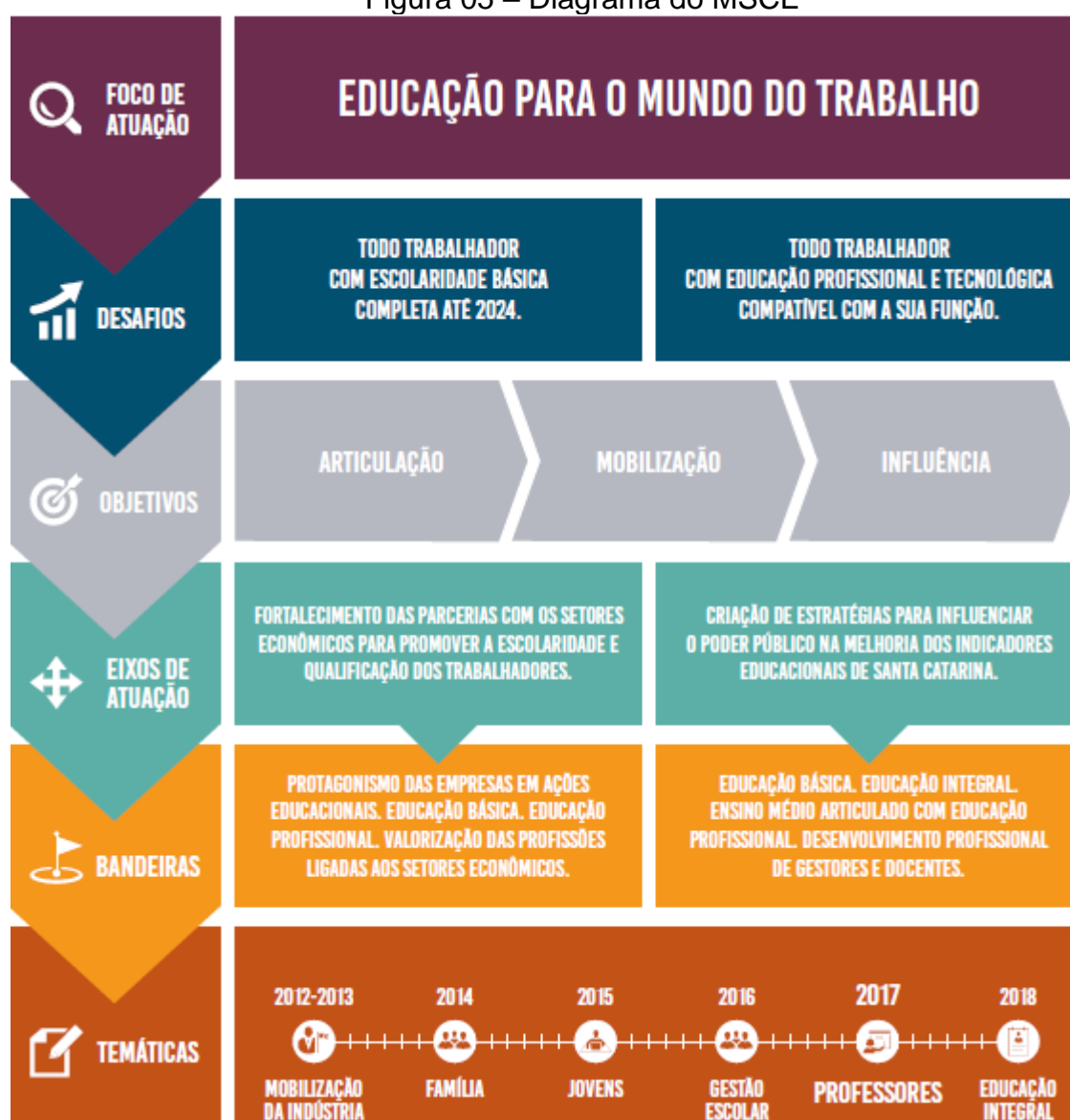
O Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) aparece ligado a oito preceitos basilares, a saber:

Protagonismo do setor industrial para a melhoria do nível de escolaridade dos seus trabalhadores; Educação básica para o trabalhador da indústria; Educação profissional e tecnológica para o trabalhador da indústria; Fortalecimento das profissões industriais; Acesso e conclusão da Educação Básica; Melhoria da qualidade da Educação Básica; Promoção da educação em tempo integral, intensificando a oferta de Ensino Médio articulado com a Educação Profissional; Desenvolvimento profissional dos docentes e gestores. (FIESC, 2015b, p. 11).

As bandeiras levantadas se articulam para direcionar, no interior de cada temática, valores favoráveis aos segmento empresarial. Nessa perspectiva, é possível identificar a presença do MSCE em muitas parcerias com as redes públicas catarinenses. Como exemplo, citamos o programa para desenvolver “competências” socioemocionais, o novo desenho de ensino médio articulado com o profissional, a disseminação de informações que direcionam a construção de novas políticas educacionais; o “treinamento” de gestores escolares e professores em diversas áreas, além da promoção da plataforma *Google for Education*.

Em 2016, a adoção de um novo nome para o movimento foi necessária em função de sua ampliação a partir da adesão de novos setores econômicos (comércio, agricultura, pecuária e transportes) e do envolvimento de trabalhadores e setor público às ações que, inicialmente, restringiam-se à indústria. Contudo, o movimento não desviou a finalidade principal de proporcionar até 2024 a formação básica completa para todos os trabalhadores de Santa Catarina. (SANTA..., 2016).

No relatório de 2017 do MSCE, foi divulgada uma síntese gráfica com as principais características do movimento. Com viés didático-publicitário, a ilustração apresentou desde o foco de atuação, os desafios, passando pelos objetivos, os eixos de atuação, sendo finalizado com as bandeiras defendidas e as principais temáticas trabalhadas até então no âmbito do MSCE, conforme imagem a seguir.

Figura 05 – Diagrama do MSCE⁵⁸

Fonte: (FIESC, 2018b p. 07).

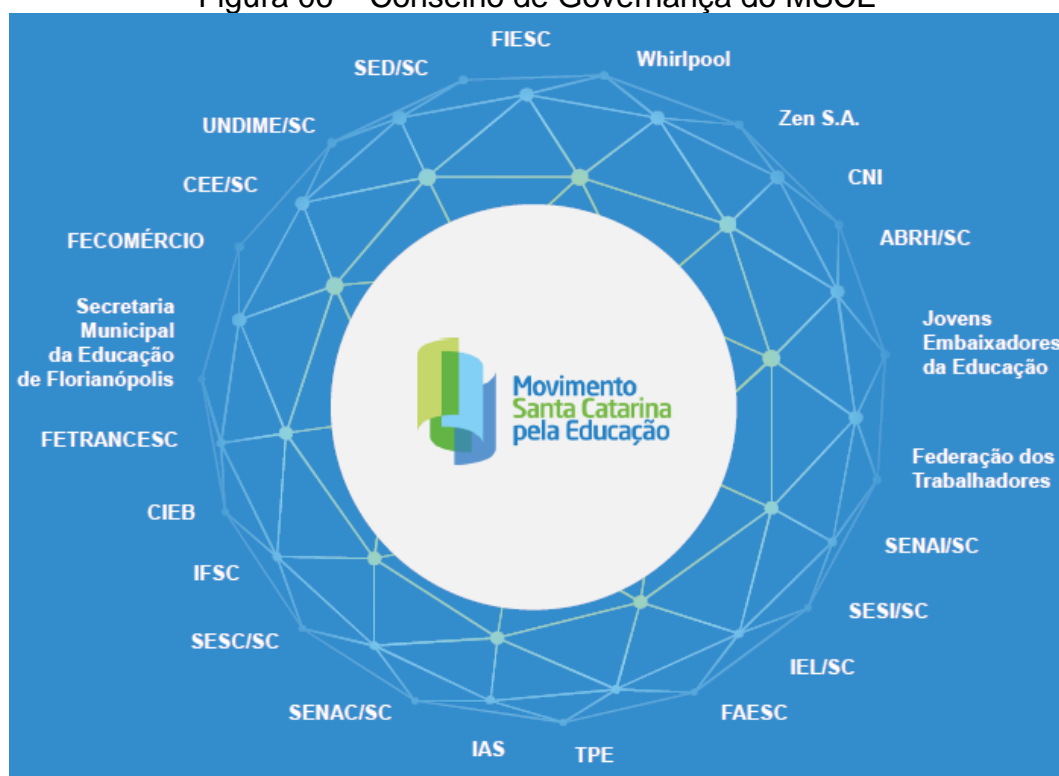
Importante reiterar que o MSCE conta com um Conselho de Governança (órgão colegiado máximo) por onde passam as principais decisões relacionadas à sua gestão estratégica. Fazem parte desse conselho empresários catarinenses, bem como líderes e gestores de diferentes instituições. De sua composição, destacamos a presença dos presidentes da FIESC, da FECOMÉRCIO/SC, da FETRANCESC e da FAESC, bem como a participação do secretário de educação de Santa Catarina, de um representante da Confederação Nacional da Indústria, da direção executiva do

⁵⁸ Em relação às temáticas trabalhadas no âmbito do MSCE, em 2019, ganha destaque a Educação Profissional. Em 2020/2021, em função da pandemia do coronavírus, o movimento volta sua atenção para a promoção de cursos rápidos de qualificação profissional e a inserção dos desempregados no mercado de trabalho.

Movimento Todos pela Educação, do presidente do Conselho Estadual de Educação, de um membro do Conselho Nacional de Educação e do Instituto Ayrton Senna, do presidente da Undime/SC (União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina) e do Reitor do Instituto Federal de Santa Catarina.

Dentre as atribuições fundamentais do Conselho de Governança, temos a articulação política e as relações institucionais. Como se observa, o grupo, liderado pelo presidente da FIESC, é formado por empresários e gestores de instituições ligadas à educação. A equipe, anualmente, realiza três reuniões ordinárias abordando pautas relacionadas à área de atuação do MSCE. A imagem, abaixo, ilustra detalhadamente a diversidade na composição do conselho.

Figura 06 – Conselho de Governança do MSCE



Fonte: (CARRADORE, 2018, p. 12).

Como já mencionado, além do Conselho de Governança, com abrangência estadual, o MSCE conta com Câmaras Regionais de gestão local em cada uma das 16 microrregiões de abrangência da FIESC. Tais instâncias cumprem um papel essencial de envolvimento, especialmente no que se refere à capilaridade do movimento pelo território catarinense, permitindo executar atividades em instituições educativas e empresariais de todas as regiões catarinenses. Segundo a FIESC (2018a), a interiorização do movimento contou com o apoio direto dos principais

empresários locais:

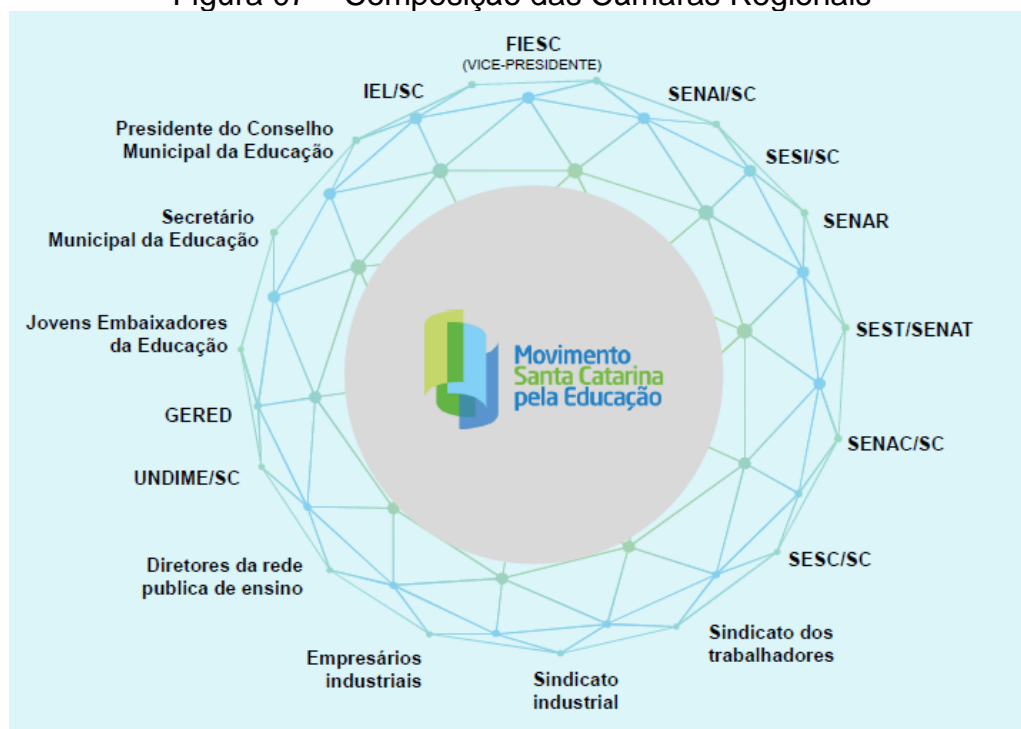
[...] cada um dos 16 vice-presidentes regionais da FIESC assumiu a presidência de uma Câmara Regional de Educação, comprometendo-se a articular equipes responsáveis por realizar pesquisas, diagnósticos e detectar demandas, além de atrair voluntários e colocar em prática as iniciativas do Movimento. As iniciativas, por sua vez, foram estrategicamente concebidas, com o auxílio de organizações parceiras com experiência nacional e internacional, para introduzir conceitos avançados, novas tecnologias e mobilizar o máximo de gente possível. (FIESC, 2018a, p. 24).

A estrutura em câmaras regionais revela o modo planejado como se consegue o envolvimento de atores sociais imprescindíveis para a construção de uma agenda favorável aos anseios dos setores econômicos, onde a educação aparece como o ingrediente indispensável. As dezesseis câmaras de educação dão capilaridade ao MSCE, abrindo oportunidades para que se realizem parcerias e interiorização. Assim, alinham-se ao movimento “[...] as prefeituras, conselhos municipais de educação, câmaras de vereadores, Rotary Clubs, sindicatos patronais e de trabalhadores, ONGs, escolas, professores e alunos e outros participantes, tudo potencializado pela adesão das federações empresariais”. (FIESC, 2018a, p. 61).

Para balizar a atuação local, as câmaras contam com o Plano de Trabalho Anual, organizado pela assessoria executiva do Movimento e validado pelos membros da Câmara na primeira reunião de cada ano, com as devidas adequações, conforme as características e necessidades regionais. Cabe às câmaras adequar o Plano e “botar a mão na massa”, a fim de que as ações efetivamente se concretizem. Para tanto, têm o apoio dos Comitês Técnicos Regionais, formado pelas entidades ligadas às quatro federações empresariais – SENAI, SESI, IEL, entidades da FIESC; SESC e SENAC, entidades da Fecomércio; SENAR, entidade da FAESC; e SEST/SENAT, entidades da Fetrancesc. (FIESC, 2018a, p. 66).

As interações possibilitadas pelas câmaras multiplicam as ações estratégicas do MSCE. “Seja realizando eventos, mobilizando famílias, gestores, professores, estudantes e voluntários, engajando empresários e trabalhadores [...]. Elas se constituem no elo mais forte dessa grande rede colaborativa criada pelo Movimento”. (FIESC, 2018a, p. 71). Destacamos, na sequência, a composição detalhada de cada uma das 16 Câmaras Regionais do movimento.

Figura 07 – Composição das Câmaras Regionais



Fonte: (CARRADORE, 2018, p. 14).

Com estrutura colegiada de gestão organizacional, o Movimento Santa Catarina pela Educação atua para influenciar a elaboração e execução de políticas públicas educacionais. Para tanto, conta com a ajuda de empresas signatárias, entidades do setor educacional, além de sindicatos e associações. Há mais de 600 pessoas envolvidas em sua “governança”. No âmbito estadual, o MSCE possui um comitê técnico especializado com função consultiva e, ainda, uma assessoria executiva para acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas. Além disso, em cada região de abrangência da FIESC, possui um comitê técnico regional para ajudar na realização das atividades. Também conta com 32 jovens embaixadores e milhares de voluntários cadastrados para trabalhar gratuitamente em ações educacionais solicitadas por escolas das redes públicas de ensino. (FIESC, 2018a). Na sequência, o organograma sintetiza a estrutura do movimento.

Figura 08 – Estrutura do MSCE



Fonte: (FIESC, 2018b, p. 20).

Os principais canais criados pelo MSCE para intercâmbio de informações e mobilização de seus participantes envolvem eventos de grande porte realizados em Santa Catarina. Dentre eles, ganham destaque os Seminários Internacionais de Educação realizados em Florianópolis desde 2013. Durante sua programação, são compartilhadas informações e experiências na área de neurociência, aprendizagem, políticas públicas e reformas educacionais executadas em âmbito global. Participam dos eventos, além do Brasil, cientistas e gestores educacionais de países como Estados Unidos, Singapura, Chile, Finlândia e Colômbia. (FIESC, 2018a).

Como já mencionado, a cada ano, o MSCE elege uma área temática para

direcionar seus esforços e atuação. A figura a seguir ilustra as principais temáticas trabalhadas até o ano de 2019. Em 2020 e 2021, devido ao contexto da pandemia do novo coronavírus, houve um redirecionamento do movimento, que passou a focar na oferta de cursos de capacitação para (re) inserção de desempregados no “mercado de trabalho”.

Figura 09 - Temáticas centrais do movimento



Fonte: FIESC, 2018a, p. 24.

Considerando o contexto de atuação por temas de trabalho, apresentamos um resumo histórico com os principais acontecimentos relacionados ao Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE). O quadro a seguir sintetiza os fatos que ganharam notoriedade em sua primeira década de existência.

Quadro 07 - Histórico do MSCE

Ano	Principais acontecimentos
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do movimento em setembro; • Mobilização das indústrias – eventos regionais; • Início da adesão das indústrias; • 1ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense.
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação da mobilização das indústrias – eventos regionais; • Formação do Conselho de Governança no mês de maio; • 2ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense; • I Seminário Internacional de Educação; • Parcerias realizadas com o Movimento Todos pela Educação, Fundação Victor Civita e Federação dos Trabalhadores; • Reconhecimento do Movimento com o Prêmio Educador Elpídio Barbosa.

2014	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhada a temática Família – lançamento da campanha Pais pela Educação; • 3ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense; • II Seminário Internacional de Educação; • Lançamento do Prêmio FIESC A Indústria pela Educação: 1ª Edição; • Publicações: Revista Educação - boas práticas na Indústria catarinense (1ª Edição); Dossiê: situação educacional dos municípios catarinenses (1ª Edição); • Parcerias realizadas com o Instituto Ayrton Senna; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Universidade de Ciências Aplicadas (HAMK) da Finlândia; • Visita Técnica Internacional à Finlândia e Polônia; • Reconhecimento do Movimento com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para Glauco José Côrte, categoria Comendador; • Imprensa catarinense reconhece Côrte como “Senhor Educação”.
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhada a temática Jovem – criação do grupo de Jovens Embaixadores da Educação; • 2ª Edição da Campanha Pais pela Educação; • Criação das 16 Câmaras Regionais de Educação do Movimento; • Início do Projeto Escola Parceira – Educação que faz sentido; • Lançamento do Projeto Eu Voluntário – Deixando o Meu Legado; • 4ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense; • III Seminário Internacional de Educação; • 16 Workshops EducaRH; • Adesão da Fecomércio ao Movimento; • Parcerias com a ABRH-SC; <i>Google for Education</i>; MindLab; Secretaria de Estado da Educação (SED); • Publicações: a) Revista Educação: boas práticas na indústria catarinense (2ª Edição); b) Dossiê: situação educacional dos municípios catarinenses (2ª Edição); c) Estudo Educação como fator-chave para o aumento da produtividade e competitividade industrial (2ª Edição); d) Relatório da Pesquisa Avaliação de Impactos do Movimento nas Indústrias Signatárias; e) Cartilha Dicas para os pais participem da vida escolar dos filhos.

2016	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhada a temática Gestão Escolar – 16 Seminários intitulados Diálogos sobre Gestão da Educação; • Realização do IV Seminário Internacional de Educação; • Adesão da FAESC e FETRANCESC ao Movimento; • Mudança de nome para Movimento Santa Catarina pela Educação; • Aprovação da Lei 16.877, de 15/01/16, que instituiu o Dia Estadual da Família na Escola, proposta pelo MSCE; • 1ª Mobilização para o Dia Estadual da Família na Escola e 3ª Edição da Campanha Pais pela Educação; • 2ª Edição do Prêmio Santa Catarina pela Educação; • Consolidação do Projeto Eu Voluntário: Deixando o Meu Legado (mais de 2,5 mil voluntários); • 5ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense; • Reconhecimentos ao MSCE: a) Troféu Viver SC; b) Prêmio ADVB Top One de Marketing; c) Reconhecimento internacional com participação no evento promovido pelo BID – Diálogo Empresarial das Américas, em Washington (EUA); • Visita Técnica Internacional ao Departamento de Educação – Ministério da Educação do governo americano, no Northern Virginia Community College e na Embaixada do Brasil em Washington; • Parcerias com a Federação das Indústrias de Rondônia (para criação do Movimento Rondônia pela Educação) e o Instituto Natura, Leo Clube Distrito LD8 e Rotary Club; • Publicações: a) Guia EducaRH: transformando a educação em estratégia competitiva; b) Cartilha Educação e Saúde: dicas para desenvolver e manter atitudes preventivas e hábitos saudáveis.
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhada a temática Professores – Criação da Série Educação Integral para o Século 21 – cursos on-line para formação docente; • Realização do V Seminário Internacional de Educação; • 4ª Edição da Campanha Pais pela Educação e 2º Dia Estadual da Família na Escola; • Campanha de EJA “ O estudo é seu melhor amigo pra vida”; • 6ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense; • Realização do Fórum Empresarial Educação e Desenvolvimento Econômico em Jaraguá do Sul; • Seminário “EJA: construindo um ecossistema para uma atuação em rede” em Blumenau; • Seminário Educação Integral para o Século 21 em Chapecó; • Seminário O Professor para a Educação do Século 21 em Jaraguá do Sul;

	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Lei Políticas Públicas de Educação Integral do município de Chapecó; • Assinatura de Termo de Compromisso para adoção de Política Pública de Educação Integral pelo Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação de SC, FIESC/SENAI, Instituto Ayrton Senna e Prefeitura de Chapecó; • Assinatura de Termo de Cooperação para organização do ecossistema de EJA, entre FIESC, Fecomércio/SESC, FETRANSCEC, FAESC, Secretaria de Estado da Educação e Undime/SC; • Realização do Workshop Conexão Jovem 2017; • Reconhecimento internacional: Senado Federal da Argentina reconhece o MSCE como promotor de desenvolvimento na América Latina; • Publicações: a) Livro Gestão Democrática da Educação – da base legal à prática na escola; b) Pesquisa O olhar dos jovens sobre a educação catarinense; c) Cartilha Dicas para os filhos terem êxito nos estudos; d) Revista Educação: boas práticas nas empresas catarinenses (3ª Edição); e) Estudo Educação como fator-chave para a competitividade (2ª Edição); f) Carta de Jaraguá do Sul: a favor da educação e desenvolvimento econômico.
2018	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhada a temática Educação Integral; • 1 milhão de pessoas alcançadas com o Dia Estadual da Família na Escola; • Alcance de 2.389 organizações signatárias; • Realização de três Seminários com o tema: Educação Integral e Base Nacional Comum Curricular no contexto da Reforma do Ensino Médio; • Realização do Workshop Conexão Jovem 2018; • Edição anual do Projeto Escola Parceira – educação que faz sentido; • Realização da 3ª Edição do Prêmio Santa Catarina pela Educação; • Certificação pelo <i>Google for Educacion</i>; • Workshop Educação como estratégia competitiva; • Publicação do livro do movimento; • Implementação do Projeto Singapura Ciências e Matemática com a formação de professores do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Joinville e de escolas do Sesi E Sesc com especialistas de Singapura; • Projeto Eu Voluntário: deixando o meu legado superou a marca de 130 mil pessoas envolvidas com as ações desenvolvidas pelos seus mais de 3.800 voluntários. • Encerramento da gestão de Glauco José Côrte como presidente da FIESC e do Conselho de Governança do

	MSCE.
2019	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhada a temática Educação Profissional; • Parceria com a Secretaria de Educação de SC para capacitação de mais de 1 mil estudantes em Programa de Iniciação Profissional; • Realização de projetos voltados para a elevação da escolaridade do trabalhador e para a qualificação técnica; • 34 projetos foram submetidos ao comitê técnico do Movimento e 16 foram recomendados para execução; • Mobilização de escolas e comunidades em mais uma edição do Dia da Família na Escola. Nesse ano, o foco foi o fortalecimento de valores como respeito, responsabilidade, espírito de colaboração, autoestima, entre outros.
2020 e 2021	<ul style="list-style-type: none"> • Redirecionamento do MSCE. Agora, com foco na qualificação de profissionais desligados durante a pandemia do coronavírus para a rápida inserção no mercado de trabalho; • Temas em destaque: mundo digital, inglês, lógica de programação e competências socioemocionais; • Incremento do Ensino a Distância; • Lançamento, no início de 2021, de plataforma digital própria para cadastro, qualificação e acesso a vagas de emprego. Link: https://msce.santacatarinapelaeducacao.com.br/

Fonte: FIESC, 2018a, p. 26-27; FIESC, 2020, p. 34; Imprensa FIESC⁵⁹.

O movimento, como visto, atua em níveis macro estratégicos importantes. São eles: **articulação, mobilização e influência**. De modo planejado, consegue-se o envolvimento de setores essenciais para a construção de uma agenda favorável aos setores econômicos. Nesse contexto, a educação aparece como o ingrediente indispensável para reafirmar, expandir e consolidar a hegemonia neoliberal.

Regionalmente, as atividades desenvolvidas no âmbito do MSCE se mostram de suma importância para a mobilização de diferentes setores sociais. Em 07 de maio de 2013, por exemplo, empresários da região de Caçador(SC) participaram de um encontro sobre a qualificação da força de trabalho. Em exposição realizada no evento, o ex-presidente da FIESC, Glauco José Côrte, defendeu a necessidade do “mercado”

⁵⁹ Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/movimento-sc-pela-educacao-lanca-plataforma-com-cursos-gratuitos-e-acesso-vagas-de-emprego> . Acesso em 07 abr. 2021.

de ter “[...] trabalhadores qualificados, com maior nível de escolaridade”. (FIESC, 2013, p. 07).

No mesmo ano, na cidade de Brusque (SC), outro evento foi realizado em prol do MSCE. Na ocasião, Mozart Neves Ramos, um dos conferencistas da noite, registrou: “Intervenção no ensino médio é necessária e urgente. Enquanto o ensino fundamental vem evoluindo gradativamente, o ensino médio recua, indicando estagnação”. Já em evento realizado em Concórdia, ainda em 2013, Andrea Bergamaschi, gerente de projetos estratégicos do Movimento Todos Pela Educação, analisa que “[...] o Brasil está no momento crucial para transformar a educação em prioridade [...] como já fizeram países como a Finlândia, Noruega e Coreia”. Na mesma linha, Fernando Luiz Abrúcio, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, durante evento regional promovido pelo MSCE, defendeu ser necessário um esforço articulado de convencimento dos pares (setor empresarial) para que o Brasil possa superar o déficit educacional em pouco tempo. (FIESC, 2013, p. 12).

Em outro encontro realizado no contexto do MSCE, Marcos Antônio Magalhães, membro do Conselho da empresa Philips, também enaltece a necessidade de “revitalização” do modelo educacional brasileiro. Nesse sentido, registra que

[...] em um sistema falido precisa ser mudado praticamente tudo: sua concepção, seu modelo de gestão, a pedagogia, a matriz curricular, segmentação e direcionamento. Ou geramos movimentos semelhantes a este da indústria ou ficaremos presos a esta armadilha que é a falta de qualificação. (FIESC, 2013, p. 12).

Indo ao encontro de tal acepção, Glauco José Côrte propõe uma grande mobilização para que Santa Catarina seja a *Finlândia brasileira na educação*, propondo tal meta para as entidades signatárias, governos estadual, municipais e sociedade. Nesse intento, até o ano de 2018, o MSCE havia conseguido a adesão

[...] de mais de 3,3 mil voluntários no projeto Eu Voluntário: Deixando o Meu Legado. Numa outra ação, mais de 4 mil diretores de escola e professores participaram de seminários voltados ao aprimoramento da gestão escolar. O Workshop Conexão Jovem, realizado simultaneamente em 16 cidades em 2017, contou com 141 apoiadores e patrocinadores e teve 3,7 mil participantes presenciais, além de 92 mil pessoas mobilizadas nas redes sociais”. (FIESC, 2018a, p. 16).

A ideia de mudança se torna uma espécie de comunhão entre os envolvidos com o MSCE, o que agiliza a comunicação e a elaboração de projetos com apelo social. Como exemplo, destaca-se o envolvimento dos jovens - como embaixadores da educação - ao serem (co)responsáveis por levar as mensagens de transformação

requeridas pelo movimento, exercendo influência nas instituições educativas de suas comunidades. "Os embaixadores da educação têm a missão de estimular, em suas regiões, a ação colaborativa entre a escola e o mundo do trabalho". (FIESC, 2018a, p. 87). Para estimular tal público,

[...] em setembro de 2017 ocorreu a maior mobilização de estudantes da história de Santa Catarina para debater educação, o Workshop Conexão Jovem. Foram realizados 16 eventos simultâneos que reuniram 3,7 mil pessoas presencialmente e 90 mil nas redes sociais. Além dos rumos da educação, palestrantes e estudantes discutiram sobre o mercado de trabalho e o empreendedorismo, dentre outros temas. Um detalhe: os eventos foram totalmente organizados pelos jovens, sob a batuta dos 32 embaixadores da educação, líderes do programa Conexão Jovem, do Movimento Santa Catarina pela Educação. Os participantes registraram, durante o workshop, suas impressões sobre a educação no Estado e levantaram uma agenda de proposições para que possam influenciar as políticas públicas do setor. (FIESC, 2018a, p. 82).

Importante enfatizar que o principal entusiasta para a criação do movimento educacional liderado pela FIESC foi Glauco José Côrte, ex-presidente da entidade. O empresário tem histórico familiar ligado à educação, o que provavelmente teria estreitado seu vínculo com a área. Os pais e a irmã trabalhavam em escolas. Além disso, Côrte lecionou tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino, atuando como docente no Sesi/SC e na prefeitura de Brusque, além de ocupar o cargo de diretor e professor no curso de Economia da Unisul de Tubarão. (FIESC, 2018a).

5.2 OS PILARES DE SUSTENÇÃO DO MSCE

O objetivo desta seção é explicitar os alicerces socioeconômico e epistemológico que sustentam ideologicamente o Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE). No tocante à ideologia, Chauí (2008) explica que é por definição um instrumento de dominação, cuja origem está na existência da divisão de classes na sociedade. Nessa esteira, o processo ideológico procura ocultar as injustiças e exclusão social, transformando os ideais do grupo econômico dominante em ideias universais válidas para toda a sociedade.

5.2.1 Base socioeconômica do movimento

Nesta seção, traremos dados que ensejam a emergência do Movimento Santa Catarina pela Educação. O objetivo é evidenciar o cenário socioeconômico difundido por seus idealizadores/apoiadores como condição inicial para a compreensão de algumas determinações que o implicam, a fim de que tenhamos elementos mais precisos para sua análise concreta (KOSIK, 2002). Trata-se do cenário fenomênico apontado pelos intelectuais do MSCE para transformar a educação catarinense.

Nesse contexto, importante frisar que o capitalismo financeiro vem transformando cada vez mais o perfil das grandes corporações, tornando-as locais altamente competitivos que combinam capitais de diversas origens (industrial, serviços, comércio, bancos, fundos, etc.) com fomento em grande escala da produção de valor. Com efeito, a concentração de capitais encontra-se intimamente entrelaçada. Como consequência do caráter expansionista do capital, predominam a permanente conversão dos recursos sociais disponíveis e a concorrência entre setores da economia. Essa pressão competitiva entre as grandes massas monetárias visa a garantir sua reprodução a partir de novas formas de concentração. Essa característica acirrada se evidencia nas reestruturações, com a justificativa de melhoria da “saúde” de empresas ao passo que ocorrem demissões em massa ⁶⁰.

Com a explosão da especulação financeira, há forte ação para expandir novas

⁶⁰ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora, UFRJ, 2010.

formas de extração de mais-valor. Considerando tal dinâmica, as empresas locais (afetadas com a concentração do capital monetário internacional) com a participação do Estado e a partir de suas bases, buscam competir no acirrado mercado global de capitais. Logo, compreender a proposta pedagógica do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) implica não perdermos o vínculo com a base da vida real, permeada por aspectos objetivos e subjetivos. Para entendê-la, é importante considerar as influências do cenário socioeconômico e suas implicações para as esferas de vida. Nesse sentido, Fontes (2010) adverte que,

Nos dias atuais, o termo capital parece óbvio ao senso comum, como sinônimo imediato de dinheiro. Refere-se, entretanto, a um dinheiro especial, que se transforma em algo que produz mais dinheiro, ou seja, capital [...]. Dinheiro, de maneira imediata, não é capital [...]. Este ciclo depende da utilização (por contrato, gerando relações formais ou não, por salário mensal, por peças, tarefa ou ainda por outros tipos de ajuste) da força de trabalho por um proprietário [...] que produz mercadorias e, ao vendê-las no mercado, realiza um lucro. (FONTES, 2010, p. 41).

Tendo em vista a análise da autora, cumpre registrar que os intelectuais orgânicos da fração empresarial atuam para fomentar no tecido social valores que, alinhados à intensificação da produtividade tecnológica, demandam mudanças na educação do século XXI. Desse modo, os movimentos da economia anseiam pelo aumento contínuo de uma população de consumo dependente do mercado, pois “não há lado de fora do mundo mercantil, ou “exclusão do mercado”⁶¹.

Conforme analisa Fontes (2010), os argumentos favoráveis às novas tendências do mercado fornecem a base factual para analisar o empenho crescente das empresas em elevar seus dividendos. Nesse cenário, toda a vida social é envolvida no processo de financeirização do capital, uma relação sistêmica que inclui ao mesmo tempo o aumento do desemprego e a dependência mercantil.

5.2.1.1 Mundo do trabalho, educação e desenvolvimento econômico

Em entrevista durante a 7ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense, Viviane Senna argumenta que o investimento em educação no Brasil teria aumentado substancialmente durante os últimos anos. No entanto, segundo ela,

⁶¹ Ibid., 2010, p. 51.

o resultado da aprendizagem continuaria muito ruim em relação ao que precisaria atingir para preparar as pessoas a viver no século XXI. A esse respeito, a fundadora do Instituto Ayrton Senna registra:

Hoje, para você entrar numa empresa ou pra você fazer o seu negócio, você precisa saber português, matemática e coisas assim. Mas você precisa saber trabalhar em times, precisa ser capaz de trabalhar de maneira colaborativa. [...] se você não for muito flexível para ser capaz de mudar tantas vezes de trabalho ao longo dos anos de vida [...] você não vai dar certo. Infelizmente, a escola ainda está preparando pra empregos no século XX. Estes não serão os empregos do século XXI. (OS FRUTOS..., 2018, [n.p.]).

Aponta, então, que seria necessário preparar as crianças, jovens, adultos e idosos para suprir as expectativas atuais e futuras do mercado empresarial e da sociedade, uma vez que muitas das profissões existentes na atualidade deixarão de existir ao passo que novas ocupações surgirão. (MOVIMENTO SC..., 2017a; FIESC, 2018a). Como se observa, é com esse tom eufemista que grande parte dos intelectuais orgânicos do MSCE costuram seu projeto educativo. Por meio de uma linguagem factual e empírica, suavizam e naturalizam a guerra pela sobrevivência em um mundo marcado por injustiças e desigualdades, sem questionamento do *modus operandi* que produz essa realidade. A seguir, trazemos à luz argumentados apresentados que simbolizam a visão pretensamente neutra dos “mercadores da educação”. Porém, importante registrar que tal retórica é apenas aparência do fenômeno, a “casca da maçã”.

Considerando tal processo de naturalização, o ex-presidente da FIESC, Glauco José Côrte, argumenta que, no presente, estuda-se para conseguir uma profissão segura durante a vida inteira. Porém, no futuro, será necessário estudar a vida inteira para manter-se profissionalmente ativo. (FIESC, 2017e). Para embasar sua fala, reitera:

[...] 30% dos empregos atuais não existiam dez anos atrás e 65% das crianças que se encontram nos primeiros anos de escola trabalharão em ocupações que ainda não existem. Isso significa que muitas das atuais atividades deixarão de existir e outras serão criadas. E não estamos distantes desse futuro. (CÔRTE, 2018b, p. 19)

O Fórum Econômico Mundial aponta a tendência futura de perda de milhões de empregos. Para a entidade citada, as mudanças no setor produtivo demandarão um ensino mais eficiente, com capacidade de formar profissionais com perfil diferente do atual. A educação brasileira, nesse sentido, estaria se mostrando pífia frente às

exigências do mundo contemporâneo. (FIESC, 2017d). Sobre a mesma temática, Rodrigo Pimentel, ex-diretor do *Google Brasil*, afirma ser importante preparar os estudantes para as ocupações que existirão no futuro. (PIMENTEL, 2015).

Nessa perspectiva, seria preciso dar nova forma ao modelo de aprendizagem escolar e de formação docente, dadas as alterações na natureza do trabalho e das profissões. Segundo a FIESC, haveria evidências de que muitos cursos já não atendem mais as necessidades do mercado de trabalho, mas mesmo assim continuam em oferta. Um estudo elaborado pela entidade foi encaminhado ao MSCE e à Secretaria de Educação de Santa Catarina, elencando indicadores para melhorar a avaliação desses cursos. As informações levantadas estariam sendo usadas para mudanças no ensino técnico profissional do Estado, enfatizando a educação integral⁶². Outra pesquisa, realizada em 2017, com o intuito de identificar a opinião do jovem catarinense sobre o Ensino Médio, propôs também indicadores às políticas educacionais nesse nível de ensino. (FIESC, 2018a).

Para Côrte (2018b, p. 66) seria importante superar o desafio da qualificação técnico-profissional dos desempregados, “[...] capacitando-os para as oportunidades que surgirão com a retomada do crescimento. Como sempre acontece, os menos qualificados são os primeiros a perder o emprego e os últimos a reconquistar um novo posto de trabalho”. Nesse sentido, exaltando a meritocracia, defende: “[...] oportunidades geralmente surgem para quem está preparado, com bom nível educacional. Oportunidades também se conquistam!”. (CÔRTE, 2018b, p. 30).

Sobre os processos de mudanças atuais, Jefferson de Oliveira Gomes, ex-diretor do SENAC/SC questiona em entrevista: como construir uma sociedade que ainda está presa às mesmas lógicas do passado, mesma estrutura de sala de aula?. Segundo ele, durante o nosso percurso de vida nesse “novo” mundo, devemos ter de cinco a seis profissões diferentes. Em sua concepção, uma pessoa com 70 anos é quase inválida para a sociedade na atualidade. Afirma que há setores públicos que possuem até uma aposentadoria expulsória. “[...] Uma pessoa de 70 anos daqui a 20 anos será uma pessoa muito ativa. Hoje já é, mas daqui a 20 anos será muito ativa, principalmente em função desses novos medicamentos [...] que têm sido lançados”. (OS FRUTOS..., 2018). Sobre a temática, no âmbito do MSCE se defende:

⁶² “[...] considerando-se como integral a educação capaz de fomentar “competências para além dos conteúdos escolares”. (SILVA, 2018, p. 66).

Ainda estamos vivendo um cenário muito favorável, representado pelo bônus demográfico. Este fenômeno ocorre quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa, aptas a trabalhar, do que crianças e idosos. No Brasil, as previsões apontavam 2030 como a década em que os efeitos desse bônus começariam a se dissipar. Contudo, especialistas projetam o início de seu fim para 2020. Precisamos valorizar a população ativa e torná-la cada vez mais produtiva. (CARRADORE; RAUBER; HACK, 2017, p. 04).

Afirma-se que o bônus demográfico está chegando ao fim no país. Tal bonificação acontece quando há mais pessoas em idade ativa para o trabalho do que idosos e crianças. “No Brasil, as previsões aponta[m] 2030 como a década em que os efeitos do bônus começariam a se dissipar [...] . Precisamos, portanto, valorizar a população ativa e torná-la cada vez mais produtiva”. (CÔRTE, 2018b, p. 34).

Como a taxa de natalidade vem caindo muito nos últimos anos, a quantidade de jovens apta ao trabalho será bem menor que a atual nas próximas décadas. Como resultado, argumenta-se a necessidade de o trabalhador de hoje permanecer mais tempo na ativa, esticando a idade de sua aposentadoria. Em decorrência dessa condição, teríamos que manter a população em processo de formação permanente, estudando durante toda a vida para não se tornar obsoleta e manter-se empregável em um mundo altamente tecnológico. (MOVIMENTO..., 2017b).

O ex-presidente da FIESC, Glauco José Côrte, afirma que, no futuro, haverá menos pessoas em idade ativa disponíveis para o mercado. Portanto, seria necessário melhorar a escolaridade dos atuais empregados e dos jovens que chegarão ao mundo do trabalho. Segundo ele, um funcionário é mais produtivo se tiver maior treinamento e qualificação para o exercício de sua função, tornando a empresa mais competitiva. (GOOGLE..., 2015). Nessa perspectiva, seria preciso engajar as pessoas a criar um roteiro, ensiná-las a viver nessa nova realidade para que aprendam a programar e usar tais recursos para manipular melhor suas vidas. (OS FRUTOS..., 2018).

Segundo Anderson Roberto, especialista do MSCE, os jovens estão angustiados com o que farão no futuro, como conduzirão suas vidas após a conclusão do ensino médio, enfim, como será seu projeto de vida. A participação e envolvimento desse público com a escola vem aumentando. Em função das questões econômicas do Brasil, o estudante está começando a despertar para o seu futuro. (MOVIMENTO SC..., 2017c).

Para Côrte (2018b, p. 94), por meio da educação será possível alavancar “[...] uma transformação estrutural na indústria catarinense, tornando-a mais moderna,

flexível, inovadora, enfim, competitiva”. O ex-presidente da FIESC afirma haver uma intrínseca relação entre renda, desenvolvimento empresarial e social. Nesse sentido, considera importante dar destaque à conclusão da escolarização básica dos trabalhadores catarinenses, o que em sua visão exigirá uma articulação entre empresários, setor público e sociedade como um todo. Afirma, ainda, ser necessário

[...] reduzir o descompasso entre juventude, educação e o mundo do trabalho. No Brasil, 1,3 milhão de estudantes deixaram a escola em 2014, de acordo com o último censo escolar. É como se a cada 24 segundos, um aluno abandonasse a sala de aula, um impacto de R\$ 7 bilhões nos cofres públicos. Além disso, 8,9% dos jovens catarinenses entre 15 e 29 anos não trabalham e nem estudam e cerca de 40% dos estudantes do ensino médio não concluem o curso. (CÔRTE, 2018b, p. 79-80)

Em 2013, dados do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) indicavam que 52% dos empregados da indústria catarinense não haviam concluído a educação básica. Esse alto índice foi apontado pelas empresas como principal entrave ao crescimento econômico do estado de Santa Catarina. Para a entidade, o desafio maior está em elevar a qualidade da educação básica catarinense - mesmo o estado possuindo média acima da nacional - para que os estudantes estejam mais aptos ao ensino técnico, profissionalizante ou superior. Seria preciso, então, moldar a educação e o ensino às necessidades do mercado de trabalho, especialmente do segmento industrial. (FIESC, 2014a).

Importante enfatizar que, segundo as associações empresariais, a inovação da área industrial é apontada como dependente da educação. Sob esse viés, afirmam que o preparo dos recursos humanos habilitará Santa Catarina para a inovação tecnológica que se avizinha. Para tanto, ter profissionais aptos será fundamental. (FIESC, 2014a). Nessa lógica,

[...] existe consenso de que o nível educacional da população, especialmente daqueles inseridos no mercado de trabalho, é um dos principais fatores que estimulam ou entram a modernização e a competitividade dos diversos setores econômicos. A indústria brasileira, ao longo do tempo, tem percebido que para avançar nesse cenário é necessário promover um decisivo salto na qualidade da educação escolar básica, sobretudo em questões centrais como domínio da língua portuguesa, matemática e ciências. (CNI, 2013, p. 03).

Para a FIESC a eficiência do trabalhador possui relação direta com sua escolarização e qualificação. Na década de 1980, um empregado dos Estados Unidos produzia 60% a mais de riqueza se comparado a um trabalhador brasileiro. De acordo

com o *The Conference Board*⁶³, na atualidade esta relação aumentou para 74%. Ou seja, no Brasil, a produção no trabalho está muito aquém do que deveria ser. (FIESC, 2018a). Por esse motivo, “[...] a entidade fez uma clara opção pela educação como fator-chave no alinhamento entre desenvolvimento econômico e social”. (CÔRTE, 2018b, p. 83).

Na mesma linha, o economista Roberto Castello Branco, 38º presidente da Petrobrás, em apresentação durante o Fórum Internacional de Educação realizado em 2015 pelo MSCE, assegura que as mudanças para a economia do futuro passarão pela reutilização dos “recursos humanos” atuais em setores que demandarão maior preparo tecnológico. No passado, o Brasil já transformou sua base produtiva, passando da agricultura para o setor industrial e comercial. Entretanto, a mudança estrutural nos serviços atuais é atravancada pela falta de “capital humano”. A baixa escolaridade é o maior empecilho para realizar “negócios” no país. Segundo o economista, seria necessário para elevar a economia brasileira uma austera agenda de ajustes contemplando reformas fiscais, previdenciárias, despolitização na administração pública, incluindo a privatização de empresas estatais. Além disso, reformar o sistema educacional. (BRANCO, 2015).

No contexto do MSCE, advoga-se que a educação permitiria ao estado a superação das crises econômico-sociais. Nessa perspectiva, precisaríamos apostar na redenção através da educação, permitindo que trabalhadores e jovens possam ser adaptados de modo eficiente ao mercado de trabalho contemporâneo. Assim, teríamos uma nação mais preparada em termos competitivos, com chances de emprego e remuneração melhores. (MOVIMENTO..., 2017b).

A educação integral⁶⁴, nesse cenário, tornar-se-ia uma das abordagens defendidas pelos signatários do movimento diante dos desafios enfrentados na atualidade com as mudanças no trabalho. Tais transformações seriam marcadas pelo fim de muitas profissões e o aparecimento de novas, pelo término da noção de trabalho estável e a abertura para a resolução de questões sociais com o uso do arsenal tecnológico. A educação integral, nesse novo contexto, permitiria o despertar para as “competências socioemocionais”, indo além da formação cognitiva e abrindo campo para a definição do “projeto de vida” dos estudantes. (FIESC, 2018a).

Sobre os desafios da educação para o novo mercado do trabalho, Mozart

⁶³ Ver <https://conference-board.org/us/>.

⁶⁴ Cf. Seemann (2016) para uma abordagem crítico-reflexiva da temática.

Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação e ex-diretor de articulação e influência do Instituto Ayrton Senna, registra que a educação possibilita o crescimento da economia, aumentando a produtividade do trabalhador. Segundo o engenheiro, a cada ano a mais de escola há um aumento de 12% na renda do brasileiro. (RAMOS, 2018).

Ramos (2013) argumenta, nesse sentido, que no ambiente dinâmico do século XXI o estudante atual terá entre 10 e 14 empregos até completar 38 anos, indicando a volatilidade do futuro do trabalho. Difunde-se, assim, a ideia de um ambiente de fluidez constante, onde muitas profissões do amanhã sequer foram criadas. Associa-se, ainda, o aumento da escolarização como condição para superar a desigualdade de renda no país.

De modo análogo, a Confederação Nacional da Indústria atribui à qualidade do sistema de ensino o sucesso da entrada do mercado empresarial brasileiro na escala global de concorrência. Ações que vinculem a educação do jovem ao universo do trabalho contemporâneo são as apostas das federações industriais para melhorar o sistema produtivo do país e elevar a competitividade no mercado internacional. (CNI, 2013).

A regional catarinense da Associação Brasileira de Recursos Humanos julga que a educação custa muito e produz pouco, tendo em vista a quantidade de trabalhadores desqualificados atualmente. Nessa perspectiva, menciona que as empresas estão com dificuldade em encontrar profissionais com formação adequada. Segundo a entidade, a falta de escolaridade prejudica o exercício de diferentes funções em função da carência de habilidades tidas como necessárias para a realização do trabalho. (ABRHSC, 2015). Com o mesmo viés, Branco (2015, p. 02) declara que o "[...] governo reluta em diminuir o tamanho do Estado e [...] implementar um programa de ajuste".

Sob esse entendimento, o Brasil precisaria incitar o treinamento contínuo, utilizando todos os instrumentos disponíveis (educação presencial, a distância, etc.) com o intuito de requalificar os trabalhadores em atividade, além de estimular a produtividade nas pequenas e médias empresas que, hoje, precisam entender o poder da cultura da formação, pautada no incentivo da meritocracia e na elevação da produtividade geral. (PASTORE, 2018).

Enfatizando informações sobre o trabalhador brasileiro, Pastore (2018) registra que no país a produtividade é de apenas 25% do que o empregado norte-americano

entrega. Para o professor aposentado da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, educação é quase tudo quando falamos em produtividade e competitividade empresarial. Segundo ele, a produtividade brasileira está estagnada desde 1980. Nesse sentido, pergunta qual será o futuro do Brasil nesse modelo - em vias de esgotamento - caracterizado por: vantagem demográfica chegando ao fim; peso da competição global; infraestrutura e habilidades (skills) insuficientes; dificuldade para consolidação da tecnologia 4.0 na indústria.

Face ao modelo socioeconômico atual, Branco (2015) pontua a resistência da inflação no Brasil mesmo com as altas taxas de juros, enfatizando a fase atual de contração da economia brasileira iniciada em 2014, com a dívida pública em elevação exponencial, bem como o caráter de elevação dos impostos nas reformas brasileiras, o que seria negativo para o setor empresarial e para a economia. Diante desse cenário, questiona como melhorar a economia no país e voltar a crescer pelo menos em um ritmo semelhante à taxa média da economia mundial. Para o economista, o cenário futuro será difícil, pois chegará ao fim o bônus demográfico brasileiro, além de cessar o ciclo de ganhos nas relações de trocas comerciais. Outrossim, em sua acepção, a educação seria uma das principais fraquezas do Brasil, com analfabetismo funcional chegando a 18% da população e estudantes brasileiros sempre nas últimas posições do PISA⁶⁵. (BRANCO, 2015).

Côrte (2018b), nessa esteira, afirma que a educação, enquanto pedra angular para o desenvolvimento econômico de um país, deveria contar com a orientação das empresas para a formação de profissionais mais adaptados às mudanças deste novo mundo. Entretanto, Bauman (2013), ao constatar as hostis transformações contemporâneas, argumenta o choque social sentido pelos jovens a partir da nova realidade. De acordo com o sociólogo, “[...] nada os preparou para a chegada do novo mundo inóspito e pouco atraente, o mundo das portas fechadas, da volatilidade dos empregos e da obstinação do desemprego; da transitoriedade das expectativas e da durabilidade das derrotas” (p. 45).

Em função disso, na atualidade, mais do que nunca, inicia-se o preparo do estudante (em diferentes faixas geracionais) para viver em um cenário de incertezas

⁶⁵ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Verifica a capacidade de jovens de 15 anos de usar seus conhecimentos e habilidades em leitura, matemática e ciências, estabelecendo um ranking entre os países participantes. Ver: <https://www.oecd.org/pisa/>.

quanto ao presente e futuro. A educação escolar, nesse contexto, dado o seu caráter de alcance territorial, é vista como aliada indispensável para pôr em movimento a construção dessa nova sociabilidade, mais “resiliente” diante dos prováveis fracassos vindouros. Em um mundo austero, seria oportuno, então, desenvolver a flexibilidade (altos e baixos, estica e apertada, etc.) para equilibrar a balança da sobrevivência. Porém, segundo Bauman (2013), na contemporaneidade, “[...] toda a categoria dos diplomados enfrenta uma alta probabilidade, a quase certeza, de só obter empregos *ad hoc*, temporários, inseguros e em tempo parcial, pseudoempregos de ‘estagiários’ falsamente rebatizados de ‘treinamento’”. (p. 45).

5.2.1.2 A visão das empresas na contemporaneidade

Segundo Mozart Neves Ramos, ex-diretor do Instituto Ayrton Senna e membro do Conselho Nacional de Educação, os empresários estariam abrindo espaço em seu planejamento para pensar a formação continuada e a qualificação do trabalhador, medida adotada para fomentar a competitividade e a produtividade das empresas e promover uma costura estratégica para o crescimento da economia catarinense. (MOVIMENTO..., 2016b).

Nessa esteira, a educação ganha status de estratégia competitiva. As empresas passam a entender que o tema não deveria envolver somente o Estado, mas também as corporações, com o objetivo de direcionar a qualificação dos trabalhadores e seus programas educacionais. Na atualidade, os empresários brasileiros consideram a educação como o elemento mais importante para ampliar a competitividade econômica. (CÔRTE, 2018a). Nessa perspectiva, é “[...] significativa a proporção de empresas industriais que foram estimuladas a revisar suas ações de educação após sua adesão ao Movimento [Santa Catarina pela Educação] e/ou em função do estímulo dado pelas próprias ações do Movimento”. (FIESC, 2015a, p. 17).

Desde o início do MSCE, diferentes ações em educação tiveram a liderança das indústrias, exercendo influência tanto na escolarização básica quanto na qualificação para o trabalho. Segundo as empresas, “[...] tais iniciativas geram valor competitivo. Por isso, representam boa fonte de inspiração para que outras empresas melhorem as suas práticas educativas de forma a impactar positivamente o processo

produtivo e a vida dos trabalhadores”. (CÔRTE, 2018b, p. 82).

Os empresários estariam percebendo a relação existente entre as ações educacionais e a melhoria da produtividade e dos processos operacionais dos negócios a que estão vinculados, o que permitiria a adaptação de novas consciências aos postos de trabalho, mais engajadas e satisfeitas, com menor prejuízo nos aspectos de rotatividade e de acidentes nas empresas. (FIESC, 2018a). Nessa perspectiva, Côrte (2018b, p. 81) afirma:

Indústrias que investem em programas educacionais para qualificar seus trabalhadores registram avanços em produtividade e no desenvolvimento de habilidades relacionadas ao mundo do trabalho. Pesquisa realizada junto às indústrias catarinenses que participaram do Prêmio FIESC de Educação aponta que 71% perceberam ganhos no desenvolvimento de competências e na busca por melhores resultados após o início de ações educacionais. Mais de 38% registram, também, aumento na atração e retenção de talentos.

De acordo com o ex-presidente da FIESC, cerca de 63% dos dirigentes empresariais do planeta enxergam a falta de mão de obra qualificada como forte obstáculo à expansão de seus negócios. Segundo ele, “[...] no Brasil, o desafio se concentra nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Garantir uma educação básica de qualidade é vital para que o jovem acesse o ensino técnico e a graduação com conhecimentos adequados.” (CÔRTE, 2018b, p. 86).

Nessa linha, com a escassez de “mão de obra” capacitada, as organizações empresariais teriam compreendido a necessidade de direcionar sua atenção para o preparo de seus trabalhadores com o intuito de prover suas demandas de competitividade, crescimento, produtividade e melhoramento dos produtos entregues e dos serviços prestados. Para as empresas, empregados com maior escolaridade e qualificação terão mais facilidade para se adequar às novas exigências do mercado e às contínuas transformações a abalar o ecossistema de produção e negócios. (FIESC, 2017b).

Para operacionalizar tal processo formativo, no entendimento de Côrte (2018b, p. 40), com “[...] o apoio dos empresários na mobilização dos seus trabalhadores e, dos ofertantes, na ampliação do número de matrículas, haverá o desenvolvimento equilibrado de Santa Catarina”. O ex-presidente da FIESC apresenta, em certa medida, uma visão conciliadora entre economia e educação, possivelmente influência de sua história de vida e relação com a educação, pois, além de ter sido professor, sua mãe também era educadora.

No que se refere às expectativas em relação ao MSCE, os empresários catarinenses almejam que, por meio do movimento, seja possível estabelecer acordos para financiar os gastos das empresas com educação. Desejam, também, a admissão gratuita de seus funcionários em cursos profissionalizantes, a ampliação de vagas na modalidade EJA, a oferta de cursos mais “atraentes” (de menor duração) alinhados às exigências do mercado em cada localidade. Além disso, que se ampliem ações de divulgação para estimular os trabalhadores a retomarem os estudos. Argumenta-se reiteradamente que a ausência de pessoas preparadas afeta direta e indiretamente a capacidade de produção e competição das empresas no mercado contemporâneo. (FIESC, 2015a).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, possuíam educação básica completa no ano de 2014 apenas 56% dos trabalhadores formais da indústria catarinense. Por conseguinte, o empenho para ampliar o quantitativo de trabalhadores com escolarização básica completa foi visto como prioritário pelos empresários, o que exigiu “[...] a ação coordenada e articulada entre os setores públicos e a iniciativa privada”. (FIESC, 2015c, p. 23). As empresas, especialmente as de maior porte,

[...] têm uma clara percepção de que a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e tecnológica e o desenvolvimento de competências influenciam positivamente a produtividade dos trabalhadores de forma diferenciada, haja vista que um trabalhador com estas características ajuda a diminuir custos e perdas no processo produtivo; diminuir falhas e ocorrências de retrabalho; e produzir bens e serviços de melhor qualidade. (EDUCAÇÃO..., 2015, p. 86).

Outro assunto em destaque no cenário empresarial diz respeito ao estímulo e defesa da temática do voluntariado. (ABRHSC, 2015). Citando pesquisa sobre voluntariado da Fundação Itaú Social, realizada pelo Instituto DataFolha (2014), a FIESC registra que, de modo geral, as pessoas possuem grande disposição em ajudar. Nessa linha, 28% dos brasileiros já teriam se envolvido com o trabalho voluntário, grande parte deles com ensino superior completo. Seria importante, então, fazer uso dessa disponibilidade solidária das pessoas para a melhoria da educação catarinense. Segundo a pesquisa, as motivações para o voluntariado se relacionam desde a gratificação pessoal até a sensação de bem-estar obtida com a ação. (FIESC, 2017c). A influência das instituições é fundamental para alavancar a atuação das pessoas com esse tipo de trabalho, principalmente por não implicar custos financeiros para o estado e para as empresas na contratação de profissionais.

Aproveitando tal disponibilidade, o sindicato patronal das indústrias lança o

projeto “Eu Voluntário” com a prerrogativa de melhorar os índices educacionais em Santa Catarina, aproximando o ambiente escolar da comunidade, tornando-o mais “atrativo”. Além disso, busca fazer com que os pais se interessem mais pela vida escolar. (FIESC, 2017c). No endereço eletrônico do Movimento Santa Catarina pela Educação, as pessoas que desejam realizar trabalho voluntário têm à disposição um cadastro de inscrição, no qual devem fornecer informações de seus atributos a fim de identificar o trabalho que melhor se adeque ao seu perfil. As instituições de ensino de Santa Catarina, especialmente as escolas públicas, também cadastram seus interesses em receber trabalho voluntário, principalmente para suprir as necessidades relacionadas ao percurso ensino-aprendizagem de seus estudantes. (FIESC, 2017c). Empiricamente, os empresários buscam a participação dos pais na vida escolar dos estudantes. Registram a esse respeito que:

Estudos comprovam que alunos que recebem apoio dos pais na vida escolar têm maior aprendizado. Você sabia que em Santa Catarina tem uma lei que institui o Dia Estadual da Família na Escola? Você Sabia? Lei 16.877, de 15/01/16. Família que abre espaço para o diálogo, compartilha ideias, expectativas e desafios. É o apoio que aumenta as chances do aluno avançar nos estudos com sucesso. Participe. Incentive a educação na sua casa. (MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO, 2017, n.p.).

Desse modo, em Santa Catarina, o Dia da Família na Escola, instituído pela Lei 16.877/2016, oportunizaria também conquistar público potencial para o voluntariado nas escolas. Isso porque as pessoas, de modo geral, sentem bem-estar e satisfação quando podem ser úteis aos outros - segundo estudo do Instituto DataFolha realizado em 135 cidades brasileiras e que ouviu 2.024 pessoas no ano de 2014. (FIESC, 2017c).

Pauta importante também vislumbrada pelo segmento empresarial diz respeito ao controle e à fiscalização dos “gastos públicos”. De acordo com Ramos (2016), a inspeção da administração pública vai além do fator legal, ou seja, se o trabalho da governança pública estaria adequado à legislação vigente e seus respectivos regulamentos. Deve contemplar também a eficácia, eficiência e resolubilidade, isto é, a averiguação das ações do Estado na realização dos resultados almejados a um gasto plausível (binômio custo-benefício), se as obrigações governamentais estão sendo cumpridas e se as pessoas e o mercado estão sendo beneficiados pelos serviços executados. (RAMOS, 2016).

Todos os aspectos reunidos nessa seção, juntos simbolizam a visão das

empresas na atualidade. A esse respeito, Rafael Lucchesi, diretor de educação e tecnologia da CNI, afirma que o MSCE reúne a população catarinense em torno do que seria o pilar basilar do desenvolvimento econômico e social. A educação seria o principal fator para o crescimento econômico da humanidade nesse sentido. (OS FRUTOS..., 2018). Ao encontro de tal discurso, Carradore (2018) declara que um ano a mais de escolaridade teria a capacidade de reduzir a criminalidade entre 11% a 16%.

Como se observa, o processo de reestruturação do setor produtivo trouxe consigo o aumento do debate sobre qual seria o melhor modelo para a formação estudantil a fim de suprir as demandas do mercado. “Estes debates invadiram não só a agenda escolar, mas passaram [...] a ser estruturantes das políticas educacionais, bem como dos discursos empresariais sobre a necessidade da escola reestruturar-se”. (OLIVEIRA, 2017, p. 03).

5.2.1.3 Tecnologia e transformações sociais

O contexto atual vem marcado por profundas mudanças na base tecnológica. Fato que desperta atenção das associações empresariais catarinenses que se veem impelidas a preparar “mão de obra” para as transformações em curso. Tais alterações, configuram-se como base para a organização do MSCE. A esse respeito, Glauco José Côrte, ex-presidente da FIESC, afirma que seria preciso preparar o setor produtivo para a chamada indústria 4.0 que vem adentrando com grande velocidade no Brasil. (MOVIMENTO..., 2017a). Para ele,

Na base das mudanças provocadas pelas novas tecnologias estão, de um lado, as ameaças ao emprego e, de outro, a promessa de prosperidade. O que de fato vai acontecer dependerá da ação das empresas, dos governos, das sociedades e das pessoas. (CÔRTE, 2018b, p. 20).

Em entrevista concedida no âmbito do MSCE em 2018, Jefferson de Oliveira Gomes, diretor do Senai Santa Catarina (2015-2018), registra que a Indústria 4.0 é uma denominação criada na Alemanha para evidenciar uma quarta etapa do processo de desenvolvimento industrial, com o uso da conectividade para gerenciar um enorme volume de dados e informações, permitindo a aplicação de sensores para otimizar o trabalho das empresas. Está ligada à transformação comportamental da sociedade. Essa nova indústria, segundo ele, seria uma consequência da ampliação da

expectativa de vida das pessoas. Pelo fato de se viver mais tempo, “[...] muda a relação com o desenvolvimento das tecnologias, muda a relação dos negócios”. (O QUE..., 2018). O gestor afirma que

[...] a gente começou a baratear um conjunto enorme de tecnologias. Então, essa ideia de ter várias tecnologias disponíveis, principalmente as da conectividade, faz com que a gente mude o conceito de indústrias fundamentalmente. Há uma mudança, uma facilidade, um acesso muito grande em todos os aspectos a tecnologias. (O QUE..., 2018).

Prossegue registrando que, com a mudança comportamental dos indivíduos a partir das tecnologias, abre-se terreno para o advento de novas legislações e regulações, bem como para o desenvolvimento de novos projetos e a criação de novas empresas. Porém, para operacionalizar tais transformações, seria preciso envolver as pessoas e prepará-las para tanto. “O futuro já chegou faz tempo. 65% das profissões que serão ofertadas daqui a seis anos simplesmente não existem”. (O QUE..., 2018).

Na mesma entrevista, Gomes anuncia que o universo da indústria 4.0 está buscando pessoas curiosas. Seria fundamental, então, conhecer linguagem de programação para viver neste “novo” mundo. O ex-diretor do SENAI/SC afirma que dois terços da população catarinense têm mais que 35 anos, dentre os quais é grande o percentual de analfabetos digitais. “Em termos práticos, a gente tem que **reformatar** todas essas pessoas. [...] Esse pessoal não está sendo reprogramado, reformado em coisas novas”. (O QUE..., 2018, n.p., grifo nosso).

Na mesma linha, Bruna Pereira, jovem embaixadora do MSCE, regional de Tubarão, em entrevista ao programa Educação e Cidadania, argumenta:

[...] a gente vê que o mundo está mudando. A gente está na 4ª revolução. O jovem e as crianças têm sim essa oportunidade porque o nosso estado oferece qualificação para quem está disponível. Então, eu vejo que os jovens, as crianças e até as pessoas que já concluíram o ensino podem voltar para cursos técnicos e se preparar para esse novo mundo. As pessoas se assustam com mudanças, mas é só a gente se adaptar as coisas que estão acontecendo e usar a tecnologia tão presente na nossa vida. A competitividade do mercado está muito em alta. (MOVIMENTO SC..., 2018, n.p.).

Da passagem anterior, evidencia-se o caráter de adaptação delegado à educação, cuja função seria a de tentar “moldar” novas consciências para o mundo tecnológico hiper conectado. Sobre a temática, na mesma roda de entrevista da qual a estudante embaixadora fez parte, Glauco Côrte discorreu que “[...] a base de qualquer transformação, a base da nova tecnologia, a base da inovação é a educação. Sem melhorar a qualidade da educação [...], o Brasil não terá condições de manter

competitividade com os outros países. Este é o grande desafio”. (MOVIMENTO SC..., 2018, n.p.).

Por sua vez, Lucas Rodrigues, jovem embaixador do MSCE em Blumenau, enfatiza, na mesma entrevista, que a educação está sempre evoluindo, mudando constantemente através do tempo. “Nós podemos comparar a educação e a tecnologia. Elas precisam estar sempre alinhadas entre o mesmo caminho. Como a tecnologia evolui, a educação precisa estar sempre seguindo ela”. (MOVIMENTO..., 2017a, n.p.).

Para Glauco Côrte, ex-presidente da FIESC, as empresas estariam adentrando em um novo sistema digital de produção industrial, com máquinas e robôs conectados. Segundo ele, os próprios artefatos tecnológicos conduzirão o seu processo de trabalho. Seria uma nova realidade, onde os empregos e as ocupações mudariam. Porém, haverá oportunidades para trabalhar em novas funções apenas para quem se preparar e estiver atualizado. (MOVIMENTO SC..., 2018). Sobre esse novo contexto da indústria 4.0, o Fórum Econômico Mundial em 2018 já debatia sobre como desenvolver e preparar os indivíduos para sobreviver entre as mudanças disruptivas que se avizinham, na tentativa de estabelecer horizontes para a criação de um futuro compartilhado em um mundo que está/estará fraturado. (CÔRTE, 2018b).

Nesse horizonte, Ramos (2018) cita pesquisa acerca do futuro do trabalho elaborado pela consultora global *McKinsey & Company*, demonstrando que seis em cada dez ocupações poderão ter boa parte de suas atividades substituídas pela automação, cenário que impactaria, até 2030, na perda de 400 milhões de empregos em todo o mundo. No Brasil, os cálculos estimam que mais 16 milhões de pessoas ficariam sem trabalho em função das transformações tecnológicas em curso.

Desde 2010, o número de robôs industriais cresce a uma taxa de 9% ao ano. No Brasil, cerca de 12 mil robôs industriais [foram] comercializados entre 2015 e 2020. O que está em jogo quando se trata de adotar ou não um processo mais agressivo de automação nas fábricas é uma questão de equilíbrio entre custos e competitividade. (RAMOS, 2018, n.p.).

Para grande parte das empresas, a falta de “mão de obra competente” para lidar com as novas tecnologias será uma grande ameaça para a economia brasileira. Com o surgimento da indústria 4.0 - que engloba tecnologias como Internet das Coisas, *Big Data* e Inteligência Artificial para aumentar o processo produtivo - a preparação profissional será condição indispensável para o indivíduo se manter empregado. Para

tanto, de acordo com o SENAI/SC, seria necessário criar novos cursos e revisar os existentes, alinhando-os às demandas e às características do jovem contemporâneo, uma vez que os conhecimentos, as “competências” e as profissões estão passando por rápida transformação. (FIESC, 2018a).

Segundo a FIESC, está havendo uma profunda transformação no contexto econômico e de trabalho com o advento das novas tecnologias. Para a entidade, as inovações tecnológicas já teriam alcançado todas as atividades, tornando-as mais baratas e atrativas. O aumento do teletrabalho, do comércio eletrônico e da automatização já seria uma tendência perceptível na sociedade. No campo, a agricultura e a pecuária já estariam elevando sua produtividade com o uso de tecnologias de precisão, genéticas, localização com drones e biotecnologia. Para a área de transportes, vislumbrar-se-ia, ainda, uma intensa modificação com a criação de automóveis autônomos, que não requerem condutores humanos. (FIESC, 2018a).

Todo esse avanço tecnológico estaria impondo novas “competências” formativas, aumentando diariamente as exigências de preparo para o trabalho em diferentes segmentos. Nessa acepção, as novas tecnologias aplicadas ao processo produtivo pleitearão o domínio de “competências” que se consolidariam com uma escolarização básica ajustada à qualificação profissional. Segundo a Confederação Nacional das Indústrias (2013), em 2025, grande parte dos trabalhadores precisarão fazer uso de tecnologias que ainda não surgiram. (CNI, 2013).

A revolução 4.0, segundo Pastore (2018), criará novas necessidades, colocando um novo ritmo para os processos produtivos. Com as ondas de rupturas em curso e seus impactos não lineares, a escola convencional não daria conta. Em sua visão, o ensino profissional se aproxima mais. Para ele, seria preciso avançar com a aprendizagem em serviço, tendo a participação das empresas em tal intento.

Porém, segundo Branco (2015), o Brasil acumula exemplos de resistência aos avanços da tecnologia, tornando-o uma das economias mais fechadas ao comércio internacional, fato que, segundo ele, explicaria o baixo nível de eficiência do país, inferior a das maiores economias emergentes, especialmente no que se refere às barreiras para a adoção de inovações. Nessa perspectiva, uma agenda para o desenvolvimento econômico precisaria apostar no papel da educação, pois ela geraria um lucro duplo: ao mesmo tempo em que exerceria influência positiva sobre o crescimento econômico, criaria também canais de mobilidade social ao reduzir a desigualdade. Para o economista, a produtividade neste novo mundo tecnológico está

extremamente afetada pela baixa qualidade da educação. Em sua acepção, a força de trabalho mais “educada” facilitaria o “*aprender fazendo*”, o uso, a disseminação e o ajuste de inovações tecnológicas. Gestores mais “educados” elevariam, segundo ele, os resultados das empresas. O Brasil seria 40% mais rico com a escolarização sul-coreana.

Como observam Alves, Gonçalves e Casulo (2020), o estágio atual de desenvolvimento impele a sociabilidade contemporânea a imergir no *tecnocapitalismo*, transformando profundamente a vida cotidiana e as mediações simbólicas que atuam no processo de (re)organização da cultura. Segundo Harvey (2018), existe uma grande inclinação em cultuar a tecnologia como resposta para todos os problemas. Contudo, ao passo que se transforma em um negócio, gera uma mercadoria como valor de troca (novos produtos ou formas de organização social) que necessita achar ou mesmo originar um novo mercado. Nesse processo, a educação aparece como a responsável pela formação e alinhamento social ao novo padrão *tecnoeconomicista*.

5.2.1.4 De olho no exterior: o espelho internacional como horizonte

De acordo com as divulgações do ranking Pisa ⁶⁶, o Brasil ocupa constantemente as últimas posições entre os setenta países avaliados. A esse respeito, Carradore (2018), um dos líderes do MSCE, registra que a nação brasileira precisa ter como horizonte educacional países como Singapura, Finlândia, Hong Kong (China) e Japão, os quais aparecem repetidamente nas primeiras colocações das áreas de ciências, leitura e matemática.

Para Côrte (2018b), o excelente resultado de Singapura na educação não seria consequência de altos investimentos. Nessa acepção, afirma que o país “[...] investe

⁶⁶ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As avaliações do PISA acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. Em 2000, o foco foi em Leitura; em 2003, Matemática; e em 2006, Ciências. O Pisa 2009 iniciou um novo ciclo do programa, com o foco em Leitura; em 2012, Matemática; e em 2015, Ciências [...]. O Brasil está atrás de nações como Chile, México, Uruguai e Costa Rica. Por sua vez, Santa Catarina, em comparação com os demais Estados, figura entre os melhores do País nesse ranking, ao registrar a 2ª posição em matemática, 5ª posição em Ciências e 6ª posição em leitura, mas, se comparado com outros países, o Estado está atrás da Malásia e do México. (FIESC, 2015c, p. 26).

3% do PIB em Educação, cerca de US\$ 9,6 bilhões de dólares” (p. 42). Os professores do país asiático não teriam direito à estabilidade e o salário oscilaria entre um piso de US\$ 1.200 no início da carreira e um teto de US\$ 6.000 ao término de sua vida funcional. Além disso, só permaneceriam empregados os docentes com grande “aptidão” para motivar e preparar bem os estudantes, com obrigação de se atualizar continuamente. Ademais, registra que o governo de Singapura teria aproximado as empresas do universo educativo, preparando os profissionais buscados pelo mercado de trabalho. Como resultado ao longo do tempo, o PIB de Singapura teria crescido cerca de 13%.

Para Côrte (2018b, p. 49-50) a educação naquele país, com “[...] o lema *‘Pensando a Escola, Aprendendo a Nação’*, traçado para o século XXI, forma estudantes críticos e com alto poder de criatividade”. Por conceber tais características como positivas, a FIESC realizou missão internacional a Singapura em 2017, assinando termo de cooperação técnica para apoio em seus projetos na área da educação. (CARRADORE, 2018).

Outra missão internacional executada com a presença de representantes do MSCE foi para os Estados Unidos da América (EUA), onde foram cumpridos encontros na cidade de Boston com o Instituto de Tecnologia Massachusetts (IMT) e a Universidade de Harvard. Nas reuniões, ter-se-ia averiguado parcerias para a transferência de tecnologia à FIESC. Em depoimento, Glauco Côrte, declarou que “[...] a repercussão de cinco desses encontros iniciais foram muito boas [...]. Tivemos oportunidade de fazer uma apresentação sobre o Movimento Santa Catarina pela Educação em Boston e em Washington. (MOVIMENTO SC..., 2018).

Ciente da importância da visita técnica aos EUA e também a diferentes nações europeias para o debate sobre a quarta revolução industrial em Santa Catarina, Glauco Côrte, ex-presidente da FIESC, argumenta que a instituição, por meio do SENAI, já tem realizado ações para incentivar os empregadores a olharem para o novo mundo digital que está se abrindo, onde todas os instrumentos e aparelhos estarão conectados, o que demandará novos caminhos para a qualificação dos seres humanos. Segundo ele, será preciso uma transformação radical na educação para o futuro. (MOVIMENTO SC..., 2018).

Nesse contexto, atento às questões educacionais que emergem em países da América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição financeira internacional com sede em Washington (Estados Unidos), estaria

fortemente preocupado com a transição do jovem entre o Ensino Médio e o mercado de trabalho. Segundo estudo realizado pelo banco, as empresas estariam com dificuldades para achar pessoas no Brasil com adequada “competência socioemocional”. (FIESC, 2018a).

No Brasil, estaríamos produzindo muita educação desconectada da produtividade, diferentemente de países como Chile, China e Malásia, fenômeno que deveria ser avaliado com bastante atenção, segundo a FIESC. O que confirmaria a relevância do MSCE, que foi apresentado a convite do BID, em Washington, com status de proposta exitosa na área educacional da América Latina. Porém, Côrte (2018b, p. 52) registra que “[...] é necessário ampliar, ainda mais, os esforços pela melhoria da qualidade da educação. É a chance que temos de nos aproximar das nações mais desenvolvidas. Mas só teremos sucesso se isso for uma verdadeira obsessão de todos os catarinenses”.

Com concepção de base análoga, Jefferson de Oliveira Gomes, ex-diretor do SENAI/SC, argumenta que o país precisa se espelhar no modelo externo de educação. Segundo ele, na Suécia, mais de 70% das pessoas se formam em cursos técnicos. Na Alemanha, o percentual seria de mais de 50% da população. (O QUE..., 2018). Assim, enquanto países desenvolvidos possuem boa parte dos jovens no ensino técnico, no Brasil, menos de 10% desse público se direciona à educação profissional. E o Ensino Médio no país estaria apenas preparando os jovens para entrar na universidade, não se preocupando com o mercado de trabalho. Um contrassenso na visão da FIESC, pois o percentual dos que ingressam na educação superior é baixo, cerca de 18% dos jovens entre 18 e 24 anos, o que mostraria a distância entre a escola e a vida. (FIESC, 2018a).

Nessa linha, Deschamps (2018), ex-presidente do Conselho Nacional de Educação, afirma que a educação brasileira tem se espelhado em modelos já executados internacionalmente ao estabelecer a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio, iniciativas que, em sua visão, seriam importantes para o país avançar na área. (OS FRUTOS..., 2018).

Sob essa lógica, Côrte (2018b) afirma que Santa Catarina precisa melhorar muito para oferecer uma educação de excelência a jovens, crianças e trabalhadores como ocorre em países como Polônia e Finlândia. A esse respeito, conta que “[...] a FIESC acabou de visitar os dois países e observou que é possível encurtar o tempo que separa uma educação medíocre de uma de alta qualidade.” (p. 85).

Durante o Fórum Internacional de Educação realizado em Florianópolis no ano de 2015, a convite do MSCE, os palestrantes Mattila e Silander falaram sobre o sistema educacional de seu país (Finlândia) e o que tem atraído o interesse de diferentes países. Dentre os motivos, além da recorrente liderança nos rankings de avaliação internacional, o que teria chamado a atenção da FIESC seria o fato de a educação ser socialmente valorizada na sociedade finlandesa, sendo considerada a chave para o futuro. Os convidados finlandeses afirmaram que lá os estudantes são bem preparados para os estudos posteriores, para o trabalho futuro como para a vida em geral. Nesse sentido, registram que

O sistema de ensino finlandês atual nasceu como produto de um trabalho de longo prazo. As escolas produziram excelentes resultados nas últimas décadas, tendo seus benefícios medidos por pesquisas de organismos internacionais. No entanto, a tecnologia e a internacionalização têm mudado a natureza do trabalho. Nessa esteira, a educação e a escola devem se transformar permanentemente para que possam acompanhar os novos tempos. Elas devem continuar a oferecer o alicerce para o mundo do trabalho futuro, enfatizar as habilidades de pensamento, de interação social, de processamento e produção de informação. Por tais razões, mudanças no sistema educacional e reforma curricular são questões atuais em todos os lugares do mundo. (MATTILA; SILANDER, 2015, n.p., tradução nossa).

Portanto, para ter sucesso em seu modelo educacional, a Finlândia teria vivenciado inúmeras mudanças, mas nunca perdido a orientação pelo bem-estar social e superação das desigualdades existentes por meio da justiça social e oferta de oportunidades igualitárias à sua população. (KYLLÖNEN, 2017). Para tanto, procurou demonstrar a importância da educação para o trabalho, aproximando os professores de diferentes ambientes de exercício profissional. Nesse sentido, o docente conta com a colaboração de instrutores nos locais de trabalho, acompanhando e pesquisando tendências futuras de mudança global. Pode ter à sua disposição, ainda, períodos de trabalho nas indústrias (01 mês) para atualização de conhecimentos e capacitação em serviço. Há também um forte vínculo de trabalho em conjunto com institutos e redes regionais, avaliando-se as necessidades educativas por meio de pesquisas, entrevistas e análise de “competências”, a fim de criar programas de desenvolvimento estratégico junto às empresas. (KYLLÖNEN, 2017).

Ainda com olhar voltado para o exterior, no fórum empresarial sobre educação e desenvolvimento econômico de 2017, traçou-se um comparativo entre as economias brasileira e sul-coreana. A esse respeito, argumentou-se que se o Brasil apresentasse as mesmas taxas de escolaridade do país asiático, seria 40% mais produtivo e 18%

mais rico do que atualmente. Essas equações surgem sempre na tentativa de buscar um modo para alavancar a posição brasileira no ranking de competitividade mundial, pois o país ocupava a 81ª entre 138 países avaliados no ano de 2016, o que é um resultado ruim para a economia brasileira segundo os empresários. (FIESC, 2017d).

Dentre as consequências do posicionamento do Brasil no quesito competitividade, Pastore (2018) registra que os bens industriais brasileiros acabaram ficando 23% mais caros que os dos EUA e 37% mais caros que os produtos chineses. Além disso, Branco (2015) declara que o fenômeno do baixo ou quase nulo crescimento do Produto Interno Brasileiro (PIB) dos últimos 35 anos contrasta com o de outros países emergentes como Chile, China e Coréia do Sul.

Para reverter esse quadro, segundo Côrte (2018b), o Brasil precisaria dar um grande passo rumo à implementação de reformas educacionais pautadas pela dinâmica internacional, pois o desempenho nas avaliações mundiais dos países que já as realizaram teria sido positivo, puxado pela mudança na atuação dos professores. Nessa perspectiva, para uma atuação mais articulada e estratégica no campo da educação, Meza (2016) apresenta, durante o Fórum Internacional de Educação promovido pelo MSCE, a informação de que já existe em seu país (Colômbia) um sistema informatizado que sonda as verbas público-privadas aplicadas em educação, endereço eletrônico: <https://siipe.fundacionexe.org.co/>, sinalizando para as parcerias com possibilidade de serem mais oportunas e com capacidade de gerar mais valor.

Conforme mostrado, as transformações da educação, pensadas pela via reformista do Movimento Santa Catarina pela Educação, são pautadas pela reprodução de modelos externos, especialmente de países muito diferentes do Brasil, tanto em termos populacionais como de desenvolvimento. Singapura e Finlândia, por exemplo, são países que correspondem à população de uma única cidade do Brasil, não se constituindo em parâmetro equitativo mesmo dentro da lógica meritocrática.

5.2.1.5 Parcerias e as fronteiras entre o público e o privado

Nesta seção, abordaremos mais detalhadamente como o fenômeno das parcerias público-privadas aparece difundido nas produções veiculadas no âmbito do Movimento Santa Catarina pela Educação. Uma teia de relações em que, de acordo com Peroni (2015), o privado e o público se embaraçam e suas respectivas

características vão sendo obscurecidas sistemática e gradativamente. No campo da educação, tal mecanismo cada vez mais ganha corpo na disputa pelos recursos financeiros públicos.

Em 2014, quase metade dos trabalhadores formais da indústria não possuíam a educação básica completa, o que, segundo a federação industrial catarinense, exigiria esforço e articulação entre a esfera pública e a iniciativa privada no aumento da escolarização dos trabalhadores. (FIESC, 2015b). A partir desse entendimento, Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna, considera o MSCE importante porque segue a lógica de “colaboração” entre os setores público e privado, o que, em sua visão, seria o caminho da “responsabilidade partilhada” em relação aos desafios que o país enfrenta para superar a atuação apenas governamental. Segundo ela, governamental não encerra o público, sendo apenas uma parte. Nessa acepção, os problemas da educação não deveriam sobrecarregar os governos. Seria uma questão pública a ser resolvida por toda população, envolvendo empresas, sociedade e governo em um esforço conjunto para superar os desafios da educação. (OS FRUTOS..., 2018).

Na mesma linha, Glauco José Côrte afirma que a educação não seria uma obrigação apenas do governo, do setor público, mas da sociedade como um todo, o que teria alavancado o MSCE a trabalhar fortemente na mobilização da sociedade catarinense para melhorar o desempenho da educação. (MOVIMENTO..., 2017b). Sobre a questão, Antônio José Carradore, assessor do movimento, sustenta que o segmento público precisa unir esforços com o setor privado, com ambos atuando para melhorar os resultados da educação catarinense. (MOVIMENTO..., 2017c).

No que se refere à participação da poder público nessa empreitada, Eduardo Deschamps, ex-secretário de educação de Santa Catarina, alega em entrevista concedida ao programa “Conversas Cruzadas” que o MSCE é uma iniciativa de mobilização e, nesse aspecto, o governo de Santa Catarina apoia e participa sempre, inclusive colocando

[...] toda a estrutura das suas escolas, da sua rede, os seus profissionais da educação, seus gestores à disposição para que a gente possa fazer ações como, por exemplo, o dia da família na escola [...]. Outras ações que a gente tem em conjunto, por exemplo, é com escolas da rede estadual e da rede municipal. No caso de Chapecó, com uma ação que nasce dentro do movimento para identificar competências emocionais, introduzir competências socioemocionais no ambiente escolar com escolas da rede estadual e municipal junto com o Instituto Ayrton Senna, uma ação que surge a partir das discussões que foram feitas no movimento. Assim a gente

consegue estabelecer um campo de ação muito mais amplo a partir do momento em que a gente envolve os 550 mil alunos da rede estadual, os seus mais de 40 mil professores na ativa que estão ali, os mais de mil e cem gestores que a gente tem que passam a ser atores importantes para que a gente possa fazer a diferença na educação a partir das ideias que são geradas dentro também do movimento. (MOVIMENTO..., 2016a).

Vale reiterar que, com o intuito de expor os resultados do MSCE e apresentar como teria conseguido aliar o poder público e o setor privado na causa da educação catarinense, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) convidou a FIESC para um evento em Washington. (MOVIMENTO SC..., 2017a). Na ocasião, o sindicato patronal das indústrias argumentou que

[...] a adesão do Governo do Estado de Santa Catarina é um marco. A presença do governador Raimundo Colombo no ato de lançamento do Movimento simbolizou a aliança entre o poder público e o setor privado para a elevação da escolaridade e melhoria da qualidade educacional. E a ocupação de uma cadeira do Conselho de Governança do Movimento pelo secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que em 2017 assumiria a presidência do Conselho [...]. A adesão da seção catarinense da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) completou o envolvimento da rede pública, enquanto a participação do Conselho Estadual de Educação legitimou ainda mais o Movimento em sua atribuição de influenciar os rumos da educação em Santa Catarina. (FIESC, 2018a).

Segundo o BID, o movimento seria um dos empreendimentos que mais avançaram no continente americano em relação à formação de parcerias público-privadas na educação. Os representantes do organismo internacional se entusiasmaram com a metodologia empregada para o engajamento das pessoas, das empresas e o alcance de objetivos estratégicos. A esse respeito, a federação industrial catarinense alega que o ramo empresarial tomou a liderança, assumindo que educação não é responsabilidade exclusiva do Estado. As empresas são ouvidas pelo poder público nas demandas educacionais, o que acaba direcionando as políticas da área. (FIESC, 2018a).

De acordo com Côrte (2018b, p. 80) “[...] o movimento conta, também, com parceiros que se empenham nesta causa, como o Todos pela Educação, a Fundação Victor Civita, representantes dos trabalhadores, o Instituto Ayrton Senna e a HAMK – Universidade de Ciências Aplicadas da Finlândia”. Como educação seria a prioridade número 1 do poder público e do setor privado, o MSCE seria uma espécie de semente plantada para intensificar a adaptação de trabalhadores e empresas à economia do século 21. Empresas e Estado, desse modo, devem estar lado a lado a caminho do crescimento e da expansão competitiva. (FIESC, 2014a, 2018a). Segundo a entidade, estimular a competitividade do setor privado catarinense equivale a fomentar o

desenvolvimento do próprio estado catarinense. Nessa caminhada, “[...] o movimento decidiu estimular os jovens para uma atuação mais colaborativa com a escola e mais próxima do mundo do trabalho”. (CÔRTE, 2018b, p. 80).

Dentre os intelectuais parceiros do MSCE, destacamos figuras reconhecidas nacionalmente como Cláudio de Moura Castro (economista), Roberto Castello Branco (economista), José Pastore (professor aposentado da Faculdade de Economia da USP), Mozart Neves Ramos (engenheiro, ex-presidente do CNE), Viviane Senna (empresária), Roberto Lent (médico e neurocientista vinculado à Rede Nacional Ciência pela Educação) e Priscila Cruz (mestre em administração, presidente-executiva do Todos pela Educação). Já dentre as principais instituições que se unem ao movimento, Côrte (2016a) cita o Instituto Ayrton Senna, o BID, a Secretaria de Educação de Santa Catarina e o *Google for Education*⁶⁷. (CÔRTE, 2016a).

Sobre o parceiro *Todos Pela Educação*⁶⁸, Cruz (2016) argumenta que é um movimento cujo objetivo maior buscava estimular o poder público e a sociedade civil brasileira para a efetivação do direito à educação básica de qualidade. Se diz *apartidário*⁶⁹ e plural. Reúne lideranças de distintos segmentos sociais como empresários, profissionais da educação, gestores, pais, estudantes, pesquisadores e imprensa. (CRUZ, 2016).

No que se refere ao *Google for Educacion*, Pimentel (2015), ex-líder responsável pelos produtos da empresa na América Latina, afirmou, durante fórum internacional promovido pelo MSCE, que as principais estratégias e ferramentas difundidas para a educação contemplavam quatro principais eixos naquela ocasião, conforme quadro a seguir.

Quadro 08 – Google for Educacion

Eixos	Principais produtos e serviços
Produtividade e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gmail ✓ Drive ✓ Calendário ✓ Editores de texto

⁶⁷ Reúne um conjunto de produtos e serviços educacionais ofertados via internet pela empresa Google, gigante da área de tecnologia.

⁶⁸ Ver <https://todospelaeducacao.org.br/>.

⁶⁹ Adota uma suposta “neutralidade”, não demonstrando seu posicionamento político.

	✓ Google Teacher's - training & certification
Dispositivos	✓ Tablets ✓ Chromebook ✓ Conta Google
Sala de aula	✓ Google Classroom ✓ Esquema de aulas digitais
Conteúdo digital (distribuição de plataformas)	✓ YouTube (vídeos) ✓ Google Cultural Institute (arte, história e cultura) ✓ Digital Books ✓ Línguas/idiomas/tradutores ✓ Geographic Maps (localização)

Fonte: Elaboração própria a partir de Pimentel (2015).

Nessa linha, segundo Ramos (2015), a grande força atual estaria na capacidade de tecer redes (networks) com a definição de parcerias estratégicas para melhorar a posição de competitividade das empresas. Cada polo dessa união contribuiria com sua experiência para solucionar os problemas relacionados ao negócio. Nessa acepção, a estruturação de uma rede colaborativa seria uma ação indispensável para ter sucesso nos novos tempos.

Na mesma perspectiva de parcerias público-privadas empreendidas com o Todos Pela Educação e *Google for Educacion*, o MSCE também se aproxima internacionalmente da fundação chilena *Empresarios Por La Educación*, que também busca gerar um modelo de vínculo permanente entre as instituições de ensino e as empresas. (CHILE, 2016; MEZA, 2016). A exemplo do que ocorre no Brasil, o movimento do Chile se apresenta como um chamamento ao agir prático. Além disso, propõe o alinhamento de metas comuns entre o setor empresarial, as instituições de ensino e o poder público, promovendo ações táticas para estimular a educação demandada pelo mercado de trabalho. (CNI, 2013).

Relevante mencionar, também, a atuação conjunta entre Instituto Ayrton Senna, Secretaria de Educação de Santa Catarina, OCDE e o MSCE em um projeto piloto desenvolvido em Chapecó e região com a participação voluntária inicial de 40 escolas,

um grupo experimental de 20 professores e turmas de 4º/5º e 8º/9º anos. O projeto experimental se apresenta, em superfície, como um embrião que potencializaria o desenvolvimento do pensamento crítico/criativo dos estudantes, alinhado às “competências socioemocionais”, visando a sua multiplicação em larga escala no Brasil. (NUNES, 2017).

Como observamos nesta seção, as relações entre o público e o privado na educação possuem muitas facetas e configurações, sendo empreendidas por sujeitos (individuais e coletivos) cada vez mais articulados em redes locais e/ou globais com diferentes níveis de influência e abrangência. Elas representam universos distintos como, por exemplo, o financeiro, os organismos internacionais e governos. Algumas organizações almejam fins lucrativos; outras não, mas ambas colocam em movimento seus projetos setoriais. A esse respeito, Peroni (2015) assevera que “[...] a relação entre o público e o privado na direção e execução da educação é um processo de correlação de forças, que não ocorre por acaso e que está cada vez mais dando direção para a política pública”. (p. 30-31).

5.2.2 Base epistemológica do MSCE

Nesta seção, aborda-se o alicerce filosófico-científico (a dimensão teórica do conhecimento) que sustenta o Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) e as temáticas difundidas em seu interior. O objetivo é identificar as principais raízes epistemológicas que o ancoram. A partir do caminho metodológico da tese, as categorias que emergem dentro desta dimensão estão agrupadas da seguinte forma: 1. Sociedade da informação e do conhecimento; 2. Teoria do capital humano; 3. Competência; 4. Neurociência. As particularidades de cada uma serão expostas ao longo da seção.

5.2.2.1 A sociedade da informação e do conhecimento

As ações e propostas defendidas no contexto do MSCE propagam a ideia de que “[...] o conhecimento é a base da produtividade e da competitividade no mercado”. (FIESC, 2013, p. 05). A federação das indústrias catarinenses, ao longo de suas

inserções públicas, reforça o lema de que a economia do terceiro milênio está ancorada no conhecimento. (FIESC, 2018a). Cada vez mais recorrentes, esses apelos ganham força e se naturalizam, sugerindo o ápice de um novo marco civilizatório, agora marcado pelo slogan “sociedade do conhecimento”⁷⁰.

Segundo Côrte (2018b), na era do conhecimento, não seria mais útil falar sobre mão de obra, uma vez que os trabalhadores estariam ganhando cada vez mais importância. Dado o cenário de concorrência acirrada, o empresário argumenta que o fator mais determinante no nível de competitividade da indústria não seria mais o maquinário, mas os colaboradores.

Em nossa visão, tal retórica vem carregada de contradição, pois ao mesmo tempo em que atribui menor valor à “mão de obra” do trabalhador, registra também que essa classe estaria adquirindo maior importância no mundo produtivo. As duas afirmativas são diametralmente opostas. Quando aborda o contexto das transformações tecnológicas, via indústria 4.0, a FIESC repetidamente aponta para os perigos em termos de produtividade e competitividade caso as empresas não adequem seu parque industrial (maquinários) à nova ordem do digital. Como, então, os colaboradores ganhariam mais importância diante de uma provável diminuição nos postos de trabalho no ambiente da manufatura avançada?

Acreditamos que um das teses explicativas desenvolvidas para pulverizar os problemas oriundos da questão anterior está na chamada “sociedade da informação e do conhecimento”. Isso porque a ideia embutida na expressão pode naturalizar e justificar o desemprego. Nessa perspectiva, conseguiriam “se dar bem” os indivíduos que se ajustassem, adaptassem ou investissem em seu poder maior, a informação e o conhecimento. A categoria denominada “sociedade da informação e/ou sociedade do conhecimento” pode guardar em si essa armadilha.

Tal construção teórica é usada como um dos alicerces do MSCE. A esse

⁷⁰ Atualmente, de acordo com Masson e Mainardes (2011), a ideia de “sociedade do conhecimento” vem sendo amplamente utilizada nas políticas educacionais, estando presente em documentos reguladores e também em discursos políticos para apontar o que seria o ápice do desenvolvimento intelectual e a suposta universalização do conhecimento. Por vezes, a expressão “sociedade do conhecimento” é usada com o mesmo sentido de “sociedade da informação” em função das interfaces entre elas. Nessa esteira, compreendemos “Informação” como sendo a matéria-prima e o conteúdo em si gerado a partir da práxis humana. O “conhecimento”, por sua vez, adquire um caráter polissêmico na sociedade contemporânea, pois se transforma em mercadoria, algo que o indivíduo toma para si e internaliza mediante relação de troca. Ambas expressões apresentam pontos de convergência em um espiral dialético, considerando que a informação, especialmente a de base tecnológica, é premissa para a construção do conhecimento que, por sua vez, resulta em informação novamente a depender do referente humano a acessá-la.

respeito, a FIESC registra que não se pode desconsiderar que a economia do século 21 é baseada no conhecimento. A educação, nessa perspectiva, seria a origem e a solução dos problemas sociais e econômicos do país. Desse modo, a superação dos problemas vivenciados na “era do conhecimento” estaria no aumento da escolaridade, bem como na mudança dos índices de desempenho e formação educacional. (FIESC, 2018a).

A esse respeito, consideramos importante as ponderações de Gonçalves Souza (2011) ao declarar que a construção teórica atrelada à “sociedade de informação” e “sociedade do conhecimento” guarda consigo proposições temáticas inerentes ao emprego, à produtividade e competição. Para a autora, essa aproximação “esvazia o debate em torno da democratização do acesso à informação e à produção de conhecimentos, reduzindo a questão à lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas habilidades e “competências” para a empregabilidade”. (p. 220).

A tese difundida pela “sociedade da informação/do conhecimento” possui historicidade. Portanto, desenvolve-se em meio a movimentos, por vezes conflituosos, que podem ser entendidos a partir das configurações sociais que os criaram. Na atualidade, os movimentos que se pautam pelo uso predominante das redes de disseminação da informação nas plataformas digitais podem dar à luz a um ambiente tanto de desejos libertários quanto de aprisionamento. (MARTINI, 2017).

Lemos (2016) explica que, desde meados do século XX, vêm sendo trabalhadas as nuances da intitulada “sociedade do conhecimento”. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a configuração da Guerra Fria e o aparente fim da era industrial, abriu-se espaço para o surgimento da era do conhecimento e a suposta derrota do modelo social baseado no trabalho explorado. Nessa perspectiva,

[...] em função da dita centralidade do conhecimento seria característico na sociedade pós-industrial ter o conhecimento como nova fonte de poder. Isso quer dizer que detêm o poder aqueles que sabem ou que conhecem e não mais os que possuem propriedades. Assim, os conflitos se dariam entre aqueles que conhecem e os que não conhecem. (LEMOs, 2016, p.61).

Sob esse viés, o conhecimento passaria a substituir o trabalho como categoria fundante do ser social. Como consequência desse efeito ilusório, a educação passa a ser entendida como o laboratório capaz de fabricar os principais remédios para solucionar os problemas da sociedade, tais como desemprego, pobreza e fome. Com essa dinâmica, aparece na área educacional uma série de teorias e modelos que

buscam se adequar a essas expectativas, rapidamente incorporadas e difundidas por organismos internacionais, ganhando selo de concepções pedagógicas inovadoras em contraposição à educação dita tradicional. (LEMOS, 2016).

Gonçalves Souza (2011) argumenta que a sociedade da informação e do conhecimento, sob o amparo neoliberal, não é vivenciada da mesma forma por todos. Para os indivíduos que possuem acesso consistente à informação e ao conhecimento, há maior possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento. Para aqueles que são aproximados desse universo de forma frágil, a exclusão parece ser a marca indelével. Desse modo,

[...] a aceleração dos processos de comunicação ao mesmo tempo em que permite a democratização do saber também dissemina valores culturais e de mercado impostos pelas culturas hegemônicas, dificultando, assim, uma reflexão crítica sobre uso da informação. Isso acontece quando o conhecimento veiculado pelas novas tecnologias torna o seu usuário um mero reprodutor dos discursos difundidos. Nesse caso o fato de ter acesso às novas mídias - Internet, base de dados, bibliotecas digitais, etc. - não faz do usuário um sujeito capaz de gerar novos conhecimentos. Ou seja, ter acesso às novas tecnologias, saber usar computadores e Internet, não significa que o sujeito tenha domínio destas ferramentas, que saiba explorar suas potencialidades, produzir novos conhecimentos. (GONÇALVES SOUZA, 2011, p. 221).

Para a pesquisadora, é possível afirmar que o reducionismo tecnológico e o determinismo evolucionista (onde a sociedade da informação assume seu viés capitalista) dificulta a análise de todas as nuances e processos de mudança social que compreendem a temática. No neoliberalismo, conhecimento e informação são encarados como elementos de reestruturação produtiva, tendo implicação nas relações sociais e de trabalho. (GONÇALVES SOUZA, 2011).

Porém, a disseminação do acesso à informação pelo uso de novas tecnologias não está traduzindo-se em mudanças significativas nas condições materiais da classe trabalhadora. A quantidade de informação ampliou, mas sua qualidade não, o que “[...] tem gerado conhecimentos esvaziados de suas bases teóricas, reduzidos à sua dimensão utilitária, o que vem causando uma alienação de novo tipo: a alienação informacional, que gera a desinformação”. (GONÇALVES SOUZA, 2011, p. 224).

Nesse cenário de crise, o conhecimento assume características de mercadoria pragmática, fragmentada e instrumental que pode ser comprada e vendida, agindo de modo enviesado para a responsabilização dos indivíduos em relação às respectivas posições sociais usufruídas. (FRERES, 2013). Desse modo, a informação e o conhecimento são tratados como produto com potencial valorativo no mercado.

Percebe-se assim, que os discursos liberais de “democratização da informação”, quando desvelados, mostram-se frágeis, revelando suas contradições: a sociedade da informação e do conhecimento, sob o capitalismo, não será igual para todos, sendo reservada para as classes trabalhadoras sua dimensão pragmática e utilitarista, expressa nas habilidades e competências para a empregabilidade. Trata-se de limites que devem ser superados por aqueles que acreditam num novo modelo societário, em que o acesso à informação e ao conhecimento ultrapassa a lógica instrumental e utilitária e torna-se de fato um direito de todos. (GONÇALVES SOUZA, 2011, p. 225).

Conforme reitera Mattosinho (2017), a tese da “sociedade da informação e/ou do conhecimento” começou a ganhar espaço a partir de meados do século XX e se popularizou no início do século XXI. Desde então, esse modelo teórico tenta explicar as grandes mudanças ocorridas no mundo a partir do argumento de que estaríamos em um novo patamar societário, não mais pautado pelo trabalho.

A informação e o conhecimento seriam os novos alicerces da vida material e simbólica. Essa tese propõe respostas não estruturais (paliativas) para as mazelas sociais. Ademais, ganha o apoio acadêmico e de entidades supranacionais como a Unesco. Sua retórica é muito sedutora, uma vez que dificilmente alguém não aceitaria viver em uma sociedade onde a informação e o conhecimento fossem plenamente socializados. Porém, na realidade, essa ideia, embora pareça o suprasumo do mundo progressista, não revela sua tese oculta: “[...] se o fundamento dessa nova sociabilidade é a informação ou o conhecimento”, a falta deles seria a causa da desigualdade social e econômica; não seu efeito. (MATTOSINHO, 2017, p. 52).

Freres (2013) enfatiza que a informação e o conhecimento emergem como categorias econômicas e produtivas atualmente. Desse modo, “[...] o conhecimento é posto como central no mundo [...] e passa a ser considerado como a mola propulsora do desenvolvimento histórico, tido como absolutamente autônomo em relação à atividade que possibilitou sua existência, ou seja, ao trabalho”. (p. 25). Nessa acepção, “o conhecimento teria se tornado o novo pilar de sustentação da sociedade, onde todos os indivíduos seriam os produtores da riqueza econômica, independentemente de sua posição social. Não haveria mais a exploração de uma classe pela outra”. (FRERES, 2013, p. 187)

Cabe registrar que a “nova” sociedade do conhecimento traz consigo a promessa de superar os maiores problemas da humanidade. Nessa esteira, a “economia do conhecimento” é encarada como um novo estágio civilizatório. Nela, a luta de classes não existiria mais. Tais artifícios explicativos funcionam como “[...]”

mecanismos ideológicos que cegam nossos olhos perante a realidade objetiva”. (FRERES, 2013, p. 190).

5.2.2.2 A formação do “capital humano” pela educação

No âmbito do MSCE, as empresas consideram o investimento em “capital humano” como sendo a mola propulsora para a elevação das “competências” no trabalho e a consequente participação competitiva das organizações no mercado. Essa conquista viria por meio da elevação da qualificação e escolaridade dos trabalhadores. (EDUCAÇÃO..., 2015). O objetivo das ações do empresariado catarinense na educação está na crença que adquire cada vez mais peso no setor: aplicar recursos na formação do “capital humano” garantiria resultados na eficiência e produtividade, melhorando o empenho dos trabalhadores e sua satisfação com as empresas, sobretudo, para reduzir a rotatividade, as faltas e os acidentes de trabalho. (FIESC, 2018a).

Para o MSCE, o estado catarinense precisa de educação de maior qualidade para se desenvolver. Com o objetivo de adaptar a área da educação às suas necessidades, as empresas locais (com a participação dos sindicatos patronais) se alinham nessa empreitada que, segundo elas, teria seu sucesso determinado pelo “capital humano”. Para a FIESC, a economia do terceiro milênio precisaria, acima de tudo, de indivíduos capacitados e criativos, condições estas que seriam indispensáveis para Santa Catarina ter a chance de se desenvolver plenamente. O MSCE existe para potencializar esse processo de mudança e direcionar uma agenda comum para a educação catarinense adequada aos anseios das empresas. (FIESC, 2018a).

Nessa perspectiva analítica, o problema do desenvolvimento econômico brasileiro se daria pela ausência de “capital humano” adaptado às exigências da produtividade e competitividade das empresas. A escassez de capital humano estaria dificultando a transformação estrutural para serviços mais modernos. (BRANCO, 2015).

De acordo com Oliveira (2001) a teoria do capital humano remonta há um discurso da década de 1960, período no qual ganha destaque a crença de que o caminho para o enriquecimento de um país estaria na profissionalização e escolarização dos indivíduos. Contudo, o tempo demonstrou a fragilidade desta tese

quando se constata que a desigualdade social do Brasil não se origina somente da distribuição desigual do conhecimento, mas nasce das características inerentes ao modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, o autor afirma que

[...] a Teoria do Capital Humano, por apresentar um viés empiricista e por sua construção pautar-se num referencial epistemológico nitidamente positivista, constrói-se dentro de um modelo de análise que não consegue visualizar a totalidade dos fatores que determinam as relações sociais. Considera os fatores isoladamente e busca na sua somatória, a complexidade dos fatores explicativos de uma totalidade maior. Este tipo de abordagem de caráter marginalista baseia-se numa concepção de que o *homo economicus* é um ser dotado de uma racionalidade tal, que é capaz de escolher, livre das pressões externas, quais devem ser os melhores caminhos traçados para alcançar o seu sucesso econômico. Trata-se de uma teoria incapaz de fazer algum tipo de explicação real do sistema capitalista, e termina por ser apologetica do mesmo. O substrato epistemológico do qual se origina a Teoria do Capital Humano, [...] a sua incapacidade de mostrar, em nível macroestrutural, a sua cientificidade, a fará procurar, dentro de análises mais microeconômicas, a comprovação de seu conteúdo. (p. 02).

A teoria do capital humano, conforme explicitada, não leva em conta as relações contraditórias (marcadas pela desigualdade e concentração da riqueza) sobre as quais se assenta a vida social. Assim sendo, “[...] a história humana há de ser compreendida por uma totalidade maior que determina o conjunto das ações dos indivíduos”. (OLIVEIRA, 2001, p. 02). Nesse contexto, o autor pondera que

[...] o reconhecimento da totalidade e do determinante histórico em virtude das relações econômicas não busca apagar o potencial criativo e particular de cada indivíduo, mas deve servir como referência para compreensão de que o ser humano não é a-histórico, não vive descolado de um conjunto maior de determinantes sociais, históricos, políticos e econômicos. Neste sentido, a fragilidade da Teoria do Capital Humano não há de ser buscada exclusivamente nos campos prático e ético, mas há de ser contestada epistemologicamente, uma vez que a sua construção se desenvolve dentro de um referencial analítico que não apreende o ser humano e sua história na complexidade de tramas e das relações nas quais ele está inserido. (p. 02).

Souza (2017) explica que o conceito de capital humano foi inicialmente desenvolvido por Theodore Schultz entre o fim da década de 1950 e início dos anos de 1960, sendo usado desde então “[...] para explicar a diferença entre as rendas dos indivíduos em seu país, os Estados Unidos da América: mais investimentos em capital humano implicam em rendas mais elevadas”. (p. 04). Na tese do capital humano proposta por Schultz (1973) as capacidades adquiridas pelas pessoas no processo de educação se transformariam em um tipo de capital que faria aumentar diretamente a produtividade do indivíduo. Sob esse viés, os seres humanos deveriam investir em si mesmos caso almejassem rendas mais elevadas no futuro. Esse raciocínio está fortemente impregnado no tecido social.

Nessa interpretação, está presente o raciocínio de que as pessoas que ocupam os cargos mais elevados no trabalho teriam gasto mais em treinamento (seja em escolarização tradicional, seja em treinamento em serviço) durante o tempo necessário para conseguir a qualificação exigida. “Esses custos representariam os investimentos em “capital humano” que — na situação econômica de equilíbrio — deveriam ser remunerados com taxa de retorno igual àquela que poderia ser obtida em investimentos alternativos”. (LIMA FILHO, 2012, p. 69).

Nessa esteira, o acúmulo de capital humano de um país seria o elemento a justificar sua condição de progresso tecnológico, social e de produtividade na economia. Desse modo, os empresários deveriam investir em “recursos humanos” para obter benefícios na elevação da produtividade dos trabalhadores e no aumento do lucro da empresa. Já para o indivíduo “[...] recomendava-se que investisse em seu próprio ‘capital humano’, de modo a elevar sua condição de disputar melhores empregos, melhores salários e, enfim, ‘subir na vida’ ”. (LIMA FILHO, 2012, p. 69).

A partir da década de 1990, segundo Aguiar (2012), a teoria do capital humano aparece ressignificada nas reformas educacionais. Ganha destaque a dobradinha entre empregabilidade e educação, enfatizando-se que a escolaridade aumentaria consideravelmente as chances de se obter um emprego. Com esse viés, as mudanças propostas para a educação apregoam que, na contemporaneidade, os indivíduos deverão ser formados para serem polivalentes na profissão e possuírem flexibilidade a fim de que se tornem sujeitos “[...] dinâmicos e adaptáveis às demandas e às mudanças no mundo do trabalho”. (p. 127). A educação, nessa perspectiva redentorista, seria o melhor caminho para os países pobres alcançarem o desenvolvimento, uma vez que o capital humano gerado pela educação seria o responsável por equilibrar a distribuição de renda e tornar a sociedade igualitária.

A tese do capital humano insinua também que as pessoas mais pobres estão nessa condição por falta de conhecimento e qualificação, pois caso possuíssem maior instrução seriam mais produtivas, habilidosas e com melhores salários. A educação, nesse contexto, seria a responsável por tirar as pessoas de seu estágio inicial de pouca qualificação e pobreza, determinando a distribuição igualitária de renda. Tal crença apregoa que “[...] aqueles que melhorassem de nível seriam mais bem pagos e os que permanecessem na condição primeira também teriam seus salários aumentados devido à diminuição da oferta de mão de obra barata”. (AGUIAR, 2012, p. 128). A autora explica ainda que a teoria do capital humano

[...] filia-se a uma corrente de pensamento – a liberal, que apregoa ser a riqueza e a pobreza consequências naturais do esforço e do mérito individual de cada um. Pressupondo-se a existência de igualdade de direitos e oportunidades para que todos desenvolvessem suas “potencialidades”, o bom cidadão é o indivíduo que consegue prosperar na vida. Esta não é igualdade de condições materiais, pois os indivíduos são diferentes entre si, apresentando diferentes capacidades, talentos e atributos diversos. Logo, não podem ser iguais em riqueza. Neste caso, seria então muito natural que o sucesso social fosse alcançado por alguns e por outros não. Dessa forma, as desigualdades sociais geradas pela riqueza, pelo nível socioeconômico, ou melhor, pela propriedade privada e pela apropriação dos meios de produção, desigualdades que foram geradas pela ordem econômica capitalista e pelo regime jurídico-político burguês, são mascaradas. (p. 128-129).

A noção de capital humano, desse modo, está enraizada epistemologicamente no positivismo⁷¹ e no liberalismo⁷² clássico. Nesse contexto, o indivíduo educado possuiria instrução suficiente que lhe permitiria desenvolver “competências” para sua ascensão social e para manutenção do *status quo* vigente. “O cidadão educado é, portanto, o trabalhador disciplinado para atender as exigências de uma ordem econômica e social onde o capital subjugava o trabalho aos seus interesses e necessidades”. (AGUIAR, 2012, p. 129).

Por fim, cabe registrar que a ideia de capital humano, conforme alerta Frigotto (2015), reduz o ser humano a uma mercadoria e confunde trabalho (atividade fundante e central do ser social) com emprego (venda da força de trabalho). Ademais, ignora a base desigual e contraditória das classes sociais na formação da sociedade, além de rebaixar a educação (enquanto direito social e subjetivo) a uma noção de formação mercantil.

⁷¹ O positivismo é uma corrente filosófica que admite apenas como verdadeiro e inquestionável aquilo que se fundamenta na experiência. Deste modo, a escola deve privilegiar a busca do que é prático, útil, objetivo, direto e claro. Os positivistas se empenharam em combater a escola humanista, religiosa, para favorecer a ascensão das ciências exatas. As ideias positivistas influenciaram a prática pedagógica na área das ciências exatas e na área de ensino de ciências sustentadas pela aplicação do método científico: seleção, hierarquização, observação, controle, eficácia e previsão. (ISKANDAR; LEAL, 2002, p. 03).

⁷² Grosso modo, é a doutrina segundo a qual o Estado deve ser mínimo, não devendo intervir nas relações econômicas que existem entre indivíduos, classes ou nações. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/liberalismo/#:~:text=Significado%20de%20Liberalismo,entre%20indiv%C3%ADduos%20e%20classes%20ou%20na%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em 11 mar. 2021.

5.2.2.3 A competência como base norteadora

Para a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, a educação a serviço do desenvolvimento de “competências” traz bons resultados para o mundo empresarial, agregando valor tanto para os negócios quanto para os indivíduos que detêm status educacional diferenciado. (FIESC, 2013). Sob esse viés analítico, “[...] sem investimento adequado em competências as pessoas definham à margem da sociedade”. (RAMOS, 2015, p. 71).

Para Côrte (2018b), a questão que se coloca na atualidade seria entender quais as competências necessárias para o futuro dos negócios a fim de que sejam superadas práticas ultrapassadas. Para ele seria preciso construir um projeto viável para a sobrevivência do mercado.

A esse respeito, Kyllönen (2017), durante o Seminário Internacional de Educação realizado no âmbito do MSCE, registra ser importante a criação de novos ambientes de aprendizagem para desenvolver as competências do século 21. Para tanto, seria necessário pensar no futuro da aprendizagem escolar em sua relação com dimensões da aprendizagem baseada em evidências (fenômenos). Nessa acepção, vislumbra-se uma nova narrativa para a escola do futuro, agora, com foco na aprendizagem de competências gerais ancoradas em evidências científicas. Na mesma linha, Ryymin (2015), pesquisadora na Universidade finlandesa HAMK (voltada às ciências aplicadas), defende a abordagem baseada em competências na educação.

Como se observa, está presente nos últimos anos a recorrência da abordagem das competências nas propostas curriculares oficiais de grande parte das nações, no currículo das licenciaturas e na formação continuada dos educadores, bem como nas discussões sobre os conteúdos e a forma/estratégia de ensino a ser adotada pelas escolas. (ZABALA; ARNAU, 2020). Tal retórica também se constitui um dos pontos de ancoragem do Movimento Santa Catarina pela Educação.

Segundo Zabala e Arnau (2020), a tese da competência “[...] surge na década de 1970 para definir aquilo que aumentava o rendimento no trabalho e começa a ser usada na área da educação no final do século XX”. (p. 05). Nessa perspectiva, o desenvolvimento de competências para a vida retrataria uma transformação assertiva no percurso formativo dos estudantes, pois lhes proveria do arcabouço teórico-prático demandado pela sociedade do século XXI.

A abordagem das competências se mostra contrária à noção de escola como transmissora de conhecimento, estando amplamente vinculada às finalidades educativas defendidas por muitos organismos internacionais como ONU (Organização das Nações Unidas) e Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Tais instituições apregoam os quatro pilares da educação (saber, saber fazer, saber ser e saber conviver) explicitados no Relatório Delors de 1996. O modelo das competências recupera diretrizes postuladas nos séculos XIX e XX em propostas educativas de origens diversas como, por exemplo, o pragmatismo de John Dewey. É clara a tentativa de frear a supremacia da teoria sobre a prática, a qual seria um obstáculo para o desenvolvimento do estudante nas dimensões pessoal, profissional, interpessoal e social. (ZABALA; ARNAU, 2020).

Contudo, Chauí (2008) considera a epistemologia da competência uma ideologia persuasiva que trabalha para ocultar a divisão social das classes, distinguindo os competentes dos incompetentes. Segundo a autora, a ideologia da competência realiza a dominação fazendo uso também do prestígio e poder conferidos ao conhecimento científico e tecnológico.

Segundo a autora, é fácil identificar a ideia embutida na tese das competências quando juntamos os discursos defendidos pela organização empresarial e por especialistas, revelando-se dois pontos basilares do modo de produção capitalista: o de que só existe razão nas leis do mercado e o de que a felicidade e o sucesso estão destinados a quem vence essa competição. Desse modo, a ideologia da competência produz consequências perversas:

Se ser competente é vencer a competição e subir na hierarquia de uma Organização, como se sente o desempregado? A ideologia burguesa lhe ensina, no cotidiano e na escola, que o trabalho é uma virtude que dignifica o homem, e que não trabalhar é um vício (a preguiça, a malandragem). A ideologia dá competência lhe ensina, no cotidiano, na organização escolar, na organização empresarial, que só a competência no trabalho assegura felicidade e realização. Ocorre, porém, que a atual forma do capitalismo (sobretudo por causa da tecnologia e do lugar ocupado pelo chamado capital financeiro, isto é, papéis e dinheiro dos bancos e das bolsas de valores) não precisa de muita gente trabalhando na produção, e por isso gera o desemprego. No entanto, o desempregado, ignorando o que se passa e orientando-se pelo que foi incutido pela ideologia, sente-se culpado pelo desemprego, humilhado e num beco sem saída. (CHAUÍ, 2008, p. 107).

Outra consequência da ideologia da competência está presente na busca desenfreada pelo diploma. Estuda-se porque o diploma seria demandado pela empresa e também utilizado como ferramenta para seleção profissional. As

juventudes acreditam, ainda, que a função de uma instituição de ensino é encaixar-se nas exigências colocadas pelas organizações empresariais, popularmente chamadas de “o mercado”. Nessa lógica, para quem procura emprego, o diploma acabaria conferindo a posição de “apto” e “competente”, além de um status superior na escala de funções e cargos. Dessa maneira, a escola e a universidade, ao alimentarem a ideologia da competência, acabam deixando de fazer suas principais atividades de formação crítica e pesquisa. (CHAUI, 2008).

Sacristán (2011) explica que na teoria das competências estão contidas formulações que se apresentam como narrativas salvacionistas que resgatariam as escolas de sua “inadequação” e “insuficiência” diante das demandas do mercado, freando a suposta ineficiência dos sistemas de ensino de seu fracasso histórico. De acordo com o autor, tal abordagem “pretende que as competências atuem como guias para a elaboração e desenvolvimento dos currículos e das políticas educacionais; que sirvam de instrumento para a comparação dos sistemas educacionais, se constituindo em uma visão geral da educação”. (p.15). A esse respeito, indaga-se:

A que mundo nos leva essa forma de educar por competências? Para uns, nos conduz a uma sociedade de indivíduos eficientes na grande engrenagem do sistema produtivo, a qual requer uma adaptação às exigências da competitividade das economias em um mercado global. Outros consideram que é um movimento que enfoca a educação como um adestramento, um planejamento em que a competência resume o leque das amplas funções e os grandes objetivos individuais ou coletivos, intelectuais, afetivos... da educação. Para outros, estamos diante da oportunidade de reestruturar os sistemas educacionais por dentro, superando o ensino baseado em conteúdos antigos pouco funcionais, obtendo, assim, uma sociedade não apenas eficiente, mas também justa, democrática e inclusiva. O que essas esperanças têm de verdade, o que têm de ilusório, para onde conduzem suas pouco pensadas aplicações? (SACRISTÁN, 2011, p. 07).

É possível observar, nesse sentido, que o significado do qual se alimenta o modelo das competências “[...] representa uma forma de entender o mundo da educação, do conhecimento e do papel de ambos na sociedade”. (SACRISTÁN, 2011, p. 15). A retórica das competências, de acordo com Pérez Gómez (2011), assemelha-se à imagem de uma serpente sinuosa que o acompanha ao longo de toda sua trajetória acadêmica. Como rastejante sedutora, a noção de competência surgiu já no início das aulas de Didática com sua indumentária científica ancorada em Skinner, Bloom, entre outros. Com efeitos sempre presentes, tal epistemologia ganha ênfase nas propostas atuais para a educação sob liderança da OCDE. Logo, o termo não é utilizado inocentemente. Traz consigo uma extensa tradição de interpretações

comportamentalistas que reduziram a complexidade dos processos educativos a um viés tecnicista.

Perrenoud (2013), entusiasta das competências, registra que elas adentraram o universo escolar em quase todos os países (como uma forma de contágio) tendo a imensa ajuda de organismos internacionais, especialmente OCDE, que fizeram delas uma espécie de cavalo-de-batalha. Para o autor, “um país que não se preocupa em dar ênfase ao desenvolvimento de competências poderá ser visto como atrasado ou à margem das tendências”. (p. 27). Nessa perspectiva, afirma que

[...] é difícil encontrar um país que tenha ficado à margem do movimento planetário relativo às competências a serem desenvolvidas a partir do ensino básico, visando a uma melhor preparação das novas gerações para a vida. Em alguns casos, os sistemas educacionais se limitaram a dar ênfase às competências disciplinares, introduzindo, eventualmente, algumas competências transversais. Em outros países, os programas foram inteiramente reformulados, tendo como base a linguagem das competências, para todas as disciplinas, da educação pré-escolar à formação profissional e ao ensino superior. (PERRENOUD, 2013, p. 39).

Contudo, conforme alerta Morato (2005), com a abordagem das competências, os indivíduos ficam reféns dos novos atributos exigidos para a formação competitiva do mercado. Assim, demanda-se um perfil cooperativo e adaptativo frente às novas predileções do capitalismo financeiro. A preferência nítida direcionada para a dimensão comportamental dos indivíduos abre caminho para o mercado utilizar ao máximo as capacidades humanas com potencial de gerar mais-valor. “Ao expropriar todas as suas potencialidades, agora entendidas no saber fazer, saber ser e saber aprender, o capital obtém um controle ainda maior e mais sofisticado sobre esse trabalhador”. (p. 64).

Com aporte em Morato (2005), enfatizamos que o modelo das competências tem potencial para limitar o poder de associação coletiva, pois direciona suas forças para comportamentos subjetivos moldados à conveniência empresarial. Desse modo, dispersa e enfraquece os trabalhadores na sua capacidade de resistência, individualizando as práticas de negociação com o mercado.

5.2.2.4 O paradigma das neurociências

Dentro dos pilares de sustentação do MSCE, encontramos nos dados empíricos da tese uma ênfase epistemológica ligada à abordagem da neurociência cognitiva. A esse respeito, Lim (2016), durante o Fórum Internacional de Educação realizado pela FIESC, registra que "[...] os neurocientistas estão descobrindo os mecanismos cerebrais subjacentes ao aprendizado [...]. Algoritmos de aprendizado estão sendo desenvolvidos em máquinas para permitir que robôs e computadores aprendam" (p. 10). Além disso, apresenta detalhes das neurociências que, segundo ele, contribuiriam para a construção do que chama de uma ciência global e interdisciplinar da aprendizagem. Fazendo referência ao relatório britânico *Royal Society* de 2011, o autor correlaciona educação e neurociência. Segundo ele, a neurociência procura entender os processos mentais envolvidos na aprendizagem, o que seria um terreno comum para que no futuro se possa mudar o fazer educacional, transformando-o a partir de critérios científicos baseados em evidências. Utiliza como exemplo para justificar sua observação as mudanças que a ciência fez na prática médica no passado.

No mesmo evento, Roberto Lent, formado em medicina pela UFRJ e pesquisador da área biomédica, afirma que a ciência precisa ser o fundamento principal para as decisões da educação, a fim de que tenhamos novas janelas de oportunidades econômicas para o Brasil. (LENT, 2016). Importe registrar que o autor é coordenador da Rede Nacional Ciência para Educação (CpE), entidade parceira do Instituto Ayrton Senna. Em sua carta de fundação⁷³, a rede CpE declara:

O modo como cada nação planeja e realiza a educação [...] é um tópico de interesse. O aprendizado e a inovação são essenciais para o desenvolvimento, além de fundamentais para a capacidade de uma nação competir num cenário cada vez mais globalizado, criando alternativas baseadas na Ciência para as demandas sociais referentes à educação.

Nessa perspectiva, importante atentar para o fato de que o conhecimento científico não é neutro, mas provisório, resultado de um processo social e histórico. Quando oportuno, a própria ciência positivista pode ser utilizada para perpetuar determinada concepção de mundo, especialmente se seu arcabouço teórico tem

⁷³ Rede Nacional de Ciência para Educação. Carta de Fundação. Disponível em: <http://www.cienciaparaeducacao.org/wp-content/uploads/2015/07/Carta-de-Fundacao-CpE.pdf> . Acesso em: 22 mar. 2021.

potencial para justificar decisões de ordem socioeconômica com grande impacto na vida das pessoas. Nessa esteira, quando fortes interesses corporativos entram em cena, corre-se o risco de “cair por terra” a suposta neutralidade científica.

Em entrevista concedida no ano de 2016, Eduardo Deschamps, ex-secretário de educação de Santa Catarina, comenta que “os resultados da neurociência [...] podem contribuir muito ainda com o desenvolvimento da educação, a melhoria dos indicadores de qualidade”. (MOVIMENTO..., 2016b). É possível observar, nesse sentido, que a neurociência ganha destaque também na agenda política para a educação, possivelmente porque poderia dar respostas para a questão formulada por Louzada (2016): “o que acontece no cérebro quando aprendemos?”.

Segundo Roberto Lent, a neurociência descobriu que o sono é um mecanismo intrínseco do ser humano de consolidar a memória. Gerir o ciclo de sono seria importante para a própria aprendizagem. Sob esse enfoque, seria recomendável que as escolas de tempo integral pudessem disponibilizar às crianças bem pequenas um “tempo de soneca” logo após o almoço. Tal prática não se deveria realizar apenas porque as crianças ficam com sono ou porque faz bem à saúde, mas fundamentalmente devido aos benefícios para a aprendizagem. (MOVIMENTO..., 2016b). Nessa linha, Consenza e Guerra (2011) explicam que “[...] a consolidação da aprendizagem se faz durante o sono [...]. Nele se constroem conexões entre diferentes áreas do cérebro que armazenam a informação”. (p. 74).

Sobre a temática, Maria Odete Olsen, apresentadora do programa Educação e Cidadania da TV Record News, registra que em 2016 a FIESC reuniu em Florianópolis especialistas do Brasil, EUA, Chile e Colômbia para debater neurociências e movimentos educacionais. A iniciativa foi do Movimento Santa Catarina pela Educação. No encontro, foram abordados temas ligados às neurociências e suas experiências na América Latina. O objetivo do evento seria a qualificação do sistema educacional catarinense. (MOVIMENTO..., 2016b).

Segundo Bartoszeck (2018), a neurociência é uma área de conhecimento relativamente nova que intersecciona a neurologia, a biologia e a psicologia. Com os estudos da neurociência cognitiva teriam sido descobertas questões importantes sobre o funcionamento do cérebro e do sistema nervoso humano e sua relação com as emoções, percepção, memória e aprendizagem. Para o autor, a educação e a aprendizagem deveriam constituir um novo campo das ciências naturais, o que demandaria uma alfabetização neuro científica para que se ultrapassasse o estágio

das especulações e crenças e se alcançasse o avanço científico sobre o cérebro.

Sob esse viés, os cursos de formação de professores no Brasil estariam com um currículo empobrecido, com oferta deficiente de conhecimentos sobre biologia educacional e ou neurociência da aprendizagem. Com esta carência no percurso formativo, os profissionais da educação estariam sujeitos a pedagogias não embasadas em evidências e experimentos. (BARTOSZECK, 2018).

Com entendimento análogo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirma que as teorias da aprendizagem estudadas nas licenciaturas ainda estariam “engatinhando” em uma fase pré-científica, pois lhes faltariam fundamentos preditivos ou explicativos. Segundo a entidade, os professores não entendem de modo suficiente como as crianças, jovens e adultos aprendem, o que seria um obstáculo para ofertas educativas e de “treinamento” realmente eficazes. (OCDE, 2002).

Nessa esteira, a pedagogia estaria em uma fase rudimentar e superficial, ainda esperando seu “Charles Darwin” para explicar o processo de aprendizagem de modo a atingir os critérios de cientificidade. Nesse sentido, a organização declara que “[...] a educação hoje é uma disciplina pré-científica, que depende da psicologia (filosofia, sociologia, etc.) para os seus fundamentos teóricos”. (OCDE, 2002, p. 03). A neurociência cognitiva, nessa perspectiva, ofereceria “[...] uma base mais sólida para o conhecimento do aprendizado e a prática do ensino”. (OCDE, 2002, p. 03).

A esse respeito, Bear (2017) afirma que, em pouco tempo, as bases biológicas da aprendizagem e da memória serão entendidas. Segundo o autor, há indícios de que tanto o aprendizado quanto a memória possam acontecer nas sinapses (local onde ocorre o contato entre os neurônios). De modo geral, a aprendizagem possuiria como componente universal o envolvimento do cálcio. Haveria evidências de que a função desse elemento químico seria mais que a constituição de dentes e ossos fortes. Tal componente estaria envolvido em quase todas as formas de plasticidade das sinapses cerebrais. Nessa linha, indaga: “Pode a pesquisa básica em neurociências nos levar dos íons para a inteligência? Do cálcio para a cognição? [...] Se a plasticidade sináptica, de fato, for a base para a memória declarativa, a resposta provavelmente é sim. (p. 898).

Sobre o processo de plasticidade cerebral, Consenza e Guerra (2011, p. 36) explicam que

[...] as mudanças que acontecem no cérebro durante a adolescência preparam o indivíduo para a vida adulta. O aumento da conectividade entre as células corticais é progressivo durante a infância, mas declina na adolescência até atingir o padrão adulto, o que reflete, provavelmente, uma otimização do potencial de aprendizagem. Nessa fase da vida diminui a taxa de aprendizagem de novas informações, mas aumenta a capacidade de usar e elaborar o que já foi aprendido. Uma característica marcante do sistema nervoso é então a sua permanente plasticidade. E o que entendemos por plasticidade é sua capacidade de fazer e desfazer ligações entre os neurônios como consequência das interações constantes com o ambiente externo e interno do corpo.

Sob esse ângulo, os autores exemplificam o caso de um pianista que, dia a dia, tornar-se-ia mais hábil em função da frequência de seu “treinamento”, o que levaria a mudanças em seus circuitos cognitivo e motor, proporcionando melhor precisão e performance em apresentações musicais. “Por outro lado, o desuso, ou uma doença, podem fazer com que ligações sejam desfeitas, empobrecendo a comunicação nos circuitos atingidos”. (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 36).

Nesse contexto, a aprendizagem conduziria não apenas ao aumento das interconexões neuronais, mas proporcionaria também a junção de circuitos neurais até então soltos. Exemplificando, seria o que ocorre quando se aprende algo novo tendo por base aquilo que já se conhece. Por outro lado, uma doença ou a inércia do indivíduo poderia ocasionar prejuízos nas conexões entre tais circuitos. Nessa perspectiva, “[...] a grande plasticidade no fazer e no desfazer as associações existentes entre as células nervosas é a base da aprendizagem e permanece [...] ao longo de toda a vida” (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 36), porém diminuindo ao longo dos anos, o que demandaria mais tempo e esforço para a aprendizagem se consolidar em idades mais avançadas. Logo, o aprendizado seria

[...] consequência de uma facilitação da passagem da informação ao longo das sinapses [...]. Do ponto de vista neurobiológico a aprendizagem se traduz pela formação e consolidação das ligações entre as células nervosas. É fruto de modificações químicas e estruturais no sistema nervoso de cada um, que exigem energia e tempo para se manifestar. Professores podem facilitar o processo, mas, em última análise, a aprendizagem é um fenômeno individual e privado e vai obedecer às circunstâncias [...] de cada um. (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 38).

O processo de atenção, nesse cenário, seria uma espécie de “janela aberta para o mundo, na qual dispomos de uma lanterna que utilizamos para iluminar os aspectos que mais nos interessam”. (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 42). Assim, o cérebro humano, mesmo aberto ao aprendizado, somente estaria disposto a internalizar aquilo que identifica como funcional. Logo, a estratégia fundamental para

conseguir atenção nas aulas deveria envolver a explicação da importância do conteúdo para a vida dos discentes. Os educadores, então, precisariam sempre se perguntar sobre: a) Por que é necessário aprender determinado conteúdo?; b) Qual a melhor forma de apresentá-lo aos estudantes a fim de que reconheçam sua importância?.

Com aporte em Ferreres e Abusamra (2014), compreendemos que a busca por conexões entre a educação e a neurociência não está livre de riscos. A natureza das áreas apresenta diferenças. Enquanto a pesquisa em educação (ciências humanas) é direcionada para a melhoria e reflexão do processo ensino-aprendizagem, o interesse da neurociência está voltado, em primeiro lugar, para o entendimento do funcionamento cerebral e do sistema nervoso. Importante mencionar a inegável importância do conhecimento relacionado ao cérebro humano. Porém, sua transposição para o universo educacional não deve ser automática e operar como modismo. Tal processo deve vir acompanhado de reflexão sistematizada ancorada no conhecimento produzido historicamente pela área da educação.

Nessa linha, com as altas expectativas em relação às descobertas sobre o cérebro e sua transposição acrítica para o cotidiano pedagógico, é grande o risco de serem criados mitos com informações incorretas sobre o desempenho cerebral. De maneira geral, essa prática vem sendo rapidamente perpetuada e tem início com uma interpretação equivocada do conhecimento científico. Portanto, é importante que a ênfase médico-biologista não seja o único instrumento para a solução das questões de ordem pedagógica.

6 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MSCE

A educação é entendida como uma mediação no interior da prática social. Esta, portanto, se constitui ao mesmo tempo como o ponto de partida e o ponto de chegada da educação. (SAVIANI, 2014, p. 30).

Convém registrar que, além das dimensões socioeconômica e epistemológica apresentadas no capítulo anterior, para avançarmos na compreensão do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), elegemos, para fins de organicidade, três novas dimensões que se relacionam entre si na formação da proposta pedagógica do movimento empresarial liderado pela FIESC. Cada dimensão será desdobrada nas seções posteriores para que possamos melhor elucidar o problema e os objetivos desta tese. Demarcamos, antes disso, nossa leitura e entendimento acerca do fenômeno pedagógico.

Compreendemos o ato pedagógico como mediação dialética entre a teoria e a prática da educação. Portanto, o termo é atributo da área de conhecimento – Pedagogia - que tem como objeto de estudo/pesquisa a educação em seu movimento real. O fenômeno pedagógico, nesse sentido, relaciona-se ao lócus educacional concebido como síntese de condicionantes sociais, políticos, históricos, econômicos e culturais. Encontramos estudos relacionados à pedagogia como campo analítico que se constitui como a ciência da educação (no singular) em Pimenta (1998, 2006), Libâneo (2002, 2006a, 2006b), Franco (2006, 2008), Saviani (2008a, 2008b), Pinto (2006), entre outros.

Na mesma linha, Ferreira (2017) esclarece que a Pedagogia não deve ser considerada uma ciência positivista dominante, mas uma ciência que coloca em análise dialógica o mundo, os sujeitos em processo formativo e o trabalho educativo realizado, debruçando-se sobre a construção de conhecimento acerca da educação contemporânea. Segundo a autora, essa visão coloca a Pedagogia como a ciência que pergunta, que indaga, que perquiri. Uma reflexão sobre a educação produzida pela humanidade, de modo sistematizado, dialogando com os contextos específicos em que tal educação se produz na tentativa de compreender as ações educacionais.

Para Libâneo (2006a, p. 63) a pedagogia “é um campo de conhecimentos; diz respeito ao estudo e à reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. É a teoria e a prática da educação”. Ao estudar o fenômeno educativo a partir de sua

ação prática, a pedagogia possui ao mesmo tempo caráter explicativo e orientador, propondo princípios e direcionamentos para os fazer/saber educativo e suas finalidades. O autor registra que o fenômeno educativo se constitui em campo muito amplo, pois a educação se desenvolve em múltiplos contextos como na família, no trabalho, nas mídias, na política, na escola, entre outros. Assim,

[...] para compreender com mais profundidade o que é a pedagogia, é preciso explicitar seu objeto de estudo, a educação ou prática educativa. Educação compreende o conjunto de processos, influências, estruturas, ações, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto entre grupos e classes sociais, visando à formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal. (LIBÂNEO, 2006a, p. 64).

Com essa perspectiva, o autor registra que os processos formativos que se configuram por meio da educação constituem o objeto de estudo da pedagogia, materializando-se nos conhecimentos e ações forjados pela humanidade ao longo do processo histórico-cultural. A pedagogia, então, está circunscrita ao campo da cultura, construindo e internalizando significados por meio de suas práticas intencionais. É, portanto, mediadora na explicação dos variados modos de se conceber a educação, suas modalidades e instituições. “Também decorrem daí as várias projeções do educativo, em projetos nacionais, regionais, locais, que expressam intenções e ações logo materializadas nos currículos”. (LIBÂNEO, 2006a, p. 65-66).

O autor analisa, ainda, que “[...] a educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características da humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais”. (p. 66). Como a nossa estrutura societária é formada por relações que ocorrem entre grupos com diferentes objetivos, com enormes desigualdades, é preciso que a educação seja crítica, pois é necessário conscientizar para a transformação das relações que subjagam o humano.

A pedagogia, nesse sentido, não trabalha com a educação neutra, mas com o resultado e síntese de valores sociais antagônicos que reverberam na educação. Por esta razão, a pedagogia não pode estar desvinculada das finalidades sociopolíticas, isto é, não pode estar apartada da ação educativa com direcionamento claro do projeto político-societário emancipador. “Dizer do caráter pedagógico da prática educativa é dizer que a pedagogia refere-se, explicitamente, a objetivos éticos e a projetos

políticos de gestão social”. (LIBÂNEO, 2006a, p. 66).

Ao investigar questões atinentes à formação humana e práticas educativas correspondentes, a pedagogia começa perguntando que interesses estão por detrás das propostas educacionais. Precisamente por isso, a ação pedagógica dá uma direção, um rumo, às práticas educativas, conforme esses interesses. O processo educativo se viabiliza, portanto, como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente. Em outras palavras, é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. (LIBÂNEO, 2006a, p. 66).

Considerando o exposto, ou seja, que o processo pedagógico conduz à prática social da educação devido a sua intencionalidade e movimento de agir refletidamente sobre as práticas, Franco (2006) registra que cada época produz necessidades para a formação do ser humano, bem como os instrumentos para agir na formação da civilização. Dessa forma, indaga: “quais são os meios formativos utilizados pelo processo civilizatório hoje? Por certo não são apenas as escolas, nem a família, mas uma conjunção de muitas mídias, agências e espaços sociais, institucionalizados ou não”. (p. 115).

A autora enaltece que os instrumentos acessíveis ao processo formativo/educativo resultam das condições sociais, políticas e culturais concretas de determinado tempo histórico. Essas determinações colocam limites ao projeto de humanização. Consequentemente, há realidades educacionais que não propagam humanidade, emancipação e participação. “Muitas práticas sociais, de potencial educativo, não se concretizam como tal e funcionam, muitas vezes, como instrumentos de desumanização, de opressão e de alienação”. (FRANCO, 2006, p. 115). Nessa esteira, pressupõe que a educação promotora de valores de emancipação dos sujeitos não pode existir desvinculada das ações e práticas presentes nos projetos societários de formação humana.

Conforme Saviani (2008, p. 24-25),

[...] a educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social. Aos momentos intermediários do método cabe identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução

(instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse).

Desse modo, considerando seu caráter investigativo, o que define algo como pedagógico é o rumo que se propõe ao fazer educativo. É a reflexão pedagógica que orienta, dá sentido e direciona a atividade educativa. A educação é um objeto social, não se restringindo ao contexto da escola. É, pois, intrínseca à constituição do humano enquanto ser social, abrangendo processos de formação que existem em uma enorme gama de atividades e instituições. (LIBÂNEO, 2008).

6.1 DIMENSÃO EDUCACIONAL

Nesta seção, trataremos da concepção mais ampla de educação difundida pelo Movimento Santa Catarina pela Educação, agrupando a temática dentro das seguintes categorias: educação 4.0; educação básica e profissionalizante; finalidades sociopolíticas da educação; gestão escolar e formação de professores.

6.1.1 Em cena a educação 4.0

É recorrente no âmbito do MSCE a retórica de que “[...] é preciso repensar os modelos educacionais existentes no país”. (FIESC, 2013, p. 05). Nesse contexto, a Educação 4.0 aparece como expressão emblemática para adequar a educação aos novos parâmetros civilizatórios. A esse respeito, Côrte (2018b, p. 27) afirma que o estudante, na nova educação 4.0, será motivado a “[...] aprender novas técnicas, conhecer novos materiais e processos. Os estudantes passam de consumidores a produtores de tecnologia, de alunos passivos a pensantes e ativos, na execução de seus projetos, relacionando o ato de pensar ao de fazer”.

Para tanto, no século XXI, a escola catarinense precisará integrar-se às novas tecnologias. O uso da plataforma *Google for Education* seria uma das conquistas do MSCE que disponibilizou inúmeros recursos para interatividade entre estudantes e docentes. A parceria teve início em 2015 com a participação de Rodrigo Pimentel, então diretor para a América Latina da plataforma educacional Google, em Seminário Internacional promovido pelo movimento. (FIESC, 2018a).

Côrte (2018b, p. 34), nessa esteira, afirma que o MSCE estaria “[...] incluindo os jovens e os professores no centro das estratégias para transformar a educação em

educação de qualidade real. Juntos, e a partir dessa nova educação”. Segundo ele, os jovens buscam uma educação diferente, mais atualizada e que possua função prática na vida. Eles são 33% das pessoas no mundo e devem ser ouvidos. Desse modo, seria necessário diálogo com tal público para mudar a educação. Os jovens “[...] devem ser os protagonistas dessa mobilização, através do estímulo para que reflitam sobre a educação a partir de uma perspectiva inovadora, a fim de prepará-los para o mundo do trabalho e para a vida”. (CÔRTE, 2018b, p. 34).

Como se observa, a participação do jovem é pensada estrategicamente como aliança para disseminar as mudanças educacionais pretendidas em Santa Catarina pelas organizações empresariais, especialmente a partir dos parâmetros de inovação tecnológica demandados pelos setores econômicos. A inspiração para as transformações, nesse caso, vem importada de países como Singapura, por exemplo. O tigre asiático é frequentemente enaltecido nas avaliações da OCDE.

Para Côrte (2018b), Singapura aparece como modelo de educação a ser perseguido, pois quase sempre está nas primeiras colocações das avaliações PISA/OCDE. Considerando a importância desses dados para Santa Catarina, o MSCE realizou missão internacional a esse país com diferentes lideranças empresarias a fim de conhecer o modelo educacional singapurense.

O sistema educacional é pautado na relevância e no mérito, com alinhamento [...] entre Ministério da Educação, instituições formadoras de professores e escolas. Tudo é perfeitamente pensado para alcançar os dois grandes objetivos da Educação de Singapura: efetivar as aspirações dos estudantes e desenvolver a economia. Os ensinos primário e secundário são públicos, com pequenos custos para os alunos, enquanto o ensino superior é privado, porém, com vultosa coparticipação estatal. O idioma ensinado nas escolas é o inglês, mas um segundo também é oferecido: mandarim, malaio ou tâmil. (CÔRTE, 2018b, p. 42).

Segundo Glauco José Côrte, ex-presidente da FIESC, o MSCE traz para os sistemas educacionais catarinenses os princípios adotados em Singapura: “[...] formar cidadãos criativos, com formação técnica, dotados de boas características socioemocionais e preparados para atender às necessidades do mundo do trabalho [...]. A tecnologia pode abreviar o nosso salto para o futuro”. (CÔRTE, 2018b, p. 50).

Nessa perspectiva, um novo modelo de educação, agora batizado como 4.0 em analogia à 4ª revolução industrial, permitiria construir uma escola apta a lidar com as dificuldades e incertezas atuais e futuras, indo ao encontro das transformações contemporâneas. Nessa acepção, o Brasil precisaria transformar com urgência o seu

modo de fazer educação. (CÔRTE, 2018b).

Em meio a tantas mudanças, os estudantes estariam aflitos com a educação deficitária recebida. De acordo com Côrte (2018b), os jovens “[...] não se conformam mais com a mesmice”. (p. 78). Sob esse viés, a educação 4.0 demandaria um novo docente, agora apto a assumir “[...] o papel de tutor, ajudando os alunos a descobrirem seus interesses e talentos, e assim buscar de forma autônoma um aprendizado adequado às suas necessidades [...]” (RAMOS, 2015, p. 124), o que guarda, em alguma medida, semelhança com o modelo educacional não diretivo disseminado na década de 1930 pelo movimento da Escola Nova⁷⁴.

Nessa esteira, Ramos (2015, p. 125) afirma que, na educação de 2030, “[...] a arquitetura da sala de aula mudará radicalmente. A estrutura rígida dará lugar à flexibilidade, para acomodar alunos em grupos, permitindo um trabalho mais interativo e colaborativo”. Além disso, o conteúdo curricular não será mais o foco central do processo formativo, cedendo seu lugar na educação das futuras gerações às habilidades socioemocionais. Nesse sentido, “[...] o conhecimento acadêmico não será o mais valorizado na formação dos estudantes, mas sim as competências pessoais, como a habilidade de interagir com os outros, se comunicar, tomar decisões e gerir o tempo de forma eficaz”. (RAMOS, 2015, p. 123).

Para o autor, enquanto o Brasil ainda está “[...] tentando resolver a agenda do século 20, muitos países estão implementando com toda força a agenda do século 21”. (RAMOS, 2015, p. 126). Em defesa da lógica da adaptação para sobrevivência neste mundo de incertezas, defende que não seria suficiente apenas aumentar o investimento para transformar a educação brasileira. Seria preciso, ainda, colocar em movimento ações compatíveis com o mundo 4.0 “[...] para oferecer às nossas crianças e jovens uma escola pública de qualidade, preparando-os para enfrentar efetivamente os desafios impostos pelo século 21”. (RAMOS, 2015, p. 127).

Nessa conjuntura, o MSCE age para acelerar o processo de transformação da educação, costurando relações para que as mudanças globais cheguem ao território

⁷⁴ Saviani (2011, p. 71), ao refletir sobre o modelo educacional da Escola Nova, registra que tal movimento expôs com veemência a questão dos interesses dos estudantes. Contudo, o autor problematiza: quais são os interesses do aluno? De que aluno estamos falando, do aluno empírico ou do aluno concreto? O aluno empírico tem determinadas sensações, desejos e aspirações imediatas que não correspondem necessariamente aos seus interesses reais, definidos pelas condições sociais que o situam enquanto indivíduo concreto. Nem sempre o que a criança manifesta à primeira vista como sendo de seu interesse é de seu interesse como ser concreto, inserido em determinadas relações sociais. Em contrapartida, conteúdos que ela tende a rejeitar são, no entanto, de seu maior interesse enquanto indivíduos concretos.

catarinense. Para tanto, sai em defesa de ações para remodelar a formação profissional dos trabalhadores, com uso intenso de tecnologias avançadas no universo educativo, buscando maior flexibilidade para a área. O foco seria levar a educação a outro patamar, aliando-a ao mercado 4.0. Ou seja, promover uma educação que capacite o indivíduo a suportar as intensas transformações contemporâneas. (FIESC, 2018a).

Nesse contexto, o segmento de transportes, por meio do SEST/SENAT, começou a ofertar mais de 200 cursos em ambiente virtual de aprendizagem a distância. Somente em 2017, a plataforma obteve cerca de quinze milhões de acessos. Já o SENAR, no setor da agricultura, criou o Curso Técnico em Agronegócio em oito cidades catarinenses, tendo 20% das aulas em formato presencial e 80% a distância. Para Côrte (2018b),

As tendências tecnológicas decorrentes da Quarta Revolução Industrial (Indústria 4.0) alterarão o conteúdo dos currículos de ensino, dada a crescente defasagem do conhecimento adquirido e de sua aplicabilidade. Somadas às competências técnicas e de qualificação formal, amplia-se a exigência quanto às aptidões pessoais. (p. 21).

A evolução para a Indústria 4.0 depende, dentre outras variáveis, de pessoas capacitadas para ocupar vagas que exigem alto conhecimento sobre automação, robótica, programação, indústria avançada, internet das coisas, big data e afins, além de um sólido conjunto de competências socioemocionais. No Brasil existe um descompasso entre o modelo pedagógico escolar atual e as exigências do novo mundo do trabalho. Que competências crianças e jovens precisarão deter para serem bem-sucedidos em suas funções nesse ambiente tecnológico? (p. 26).

Os argumentos do ex-presidente da FIESC, conforme exposição anterior, denotam a busca incessante por um modelo de educação que dê conta das transformações tecnológicas em curso, especialmente com a emergência da indústria 4.0. Tais mudanças, segundo Côrte (2018b), exigirão alterações drásticas na forma como se pensa a educação na atualidade. Defende, nesse sentido, ser necessário transpor barreiras para a incorporação massiva dos sistemas digitais de interação no processo de escolarização.

Contudo, a exigência formativa pautada (cada vez mais) pela ênfase no desenvolvimento de capacidades psicológicas aparece justamente no contexto em que as tecnologias 4.0 começam a alterar a configuração e a vivência intersubjetiva, com o distanciamento do contato face a face, assumindo uma forma de sociabilidade mediada em que a presença/ausência do humano se dilui no virtual.

Indo ao encontro do modelo educacional 4.0, os estudantes do SESI/SC “[...]”

são incentivados ao desenvolvimento de competências socioemocionais [...] em meio à tecnologia de ponta, como impressoras 3D, cortadoras a laser, cortadoras de vinil, drones e placas eletrônicas”. (CÔRTE, 2018b, p. 27). A justificativa apontada para a reformulação conceitual das escolas do sistema FIESC centra-se na retórica de que os indivíduos que se apresentem como diferenciados, dinâmicos, capazes de promover soluções para os problemas, saibam lidar com tecnologias avançadas e não apresentem dificuldades de convivência terão maiores e melhores oportunidades durante vida. Em síntese, “[...] pessoas detentoras de um conjunto de competências técnicas e socioemocionais, que são o desejo das empresas e o desafio das instituições de ensino – da educação básica [...] à educação profissional”. (CÔRTE, 2018b, p. 31-32). Com esse viés, o autor comenta que

[...] os jovens brasileiros mostram, de forma recorrente, a falta de interesse pela escola, a defasagem entre o ensino e a sua realidade, o excesso de disciplinas e a baixa qualidade da educação [...]. Está mais do que na hora de se pensar numa concepção inovadora para a educação, iniciando pelo ensino médio, que é a etapa mais crítica, com novo currículo, novo modelo pedagógico e formação integral do estudante, estruturada na ciência, na cultura e no trabalho, para atender as necessidades dos jovens e do Brasil do século XXI. (CÔRTE, 2018b, p. 53-54).

Pastore (2018), na mesma linha, aponta que para chegar em um modelo de educação desenvolvido, que atenda os anseios deste mundo 4.0, é importante desenvolver a aprendizagem em serviço a partir da oferta de cursos móveis e a distância, MOOCs (Massive Open On line Courses), bem como “treinamentos” continuados, durante três horas por semana, baseados nos modelos japonês e alemão, onde as empresas usam o formato híbrido (on line e presencial) com junção de tecnologias emergentes para a formação de seu quadro funcional.

Em meio a esse cenário, Pimentel (2015) afirma que a escola estaria estática no tempo, tendo passado por poucas alterações nas últimas cinco décadas. Registra, também, ser necessária a reinvenção da área, apostando na plataforma *Google for Education* para mudar o jogo e trazer o futuro 4.0 à educação. Segundo ele, atualmente, a aprendizagem estaria disponível a todas as pessoas, podendo ser acessada de qualquer lugar. Ao encontro dessas ponderações, Ramos (2018) comenta que a nova realidade exigirá o aumento das qualidades individuais, o que colocaria à educação do futuro o desafio de explorar o máximo do potencial humano.

6.1.2 Educação básica e profissionalizante defendida

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2014a), por meio do MSCE, busca da educação algo para além da formação recebida na escolarização básica comum. Vislumbra, nessa perspectiva, especialmente a qualificação e preparo de trabalhadores para o mercado. Segundo a entidade, a indústria de Santa Catarina passa por um momento de falta de mão de obra qualificada, o que limitaria seu crescimento e afetaria sua capacidade de inovação.

Além disso, a busca pela formação profissionalizante ainda seria muito baixa no Brasil em relação à média dos países membros da OCDE. Nesse contexto, Côrte (2018b, p. 70) enaltece que

[...] apesar da excelência na formação profissional técnica, ainda é necessário que seja mais valorizada por aqueles que buscam o mercado de trabalho: menos de 20% dos estudantes brasileiros escolhem o ensino técnico como forma de iniciar a sua formação profissional. Em outros países, esse índice chega a superar 50%.

A educação profissional, sob essa ótica, seria o jeito mais rápido para o ingresso no mercado de trabalho e para a redução do desemprego juvenil - que estaria muito acima da média total da população brasileira. Segundo esse entendimento, em períodos de crises, os mais capacitados seriam os últimos na fila de demissões. Além disso, as empresas teriam mais chances para vencer antecipadamente as turbulências econômicas. (CÔRTE, 2018b).

A educação para o mercado de trabalho, nesse passo, seria aquela capaz de oferecer à juventude as “competências”, conhecimentos e habilidades imprescindíveis ao seu enriquecimento como classe produtiva. (CNI, 2013). O aumento da escolarização básica e profissional dos empregados (impulsionado pelas próprias empresas) estaria inserido na “[...] ótica da gestão de outros riscos comuns aos negócios, como os riscos financeiros, ambientais, legais, jurídicos, etc.”. (FIESC, 2013, p. 06). Nesse contexto,

[...] é consenso entre essas empresas que trabalhadores escolarizados e melhor qualificados têm condições de produzir mais e com maior eficiência. Por isso, acreditam que investir em educação básica e qualificação profissional ajuda a garantir profissionais para uma produção de maior valor agregado. (EDUCAÇÃO..., 2015, p. 85).

Ademais, a população estaria percebendo que a educação técnica seria importante para alavancar a carreira, facilitar a rápida empregabilidade e a conquista

de bons salários já no início da caminhada profissional. “Diferente de algumas profissões tradicionais que, saturadas, remuneram abaixo das expectativas”. (CÔRTE, 2018b, p. 90).

Para o ex-presidente da FIESC, a educação profissional permite vivências em eventos internacionais como o WorldSkills⁷⁵, o que significa acesso às melhores práticas produtivas, uma vez que as experiências e intercâmbios podem ser absorvidos pelas instituições em seu cotidiano, aproximando o ensino profissionalizante de Santa Catarina às novas tendências tecnológicas e ao que temos de mais moderno em âmbito global. (CÔRTE, 2018b). Nesse cenário, para a escolarização profissional do futuro, a ênfase não estará mais nos conteúdos ensinados, mas na competência e habilidade de apresentar soluções aos desafios e problemas que enfrentamos durante a vida. (FIESC, 2013).

Um aspecto importante que também se destaca no Movimento Santa Catarina pela Educação diz respeito à defesa do aumento da escolarização básica e da qualificação dos trabalhadores. Sobre a questão, Côrte (2018b, p. 38) afirma que “para atender as exigências do novo mundo do trabalho precisamos de 100% desses trabalhadores escolarizados”. Nesse contexto, os setores produtivos catarinenses registram:

A educação básica é a base do processo de formação de recursos humanos, pois compreende o acesso universalizado ao conhecimento básico educativo, capaz de garantir à pessoa condições para qualificar-se para o trabalho, para participar e produzir. A educação continuada estimula o desenvolvimento dessas competências pessoais e produtivas do trabalhador. A educação profissional, por sua vez, assegura a inserção qualificada do estudante no mercado de trabalho. (FIESC, 2013, p. 02).

Para enfatizar a defesa da educação para o mercado de trabalho, durante o Fórum Internacional de Educação realizado em 2016, o MSCE trouxe a experiência do Chile para debater a necessidade do aumento da formação técnica no Brasil. Naquele país, a escolha pela educação profissionalizante ocorre precocemente já aos 13 anos. No Chile, 40% dos concluintes da escolarização básica são provenientes da educação técnica de nível médio. Além disso, quase metade dos estudantes matriculados no ensino superior frequentam centros ou institutos tecnológicos, o que

⁷⁵ O WorldSkills é considerado um dos mais importantes eventos no mundo dentro da área da educação profissional. Participam instituições de vários continentes, que buscam desenvolver competências para o futuro por meio de desafios competitivos. Mais informações sobre a entidade organizadora e as atividades desenvolvidas em: <https://worldskills.org/>.

demandou a elaboração de um planejamento emergencial para a formação docente no âmbito da educação profissional e tecnológica. (CHILE, 2016).

O modelo de educação profissional adotado no Chile é embasado em experiências de privatização da educação como, por exemplo, as desenvolvidas pelo Reino Unido. A influência do mercado nas escolas e liceus profissionalizantes é forte, passando por decisões curriculares e didáticas adotadas. Os professores funcionam como guias que devem formar os perfis laborais demandados pelo setor privado. (CHILE, 2016).

Outro país tido como exemplo a ser seguido no contexto do MSCE e que faz uso da educação profissional para atingir excelentes patamares de desenvolvimento econômico é Singapura. O nível educacional atingido por esse país, segundo Côrte (2018b, p. 49-50), deve-se ao fato de que o governo “concentrou esforços em formar cidadãos com boa bagagem técnica, por meio do ensino técnico e das escolas de engenharia e, além disso, preparou os estudantes para a vida, focando em características socioemocionais”.

Por conta também das alegações externas, a educação profissional acaba se constituindo como uma das bandeiras do MSCE, sendo o tema central abordado no ano de 2019. A partir da Reforma do Ensino Médio (Lei Federal nº 13.415/2017), as entidades empresariais viram uma chance para aumentar a formação técnica e profissional no Brasil devido a um dos itinerários formativos previstos. De acordo com a Federação das Indústrias de Santa Catarina, o curso técnico é escolhido por menos de 10% dos estudantes para o começo da caminhada formação profissional. (FIESC, 2018a).

A partir dessa narrativa, é forte a defesa para que o conhecimento seja utilitário e faça a diferença para o desenvolvimento da economia, seguindo o modelo socioeducativo adotado por países como Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong (CÔRTE, 2018b). Sob esse viés,

uma educação que faça a diferença precisa, portanto, englobar mais aspectos relacionados ao mundo do trabalho. As elevadas taxas de evasão no ensino médio são [seriam] provas disso: quando o jovem se dá conta de que, no curto prazo, a escola não contribui para o alcance de seus anseios profissionais, ele opta[ria] por se dedicar àquilo que lhe garanta renda. (CÔRTE, 2018b, p. 96).

A “educação integral”, na perspectiva do autor, seria a forma mais apropriada para dar conta dos problemas colocados a partir das intensas mudanças no mercado

de trabalho. Sua adoção permitiria a independência dos estudantes para além do aspecto cognitivo, “despertando” as “competências socioemocionais”. Por meio da educação integral e das “modernas” habilidades não-cognitivas, o mundo superaria os problemas ocasionados pelo fim de muitas profissões e atravessaria com “resiliência” o fim da estabilidade profissional e o término dos empregos mais seguros, apoiando-se no poder da tecnologia para superar os males sociais. (FIESC, 2018a).

Indo ao encontro dessa retórica, Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna (IAS), considera a “educação integral” como caminho para as instituições de ensino superarem o estigma de serem simples canais de transmissão de informações. Ao invés disso, poderiam ser usadas como agências a serviço da formatação de “competências”. (FIESC, 2018a). Sob esse ângulo, espera-se “o desenvolvimento não somente de competências técnicas, mas também [...] comportamentais, [...] habilidades estas necessárias para o sucesso no mundo atual e no futuro”. (FIESC, 2013, p. 32).

Diante desse cenário, os jovens da educação básica catarinense, por meio do Projeto Conexão Jovem⁷⁶ desenvolvido pelo MSCE, são estimulados a olhar a escolarização em Santa Catarina. Como resultado, a FIESC divulga pesquisa com um conjunto de 10 iniciativas que representariam a visão da juventude sobre os problemas contemporâneos que assolam o universo educativo. Importante ressaltar que, curiosamente, percebemos que, dentre as propostas estudantis apresentadas, muitas delas vêm diretamente ao encontro de diretrizes externas para redirecionar os rumos da educação.

Nessa esteira, o jovem catarinense consideraria de suma importância ter a família mais perto de sua vida escolar, compreendendo como essencial o acompanhamento dos pais para melhorar a sua aprendizagem. Além disso, os estudantes desejariam a inclusão de temáticas curriculares que estimulassem o seu raciocínio para a inovação e a resolução de problemas, capacitando-os a dar respostas às adversidades que se apresentam no mercado de trabalho. Além disso, considerariam relevante ter orientação adequada para escolherem cursar a Educação Profissional Técnica de nível médio. (CARRADORE; RAUBER; HACK, 2017).

Os jovens ouvidos teriam sugerido, também, que se mantivesse um clima mais propício à aprendizagem, com docentes bem preparados para a condução de aulas

⁷⁶ Mais detalhes sobre o projeto, acesse <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/iniciativas/conexao-jovem.html>.

que façam sentido e sejam úteis, motivando-os a não abandonar a escola e os estudos. Na sequência, teriam argumentado ainda sobre a necessidade de os professores utilizarem diferentes metodologias e estratégias didáticas para tornar o ensino mais participativo, fazendo uso, por exemplo, da aprendizagem baseada em problemas e de outras tecnologias educacionais mais inovadoras. Ademais, teriam manifestado interesse em um ensino capaz de desenvolver competências socioemocionais, permitindo a construção do seu projeto de vida e a preparação para o mercado de trabalho por meio de conteúdos como educação financeira, empreendedorismo, liderança e profissões do futuro. (CARRADORE; RAUBER; HACK, 2017).

6.1.3 As finalidades sociopolíticas da educação

O Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), a partir dos inúmeros projetos e ações realizados, visa a contribuir com uma educação eficiente para pôr em prática os pressupostos defendidos pela doutrina socioeconômica neoliberal⁷⁷. Nessa perspectiva, Côrte (2018b, p. 37) afirma que “a educação ganha relevância cada vez maior, ainda mais no atual mundo do trabalho, em fase de rápida transformação”.

O MSCE se constitui, portanto, em uma das respostas das federações empresariais catarinenses para adaptação às transformações econômicas, sociais, políticas e culturais colocadas pelo sistema capitalista contemporâneo. Nesse cenário, os setores produtivos “apontam a educação como um dos fatores críticos para a competitividade [...]. Isso porque, na economia do conhecimento, a inovação é [seria] o fator fundamental para a geração de riquezas. E nenhum país inova sem contar com uma boa base educacional”. (FIESC, 2013, p. 04).

As entidades argumentam ainda que “enquanto no Brasil apenas 30% da população adulta tem ensino médio completo, esse percentual atinge níveis de 80 a 90% na Alemanha e nos Estados Unidos. Dados pouco animadores para o país, que

⁷⁷ Sobre a relação entre neoliberalismo e educação, confira: DIEHL, Rodrigo Cristiano. **Estado, neoliberalismo e educação pública**. Porto Alegre: ODELA/UFRGS, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2018/09/23/estado-neoliberalismo-e-educacao-publica/>. Acesso em 23 jun. 2021.

continua abaixo da média mundial nos pilares educacionais [...]” (FIESC, 2013, p. 04). Nesse contexto, o MSCE tem por finalidade canalizar a força empresarial de Santa Catarina para pensar e executar ações que possam influenciar a política educacional e repercutir na vida do trabalhador e consequente ampliação de riquezas para o mercado. Assim, “privilegia o fortalecimento das competências fundamentais do trabalhador para contribuir com o aumento da competitividade das indústrias como: flexibilidade, criatividade, empreendedorismo e poder de inovação” (FIESC, 2013, p. 35), formando para a inserção no setor produtivo.

Nessa linha, segundo Glaucio Côrte, workshops como o EducaRH, realizados no âmbito do MSCE, têm por finalidade erguer o alicerce de um projeto de transformação de consciências que supram as exigências do mundo empresarial, usando a educação como ferramenta imprescindível para a geração produtiva e competitiva no mercado econômico atual e futuro. (FIESC, 2016a). Para tanto, seguindo os parâmetros da OCDE, as federações econômico-empresariais locais reiteram a necessidade de políticas de desenvolvimento de “competências” que sejam capazes de:

(1) incentivar e permitir que as pessoas aprendam ao longo da vida; (2) estimular a mobilidade internacional de pessoas qualificadas para preencher vazios de competências; (3) promover políticas transfronteiriças de competências. Esse último aspecto significa, em outras palavras, a necessidade de investir em competências no exterior [...], o que pode ajudar um país a ampliar seu inventário de competências com mais rapidez do que se dependesse apenas dos recursos internos”. (RAMOS, 2015, p. 71)

Meza (2016), em apresentação durante evento internacional promovido pela FIESC, registra que a fundação colombiana "Empresários pela Educação" constitui naquele país uma parceria que trabalha incessantemente para que a educação seja capaz de tornar os sujeitos mais responsáveis por si mesmos e com as competências requeridas pelo mercado. Nessa trajetória, Côrte (2018b) afirma que os voluntários e sua atuação agregadora podem ser reconvertidos em instrumento potencializador para que as demandas de desenvolvimento empresarial sejam mais rapidamente implementadas.

Competitividade empresarial e educação, nessa acepção, deveriam andar de mãos dadas. As oportunidades advindas desse enlace seriam capazes de solucionar os problemas econômico-sociais. Para a seção catarinense da Associação Brasileira de Recursos Humanos, nossa educação custaria muito e produziria pouco. Segundo a entidade, 01 (um) ano a mais de escolarização aumentaria apenas 10% a

produtividade econômica. Mesmo assim, o MSCE aposta na educação como base para aumentar a competição e a inovação. Todavia, sua rota precisa ser redefinida a fim de adaptar os sujeitos às exigências das empresas. (ABRHSC, 2015). Com esse viés, Ramos (2015) acredita que:

Os baixos índices de aprendizagem escolar são uma das causas que vêm promovendo o aumento do gap de produtividade do Brasil em relação a outros países. Por exemplo: em 1980, o trabalhador brasileiro produzia o equivalente a 31% do trabalhador americano; em 2013, produziu menos de 20%. Com relação à Coreia do Sul, o trabalhador brasileiro produzia 10% mais do que um coreano; em 2013, produz apenas 29% do que um coreano – houve uma profunda inversão e o fator Educação [...] possui um peso relevante nesse processo. (RAMOS, 2015, p. 88).

Nesse contexto, o Brasil teria menor capacidade produtiva em comparação a países como Estados Unidos e Coreia do Sul devido, principalmente, às deficiências no processo de escolarização do país, o que explicaria a retração econômica do país. Portanto, para sair de sua condição de pobreza e marginalidade, a educação é vista como peça-chave, onde “[...] educar para a vida é preparar o cidadão para aproveitar as oportunidades e reduzir a pobreza. (CÔRTE, 2018b, p. 30).

Assim, contanto que a educação (de base liberal e redentora) seja pauta prioritária, os demais problemas de base socioeconômica seriam superados facilmente. (CÔRTE, 2018b). Entretanto, a educação também é submetida ao domínio estrutural que produz os problemas sociais. Portanto, sozinha, não consegue dar conta dos entraves que têm origem no metabolismo social contemporâneo. O embrião dos entraves sociais se encontra no modo de se produzir a existência sob a égide do capital, pautado no lucro, na promoção da desigualdade e, atualmente, assume a forma de desenvolvimento neoliberal. Nessa perspectiva,

O neoliberalismo trata a educação escolar, particularmente na escola pública, como lugar privilegiado de concretização de estratégias globais de mudanças educacionais para países considerados periféricos em relação ao desenvolvimento econômico (também denominados países em desenvolvimento, ou países emergentes), cujas finalidades educativas de formação escolar centram-se em interesses capitalistas de formação imediata para o trabalho, em ligação direta com o mercado. (LIBÂNEO; FREITAS, 2018, p. 24).

Explicitando sua acepção sociopolítica acerca da educação, Côrte (2018b, p. 70) utiliza a seguinte parábola bíblica:

Nossa Senhora foi a primeira professora de seu filho, o menino Jesus, a quem ensinou os conceitos fundamentais de justiça e caridade, que marcaram a sua vida pública. Com José, o seu pai, aprendeu o ofício de carpinteiro. Maria e José, foram os seus carinhos mestres, deixando-nos o legado da

importância da família na educação dos filhos. (CÔRTE, 2018b, p. 70).

A família nuclear cristã narrada por Glauco Côte seria um pilar importante para o êxito da educação e aprendizagem estudantil, sendo o tema trabalhado pelo Movimento Santa Catarina pela Educação em 2014 com o intuito de aproximá-los do contexto escolar e diminuir a evasão. Nesse contexto, de acordo com a FIESC (2018a), a taxa de abandono escolar no ensino médio é alta, fato que merece atenção principalmente pelo número crescente de pessoas na faixa etária dos 15 aos 29 anos que não trabalham e não estudam. A família, nesse sentido, é chamada à responsabilidade para acompanhar o processo de escolarização e não permitir tal abandono.

Talvez, desconhecendo os diferentes arranjos familiares e as intersecções multifatoriais que circundam esse universo, o movimento parece não estar atento às condições materiais que interferem na educação escolar. Há muitos casos em que os jovens não convivem ou não foram criados por pai e mãe e, mesmo quando são, abandonam a escola precocemente por imposição posta pela realidade concreta, a sobrevivência.

Segundo a federação industrial catarinense, até mesmo os jovens que não abandonam a escola (e terminam o Ensino Médio) estariam insuficientemente preparados para o mercado de trabalho. Eles seriam responsáveis por uma sobrecarga nas empresas com o treinamento que deveriam ter recebido no processo de escolarização. Assim, defendem um melhor preparo para as futuras gerações, com o Ensino Médio sendo mais atraente e alinhado à realidade dos alunos. (FIESC, 2018a). Além disso, argumentam que “[...] é preciso um sistema de educação de qualidade e que a escola ensine princípios básicos, como a moral e os bons costumes” (CÔRTE, 2018b, p. 29) a fim de que o jovem não seja um fora da lei e se mantenha longe da criminalidade, sendo atraído por uma educação que o prepare para uma vida longa e feliz.

Como se observa, a educação, apesar de ser um fenômeno dinâmico e complexo, é vista no contexto do MSCE como panaceia para os problemas de desenvolvimento econômico-social, devendo ser desafiadora para os docentes e agradável e atrativa aos discentes. A finalidade da educação apregoada vai ao encontro da retórica neoliberal associada a uma narrativa redentora, cenário em que a escola aparece como espaço apolítico que deve seguir a cartilha das melhores soluções pedagógicas da moda. Desse modo, secundarizam-se os problemas

concretos que perpassam a educação, destacando-se, incessantemente, o enquadramento da educação pública com algo ineficiente, falido e ultrapassado. (FISCHMAN; SALES, 2010).

6.1.4 Um novo modelo para a gestão da escola e da educação

De acordo com Glauco José Côrte, em apresentação realizada no contexto do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), as responsabilidades com as quais a escola se depara neste terceiro milênio não poderiam ficar à mercê da figura de um gestor escolar ultrapassado que centraliza sua atuação em rotinas pedagógicas e em questões técnico-burocráticas. Segundo ele, seria necessário o redirecionamento deste profissional para dar respostas aos novos desafios que se colocam na atualidade para a efetivação da gestão democrática. (FIESC, 2017e).

Os gestores dos estabelecimentos de ensino, nessa acepção, seriam os responsáveis por garantir o fluxo e o prosseguimento dos processos educativos. Esse profissional, em seu fazer diário, devido aos desafios complexos e diversificados da escola contemporânea, deparar-se-ia com a necessidade de uma adequada adaptação profissional para o exercício de suas atividades, tendo em vista a descentralização e as obrigações financeira, administrativa e pedagógica da escola. (FIESC, 2017e).

A gestão escolar foi o tema central do MSCE no ano de 2016. Nesse cenário, o movimento surge com a iniciativa de mobilizar os gestores das unidades escolares para a adequação e aprimoramento de suas rotinas na gestão, oferecendo capacitação e troca de experiências de sucesso. Cria-se, nesse contexto, o Prêmio Santa Catarina pela Educação com o intuito de estimular as empresas e seus gestores a atuarem na educação e formação de seus colaboradores. (CÔRTE, 2016a).

No que se refere à gestão escolar, segundo a FIESC (2017e), as unidades de ensino ainda estariam impregnadas de amadorismo. Nesse sentido, especialistas da entidade desenharam um modelo de Plano de Ação com foco em resultados e ancorado na metodologia de resolução de problemas para auxiliar as instituições educativas. Tal ferramenta permitiria identificar lacunas e melhorar o desempenho da gestão das escolas.

A perspectiva de gestão empresarial enfatiza como uma das principais causas

do insucesso escolar a ausência de fluxos para resolução dos problemas escolares. Sem um protocolo, seria muito difícil documentar o passo a passo para a superação dos entraves que circundam o lócus educativo. Sob esse enfoque, é considerada insuficiente a qualificação própria buscada por gestores escolares e suas equipes de trabalho. Haveria uma distância grande entre a teoria aprendida e sua aplicação no cotidiano da escola devido, principalmente, ao ritmo laboral intenso e improvisado, impedindo que sejam dadas respostas rápidas aos problemas encontrados. (FIESC, 2017e).

Em alusão à linguagem empresarial, no contexto do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), a qualidade da gestão escolar deve ser medida pelo resultado gerado, devendo ligar-se diretamente a melhores índices no desempenho docente e estudantil. Segundo a federação patronal das indústrias catarinenses, a diferença no desempenho entre as escolas seriam explicitadas pelas características gerenciais adotadas no interior de cada instituição. Nessa perspectiva, o gestor seria uma espécie de “regente da orquestra” formada pela comunidade escolar, sendo o líder responsável pelas condições favoráveis ao sucesso educativo. (FIESC, 2018a).

Com esse viés, é costurado no âmbito do MSCE um programa de gestão escolar caracterizado pela promoção de cursos e eventos de “treinamento” em Santa Catarina a partir do envolvimento dos segmentos público e privado. Busca-se, assim, fazer uso do modelo de gerência empresarial-privado para elevar os resultados do público. Segundo a FIESC (2018a), seria algo muito útil para superar a ênfase pedagógica da gestão educacional.

Segundo as associações empresariais, para melhorar a fragilidade na gestão escolar das mais de 20 mil escolas brasileiras seria necessária uma formação em cursos com conhecimentos gerenciais específicos, pois cerca de 70% dos diretores de escolas têm formação em Pedagogia, Letras ou História. Consideram que a formação dos professores seria um dos motivos para o insucesso escolar. (FIESC, 2018a).

Assim, a ausência de planejamento e profissionalização na gestão da escola seria responsável pelo desperdício de recursos valiosos destinados à educação. Segundo essa perspectiva analítica, os gestores deveriam saber como otimizar os recursos disponíveis, pois o Brasil já investiria uma fatia importante de suas riquezas na educação. O gestor não deveria focar sua atuação nas questões pedagógicas da escola, pois os resultados atuais estão ruins, mesmo diante do investimento realizado.

(FIESC, 2018a). Nessa linha, Cruz (2016), presidente-executiva do Todos Pela Educação, registra que a educação que o país precisa deve passar, necessariamente, pelo aperfeiçoamento da governança e da gestão escolar.

Branco (2015), durante apresentação realizada no Seminário Internacional de Educação promovido pelo MSCE, afirma que o custo por estudantes nas escolas públicas estaria muito elevado se comparado a outros países desenvolvidos, sendo fundamental para aumentar a eficiência das instituições brasileiras a melhoria da gestão. Nessa linha, argumenta que o aumento de recursos não resolveria a qualidade da educação no país. Segundo ele, o fator crítico estaria no “treinamento” dos profissionais da educação, que ainda não teriam desenvolvido a cultura da premiação e da avaliação de performance.

Considerando esse cenário, Ramos (2016) defende a profissionalização da gestão, vislumbrando um novo modelo de gestão escolar para o século XXI. Para o autor, a gestão público-privada compartilhada nas redes de ensino geraria impacto na aprendizagem. Cita o exemplo do estado de Pernambuco e sua gestão por resultados desenvolvida em modelo contratual entre entidades privadas e o poder público (contrato de gestão com as escolas estaduais), o que se configuraria em um mecanismo de recompensa ao bom desempenho das unidades de ensino, invertendo o paradigma da gestão pública focado nos gastos para dar ênfase aos resultados alcançados. (RAMOS, 2016). Nessa perspectiva, o autor considera que

os Arranjos de Desenvolvimento da Educação são uma oportunidade ímpar e ao mesmo tempo desafiadora, já que trabalhar em rede exige uma nova forma de pensar e de agir para melhorar os indicadores educacionais, especialmente no caso dos municípios de maior vulnerabilidade social e econômica. [...] Tais arranjos [...] pode[m] efetivamente contribuir para melhorar a qualidade da Educação brasileira mediante a prática do regime de colaboração.” (RAMOS, 2015, p. 27).

Desse modo, no que se refere à gestão da educação no âmbito das redes de ensino, o regime de colaboração seria uma ferramenta estratégica para a melhoria socioeconômica das regiões onde tal modelo é empregado, desde que pautado na lógica de arranjo educativo. Legalmente, o próprio Plano Nacional de Educação traz em seu interior a possibilidade de os entes federativos atuarem em formato colaborativo para o cumprimento de suas metas, podendo os municípios adotarem Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) com a participação de institutos e empresas do setor de serviços para atuarem como “mentoras técnicas”. (RAMOS,

2015; RAMOS, 2016; CARVALHO, 2019).

Importante enfatizar que os Arranjos de Desenvolvimento da Educação, de natureza intermunicipal, começaram a ganhar corpo em 2009 quando institutos e fundações de empresas iniciaram em parceria com alguns municípios, estados e o próprio MEC um modelo pretensamente mais horizontal para a gestão da educação. Segundo Ramos (2015, p. 17) “[...] o problema de *accountability* (responsabilização) talvez seja o mais difícil de ser superado pela gestão em rede: a quem culpar se algo sai errado quando a autoridade e a responsabilidade são divididas? Quem deve prestar contas e a quem?”.

Com enfoque gerencialista em relação à temática, Mozart Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação (2018-2022) e importante consultor do Movimento Santa Catarina pela Educação, registra que uma gestão próspera na esfera das redes de ensino seria resultado da mistura de ações competitivas e cooperativas. As práticas competitivas seriam aquelas voltadas para a adesão autônoma dos entes federados nas decisões conjuntas. Já as ações cooperativas contemplariam as parcerias e os arranjos no contexto das políticas públicas e dos territórios. (RAMOS, 2015).

Contudo, Carvalho (2019, p. 57) alerta que “os ADEs se configuram como nova oportunidade de negócios educacionais para as organizações do setor privado”. De acordo com pesquisa realizada pela autora nos municípios da grande Florianópolis, esses arranjos representam um modo de institucionalizar uma espécie particular de parceria público-privada em que organizações atreladas a empresas ganham destaque como mentoras sofistas a salvar a educação pública brasileira. Porém, tais parcerias se configuram como nova fatia de desbravamento para o mercado educacional no contexto da educação básica.

Conforme detalhamos nesta seção, a gestão educacional e escolar defendida no interior do MSCE busca uma espécie de ruptura dos limites entre público e privado por meio da inclusão de um “ator público” que não faz parte da esfera estatal. Tal redirecionamento no modelo de gestão “[...] dá margem a políticas com aparências modernizadoras, democráticas e de interesse social, mas que, em última instância, favorecem os objetivos da iniciativa privada/mercantil, já que criam novas oportunidades de negócios e de lucro”. (CARVALHO, 2019, p. 60).

6.1.5 “Nova” tendência para a formação de professores

A formação de professores foi o tema central do Movimento Santa Catarina pela Educação no ano de 2017. Nesse contexto, as mobilizações e ações empreendidas pelas entidades participantes do MSCE levantaram a bandeira de que a preparação dos professores deveria acompanhar as alterações do mercado e das demais profissões, havendo necessidade de dar nova forma aos programas de formação docente. (FIESC, 2018a). Com base nesse raciocínio, argumenta-se que “os professores precisam estar comprometidos com a preparação de nossos futuros cidadãos-trabalhadores. Devem ter paixão pelo que fazem e despertar nos alunos a curiosidade do saber”. (CÔRTE, 2018b, p. 86).

Com base em apresentação realizada por António Nóvoa, educador português, durante evento da FIESC, a entidade direciona a sociedade a mudar sua visão em relação à atuação, formação e profissionalização docente. Para a organização empresarial, o paradigma educacional da atualidade é considerado ultrapassado, pois estaria ancorado em pressupostos adotados no século XIX. Segundo esse viés, não haveria mais espaço para o modelo educativo em vigor, uma vez que teria surgido somente para padronizar e normalizar o conhecimento, desde a educação elementar até a formação docente. Seria necessário, então, deixar de lado preconceitos com as inovações. (FIESC, 2018a).

A esse respeito, Côrte (2018b, p. 70) registra:

Hoje, as mudanças estruturais na sociedade e os avanços da tecnologia exigem novos currículos e novas metodologias. Tais mudanças e recursos, antes de distanciar, devem aproximar professores, alunos, famílias e sociedade. Por isso, investir na formação continuada dos professores, em termos de competências e habilidades, é uma prioridade urgente.

Como se percebe, a tendência apresentada para a formação docente no âmbito do MSCE está focada no desenvolvimento de competências e habilidades diante das mudanças e incertezas atuais e futuras exigidas pelo meio externo, remontando uma concepção de desenvolvimento ambientalista⁷⁸ de adaptação aos estímulos oferecidos pela realidade externa.

Maria Helena Guimarães de Castro, secretária-executiva do Ministério da educação do Governo Michel Temer (2016-2018) e umas das principais mentoras da

⁷⁸ A concepção psicológica ambientalista dá ênfase ao desenvolvimento humano como sendo resultado do meio em que o sujeito vive. A pessoa, então, seria moldada apenas pelos condicionamentos e estímulos ambientais. (MONTE, 2011).

Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular, afirma durante palestra para o Movimento Santa Catarina pela Educação que o professor é uma das principais variáveis que devem ser contidas pela política educacional, pois o seu desempenho exerce alto impacto na performance e aprendizagem dos estudantes. Segundo a autora, em 2017, o Brasil possuía cerca de 1,5 milhão de estudantes cursando licenciaturas, quase 20% das matrículas da graduação. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).

Sob o viés analítico (neo)liberal defendido por Guimarães de Castro (2017), a criação de uma nova política nacional de formação docente, além de vincular-se aos preceitos da constituição, da Lei 9.394/1996 e do Plano Nacional de Educação, precisaria estar subordinada ao domínio dos conhecimentos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, também, fazer uso do regime de colaboração entre os entes federativos e as instituições formadoras para sua operacionalização.

No âmbito da formação de professores, ao encontro do ideário trabalhado por Guimarães de Castro (2017) e pelo MSCE, o Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno publica a Resolução CNE/CP Nº 02/2019 (em substituição à Resolução CNE/CP Nº 02/2015) que versa sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial (BNC-Formação Inicial) dos docentes da Educação Básica. A nova regra traz em seu bojo o modelo de competências gerais e específicas a ser cumprido pelo docente, em estreito alinhamento à BNCC da Educação Básica.

Em nota, a ANPED demonstra sua preocupação⁷⁹ com o conteúdo da nova resolução, especialmente em função da inclinação do Conselho Nacional de Educação e do MEC em formatar o currículo e a política nacional de formação docente em sentido oposto ao almejado pelo movimento dos trabalhadores da educação e das comunidades científicas da área. Nessa perspectiva,

[...] quando o documento adota como eixo estruturante da formação de professores a aprendizagem das competências previstas na BNCC como garantia de sua implementação na escola básica, passível de avaliações em larga escala para verificar a sua efetivação, torna-se certo que o perfil de professor que se espera se aproxima mais daquele que executa do que aquele que toma decisões como um profissional da educação sobre o currículo da escola em que leciona. (ANPED, 2019, p. 13).

⁷⁹ Cf: [https://anped.org.br/sites/default/files/images/posicao_da_anped_sobre_o_texto_referencia - diretrizes curriculares nacionais e base nacional comum para a formacao inicial e continuada de professores da educ.pdf](https://anped.org.br/sites/default/files/images/posicao_da_anped_sobre_o_texto_referencia_-_diretrizes_curriculares_nacionais_e_base_nacional_comum_para_a_formacao_inicial_e_continuada_de_professores_da_educ.pdf).

Na busca pelo modelo tido como ideal para a formação dos professores, o MSCE promoveu no Fórum Internacional de Educação de 2015 um debate sobre as experiências educacionais da Finlândia. A esse respeito, Ryymin (2015), representando o país, indaga a plateia: por que a Finlândia é considerada inovadora? Segundo ele, houve mudanças ao longo do tempo que colocaram a nação em seu atual estágio de desenvolvimento. Dentre elas, destaca as seguintes políticas: a) Lei sobre a formação de professores aprovada em 1979; b) Mudanças na educação secundária nos anos 1980/90.

Contrariando, em parte, o esperado pelas associações empresariais participantes, Ryymin (2015) cita algumas características do que denomina ser o "jeito" finlandês de educação, que iria na contramão do movimento global das reformas educacionais centradas em temas como concorrência, padronização, responsabilização baseada em testes e controle.

De acordo com Ryymin (2015), a Finlândia estaria na contramão dos paradigmas e das tendências mundiais contemporâneas no que se refere à educação: ao invés da ênfase exagerada em temas tidos como importantes para a maioria dos países, o jeito finlandês abriria espaço para a liberdade e a criatividade. Assim, na contramão da competição, fariam uso da colaboração; ao invés da padronização, haveria valorização da singularidade. A responsabilidade seria baseada na confiança compartilhada entre a comunidade escolar. Ao invés do controle, abrir-se-ia espaço para autonomia. Portanto, o modelo educacional seria oposto ao da educação mercantil, com valorização da profissionalidade dos agentes educativos.

Nesse sentido, os docentes na Finlândia, segundo Ryymin (2015), teriam um forte senso de estima profissional, semelhante a um médico, engenheiro ou economista. Contudo, a formação de professores nesse país também tem importante fatia centrada nas ciências aplicadas, como, por exemplo, a realizada pela Universidade de HAMK, onde se enfatiza o caráter formativo pragmático, subsidiando os futuros profissionais com o conhecimento e as “competências” para orientar o processo de aprendizagem da diversidade estudantil. Nesse aspecto, os professores seriam dotados da capacidade de desenvolver competências, reconhecendo as tendências e necessidades futuras no setor de emprego.

Na Universidade HAMK (Finlândia), conforme explica Ryymin (2015), o perfil do professor envolveria um desenho curricular que o conduziria ao diploma de

bacharel (com 3-5 anos de experiência profissional), contemplando conteúdos de alta tecnologia e engenharia, ciências sociais, comunicações, negócios e indústria. Desse modo, o docente formado teria condições de atuar no ensino superior, em instituições de ensino profissional e de educação de jovens e adultos, tanto em organizações do setor público, quanto na área de negócios e indústria. (RYYMIN, 2015).

Como se observa, há na experiência finlandesa a formação e cooperação de professores com empresas e indústrias. Diante dessa realidade, os objetivos e competências da formação de professores seriam definidos em conjunto com os representantes do mercado do trabalho e empresas. Nesse contexto, a formação desenvolveria o “treinamento” de habilidades para avaliar e reconhecer os requisitos de competências para a vida profissional, tais como habilidades de empreendedorismo e de aprendizagem ao longo da vida, produzindo profissionais sob medida com programas de certificação para as necessidades atuais das empresas e mundo do trabalho. (RYYMIN, 2015).

Sob essa perspectiva, a formação de professores nas universidades de ciências aplicadas finlandesas atenderia as necessidades de empresas e indústrias por meio do desenvolvimento de pesquisas sobre as tendências e competências futuras globais. Ou seja, a visão profundamente enraizada na ciência conteudista seria substituída por uma abordagem baseada em estruturas de estudo “vocacional” alicerçadas nas atividades e funções da vida profissional. Portanto, envolveria a mudança de uma formação baseada em assuntos/conteúdo para uma formação baseada em resultados de trabalho e aprendizagem. (RYYMIN, 2015).

Assim, são buscados os requisitos para aumentar a relevância da educação no mercado de trabalho, além de uma linguagem comum com a vida profissional a partir da mudança do ensino de conteúdos instrucionais para enfatizar os resultados de aprendizagem ou competências. Desse modo, a Finlândia teria conseguido desenvolver as habilidades necessárias aos futuros professores após o término de seus estudos e qualificações. (RYYMIN, 2015).

Segundo Ryymin (2015), na Finlândia, o acesso à formação docente seria igualitário e gratuito para toda população, com foco na aprendizagem ao longo da vida e em modelos pedagógicos centrados na aprendizagem estudantil. Além disso, as instituições educacionais e o mercado de trabalho teriam vínculos fortes de consenso e cooperação. Nesse cenário, a profissão do professor, em todos os níveis, seria regulamentada pelo estado. Tais profissionais seriam altamente qualificados e

desempenham um papel central na internacionalização e na prevenção da exclusão social.

Considerando o modelo finlandês de formação de professores apresentado no âmbito do MSCE, percebemos semelhanças com muitos dos pressupostos e orientações contidos na BNCC da Educação Básica brasileira, bem como na Base Nacional Comum de formação docente recentemente aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. Tal constatação nos permite compreender que a política nacional de formação docente no Brasil não reflete unicamente os estudos e reflexões da realidade brasileira, mas segue padrões internacionais de governança, apoiando-se em modelos externos de países que lideram rankings e avaliações de larga escala, desconsiderando os diferentes estágios de desenvolvimento e abrangência vivenciado pelos países.

Contudo, para além do modelo pragmatista encampado, é preciso considerar que ser docente não é algo simples, puramente repetitivo e mecânico. A profissão envolve o trabalho com um conjunto de variáveis presentes no cotidiano, incluindo planejamento, relação com os pares e com a comunidade escolar, além das demandas específicas da turma. Desse modo, a docência lida com condicionantes que requerem atenção constante e movimentos de reflexão sobre o agir-saber profissional. (SOUZA; MARTINS FILHO, 2017).

Nesses termos, Souza e Martins Filho (2017, p. 44) nos ajudam a compreender a profissionalidade docente como atividade essencialmente humana, não podendo ser formatada a partir de modelos externos pré-determinados e meramente prescritivos. Como a docência está ancorada no processo relacional-interacionista, o professor lida, em um mesmo espaço-temporal, com diferentes anseios que demandam a administração de “[...] tensões, resistências, atitudes diversas e, em alguns casos, até reações adversas”.

Logo, a constituição da profissionalidade docente não se dá apenas pelo acúmulo de conteúdos previamente determinados, mas, principalmente, na relação entre conhecimentos e a realidade vivenciada, onde o professor atua, reexamina seu fazer e o recompõe. Compreendemos que a formação do professor deve ser pensada na interação com as práticas de extensão e pesquisa, sendo necessária visão político-pedagógica para entender que esse processo é atravessado por tramas complexas que combinam condições concretas, crenças, valores que cada um traz consigo e o discurso científico. (MARTINS; DIAS; MARTINS FILHO, 2016).

6.2 DIMENSÃO CURRICULAR

Abordaremos, nesta seção, o modelo curricular defendido pelo Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), trazendo para discussão e análise a retórica das competências socioemocionais, da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como categorias norteadoras para a construção do percurso formativo reclamado pelo mercado empresarial.

Compreendemos que o currículo, enquanto construto histórico-social, não é neutro. Ele é movimento, caminho dialético a ser percorrido, intrinsecamente permeado por relações de poder e atravessado por atores sociais que coexistem a partir de distintas posições epistemológicas. Nessa perspectiva, os componentes do currículo (o que, quando e como ensinar e avaliar) “são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento”. (SACRISTÁN, 2020, p. 16). Por meio deles, a educação se realiza.

As decisões a respeito de quais saberes/conhecimentos devem estar contidos ou não nos programas de ensino se apresentam como centrais para a instalação e fortalecimento do paradigma social que se busca atingir. Sacristán (2020) afirma que o currículo cumpre suas funções simultaneamente por meio de conteúdos, práticas e formatos criados em torno de si. Assim, “analisar currículos concretos significa estudá-los no contexto em que se configuram e através do qual se expressam em práticas educativas e em resultados” (p. 16), tendo em vista que o currículo perpassa todo fazer pedagógico. Nele, entrelaçam-se ingredientes e circunstâncias múltiplas: determinações administrativas e político-pedagógicas produtoras de diferentes bens (in)tangíveis que tensionam a escola a mudar suas práticas.

De acordo com Thiesen (2019, p. 05) há

[...] movimentos que pressionam governos e seus respectivos sistemas educacionais para a formulação de reformas que, em geral, envolvem questões curriculares. Os argumentos que justificam iniciativas dessa natureza pautam-se, predominantemente, nos ideais de inovação, de melhoria da eficiência e da eficácia, com consequente elevação de resultados – todos alinhados aos padrões requeridos ou estabelecidos internacionalmente.

Tais induções no contexto da Educação Básica são configuradas a partir de diretrizes, proposições e receituários curriculares. Nesse processo, faz-se uso de parcerias e do controle e regulação estatal para implantar instrumentos avaliativos externos nas redes de ensino, o que facilita o acesso a recursos financeiros do Estado

por assessorias orientadas pela eficiência e resultados. (THIESEN, 2019).

Portanto, com fundamento em Faria (2019), o currículo vivido nas escolas ultrapassa a noção de conteúdos acumulados. As decisões curriculares possuem relação direta com a área ética e política, vinculando-se a projetos formativos para determinada visão de mundo e sociedade, contemplando valores intencionalmente pensados para serem praticados e experienciados nas instituições de ensino.

6.2.1 A ênfase em competências socioemocionais

A educação em 2030, segundo Mozart Neves Ramos, tirará o foco do conteúdo curricular e abrirá espaço para as competências socioemocionais ocuparem lugar de destaque na formação estudantil. Nesse cenário, considera que “o conhecimento acadêmico não será o mais valorizado na formação dos estudantes, mas sim as competências pessoais, como a habilidade de interagir com os outros, se comunicar, tomar decisões e gerir o tempo de forma eficaz”. (RAMOS, 2015, p. 123).

Propaga-se a ideia do enorme impacto que o desenvolvimento de competências socioemocionais exerceria na aprendizagem e harmonização da escola, como também no aperfeiçoamento pessoal e profissional futuro de crianças, jovens e adultos. Para tanto, apoiam-se em pesquisas sugestivas que correlacionam o trabalho com habilidades socioemocionais na primeira infância com a diminuição em 35% das chances de problemas criminais e o aumento de 44% das chances de conclusão da Educação Básica. (RAMOS, 2018).

A partir desse fundamento, para pousar as competências socioemocionais no cotidiano escolar catarinense, defende-se no âmbito do MSCE a experiência do Instituto Ayrton Senna no Ensino Médio do estado do Rio de Janeiro, onde a organização desenvolve um programa com estudantes sobre habilidades cognitivas e socioemocionais. Para tanto, adota uma matriz de competências para o século 21 recheada de propostas enlatadas de solução educacional a partir de um currículo centrado em áreas de conhecimento e núcleos articuladores.

Nessa acepção, as instituições de ensino precisariam ofertar uma educação nova para desenvolver estrategicamente competências alinhadas à formação do profissional para o século XXI. (FIESC, 2017e). Sobre a temática, em entrevista concedida durante a 7ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense,

Viviane Senna, presidente do Instituto que leva o nome do irmão Ayrton Senna, relata:

A gente tem uma escola do século 19, um professor do século 20 e um aluno do século 21. Trazer essa escola para o século 21 é mais do que você colocar tablets e celular na escola, é mais do que você levar a tecnologia para a escola. Isso é um componente [...] que faz parte do século 21. Mas elas não esgotam o século 21. Tem muito mais para você fazer crianças e jovens preparados para viver, trabalhar, conviver no século 21. E elas dizem respeito ao conjunto de habilidades que essa criança, este jovem precisa desenvolver, como capacidade de pensar de maneira lógica, saber a língua, saber matemática. Todo esse conjunto de habilidades convencionais que a escola tradicionalmente trouxe. Mas elas não são mais linha de chegada. Elas são linhas só de largada. Hoje, a gente precisa desenvolver além dessas competências [...] além delas você precisa desenvolver habilidades não cognitivas como as habilidades socioemocionais ou soft skills, que são habilidades como saber trabalhar em time, colaboração, liderança, iniciativa, protagonismo, flexibilidade, abertura, inovação, criatividade, enfim, todo um conjunto de habilidades que são de caráter não cognitivo estritamente falando. A gente olhar [...] a eficiência do sistema em transformar insumos em resultados. (OS FRUTOS..., 2018, n.p.).

Sob esse ângulo, Osnilda Leite, integrante da equipe executiva do Movimento Santa Catarina pela Educação, argumenta que o trabalho com as competências socioemocionais resultará em indivíduos mais preparados para o mercado contemporâneo, além de melhorar o desempenho estudantil em unidades curriculares tradicionais como, por exemplo, português e matemática. As pesquisas do Instituto Ayrton Senna apontariam nessa direção, ou seja, as aulas ficando mais dinâmicas e os discentes mais motivados e participativos, transformando a escola em algo mais proveitoso. (FIESC, 2018a).

As competências socioemocionais são apontadas como solução para a escola do futuro e instrumento para as pessoas terem sucesso na vida, além de um potencial modo de “enxugar gastos” públicos com educação. A esse respeito, para a presidente do Instituto Ayrton Senna,

[...] se você não está sendo eficiente no processo de ensino aprendizagem, você tem que rever o modelo e não continuar repetindo [...] se o resultado não está sendo o esperado. Nós temos um problema de gestão muito sério no Brasil porque, inclusive, o investimento no Brasil em educação aumentou durante os últimos anos bastante. Não foi pouco. No entanto, o resultado de aprendizagem da criança continua estacionado. Portanto, tem alguma coisa errada porque, de fato, o resultado é pífio perto do que ela precisa oferecer para preparar as pessoas para o século 21. Além de ser um pequeno resultado em termos de aprendizagem, é um resultado que está desalinhado com as novas necessidades do século 21, que vão além de você saber português e matemática. Hoje, para você entrar numa empresa ou pra você fazer o seu negócio, você precisa saber português, matemática e coisas assim. Mas você precisa saber trabalhar em times, precisa ser capaz de trabalhar de maneira colaborativa. [...] se você não for muito flexível para ser capaz de mudar tantas vezes de trabalho ao longo dos anos de vida [...] você não vai dar certo. (OS FRUTOS..., 2018, n.p.).

Você precisa ser flexível, precisa ser aberto, precisa ser criativo porque as mudanças estão acontecendo numa velocidade gigantesca. Então, você precisa ter muitas outras habilidades que não simplesmente saber português, matemática. Infelizmente, a escola ainda está preparando pra empregos no século 20. Estes não serão os empregos do século 21. (OS FRUTOS..., 2018, n.p.).

Para dar conta das transformações contemporâneas, Nunes (2017) afirma ser necessária a conexão entre competências socioemocionais (empatia, resiliência, perseverança, etc.) e competências técnicas (conhecimento disciplinar, conhecimento técnico). Nesse cenário, a criatividade deveria estar integrada ao currículo e à escola, exercitando o potencial criativo dos estudantes, sua capacidade de adaptação e hábitos mentais, suas atitudes e produções, bem como a abertura para o novo.

Muitas iniciativas realizadas pelo MSCE são originadas de propostas do Instituto Ayrton Senna (IAS), principalmente no que se refere aos fundamentos curriculares. Em 2012, o Instituto trouxe para o Brasil (em parceria com a OCDE) um instrumento para medir nos estudantes suas competências socioemocionais como resiliência e trabalho em equipe. Santa Catarina foi escolhida para participar da experiência, especialmente em função do início do movimento liderado pela federação das indústrias catarinenses. (FIESC, 2018a).

O projeto piloto foi desenvolvido na cidade de Chapecó e contou com o apoio da secretaria de educação do estado e do município. Na primeira etapa, participaram cerca de 4 mil alunos de 38 instituições públicas e do SENAI de Chapecó. A experiência iniciou no ano de 2015 com o “treinamento” dos docentes. Em 2016, as escolas começaram a executar com a finalidade de incorporar novos expedientes e estratégias metodológicas ao currículo tido como tradicional. As competências socioemocionais não foram organizadas como “grade” curricular, mas como temas apresentados que se incorporaram ao cotidiano da escola e ao planejamento de ensino. (FIESC, 2018a).

Com o mesmo viés analítico, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta que uma das maiores dificuldades relatadas pelos empregadores na Argentina, Brasil e Chile seria achar jovens com competências socioemocionais bem aperfeiçoadas. Tal apontamento foi o resultado da pesquisa “Transição Escola-Trabalho” desenvolvida pelo BID e pela SED/SC com o objetivo de levantar as lacunas entre a formação recebida pelas escolas de Ensino Médio/Profissionais e as competências exigidas pelo mercado. Para atuar nessa questão, o MSCE

desenvolveu em parceria com a instituição norte-americana o projeto Educação Integral, com investimento na preparação de 500 professores da rede pública e do SENAI catarinense. (FIESC, 2016a, 2018a). Vale registrar que o SENAI/SC, instituição integrante do Sistema S⁸⁰, transforma os seus currículos orientado pelas demandas requeridas pelas empresas. (CÔRTE, 2018b).

Considerando o cenário apresentado, paralelamente às competências técnicas, os jovens precisarão ser providos de forte inteligência emocional, tendo a capacidade de negociar, ter bom senso, tomar decisões e resolver problemas difíceis, ou seja, devem estar melhor preparados com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tanto para o mercado quanto para a vida, superando o descompasso entre o conteúdo apreendido e as demandas sociais contemporâneas. (CARRADORE, 2018; CÔRTE, 2018b; FIESC, 2018a).

Nessa perspectiva, o Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), com apoio privado do Itaú BBA e do Instituto Ayrton Senna, desenvolveu o projeto Inovação na Educação com metodologia desenhada a partir do chamado “bordado no currículo”. Nesse modelo, as matérias regulares passam a ser aglutinadas aos componentes curriculares da formação técnica com a pretensão de motivar os estudantes por meio da redução da carga horária. (CÔRTE, 2016a; FIESC, 2018a).

Com esse direcionamento, o currículo para o século XXI deverá levar em conta o ciclo de morte-vida das profissões, o fim das contratações longevas e a capacidade de criar soluções para os problemas do mercado. Nesse cenário, a escola seria a responsável por “despertar” as competências socioemocionais e a “aptidão” para o empreendedorismo⁸¹, podendo envolver os estudantes na criação de miniempresas, a exemplo do modelo sul-coreano que estimula as crianças ao empreendedorismo já no espaço escolar. Ou seja, moldar um currículo que, desde cedo, promova a resiliência, o gosto pelo empreendedorismo, o apreço à mudança, uma vez que os currículos atuais não estariam contribuindo com a economia do país. (FIESC, 2018a).

Para o mercado, o estudante precisará ser proficiente em competências socioemocionais para vencer as dificuldades da vida, assumir riscos, corrigir rotas e

⁸⁰ Para uma melhor compreensão do Sistema S, sua lei de criação, histórico e entidades constituintes, bem como o seu financiamento, confira: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/agencia-brasil-explica-o-que-e-o-sistema-s>. Acesso em 21 jul. 2021.

⁸¹ Sobre o empreendedorismo na educação, confira Coan (2017). O autor problematiza a temática a partir de uma perspectiva histórico-dialética, explicitando como a educação empreendedora ganha espaço e influência, naturalizando-se nos currículos das instituições de ensino brasileiras. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609/4833>.

prospectar cenários, criar, inovar e flertar com o incerto. O indivíduo deve adaptar-se a condições de transformações não planejadas. (CNI, 2013). Para esse fim, o MSCE busca internacionalmente elementos para justificar algumas das transformações curriculares que seriam necessárias segundo seu entendimento para adequar a educação brasileira/catarinense ao novo milênio.

Na Finlândia, segundo Kyllönen (2017), o currículo foi reescrito para o século XXI a partir da construção de uma estrutura conjunta em nível nacional, ou seja, um currículo básico em analogia à BNCC brasileira. Além disso, previu-se a costura de um currículo local para a tomada de decisão em contexto micro e com capacitação e envolvimento da comunidade escolar. Nessa arquitetura curricular, competências/habilidades de criatividade, colaboração, personalidade, pensamento interdisciplinar, cidadania e comunicação devem estar presentes nas escolas.

Desse modo, a educação contemporânea finlandesa desenvolve habilidades orientadas para a inovação do século 21, treinando para a destruição criativa e adaptando sua população à educação vitalícia (ao longo da vida). Dentre as habilidades individuais promovidas na Finlândia, temos as habilidades técnicas, as habilidades sociocomportamentais (autoconfiança, energia, perseverança, paixão, liderança) e as habilidades de pensamento e criatividade (pensamento crítico, capacidade de fazer conexões, imaginação, curiosidade). (RYYMIN, 2015).

Considerando a experiência do país nórdico e sua população absoluta (5,5 milhões de habitantes em 2019, menor que a do município do Rio de Janeiro com cerca de 6,7 milhões em 2020), tudo está estruturado para dar certo, conforme mostram as avaliações internacionais sobre a educação finlandesa.

Entretanto, trazendo para a realidade brasileira e sua consequente desigualdade estrutural, a construção desse futuro idealizado (aquilo que ainda não é e que pode ou não se concretizar) não leva em conta o momento presente, o vivido no Brasil, onde os sacrifícios são justificados em nome do futuro. O viver como promessa de sucesso posterior “[...] que pode não vir e que, se vier, nunca será o sonhado, é uma vida pouco condizente não só com o presente, a vida vivível, mas com a própria arquitetura existencial e suas relações com a alteridade”. (LEMOS; MACEDO, 2019, p. 66).

No clamor pelo futuro exigido para o Brasil, Silva (2018, p. 70) registra que “com a aprovação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017), foi inserido na LDB o artigo 35-A que trata, no seu parágrafo 7º, da incorporação das competências

socioemocionais à formação nesse nível”. Porém, a autora adverte que a exaltação das competências socioemocionais oportuniza a “captura da subjetividade”, um mecanismo de conversão do psiquismo a interesses hegemônicos que conformam o ser e o agir no mundo à internalização de estereótipos comportamentais adaptativos. Desse modo, a subjetividade é controlada, enquadrada e esvaziada. Nessa esteira, a educação acaba sendo usada como aliada na manipulação das emoções para a competitividade e produtividade economicista.

A formação a serviço das competências socioemocionais se traduz, nesse sentido, em um enfraquecimento do desenvolvimento afetivo e intelectual, pois coloca em segundo plano a construção do conhecimento na escola e exige o treinamento do estudante para habilidades de desempenho e rendimento social, subordinando a sua psique a condicionamentos e estímulos *behavioristas*⁸². (SILVA, 2018).

Na atualidade, o modelo curricular centrado nas competências socioemocionais adentra as escolas públicas com grande apoio do Instituto Ayrton Senna, demonstrando o interesse empresarial na sustentação da proposta. Tal ênfase não é uma exigência apenas deste novo milênio, pois remonta a uma atualização de anseios presentes no movimento da Escola Nova. Sua linguagem contemporânea compõe, portanto, “[...] um novo artifício para relegar ao último plano a formação intelectual dos indivíduos, priorizando a educação dos sentimentos, como se esse processo fosse independente da aquisição de conhecimentos artísticos, científicos e filosóficos”. (SILVA, 2018, p. 154).

Vale registrar que, no Brasil, o Instituto Ayrton Senna, em conjunto com a OCDE e a secretaria de educação do estado do Rio de Janeiro aplicaram o teste SENNA (*Social and Emotional or Non-cognitive Nationwide Assessment*) para medir as competências socioemocionais e o rendimento escolar dos estudantes. O programa é ancorado na metodologia *Big Five*⁸³, cujo objetivo é desvendar a personalidade, enquadrando-a em cinco tipologias: abertura, conscienciosidade, extroversão, amabilidade e neuroticismo. Tal instrumento ajudaria a classificar e selecionar perfis ideais de acordo com os cinco principais “traços” da personalidade humana. (MARIN

⁸² O Behaviorismo é uma escola psicológica positivista conhecida no Brasil como psicologia do comportamento. Como método, faz uso da pesquisa em laboratório para descrever o comportamento humano observável, preocupando-se em moldá-lo por meio do controle de estímulos ambientais. (MONTE, 2011).

⁸³ Para uma análise e avaliação do uso da teoria dos cinco grandes fatores no embasamento de políticas públicas educacionais e sua relação com o estigmatização da comunidade acadêmica, confira: <https://www.scielo.br/j/es/a/WTmS8JRvXxwRQZKjB7GdLJH/?format=pdf&lang=pt>.

et al., 2017).

Contudo, o programa é duramente criticado por entidades representativas como o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED) e a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), que alertam para os perigos dos testes padronizados, pois reforçam o individualismo, o reducionismo, o viés médico-biologista e “[...] não compreendem o processo de escolarização como transcendente ao papel das dimensões pessoais do aprendiz. Além disso, visariam à padronização de um tipo de aluno ideal ou padrão”. (MARIN et al., 2017, p. 96).

Para apreender a real dimensão e significado do termo competência socioemocional, é necessário ter em mente o conceito de inteligência emocional. “O constructo inteligência começou a ser delineado a partir dos primeiros instrumentos de avaliação do quociente intelectual - Q.I.”. (MARIN et al., 2017, p. 93). Nessa perspectiva, a ideia de competência socioemocional vai além de seu vocábulo aparentemente inofensivo, pois pressiona para o desempenho de ações altamente funcionais e adaptadas à cultura predominante.

6.2.2 O contexto da Reforma do Ensino Médio e da BNCC

Com a aprovação da Reforma do Ensino Médio, a área técnica profissionalizante passa a ser um dos itinerários formativos da educação secundária brasileira. Nessa esteira, no ano de 2019, a educação profissional foi o tema central trabalhado pelo Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE). Mas o assunto já fazia parte da agenda de influência e mobilização das entidades participantes muito antes de sua regulamentação legislativa. Isso porque o segmento empresarial há tempos enxergaria como problema o baixo percentual de estudantes do Brasil (mais ou menos 10%) que escolhem a educação técnica de nível médio para iniciar sua caminhada profissional. (FIESC, 2018a). Nesse contexto,

A sintonia do Movimento com o projeto de reforma de ensino médio proposta pelo Governo Federal e aprovado pelo Congresso Nacional em 2017, especialmente em relação a aspectos como flexibilização curricular, formação técnica e ampliação da carga horária, deu ainda mais força ao trabalho realizado em Santa Catarina. [...] “O exemplo bem-sucedido de Santa Catarina tem contribuído para o debate nacional e nos ajudado a motivar e a mobilizar outras entidades e outros estados”, diz Priscila Cruz, presidente executiva do Movimento Todos pela Educação. (FIESC, 2018a, p. 22).

Como se observa, assim como o Movimento Todos pela Educação, o MSCE sempre atuou em prol da aprovação da Reforma do Ensino Médio. No contexto da Medida Provisória 746/2016, as entidades já enfatizavam a defesa pelo modelo curricular flexível para o Ensino Médio ajustado às “preferências” estudantis, bem como a oferta de educação profissionalizante como uma das opções de itinerário formativo atreladas a ideia de “projeto de vida”⁸⁴. (CÔRTE, 2018b). Sob esse viés, a reforma da educação secundária

Trata-se de uma oportunidade de valorização do ensino técnico, fundamental para o futuro dos jovens e para o desenvolvimento do país. Segundo pesquisa da New Media Consortium, apenas 13% dos jovens brasileiros de 15 a 19 anos fazem cursos técnicos, enquanto na União Europeia, por exemplo, esse índice é de 50%. [...] A oferta de formação profissional, concomitante com o ensino médio, abre a possibilidade de colocar o Brasil em linha com os melhores sistemas educacionais do mundo. (CÔRTE, 2018b, p. 54).

Ao encontro dessa narrativa, Jefferson Gomes, ex-diretor do SENAI/SC, afirma que com a lógica da Reforma do Ensino Médio não se muda nada, pois “[...] Português, matemática e física são a base do conhecimento de uma sociedade. Matemática para a resolução do problema e Português ou a língua nativa porque você consegue formular discussões quanto à língua”. (O QUE..., 2018, n.p.).

Nessa esteira, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (2013), as novas ocupações demandarão muito em termos de competências comunicativas e raciocínio. Assim, seria inconcebível o estudante receber formação deficiente em Português (leitura e escrita) e matemática, considerados os alicerces da aprendizagem segundo a organização. Outras unidades curriculares só poderiam ser internalizadas em função do adequado domínio da língua e da matemática. Sem essa apreensão, toda a educação escolar ficaria comprometida.

Nesse cenário de exigências em relação ao aumento de qualidades individuais, as transformações curriculares pautadas na Reforma do Ensino Médio, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na “educação integral” (para as competências não-cognitivas) seriam molas propulsoras para superar os desafios educacionais diante do novo mercado econômico. Nessa acepção, as ofertas educativas devem voltar-se para as capacidades individuais, um mandamento para o acesso aos

⁸⁴ Na BNCC, projeto de vida “[...] é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória [...] em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos”. (BRASIL, 2018b, p. 472-473). Enfatiza o caráter individual.

empregos no futuro. (RAMOS, 2018).

A reestruturação do Ensino Médio foi costurada em diversos marcos legais da educação brasileira/catarinense: Lei nº 9.394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução nº 2/2012); Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014); Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (Lei 16.794/2015) e Lei nº 13.415/2017, que regulamentou a Reforma do Ensino Médio. (MEDEIROS, 201-).

Durante apresentação realizada em evento promovido pelo MSCE, Sirley Damian de Medeiros (201-), gestora na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, alega que a Lei do “novo” Ensino Médio, ao tratar sobre sua reforma curricular e a ampliação de sua carga horária, também institui o incentivo às escolas de tempo integral. Além disso, os sistemas de ensino precisarão levar em conta a oferta de diferentes itinerários formativos aos estudantes, tendo em vista a imposição de um currículo mais maleável e facilmente adaptável às demandas socioeconômicas.

Nesse sentido, a carga horária do Ensino Médio será composta por, no máximo, 1.800 horas da Base Nacional Comum Curricular e por, no mínimo, 1.200 horas do itinerário formativo de aprofundamento, devendo totalizar 3.000 horas a partir de 2022. A justaposição entre BNCC e itinerário comporiam assim, uma espécie de todo indissociável com possibilidade de organização a partir de diferentes arranjos curriculares de acordo com a necessidade das escolas e dos sistemas de ensino. Os itinerários poderão contemplar as seguintes áreas: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (MEDEIROS, 201-).

Na perspectiva da autora, a formação técnica e profissional será a “menina dos olhos” da Reforma do Ensino Médio, pois, além de ser mais uma opção para o estudante, estaria alinhada aos fundamentos teórico-pedagógicos da educação brasileira, especialmente em relação à finalidade de preparar mão de obra para o mercado. Sob esse ângulo, enfatiza o começo do trabalho com as coordenadorias regionais de educação, comunidade escolar e segmento social, a fim de debater o novo modelo de Ensino Médio para Santa Catarina e desenhar um formato que leve em conta a flexibilidade curricular e os projetos de vida dos discentes. (MEDEIROS, 201-).

Tal proposta curricular viria pautada por uma matriz de competências pré-determinadas, costurando a organização do currículo em áreas de conhecimento +

núcleo articulador por meio de estratégias como projeto de vida e de intervenção, estudos orientados e metodologias como educação por projetos. Para tanto, haveria espaço para o planejamento integrado (áreas + individual) com reuniões periódicas de acompanhamento. (MEDEIROS, 201-).

Côrte (2018a), ao aventar as competências necessárias para o mercado de trabalho do novo milênio, explicita a semelhança com a formação do empresário, do novo líder. Entre elas, cita a capacidade para solucionar problemas complexos, gerir e coordenar pessoas, orientar serviços, negociar, ter inteligência emocional para tomada de decisão e ter boa adaptação cognitiva. Tais habilidades guardam forte relação com as competências gerais da BNCC da Educação Básica apontadas por Ramos (2018). Elas contemplam as principais capacidades exigidas para o futuro: cuidar de si mesmo, resolver problemas, ser sensível, ter habilidade comunicativa, ser digital, compreender o mercado, ser responsável pelo seu futuro, estar sempre preparado para a vida. Enfim, um “super-humano” que seja empresário de si mesmo, não erre em suas escolhas, tenha sucesso porque o projeto de vida foi escolha sua, não sofra emocionalmente, tenha empatia diante das injustiças e crueldades, seja flexível para digerir a perda de direitos, tenha determinação, força e resiliência para lidar com os bombardeios aos quais será submetido.

Ao desenvolver as competências embutidas no texto legal, combinando aspectos cognitivo-emocionais, estaríamos oportunizando aos estudantes o autoconhecimento, a abertura para o novo (mesmo que esse novo se assente na destruição de si) e a responsabilidade no alcance dos seus objetivos. (RAMOS, 2018; CRUZ, 2016). Tal retórica faz uso de silogismos eufemistas para harmonizar sua expressão espartano-economicista.

O diagnóstico apontado é quase sempre o mesmo. Resultados insuficientes dos estudantes nas avaliações de larga escala, baixa qualidade da formação docente, currículos extensos desvinculados da realidade. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017). Como remédio, aponta-se o receituário de organismos internacionais como OCDE e Banco Mundial para uma organização curricular que leve em conta a vontade dos adolescentes e a aposta no slogan do itinerário formativo como caminho para a suposta liberdade de escolha dos estudantes.

Vale registrar que, nessa esteira de reformas curriculares, a política de formação docente inicial e continuada também ganhou espaço no âmbito do MSCE. No Fórum Internacional de Educação realizado em 2017, a convidada Maria Helena

Guimarães de Castro já acenava para a nova Base Nacional de Formação Docente que nortearia o currículo de formação de professores, proposta articulada com CNE e entidades públicas e privadas com ênfase na formação inicial e continuada alinhada à BNCC da Educação Básica. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).

Importante estabelecer uma análise relacional acerca das transformações curriculares no contexto do Ensino Médio defendidas pelo MSCE. Na segunda década do século XXI, o texto legal foi configurando-se a partir de sucessivas mudanças disseminadas por meio de novas diretrizes, resoluções, portarias ministeriais e legislações. Faz-se necessário, portanto, pensar os deslocamentos da educação secundária em articulação à edição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 03, de 21/11/2018), às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010), às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012), à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018) e, também, à Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017).

O arcabouço legal atual garante apenas o ensino de língua portuguesa e de matemática como itens obrigatórios nos três anos do Ensino Médio. Para as demais unidades não há garantias de que sejam contempladas como componente curricular específico em cada etapa formativa. O que se prevê são estudos e práticas de educação física, arte, sociologia, filosofia e língua inglesa ao longo da educação secundária, inclusive com possibilidade de ficarem esvaziadas/diluídas em áreas de conhecimento generalistas.

As normativas vigentes, com fundamento pedagógico pautado no modelo das competências e com foco no desenvolvimento dos aspectos socioemocionais, apregoam a diluição curricular em áreas de conhecimento com a justificativa de diminuir a fragmentação entre as disciplinas. A distribuição da carga horária definida em lei (máximo de 1.800h de formação geral e o mínimo de 1.200h de itinerário formativo) deve ser organizada pelas instituições e redes de ensino de acordo com suas possibilidades. Nessa perspectiva, a formação geral básica pode vir contemplada em todos ou em parte dos anos do Ensino Médio, com exceção de língua portuguesa e matemática que devem ser incluídas em todos os anos escolares.

Outra temática trazida pelas reformas em curso na educação secundária diz respeito à possibilidade dos profissionais com notório saber (sem formação

acadêmica) serem reconhecidos pelos sistemas de ensino para atuar como docentes do Ensino Médio no itinerário de formação técnica e profissional a partir da nova redação da LDB (artigo 61). A justificativa de que o Ensino Médio é o principal “gargalo” da educação básica, pois os estudantes não enxergariam mais sentido no que a escola ensina, demandaria a recriação da escola para “[...] fazer com que o jovem reconheça suas vocações”. (BRASIL, 2018b, p. 466).

A ideia de vocação ou missão é uma retórica arraigada na educação, onde o indivíduo é concebido como ser “predestinado” a desempenhar determinada função social em função de seus “dons” naturais/inatos. É clássica, por exemplo, a associação do exercício de magistério à vocação. Sob esse viés, a profissionalidade e a as experiências sócio-históricas construídas ficam em segundo plano.

A seguir, apresentamos a estrutura do Ensino Médio contida na BNCC.

Figura 10 – Estrutura do Ensino Médio



Fonte: (BRASIL, 2018b, p. 469).

Conforme estruturação exposta, os itinerários formativos no Ensino Médio, concebidos como áreas de aprofundamento curricular, são “[...] estratégicos para a flexibilização da organização curricular” (BRASIL, 2018b, p. 477) e propagação da crença na opção de escolha aos estudantes. Nessa esteira, os itinerários devem organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes *eixos estruturantes*: empreendedorismo, investigação científica, processos criativos, mediação e

intervenção sociocultural. As redes/escolas deverão definir o curso em que os eixos estruturantes serão percorridos e as formas de ligação entre eles, bem como o tipo de organização curricular a ser adotado: por campos temáticos, projetos ou outros modelos de flexibilização curricular. (BRASIL, 2019).

Cabe observar, conforme assinala Young (2011), que “as políticas curriculares desenvolvem-se [...] em contextos sociais, políticos e econômicos [...] sob pressões globais bem conhecidas” (p. 611) como a exercida por governos e entidades privadas para solucionar problemas socioeconômicos como o desemprego. Nesse contexto, o autor afirma que “[...] quanto mais nos focamos na possibilidade de um currículo reformado resolver problemas sociais ou econômicos, tanto menos provável que esses problemas sejam tratados em suas origens, que não se encontram na escola” (p. 611-612).

De acordo com Young (2011), o discurso presente nas reformas curriculares que diminui o peso das disciplinas e enfatiza os temas tópicos generalistas para personalizar o currículo, distorce a finalidade própria do campo curricular que é “[...] o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Não deve ser tratado como um meio para motivar estudantes ou para solucionar problemas sociais” (p. 614), tendo em vista que o desenvolvimento intelectual decorre da apreensão de conceitos. Por essa razão, é necessário compreender as interfaces entre currículo e pedagogia, uma vez que cada um desses campos tem suas especificidades ao se ligar aos saberes escolares e cotidianos. O currículo não deve ter como prioridade o conhecimento cotidiano dos discentes. Tais conhecimentos são um recurso pedagógico a ser utilizado pelos docentes inicialmente, mas “os estudantes não vão à escola para aprender o que já sabem” (YOUNG, 2011, p. 614). Assim, não são os reformadores curriculares, mas os docentes (dotados de sua pedagogia) a mediar a construção dos conceitos presentes no currículo, considerando o nível de desenvolvimento real dos estudantes.

Vale enfatizar, por fim, que o currículo escolar é construído em meio a conflitos com diferentes interesses sociais. Nesse contexto, “[...] uma proposta curricular, quando é social e culturalmente significativa, intervém e potencializa de maneira favorável o próprio processo de formação humana”. (MARTINS FILHO, 2009, p. 63). Tem em vista esse cenário, compreendemos que as determinações sociais precisam ser trazidas à tona para romper a ideia de currículo como “grade” padronizadora de larga escala, no intuito de torná-lo um mediador na direção da singularidade estudantil. (MARTINS FILHO, 2009).

6.3 DIMENSÃO DIDÁTICA

Compreendemos que a didática está situada no conjunto dos conhecimentos pedagógicos (LIBÂNEO, 2006b), tendo como objeto de estudo o processo ensino-aprendizagem. No intuito de entendê-la adequadamente a partir de um enfoque multidimensional (CANDAU, 2014), faz-se necessário, durante o saber-fazer educativo, considerar a interface entre as dimensões político-social, técnica e humana que a atravessam.

Valorizada ou contestada, a didática historicamente é alvo de reflexões acaloradas no campo pedagógico. Constantemente é inserida no centro das discussões escolares, seja para sistematizar ou mesmo investigar novas possibilidades para superar os entraves que permeiam o fazer educativo. Importante considerar que nenhuma proposta pedagógica é neutra. Logo, pode vir ligada a múltiplas determinações que demandam encaminhamentos, ações e um pensar sobre os problemas relacionados à aprendizagem em cada lócus real de ensino. “No entanto, a análise desta problemática somente adquire significado pleno quando é contextualizada e as variáveis processuais tratadas em íntima interação com as variáveis contextuais”. (CANDAU, 2014, p. 15).

Nessa perspectiva, é importante considerar que a didática está inserida em contextos concretos, culturas específicas e, cotidianamente, é atravessada por sujeitos reais que ocupam determinado lugar na estrutura socioeconômica. Tais condições influenciam sobremaneira o ato de ensinar/aprender, impregnando todo o fazer pedagógico e as estratégias metodológicas daí decorrentes. (CANDAU, 2014).

Considerando tais questões, reuniremos, nesta seção, as principais discussões levantadas no âmbito do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE) a respeito do desenho didático apontado como ideal para superar os problemas da educação contemporânea. Desse modo, será abordado o instrumental metodológico traçado para o ensino do futuro sob o enfoque empresarial, bem como as estratégias difundidas na expressão fenomênica das metodologias ativas tão em evidência na atualidade.

6.3.1 Um processo ensino/aprendizagem desenhado para o futuro

Durante seminário internacional de educação promovido pelo MSCE, Pimentel (2015) afirma que o Google está mudando a forma como o ensino se realiza. Para ele, a colaboração e o compartilhamento em rede vem se naturalizando como o caminho para a aprendizagem em nossa sociedade hiper conectada. Nesse contexto, a didática do futuro é concebida como um misto de desafios e soluções. Propõe-se, sob esse viés, o uso de testes on-line para milhões de estudantes como meio substitutivo às provas impressas a partir da imbricação total da tecnologia com a sala de aula. A abordagem dos conteúdos seria aberta e colaborativa.

A seção catarinense da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRHSC, 2015), parceira da FIESC, vislumbra que a tecnologia está sendo capaz de transformar o processo ensino-aprendizagem dito tradicional em um modelo personalizado e, ainda, permitindo o uso de cursos abertos autoinstrucionais gravados, bastando que seja ministrado uma única vez para sua disponibilização em plataformas de reprodução em massa. Nesse formato, o mesmo professor ensina milhares de pessoas de forma assíncrona, o que seria considerado um desenho didático-pedagógico aberto para a inovação de alto valor embutido, uma vez que estaria ajustado às demandas para o sucesso no século XXI. Um processo pautado pelo “uso massivo de recursos de tecnologia da informação e comunicação, bem como de ambientes de ensino diferenciados em uma arquitetura apropriada e sustentável”. (FIESC, 2013, p. 32).

Ramos (2015, p. 123) relata que “nas escolas do futuro a tecnologia estará mais presente, o ensino será personalizado, abordagens híbridas de aprendizado serão mais exploradas”. Ancorado no que parece ser uma pedagogia liberal não-diretiva⁸⁵ (LIBÂNEO, 2014), o autor afirma que no futuro o docente assumirá cada vez mais a função didática de tutor, de guia, auxiliando estudantes “[...] a descobrirem seus interesses e talentos, e assim buscar de forma autônoma um aprendizado adequado às suas necessidades”. (p. 124). Na perspectiva do educador, a estrutura física da

⁸⁵ Essa tendência pedagógica, de acordo com Saviani (2019), possui relação expressa com as ideias de Karl Rogers, psicólogo norte-americano. Nela, enfatiza-se o aspecto psicologizante da aprendizagem, relegando a segundo plano o caráter social do processo pedagógico. (SAVIANI, 2019).

sala de aula convencional deverá passar por transformações radicais. A arquitetura atual, considerada “rígida”, perderia espaço para a versatilidade e acomodação dos estudantes em grupos, o que permitiria (por si só) maior interação.

Com esse horizonte, o MSCE e empresas signatárias criaram procedimentos metodológicos para conquistar estudantes e diminuir a evasão nas turmas frequentadas por trabalhadores. O SENAI/SC e o SESI/SC, por exemplo, teriam elaborado cursos mais atrativos, fazendo uso da educação a distância e da articulação do Ensino Médio com a formação profissional. Importante mencionar que, em 2018, o SESI/SC era a única instituição catarinense habilitada pelo Conselho Estadual de Educação para ministrar Educação de Jovens e Adultos com até 80% da carga horária na modalidade a distância, um modelo que aposta na maior independência do corpo discente e na redução do tempo-escola. (FIESC, 2018a).

Com o crescimento da adesão industrial à temática da educação a partir do MSCE, as matrículas nas entidades educacionais da FIESC aumentaram, totalizando 15 mil estudantes ativos em 2017. Devido ao seu apelo pela inovação, a rede educativa da FIESC confere aos estudantes o acesso à metodologia de ensino chancelada pela Unesco. A estratégia utilizada adota e leva em conta a bagagem prévia dos discentes para elaborar “trilhas individuais” de aprendizado. Nesses percursos criados, são abordadas as “competências” consideradas necessárias para os estudantes se ajustarem eficientemente ao mercado. Segundo a federação patronal, em função das estratégias didáticas adotadas pelas suas entidades, a taxa de abandono na Educação de Jovens e Adultos do SESI/SC teria atingido um patamar menor que 40%, índice extremamente inferior à média do Brasil. (FIESC, 2018a).

Antes mesmo da pandemia do coronavírus, entidades do Sistema FIESC já adotavam tecnologias educacionais certificadas pelo *Google for Education*. Nesse sentido, realizaram no ano de 2018 testes experimentais para o uso de salas virtuais no SESI Escola de São José e no SENAI de Tubarão passando a fazer uso, dentre outras tecnologias, da plataforma Classroom, um ambiente virtual de aprendizagem onde o docente disponibiliza materiais de estudos para o acesso discente. A partir de usuário e senha do correio eletrônico *Gmail*, arquivos podem ser armazenados e compartilhados em *ciberespaço* próprio, onde se encontram à disposição instrumentos específicos para a gestão de aprendizagem. O docente pode, por exemplo, verificar notas, indicar exercícios, acompanhar a performance da turma,

realizar testes avaliativos, bem como interagir com cada estudante. (FIESC, 2018a).

Por meio da experiência até então inédita, o SENAI/SC e o SESI/SC se transformaram em exemplos mundiais na utilização de tecnologias na educação, ganhando o selo de certificação *Google for Education*. Nessa linha, novas estratégias didáticas passaram a ser utilizadas a fim de auxiliar os discentes a estudarem em casa: aulas de atendimento extraclasse por meio videoconferência (*hangout*), gravação de audiovisuais na plataforma YouTube, etc. Para o MSCE, as tecnologias que adentram o universo escolar representariam uma mudança na própria concepção de educação. (FIESC, 2018a).

Considerando tal cenário, o novo paradigma educacional “emergente” permitiria a independência dos estudantes no processo de aprendizagem, uma vez que eles próprios, com o uso de celulares e internet liberados nos ambientes de ensino, estariam capacitados em tecnologias para ajudar os docentes em atividades de tutoria. A classe empresarial vê nos instrumentos tecnológicos a chave para que as novas gerações de estudantes rompam a barreira da escola chata e engessada no tempo. (FIESC, 2018a).

Como se observa, o MSCE impulsiona, por meio das entidades participantes, práticas pedagógicas avessas ao considerado tradicional, articuladas a bordões e métodos de ensino pretensamente inovadores que avançam fortemente para o corpo docente a partir da formação continuada online em temáticas como aprendizagem ao longo da vida, educação para o XXI e a atuação do professor. (FIESC, 2018a). Nesse modelo didático-pedagógico, experiências como a Escola do Futuro finlandesa são usadas para alavancar o ensino catarinense, onde a aprendizagem seria tida como um processo naturalmente flexível, aberto e colaborativo e todos os espaços concebidos como lugares de aprendizagem. (KYLÖNEN, 2017).

Segundo Kyllönen (2017), ao analisar o ensino finlandês, registra que a função do educador teria mudado em seu contexto de atuação. Dentre as características transformadas, cita que o professor na Finlândia estaria mais centrado em ser um orientador do processo de aprendizagem e do pensamento ao invés de ensinar conteúdos, trabalhando mais em modelos colaborativos. Além disso, os docentes estão, no lugar de ensinar de acordo com o programa de ensino, concentrando-se mais nos meios e ambientes de aprendizagem, avaliando e orientando o próprio processo de aprendizagem ao invés de avaliar o "produto final".

Nesse contexto, explica que o futuro da aprendizagem escolar estaria

relacionado com as dimensões da aprendizagem baseada em evidências e fenômenos (baseada em problemas e com foco no processo de aprender). As estratégias didáticas a serem utilizadas sob esse viés, portanto, deveriam envolver a aprendizagem *smart* (inteligente), o *ePortfólio* como ferramenta de aprendizagem e avaliação, onde toda a cidade seria um ambiente de aprendizagem para as “competências” do século XXI com a Internet das Coisas, com plataformas de aprendizagem adaptativa, experimentos pedagógicos testados, tutores especialistas e ferramentas e modelos práticos com uso da robótica e da programação. (KYLÖNEN, 2017).

Ao encontro dessa tendência, Viviane Senna registra que temos atualmente uma escola que foi desenvolvida no final do século XVIII e início do XIX, porém ela estaria igual até hoje. Segundo entendimento da presidente do Instituto Ayrton Senna, passados mais de duzentos anos, ainda teríamos uma educação realizada da mesma forma que há dois séculos, o que demandaria trazer a escola do século XIX para o século XXI. (QUAIS..., 2018).

O modelo de escola buscado seria o finlandês, em que se ensinaria menos e se aprenderia mais, diminuindo o volume do ensino e a presença de professores em sala de aula em comparação aos Estados Unidos e à média dos países membros da OCDE. Um modelo em que os estudantes teriam melhor desempenho, pois os discentes finlandeses possuem a menor carga horária em sala de aula da Europa e dos mais bem avaliados países da Ásia. (RYYMIN, 2015).

Importante observar que, mesmo na Finlândia, os pesquisadores em educação convidados para os seminários internacionais promovidos pelo MSCE não estão em completo consenso sobre o futuro da educação e do ensino. Ryymin (2015), diferentemente do que apregoa Kyllönen (2017), afirma que é preciso mudar o fazer pedagógico para uma nova forma baseada em resultados de trabalho e aprendizagem com a necessidade de mudar o foco do ensino de saberes para resultados ou competência. Em contrapartida, Kyllönen (2017) registra que se deve priorizar a orientação do processo ao invés da avaliação do produto final.

Segundo Ryymin (2015), a educação deve passar de uma abordagem centrada no ensino para uma abordagem centrada na aprendizagem, com aproximação entre locais de trabalho e outros ambientes de aprendizagem diferentes, considerando os resultados obtidos como o ponto de partida para a validação e reconhecimento de

competências. Os conteúdos de estudo detalhados não seria o mais importante.

Outra estratégia adotada pelo MSCE para a implementação de seu idealizado ensino do futuro foi a parceria estabelecida com Singapura. Com o projeto “O Segredo de Singapura para o Sucesso em Ciências e Matemática”, as entidades ligadas ao movimento conseguiram acesso à metodologia adotada no país asiático. Em março de 2018, em missão internacional, integrantes do MSCE ouviram de especialistas da nação oriental apresentações e experiências de ensino nas unidades curriculares mencionadas. (FIESC, 2018a).

Diante da exaltação das tecnologias para resolver os problemas da educação e do ensino, o MSCE passa a disseminar a estratégia didática intitulada *Aprendizagem Personalizada* ou *Personalização do Ensino*. Por meio dessa metodologia, propaga-se a ideia de que o docente, com o apoio de recursos digitais, deve eleger cada estudante como protagonista das atividades de ensino, levando em conta suas inclinações, dificuldades e interesses individuais. Nessa acepção, “[...] um ensino personalizado exige muito mais do estudante, que tem de ter autonomia e responsabilidade a ponto de ir atrás de suas necessidades, curiosidades e interesses”. (SCHNEIDER, 2015, p. 59).

Sob tal viés analítico, a personalização do ensino traria muitas contribuições para o corpo discente, pois, além de motivar cada estudante isoladamente, seria capaz de maximizar a aprendizagem, rompendo a barreira do desânimo e a inadequação ao ritmo padrão estabelecido pelo docente, dando oportunidade de aprender de forma individual com o uso das tecnologias. (SCHNEIDER, 2015). A esse respeito, a autora indaga:

Como personalizar as atividades se todos os estudantes fizerem as mesmas atividades, ao mesmo tempo, com mesmos ritmo e grau de dificuldade? Um primeiro passo, nesse contexto, seria proporcionar aos alunos pesquisa sobre o conteúdo e tarefas diferenciadas, individuais e em grupos. Assim, a personalização do ensino pode acontecer em sala de aula, dinamizando o espaço, trabalhando em grupos e estações, bem como incluindo tecnologias [...]. Isso depende da infraestrutura de cada local. (SCHNEIDER, 2015, p. 57).

Nessa perspectiva, a personalização poderia ocorrer em diversos lugares da escola, entre eles, o espaço da sala de aula. Porém, seria necessário enxugar os saberes ensinados, aliando as tecnologias digitais de informação e comunicação com a educação formal. A possibilidade de personalização permitiria que cada estudante realizasse atividades individuais adequadas às suas características psicológicas específicas de conhecimento e habilidades. (SCHNEIDER, 2015).

Contudo, Saviani (2019) pondera que as pedagogias emergentes que reforçam o slogan do “aprender a aprender” (como evidenciados na aprendizagem e ensino personalizados) reorganizam ideários pedagógicos de base escolanovista, “[...] deslocando o eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade” (p. 504), transformando-se em uma orientação didático-pedagógica onde o essencial não é mais ensinar ou assimilar saberes, mas aprender a aprender (ênfase na forma e nos meios). Para tal metodologia, o professor deixa de ser o profissional habilitado para o ensino e tornar-se o auxiliar/tutor do estudante em seu processo individual de aprendizado.

Instaura-se, então, uma espécie de neoescolanovismo como alicerce pedagógico a orientar as políticas educacionais em curso no Brasil e no mundo, com reflexos importantes no saber/fazer didático desde a década de 1990. Tais práticas se expressam por meio da facilitação e esvaziamento conceitual, espalhando-se para múltiplas organizações sociais, “[...] sem maiores exigências de precisão conceitual e rigor teórico, bem a gosto do clima pós-moderno”. (SAVIANI, 2019, p. 506).

6.3.2 As metodologias ativas e a didática maker

No âmbito do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), são recorrentes depoimentos e falas enaltecendo o uso de metodologias ativas como nova abordagem didático-pedagógica a guiar tecnicamente o processo de ensino. Segundo Louzada (2016), neurocientista do comportamento e membro institucional da Rede Nacional de Ciência para Educação, a escola ideal seria aquela em que a aprendizagem passiva se transforme em ativa. Nesse processo, o estudante, a partir de desafios com diferentes graus de abrangência, é confrontado com situações desafiadoras como jogos vinculados a prêmios e pontuações. Desse modo, a motivação no processo de aprendizagem seria ativada, garantindo-se resultados imediatos no processo de ensino.

Almeida (2018), em acepção análoga às orientações disseminadas pelo Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE), afirma que

A metodologia ativa se caracteriza pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos

e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem. Essa concepção surgiu muito antes do advento das TDIC, com o movimento chamado Escola Nova, cujos pensadores, como William James, John Dewey e Édouard Claparède, defendiam uma metodologia de ensino centrada na aprendizagem pela experiência e no desenvolvimento da autonomia do aprendiz. (n.p.).

A autora registra, nesse sentido, que “[...] a Escola Nova de John Dewey, pautada pelo aprender fazendo (learning by doing) se faz presente em tempos de metodologias ativas integradas com as TDIC” (ALMEIDA, 2018, n.p.). Nesse processo de aprender por meio de metodologias ativas, muitas são as estratégias e técnicas que colocam o estudante como eixo central: o ensino híbrido, a aprendizagem por experiência, a rotação por estações, a gamificação, a aprendizagem baseada em problemas e projetos, a sala de aula invertida e a metodologia do currículo STEAM ⁸⁶.

De acordo com Moran (2018), um dos fundadores do projeto Escola do Futuro da Universidade de São Paulo, as metodologias ativas são estratégias de ensino que apostam no papel ativo dos estudantes. Nessa perspectiva analítica, os discentes são considerados os atores principais na trajetória de construção de seu conhecimento. Nessa esteira, tendo em vista a teia global digital, as metodologias ativas se apresentam “[...] por meio de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações” (p. 41). Convém destacar que José Moran e a professora Lilian Bacich já publicavam livros e artigos, bem como ministravam palestras em eventos da área no Brasil antes mesmo da aprovação pelo Conselho Nacional de Educação de reformas como a BNCC da Educação Básica e as novas diretrizes para formação de professores. Nessa linha, acreditamos que tais atores sociais são referências teóricas importantes e indutores das metodologias ativas no país.

Contudo, a perspectiva de um saber prático, do aprender fazendo, está presente no ideário coletivo há milênios. É celebre a citação “*Me contaram e eu esqueci. Vi e entendi. Fiz e aprendi*”, do pensador chinês Confúcio, que viveu há 2.500 anos. Com esse viés, as metodologias ativas são facilmente assimiladas e incorporadas ao cotidiano pedagógico por aludir a subsídios que instrumentalizam tecnicamente o trabalho docente. Por conta disso, vêm sendo a aposta didática das principais reformas educacionais na atualidade, especialmente as encabeçadas por entidades empresariais. A base epistemológica das metodologias ativas filia-se às

⁸⁶ STEAM (*Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics*) diz respeito à metodologia que elege como base para a construção curricular as áreas de ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática. (ALMEIDA, 2018).

tendências pedagógicas liberais. Na maioria das vezes, tal associação não é percebida pelo professor devido ao auxílio obtido em particularidades de seu fazer diário. Entretanto, em termos de projeto educacional, as metodologias ativas trazem embutidas em si a semente da naturalização meritocrática, uma vez que nessa acepção o estudante assume o centro do processo educativo, torna-se o “protagonista”, o principal responsável pela sua aprendizagem, slogan extremamente persuasivo que pode secundarizar o função do ensino na construção de uma sociedade menos excludente.

As metodologias ativas pregam o deslocamento de uma concepção didática centrada no docente para o outro polo, o estudante. Entretanto, entendemos que o centro do processo ensino-aprendizagem não deve estar em nenhuma extremidade, mas na relação dialética entre ambos. Um assunto polêmico a depender da base epistemológica de análise. Contudo, é inegável que no dia a dia tais metodologias instigam muitos professores a diversificar suas estratégias de ensino.

Um exemplo concreto é encontrado em cursos técnicos profissionalizantes. Muitos deles estão empenhados em centrar seus projetos pedagógicos na linha das metodologias ativas. Professores de áreas técnicas ficam eufóricos justamente porque as estratégias empregadas propagam a ideia do preparo discente ao que é exigido no mercado. As metodologias ativas fomentam a ideia de distanciamento do “viés teórico das humanas”, pois suas propostas estariam pautadas em evidências empíricas e no paradigma científico positivista das neurociências cognitivas. Grandes empresas que vendem pacotes educativos prontos (Leeman, Itaú, IAS) disseminam enfaticamente essa tendência didático-pedagógica.

As metodologias ativas possuem forte relação com a abordagem baseada em competências na educação. A esse respeito, Ryymin (2015), pesquisadora da Universidade finlandesa HAMK - voltada às ciências aplicadas, afirma ser necessário mudar o pensamento centrado nos saberes/conteúdos para estruturas de estudo baseadas nas atividades e funções da vida profissional. Nesse processo de transformação, as metodologias ativas funcionariam como modelo pedagógico a apoiar a aprendizagem centrada nos estudantes. Elas propagam a ideia do desenvolvimento das competências requeridas pelas empresas. Dessa forma, ter-se-ia o apoio do mercado.

Segundo Côrte (2018b), o Sesi/SC estaria formatando suas estratégias de ensino ao paradigma das metodologias ativas. Nesse sentido, a entidade construiu

espaços de educação maker (mão na massa) “[...] em que estudantes de 7 a 17 anos desenvolvem competências linguísticas, matemáticas, científicas e tecnológicas, a partir da experimentação, ou seja, da prática” (p. 26). Segundo ele, a didática deve envolver mais os estudantes para que se tornem pessoas mais preparadas e dinâmicas para o mercado em constante transformação. Para tanto, o SESI catarinense desenvolveu o *Espaço Maker*.

Seu conceito central é o de “aprender fazendo”, e compreende o aprendizado colaborativo e coletivo a partir de várias abordagens. Os espaços de aprendizado contam com diversas ferramentas – desde papel, tesoura, madeira e tecidos, até impressoras 3D, placas eletrônicas, drones e robôs – e induzem à interação entre os participantes, crianças e jovens que frequentam um dos cursos oferecidos no contraturno escolar. Eles transitam por todo o espaço, que não é delimitado, em interação com os orientadores, com o objetivo de elaborar e executar projetos que possam resolver problemas reais do seu cotidiano. O segredo da eficiência do aprendizado é fornecer contexto e significado aos alunos, que se tornam os protagonistas da própria aprendizagem. A regra de ouro é deixar florescer a criatividade. (FIESC, 2018a, p. 108).

O *Espaço Maker*, nessa linha, conecta diferentes ambientes planejados pelo SESI para direcionar o gosto dos estudantes e “despertar vocações” em áreas de conhecimento como robótica, ciências, matemática, mídias e comunicação. “No campo das ciências e da matemática, por exemplo, os aprendizes têm a oportunidade de desenvolver protótipos e de criar jogos físicos e virtuais”. (FIESC, 2018a, p. 110).

A estratégia teve início a partir do uso de *Fab Labs*⁸⁷ em instituições de ensino do Vale do Silício nos Estados Unidos. Na experiência norte-americana, divulga-se que crianças ampliaram suas competências com a produção conjunta de materiais utilizando tecnologias de ponta. Paulo Blikstein, estudioso brasileiro vinculado à Universidade de Stanford, é um dos principais nomes no mundo quando o assunto é *Fab Labs*. Por esse motivo, em 2017, o SESI/SC encaminhou seus gestores para se aprofundarem na temática. O pesquisador brasileiro compartilhou seu conhecimento para a implantação dos *Espaços Makers* em unidades da instituição em Santa Catarina. Tais laboratórios vêm se tornando modelo para formar “mentores” da estratégia didática. (FIESC, 2018a).

A proposta de ensino-aprendizagem dos *Fab Labs* se configura como oficina

⁸⁷ Os espaços makers, também conhecidos por fab labs, se relacionam com as inovações previstas pela Educação 4.0 e corroboram com as metodologias ativas de ensino que preveem que o aluno esteja no foco da aprendizagem. Funcionam como uma espécie de oficina onde estão presentes impressoras 3D, cortadoras a laser, kits de robótica, entre outras ferramentas tecnológicas que possibilitam a criação de protótipos. (FAB... 2020, n.p.)

tecnológica para produção de artefatos. “São espaços pedagogicamente equipados, onde o estudante é o protagonista no uso e na criação da tecnologia associada ao conhecimento” (CÔRTE, 2018b, p. 26). Nesse locais, também são utilizadas estratégias da robótica para motivar os estudantes, favorecendo o conhecimento da área de exatas. (FIESC, 2018a).

Outra orientação pedagógica propagada no âmbito do MSCE e que ganha força nas instituições educativas vinculadas à FIESC é a estratégia didático-curricular denominada STEM, acrônimo para Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Originalmente, em sua apresentação pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, a sigla em inglês é *Science, Technology, Engineering and Mathematics*). Tal abordagem surgiu como resposta às exigências de otimização na eficiência do ensino norte-americano e como metodologia para direcionar os estudantes a carreiras científico-tecnológicas. Como possui inspiração no movimento *Maker*, a abordagem STEM está alicerçada em problemas cotidianos da campo da engenharia e das ciências. Contudo, no Brasil, a abordagem foi “reinventada”, sendo usualmente citada como STEAM, acrescentando-se as Artes ao rol de conhecimentos devido aos resultados pouco promissores em seu país de origem. (LORENZIN; ASSUMPÇÃO; BIZERRA, 2018).

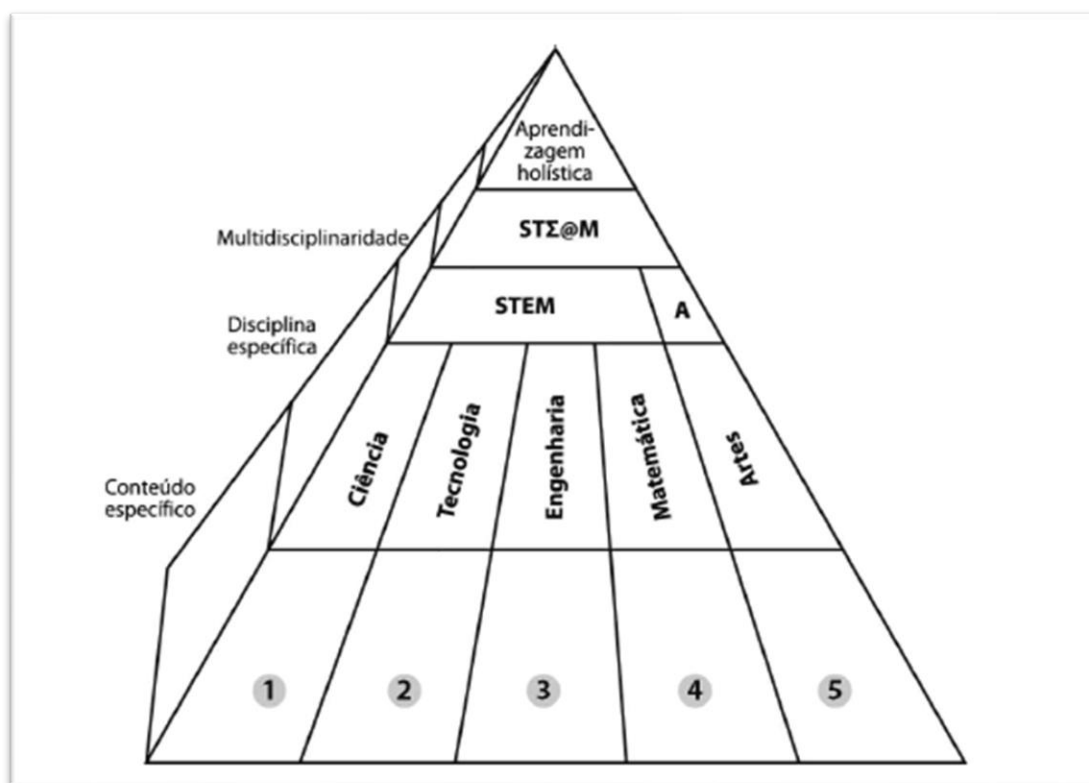
Segundo as autoras, a abordagem STEAM é uma estratégia de estruturação do processo de ensinagem a partir dos parâmetros da aprendizagem por projetos, reunindo características dessa metodologia em sua concepção, tais como a diluição dos conteúdos em áreas de conhecimento mais amplas, a ideia central de protagonismo discente e foco na aprendizagem. (LORENZIN; ASSUMPÇÃO; BIZERRA, 2018).

Convém registrar que a aparência inovadora vista na estratégia STEAM vai ao encontro de muitas contrarreformas educativas em andamento no Brasil, especialmente a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular. Ambas também pregam a necessidade de desconstrução da escola, apresentando soluções para os problemas educativos por meio de jargões e receituários que parecem ser mágicos. Porém, nem sempre geram resultados nas múltiplas realidades que compõem o universo da educação. Muitas vezes, é improvável sua real aplicação em um país de dimensões continentais como o Brasil, principalmente pelo alto custo, seu caráter elitista embutido e por ser proposto por quem não vive a realidade cotidiana das escolas públicas. Delega-se, assim, a responsabilidade para o

professor, que passa a ser visto como ultrapassado, tradicional e resistente a mudanças.

A seguir, apresentamos a figura esquemática que sintetiza a proposta de Lorenzin, Assumpção e Bizerra (2018) a respeito da metodologia STEAM.

Figura 11 – Diagrama do STEAM



Fonte: Lorenzin, Assumpção e Bizerra (2018, p. 372) adaptado de Yakman (2008, p. 347).

Convém informar que Lorenzin, Assumpção e Bizerra (2018) correlacionam a abordagem STEAM à Teoria da Atividade (LEONTIEV, 1983) de perspectiva histórico-cultural. Em nossa compreensão, porém, isso se configura um equívoco, pois a metodologia STEAM não visa à transformação do *status quo* vigente. Pelo contrário, atua com enfoque de adaptação do sujeito ao que é exigido pelo contexto prático. Já a Teoria da Atividade é fundamentada no marxismo. Sua práxis, portanto, tem como pano de fundo operar na tríade capital, trabalho e Estado a fim de superar as relações sociais alienadas.

Ao encontro das tendências didático-pedagógicas adaptativas presentes no contexto do MSCE, a educação do Sistema FIESC já trabalha com a abordagem STEAM, conforme exposição a seguir.

As escolas do SESI e SENAI adotam um conceito que está revolucionando a

educação em várias partes do mundo: a metodologia STEAM (sigla em inglês para ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática). Disciplinas integradas envolvendo as cinco áreas, com ênfase nas ciências exatas e os alunos botando a mão na massa são algumas de suas características. A tendência nasceu nos Estados Unidos a partir da constatação de que a tecnologia era cada vez mais impactante para a sociedade e o setor produtivo, ao passo que a educação ignorava as transformações. O STEAM está na essência das escolas de educação Maker do Sesi, que proporcionam atividades para jovens no contraturno da escola com o objetivo de despertar o gosto pelas profissões tecnológicas. Também está na base de projetos envolvendo alunos do Sesi e do SENAI, empresas e poder público que se reúnem em cidades como Fraiburgo, Rio do Sul e Tubarão em busca de soluções para problemas de suas comunidades. (BRANDÃO; LAPS, 2021, n.p.).

Além da abordagem STEAM, outras estratégias metodológicas são testadas na interface MSCE e entidades educativas ligadas à FIESC. Como exemplo, cita-se o curso técnico-profissional em formato híbrido funcionando com o modelo sala de aula invertida, isto é, “[...] parte das aulas é presencial, enquanto outra parte do conteúdo é gerada, transmitida e debatida por meio do smartphone, com o uso de *podcasts*, *videocasts* e *hangouts* (bate-papo por texto, áudio ou vídeo e compartilhamento de arquivos)”. (FIESC, 2018a, p. 43).

Por fim, cabe destacar a atual estratégia *SENAI Conecte* implantada no Ensino Médio. Nesse modelo, ao concluir o curso o estudante obtém a habilitação técnica em Tecnologia da Informação em tempo reduzido, aliando-se educação básica e profissional. Nessa esteira,

Os alunos aprendem a programar e a utilizar sensores em associação com as disciplinas do dia a dia e criam clubes de desenvolvimento para encontros no período vespertino. Os clubes contemplam temas que vão de música a tecnologia aeroespacial. Utilizando os laboratórios abertos que o SENAI mantém em Tubarão, Joinville, Florianópolis e Criciúma, equipados como impressora 3D, cortadoras a laser e ferramentas digitais, os estudantes desenvolvem soluções e criam protótipos para aplicações reais em indústrias das respectivas regiões. (FIESC, 2018a, p. 43).

Conforme cenário exposto, o *SENAI Conecte* aparece com respostas imediatas às demandas das empresas. Durante o Ensino Médio, os estudantes já são levados a solucionar problemas que o mercado de trabalho da região enfrenta. Um aproximação direta com o sistema produtivo, reforçando o viés das “competências” e da educação como estratégia competitiva. Nessa linha, considerando o contexto da quarta revolução industrial-tecnológica, um exemplo precoce dessa tendência vem com a introdução de conteúdos da robótica nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nessa perspectiva, a didática do ensino por competências busca incorporar questões estratégicas das empresas para que o estudante “treine” suas habilidades e

desempenhe ações específicas exigidas pelo mercado. (FIESC, 2013). Nesse processo, a educação se converte em mercadoria com enorme potencial lucrativo ao sistema economicista, ao passo que o estudante/trabalhador se torna, cada vez mais, invisibilizado como ser social capaz de romper as condições reais de opressão naturalizadas histórica, cultural e socialmente.

Conforme explicita Saviani (2019), a “pedagogia das competências” está inserida no espectro das “pedagogias do aprender a aprender”, cuja finalidade é prover as pessoas de “maciez comportamental”, ajustando-as às imposições de uma sociedade débil e de enorme abismo social. “Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado”. (p. 510).

Candau (2014) explica que tais características já eram problematizadas na década de 1950, onde a didática também pregava a “reinvenção” da educação pelo viés modernista da Escola Nova, conforme segue.

O problema está em superar a escola tradicional, em reformar internamente a escola. Afirma-se a necessidade de partir dos interesses espontâneos e naturais dos alunos; os princípios de atividade, de individualização, de liberdade, estão na base de toda proposta didática; parte-se da importância da psicologia evolutiva e da aprendizagem como fundamento da didática: trata-se de uma didática de base psicológica; afirma-se a necessidade de “aprender fazendo” e de “aprender a aprender”; enfatiza-se a atenção às diferenças individuais; estudam-se métodos e técnicas como: “centros de interesse”, estudo dirigido, unidades didáticas, método de projetos, a técnica de fichas didáticas, o contrato de ensino etc.; promovem-se visitas às “escolas experimentais”, seja no âmbito do ensino estatal ou privado. (p. 17).

Em analogia, Libâneo (2006b) registra que tal modelo, centrado na didática ativa, confere maior atenção à aprendizagem em si, bem como aos meios para a aquisição de competências e habilidades. Porém, os conceitos científicos sistematizados e historicamente construídos ficam para segundo plano. Tal acepção é nitidamente de base escolanovista. Ao professor, nesse contexto, não caberia mais ensinar; apenas auxiliar o estudante a descobrir, aprender. Desse modo, a didática não estaria relacionada ao direcionamento do ensino, mas à tutoria da aprendizagem enquanto experiência individual do estudante.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. (FREIRE, 2004, p. 142).

Chegamos a este momento de síntese investigativa tendo em mente o avanço percorrido sobre o estágio de conhecimento anterior em relação à apreensão do Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE). Nesse processo, evidenciamos determinantes estruturais importantes, mas também deixamos questões pendentes, em aberto. Durante a introdução da tese, problematizamos os argumentos recorrentes do setor empresarial sobre a falta de “mão de obra” para inserir Santa Catarina em um mercado econômico global efêmero e altamente competitivo. Com esse horizonte, as associações empresariais vêm exigindo medidas urgentes na política educacional. Seus intelectuais orgânicos propagam a ideia de que a principal barreira a ser vencida para aumentar a competitividade das empresas seria a baixa qualidade da educação. Logo, os holofotes do segmento se direcionam para mudanças e propostas que, sob o viés neoliberal, seriam capazes de melhorar a escola e a formação educacional.

Diante desse cenário, retomamos as questões norteadoras da presente tese: *qual a proposta pedagógica subjacente ao Movimento Santa Catarina pela Educação? Quais os pressupostos epistemológicos do movimento? Quais as concepções de educação, currículo e didática apresentados? Em que medida sua agenda se relaciona à atual Reforma do Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Qual a base socioeconômica difundida?*

Para responder tais questões, no segundo capítulo, apresentamos a caminhada metodológica da tese. Nesse sentido, elencamos os audiovisuais (reportagens, entrevistas, palestras) selecionados no canal oficial da FIESC na plataforma *YouTube*. Mostramos, também, a relação de materiais (relatórios, revistas, livros e apresentações de palestrantes nos eventos realizados) sobre os assuntos trabalhados na primeira década do movimento.

Poderíamos pensar que a ausência de entrevistas *in loco* com os idealizadores do movimento seria uma das limitações da tese. Entretanto, além de considerar o cenário pandêmico e as mudanças pelas quais o MSCE atravessou durante esse período, a escolha por não realizá-las em formato online se deu porque encontramos

inúmeras entrevistas, palestras, reportagens e eventos que, em nossa compreensão, já evidenciavam a expressão fenomênica (aparência) do Movimento Santa Catarina pela Educação, ou seja, contemplavam as principais questões que nos permitiriam avançar e estabelecer relações para a construção do conhecimento concreto de nosso objeto de estudo.

A pesquisa documental construída trouxe à tona os principais determinantes que perpassam o Movimento Santa Catarina pela Educação. Nesse movimento, emergiram categorias analíticas estruturantes que foram agrupadas em dimensões maiores de acordo com suas características mais marcantes como: base socioeconômica, fundamentos epistemológicos, concepções de educação, currículo e didática propagadas.

No terceiro capítulo, realizamos uma síntese crítico-reflexiva de produções acadêmicas localizadas na interface entre mercado de trabalho e as exigências para a educação no Brasil. Foi nossa aproximação inicial com as discussões teórico-conceituais circundantes ao Movimento Santa Catarina pela Educação (MSCE). Com base dialética, os estudos selecionados compreendem a escola no contexto da reestruturação produtiva. A função da educação, nesse sentido, aparece como sendo a de tornar o sujeito mais ajustável ao modelo socioeconômico dominante. Os autores alertaram para a “captura da subjetividade” e os novos padrões de configuração do trabalho face às transformações tecnológicas. A escola, nesse contexto, é colocada como a responsável pela “formatação” de um sujeito de novo tipo. Um “capital humano” mais tolerante às novas exigências do mercado, uma espécie de máquina “sem defeito” dotada de “competências” que assegurem a concorrência econômica.

No quarto capítulo, cientes de que para apreender a essência de nosso fenômeno de estudo seria preciso estabelecer relações de modo a contextualizá-lo, identificamos a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, organização idealizadora do Movimento Santa Catarina pela Educação. A finalidade foi conhecer sua inserção histórico-geográfica e estratégia de atuação ao longo do tempo. Nesse passo, diagnosticamos que a FIESC atua de modo orgânico para desenvolver o segmento industrial. Reunindo mais de 140 sindicatos empresariais do ramo, a entidade articula ações para levar a bandeira dos interesses da atividade econômica industrial catarinense. Colabora, ainda, com a elaboração e direcionamento de políticas públicas promotoras do aumento da produtividade e competitividade

industrial.

Nesse cenário, a FIESC é propositiva em Santa Catarina. Com funcionamento estratégico, a entidade incentiva as empresas do setor a adentrarem no mercado competitivo internacional. Além disso, realiza viagens a várias nações para aproximar-se das perspectivas mundiais do segmento e oportunizar troca de conhecimento, fomentar parcerias, promover capacitação e atrair investimentos. Convém destacar que o Sistema FIESC é composto por entidades que estão embricadas visceralmente. Porém, cada uma (FIESC, SESI/SC, SENAI/SC, CIESC e IEL/SC) tem personalidade jurídica própria dotada de recursos específicos.

A partir de 2010, a educação passa a destacar-se nos trabalhos da FIESC. Nesse sentido, algumas questões adquirem centralidade: promover ações para garantir a sobrevivência do setor industrial, atuar estrategicamente diante da reestruturação produtiva e suprir as expectativas de competitividade das empresas. Para agir frente à revolução tecnológica 4.0, a FIESC se estrutura a partir da tecnologia e do modelo de desenvolvimento ancorado nas “competências”.

Considerando tal contexto, identificamos que as empresas brasileiras fazem parte, muitas vezes, da própria estrutura oficial do Estado, o que permite pensar o direcionamento do financiamento e das ações e projetos aplicáveis ao setor. Até mesmo na definição e elaboração de leis que possam beneficiar o mercado empresarial. Com esse viés, seja por meio de eventos ou guias norteadores, a federação patronal reafirma, cotidianamente, o discurso da mudança na educação para atender os interesses economicistas. Com efeito, o movimento liderado pela FIESC é voltado à propagação do ideário 4.0 em Santa Catarina.

No quinto capítulo, conhecemos a estrutura e o funcionamento do MSCE. Evidenciamos, também, os alicerces socioeconômico e epistemológico que o fundamentam. No que se refere às questões de ordem social e econômica, o movimento busca alinhar a formação de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos para suprir as expectativas atuais e futuras do mercado, principalmente devido ao fim do bônus demográfico e à perspectiva de obsolescência de muitas profissões. Desse modo, defendem que a produtividade e competitividade do mercado estão diretamente relacionadas ao “treinamento” das pessoas.

A educação, portanto, ganha status de mercadoria, sendo tema de discussão não somente do Estado, mas também de corporações que visam a direcionar o processo formativo e os programas educacionais. Nesse cenário, por intermédio do

Movimento Santa Catarina pela Educação, as empresas vislumbram também acordos e parcerias para diminuir seus gastos com educação. Como exemplo, cita-se o acesso gratuito de funcionários a cursos profissionalizantes alinhados às exigências do mercado.

Enfatizando que o Brasil teria uma educação muito distante do setor produtivo, o MSCE prioriza a formação técnica. A relação de parceiros do MSCE nessa empreitada é extensa. Dentre eles, destacamos Claudio de Moura Castro (economista), Mozart Neves Ramos (engenheiro, ex-presidente do CNE), Viviane Senna (empresária), Priscila Cruz (mestre em administração, presidente-executiva do Todos pela Educação) e Maria Helena Guimarães de Castro (secretária executiva do Ministério da Educação 2016-2018). Dentre as principais instituições, temos o Instituto Ayrton Senna, o BID, a Secretaria de Educação de Santa Catarina e o *Google for Education*.

No que se refere à base epistemológica do movimento, problematizamos na tese as seguintes categorias: “sociedade do conhecimento”, neurociência, “capital humano” e teoria das “competências”. Sobre a “sociedade do conhecimento”, alertamos que o slogan pode agir de modo enviesado para reforçar o individualismo em relação ao sucesso e fracasso ao longo da vida. Sobre a ideologia das “competências”, problematizamos suas armadilhas para ocultar a divisão antagônica de classes, distinguindo competentes e incompetentes pela via da meritocracia.

Sobre a neurociência, enfatizamos que a própria ciência positivista pode ser utilizada para reforçar a visão de mundo hegemônica, especialmente se sua base conceitual serve de pretexto para decisões que beneficiem o mercado empresarial. Nesse sentido, o sofisma da neutralidade científica “cai por terra”. Sobre a temática do “capital humano”, afirmamos que tal retórica reduz o ser social a uma mercadoria, além de reduzir a educação a uma noção de formação mercantil.

No sexto capítulo, analisamos a proposta pedagógica embutida no Movimento Santa Catarina pela Educação, detalhando suas dimensões educacional, curricular e didática, partindo do pressuposto que o ato pedagógico se traduz na mediação dialética entre a teoria e a prática da educação, estando circunscrito social, histórica e culturalmente por meio de práticas intencionais.

No que se refere à dimensão educacional, a Educação 4.0 (em analogia à 4ª revolução tecnológica) aparece como expressão emblemática para adequar a educação aos novos parâmetros civilizatórios. Com esse viés, observamos que a

participação do jovem é pensada estrategicamente para disseminar as mudanças educacionais pretendidas pelas organizações empresariais de Santa Catarina, especialmente a partir dos parâmetros de inovação tecnológica demandados pelos setores econômicos. A inspiração para as transformações, nesse caso, vem importada de países como Singapura, por exemplo, em função do bom desempenho nas avaliações da OCDE.

Nesse contexto, competitividade empresarial e educação andam de mãos dadas. No horizonte está a demanda economicista que quer extrair da educação a resolução de problemas de ordem econômico-social. A finalidade da educação apregoada pelo MSCE vai ao encontro da retórica neoliberal associada a uma narrativa redentora, cenário em que a escola aparece como espaço apolítico que deve seguir a cartilha das melhores soluções pedagógicas da moda.

No âmbito do MSCE, a escola é pensada como empresa em que a qualidade de sua gestão é medida apenas pelo resultado gerado, devendo ligar-se diretamente a índices imediatistas quantificáveis. Prega-se, nesse sentido, que o gestor escolar não deveria pautar sua atuação em questões pedagógicas, pois quando essa prática se faz presente os resultados seriam ruins. No que concerne ao professor, a tendência evidenciada no movimento está centrada na formação a serviço de “competências” e habilidades práticas moldadas de acordo com o ambiente externo.

No que diz respeito à dimensão curricular identificada no MSCE, com auxílio do Instituto Ayrton Senna, propagam-se as “competências socioemocionais” como solução para os problemas e estratégia para as pessoas terem “sucesso” na vida, funcionando como instrumental para a inércia e apassivamento das lutas sociais. Com esse direcionamento, o currículo para o século XXI é pensado em alinhamento ao ciclo de sobrevivência das profissões no mercado.

Além disso, evidenciamos que o MSCE atuou enfaticamente na defesa da Contrarreforma do Ensino Médio e da BNCC. Convém registrar que, no contexto da Medida Provisória 746/2016, seus líderes já enfatizavam a defesa pelo modelo curricular flexível para o Ensino Médio ajustado às “preferências” estudantis, bem como a oferta de educação profissionalizante como uma das opções de itinerário formativo atreladas a ideia de “projeto de vida”.

Em relação à dimensão didática, evidenciamos que o MSCE defende o ensino pautado nas metodologias ativas de acepção neoliberal, um processo pautado pela “reinvenção” da práxis pedagógica. Dentre as estratégias, destacam-se o movimento

maker (aprender fazendo), o uso de laboratórios de fabricação, a aprendizagem personalizada e a abordagem STEAM (Ciências, Tecnologias, Engenharias, Artes e Matemática). As metodologias difundidas buscam colocar o estudante como principal responsável pelo seu processo educativo, assumindo a figura de “protagonista”. Ao docente, cabe o papel de tutor/mentor/auxiliar do processo.

Considerando as discussões até aqui apresentadas, compreendemos que nossa hipótese inicial foi confirmada, ou seja, os dados demonstraram que o Movimento Santa Catarina pela Educação atua como estratégia importante na defesa dos valores do segmento empresarial; porém, sem ter para si o peso das decisões governamentais (embora tenha representantes ocupando cargos na esfera estatal), uma vez que estabelece parcerias com o Estado para disseminar valores e reforçar modos de pensar/agir na educação alinhados à expansão econômica. Tal processo, liga sua proposta pedagógica às exigências de reestruturação do setor produtivo e de disponibilização crescente de trabalhadores flexíveis para o mercado, marca essencial do capitalismo financeiro.

Como dito, é importante reiterar que a proposta pedagógica desenhada no âmbito do MSCE enaltece o cenário socioeconômico em que estamos imersos. Como movimento representativo dos interesses empresariais, é propositivo no tocante à escolarização em Santa Catarina. Suas ações encontram-se, de modo coeso, espalhadas por todo o território catarinense e propõem novos rumos para a educação. Nessa perspectiva, são estabelecidos acordos com os sistemas de ensino e o setor privado, com ênfase também nas redes públicas estadual e municipais devido a sua capilaridade. Toda sociedade é “conclamada” a auxiliar na educação alinhada aos pressupostos da empregabilidade e do mercado de trabalho para uma formação de novo tipo.

Por meio do MSCE, desenvolve-se um forte trabalho de convencimento para angariar mais signatários e incorporá-los na “causa da educação” almejada pelas entidades participantes. Nesse sentido, são realizados eventos de grande porte envolvendo os setores responsáveis pela educação em Santa Catarina: fóruns regionais e estaduais, dias de mobilização, seminários internacionais, entre outros, envolvendo gestores, professores e estudantes.

A partir das evidências levantadas, entendemos que as propostas enaltecidas no MSCE se estruturam a partir de alguns pontos em comum, costurando uma espécie de neoescolanovismo para o século XXI, mesclando elementos de uma pedagogia

ativa/colaborativa, apresentando uma visão redentora de educação com ancoragem contemporânea na ideia de “competência”. Muitos temas/assuntos se interseccionam na proposta pedagógica do movimento: competências socioemocionais, educação 4.0, pedagogia maker, BNCC, Reforma do Ensino Médio, formação docente, gestão escolar, currículo, didática etc....

Nesse contexto, a educação para o mercado adquire centralidade no que se refere à escolarização no século XXI, especialmente para a formação de indivíduos aptos para o mercado de trabalho flexível. O “novo” Ensino Médio colocado a partir da Lei Federal 13.415/2017, nessa esteira, com a possibilidade do itinerário formativo profissionalizante, evidencia as condições concretas para viabilizar a proposta pedagógica almejada pelo setor empresarial em Santa Catarina.

A capilaridade e os arranjos estabelecidos a partir do MSCE com os sistemas de ensino pressionam a transformação da educação à dinâmica da quarta revolução industrial. Nesse cenário, a escola é demandada a se reinventar, atualizar-se e adequar-se a esse mundo imprevisível. A educação 4.0, desse modo, aparece como a publicidade e a receita da hora a vender a combinação de fatores cognitivos e socioemocionais para lidar com as asperezas desse mundo contemporâneo inóspito e de empregos *ad hoc*. Nesse contexto, as “perdas” empresariais em termos de competitividade e produtividade no cenário internacional seriam resolvidas com a inserção no universo *Big Data*, da hiper conexão, da internet das coisas. Sob esse viés, seria urgente forjar os profissionais para o novo contexto que se avizinha, isto é, uma educação 4.0 para uma indústria 4.0.

Importante mencionar que o MSCE (junto à FIESC e entidades parceiras) possui praticamente uma editora responsável pela produção de materiais informativos, bem como equipes de trabalho que convergem esforços para a realização de eventos na área da educação. É o que nomeiam de “cruzada pela educação” para a formação do indivíduo mais ajustável às demandas desse “novo mundo”. Desse modo, fortalece-se o convencimento, os trabalhos de assessorias e o modelo pedagógico para esse “novo tempo”.

Vale registrar que a revisão do currículo vai ao encontro da tendência amplamente defendida pelos empresários da educação: foco nas neurociências cognitivas e na cientificidade positivista. Nesse passo, a redução da docência a uma função meramente executora e o alinhamento do currículo à pedagogia às “competências” presente na BNCC parece colocar a educação diante de um conselho

administrativo de empresa com capital aberto na bolsa de valores. Assim, a educação baseada em evidências (de base reprodutivista) introduz uma espécie de cientificismo economicista para legitimar a agenda empresarial no processo de escolarização. A ideia embutida nessa vertente desacredita boa parte das pesquisas realizadas no âmbito das Faculdades de Educação no Brasil, colocando-as como pseudociências por supostamente estarem presas a vieses teóricos ideológicos, o que invalidaria seus resultados, reduzindo a meras opiniões e achismos.

Assim, a partir das particularidades do Movimento Santa Catarina pela Educação, foi possível vislumbrar a reconfiguração empreendida no campo educacional catarinense, com fortes consequências no direcionamento de sua política educacional, atravessando determinações históricas, culturais e econômicas em um movimento político ímpar de rupturas e resistências.

Diante desse cenário, fica explícito que os estudantes da atualidade que se preparam para o mundo do trabalho são levados a crer que possuem como “missão” de vida ir além, extrapolar e avançar progressivamente para o horizonte da mudança. É o caminho do efêmero, volátil, que não gera vínculo e durabilidade. Nesse sentido, mais do que nunca se faz necessário refletir sobre as tendências pedagógicas contemporâneas como as presentes no MSCE, levando em conta o curso das políticas educacionais e os embates sócio-políticos, legais, epistemológicos, bem como as implicações práticas para a educação de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Importante reiterar que, atualmente, os problemas levantados nesta tese se inserem em um cenário de crise social pandêmica e econômica que acaba refletindo em todo o tecido social, manifestando-se nas condições de escolarização nas diferentes faixas geracionais. Nesse processo, destaca-se que a educação é resultado e síntese de um percurso histórico-social de embates. Entretanto, o texto da lei nem sempre evidencia suas vozes discordantes. Para captá-las é preciso compreender sua dinâmica de elaboração (como as propagadas pelo MSCE) que se inicia na aparência exposta. Foi com essa intenção que desenvolvemos esta tese, pois, muitas vezes, o que percebemos é apenas “a casca da maçã”.

Assim, em um período histórico como o nosso, certas palavras são defendidas e afirmadas e outras silenciadas ou banidas. Isso não ocorre por acaso. Logo, a pesquisa em educação precisa continuar rigorosa, analiticamente indo à raiz das questões suscitadas, principalmente em épocas onde os conflitos se tornam mais

acirrados. Com esse intuito, a tese buscou identificar, analisar e estabelecer relações para apreender o Movimento Santa Catarina pela Educação em sua essência, pois o conhecimento real/concreto não se deixa revelar através da observação imediata.

Quando a educação é tratada como mercadoria, ela pode ser usada como instrumento de alienação e redução tecnicista. Considerando que a perspectiva neoliberal é o slogan atual para a promoção da educação no Brasil, a redoma economicista marca e direciona seus caminhos. Nesse horizonte, é fundamental que os profissionais da educação conheçam mais detidamente os alicerces de sustentação dos movimentos empresariais pela educação, pois tais iniciativas podem definir profundamente a escola que temos no presente e a escola desenhada para o futuro.

Ante o exposto, faz-necessária uma práxis educativa fundamentada no esperar a fim de que se assumam, verdadeiramente, políticas que ecoem nas diferentes realidades vividas, pois os sujeitos que aprendem hoje poderão construir novas leituras de mundo para além da subsunção mercadológica. Ao encontro dessa perspectiva, uma questão fundamental para a educação é, conforme inspira Martins Filho (2015), o direito que todas as pessoas têm de se apropriarem de saberes. Mas não de saberes enlatados ou lecionados de forma acrítica. Mas saberes que possam ser ensinados na perspectiva do diálogo, em que estudantes e professores, ao realizarem o confronto com o conhecimento científico, possam mudar o entendimento do mundo e, conseqüentemente, construir relações sociais mais emancipatórias nos contextos micro e macrosociais.

Diante dessas reflexões, é possível perceber a importância que a educação tem para crianças, jovens, adultos e idosos, sendo indispensável redefinir seus rumos em direção à diminuição das desigualdades sociais. É imprescindível, portanto, pensá-la como um processo de formação para atuar no mundo social. O seu papel visa, por meio do diálogo, compreender a realidade em que os sujeitos estão inseridos, devendo estar comprometida com as questões de seu tempo, mas sem perder de vista o entendimento de que as transformações sociais e da educação são resultado de um longo processo histórico. Logo, a importância que o educador reflita (teoricamente) se o que ensina e o que faz (na prática) é socialmente transformador ou conservador do status quo vigente.

O docente, nesse processo, está imerso em um agir político com impactos na sociedade em que vivemos. Entretanto, quando o professor nega sua importância ou

quando dá prioridade a uma agir alienado, o educador fica prisioneiro de um ensino apenas enciclopédico. Por outro lado, sua prática pedagógica se torna transformadora quando há interação dialética com a realidade vivida. Esse é o princípio da ação, reflexão e retorno para a ação.

Por fim, apontamos como sugestão a realização de futuras pesquisas com a comunidade escolar para avaliar os efeitos do Movimento Santa Catarina pela Educação em suas respectivas realidades. Nesse sentido, aprofundar estudos e produzir conhecimento sobre a atuação empresarial na educação se constitui necessidade, pois o aumento dos tensionamentos pelo fundo público tem transformando a educação em produto regulado a ser comprado no mercado.

REFERÊNCIAS

- A EDUCAÇÃO é a arma mais poderosa para mudar o mundo. [Florianópolis]: Fiesc, 2018. Color. Vídeo publicitário com Eduardo Deschamps. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ftyvb_ce4jM&list=LL&index=41 . Acesso em: 25 nov. 2020.
- ABRHSC. **Educação e competitividade no mundo do trabalho**: desafios e oportunidades. [Florianópolis], [2015]. 58 slides, color. Workshop EducaRH. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo26_1.pdf . Acesso em: 25 jun. 2020.
- AÇÕES do Movimento Santa Catarina pela Educação em 2018. Florianópolis: Record News SC. Entrevista Programa Educação e Cidadania News, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0bhYIVZnyQ8&list=LL&index=37> . Acesso em: 14 dez. 2020.
- AGUIAR, L. C. Um legado do século XX para a política educacional do século XXI: a teoria do capital humano. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 126–144, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639810> . Acesso em: 9 mar. 2021.
- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Apresentação. In: BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
- ALVES, Giovanni; GONÇALVES, Luís Henrique do Nascimento; CASULO, Ana Celeste. Democratização e Tecnocapitalismo: O Brasil na Era Neoliberal. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 21, n.45, p. 24 - 49, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724621452020024> . Acesso em 06 jul. 2020.
- AMES, Valesca Daiana Both. As possibilidades de uso do software de análise qualitativa NVivo. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 230-247, ago. 2013. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/64766/37693> . Acesso em: 11 dez. 2020.
- ANPED. **Uma formação formatada**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de> . Acesso em 16 jul. 2021.
- BARTOSZECK, A. B.; BITTENCOURT, D. F. . Alfabetização em neurociências e educação para professores do ensino fundamental e médio: um estudo exploratório. **Paidéia** (SANTOS), v. 9, p. 1-27, 2017.
- BARTOSZECK, Amauri Betini. Alfabetização científica em neurociências: a concepção que o aluno do ensino médio tem sobre o cérebro humano. **Parana**

Journal of Sciences and Education , v. 4, p. 33-48, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre Educação e Juventude**: conversas com Ricardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMGARTEN, Christina. **O Sistema FIESC**: a força da indústria catarinense. Florianópolis: HB Ed., 2011.

BEAR, Mark F. **Neurociências**: desvendando o sistema nervoso. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BEZERRA FILHO, José Mendonça. **Exposição de Motivos nº 00084/2016/MEC**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf . Acesso em 09 jan. 2018.

BNDES. **Internet das Coisas**: um plano de ação para o Brasil – Relatório do plano de ação. Brasília?: BNDES, 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/269bc780-8cdb-4b9b-a297-53955103d4c5/relatorio-final-plano-de-acao-produto-8-alterado.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m0jDUok> . Acesso em: 13 jul. de 2020.

BNDES. Internet das Coisas: um plano de ação para o Brasil - Síntese do relatório final do estudo. Brasília?: BNDES, 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/445c4dd8-069b-47c1-b191-767caee4a5ae/produto-9B-relatorio-final-sintese-do-estudo-de-lot-atualizado.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m87qOtl> . Acesso em: 13 jul. 2020.

BRANCO, Roberto Castello. **Os desafios da economia brasileira**. Florianópolis, 2015. 24 slides, color. III Seminário Internacional de Educação - Apresentação. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo31_1.pdf . Acesso em: 21 ago. 2020.

BRANDÃO, Vladimir; LAPS, Leo. **Educação para novos tempos**. Matéria institucional FIESC. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/educacao-para-novos-tempos> . Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em 19 fev. 2019

BRASIL. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018** (republicada no Diário Oficial da União em 05 de abril de 2019). Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília: DOU, 2019.

BRASIL. **Resolução nº 03, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro2018-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 19 fev. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 19 de fev. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018.** Institui a Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file> . Acesso em 19 fev. 2019.

CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. 36. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

CARRADORE, Antônio José. **Movimento A Indústria pela Educação**: FIESC. São Miguel do Oeste, 2016. 24 slides, color. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo39_1.pdf . Acesso em: 20 ago. 2020.

CARRADORE, Antônio José. **Movimento Santa Catarina pela Educação**. Blumenau, 2018. 26 slides, color. Apresentação. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo160_1.pdf . Acesso em: 21 ago. 2020.

CARRADORE, Antônio José; HACK, Itamara das Graças (org.). **Carta de Jaraguá do Sul a favor da educação e desenvolvimento econômico**. Jaraguá do Sul: Fiesc, 2017. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo136_1.pdf . Acesso em: 25 nov. 2020.

CARRADORE, Antônio José; RAUBER, Anderson; HACK, Itamara das Graças (org.). **O olhar dos jovens sobre a educação catarinense**: resumo executivo. Florianópolis: Fiesc, 2017. 38 p. Disponível em: http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo134_1.pdf . Acesso em: 26 nov. 2020.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs): nova oportunidade de negócios educacionais para as organizações do setor privado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - v. 35, n. 1, p. 057 - 076, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/93095/52792> . Acesso em 15 jul. 2021.

CHAUI, Marilena de Souza. **A ideologia da competência**. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2014.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-258, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000100245&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 jan. 2021.

CHAUI, Marilena de Souza. O que é ideologia?. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHILE (org.). **Educación 2020**. [Florianópolis], 2016. 42 slides, color. IV Seminário Internacional de Educação - 20 de outubro de 2016. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo79_1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

CNI. **Educação para o mundo do trabalho**: documento conceitual. Brasília: CNI, 2013. 49 p. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/78/30/78307dfc-d018-406e-81d6-6329335f58df/20131217145833350061a.pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.

CNI. **Oportunidades para a indústria 4.0**: aspectos da demanda e oferta no Brasil. Brasília: CNI, 2017. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/d9/ff/d9ff9d99-1a51-43ff-bc2a-b2187e90c35a/oportunidades_para_a_industria_40_2603_nova_versao.pdf. Acesso em 25 jul. 2020.

COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. **Revista Labor**, v. 1, n. 9, p. 1 - 18, 16 mar. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609/4833>. Acesso em 21 jul. 2021.

CONSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CÔRTE, Glaucio José. **Movimento Santa Catarina pela Educação é apresentado pelo presidente da FIESC**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OEWGX3hxcHM&t=172s>. Acesso em 28 fev. 2018.

CÔRTE, Glaucio José. Opinião: O novo ensino médio. **Diário Catarinense**: Florianópolis, 2016c. Disponível em: <http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/opiniao-o-novo-ensino-medio-por-glaucio-jose-corte>. Acesso em 30 mar. 2018.

CÔRTE, Glaucio José. **Reflexões para a educação que o Brasil precisa**. Florianópolis: Dois Por Quatro, 2018b.

CÔRTE, Glaucio José. **As novas perspectivas para o mundo do trabalho**. [Florianópolis], [2018a]. 21 slides, color. Apresentação. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo159_1.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

CÔRTE, Glaucio José. **Educação: o novo nome do desenvolvimento**. Florianópolis, 2016a. 37 slides, color. Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/comunicacao-e-midia.html> . Acesso em: 20 ago. 2020.

CÔRTE, Glaucio José. **Educação: o novo nome do desenvolvimento**. Rio do Sul, 2016b. 24 slides, color. Seminário Diálogos sobre gestão - palestra presidente Glaucio - Rio do Sul. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo59_1.pdf . Acesso em: 21 ago. 2020.

CRUZ, Priscila. **Todos pela Educação, 10 anos**. Florianópolis, 2016. 10 slides, color. IV Seminário Internacional de Educação. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo83_1.pdf . Acesso em: 20 ago. 2020.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas [et al]. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: http://endipe.fae.ufmg.br/livros/Livro_4.PDF . Acesso em 05 ago. 2021.

DUCLÓS, Nei. **Fiesc 65 anos: o passo à frente da indústria catarinense**. Florianópolis: Expressão, 2015.

EDUCAÇÃO é estratégica para a competitividade. [Florianópolis]: Fiesc, 2018. Color. Vídeo publicitário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MwU8NDXJK-w&list=LL&index=59> . Acesso em: 25 nov. 2020.

EDUCAÇÃO: BOAS PRÁTICAS NA INDÚSTRIA CATARINENSE. Florianópolis: Fiesc, v. 2, fev. 2015. Anual. Disponível em: https://aindustriapelaeducacao.fiesc.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo25_1.pdf . Acesso em: 18 ago. 2020.

ESCOLAS de SC promovem integração entre pais, alunos e corpo docente. Florianópolis: RBS TV, 2016. Color. Reportagem. RBS Notícias. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8_bKQgCehYU&feature=emb_logo . Acesso em: 25 nov. 2020.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S.(Orgs.). **A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais**. Alínea: Campinas (SP), 2012.

EVANGELISTA, Olinda. **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2014.

FAB labs: o que são e quais as diferenças em relação aos laboratórios convencionais. 2020. UniBH Blog. Disponível em: <https://www.unibh.br/blog/fab-labs-o-que-sao-e-quais-as-diferencas-em-relacao-aos-laboratorios-convencionais/> . Acesso em: 16 ago. 2021.

FARIA, Roseneide Aparecida de Souza. **O currículo escolar na formação continuada de professores dos anos iniciais de escolarização**: que currículo e que abordagens?. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2019. 151f.

FERNANDES, Anoel. Métodos de pesquisa em educação. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 4, n.1 – jan./jul. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/viewFile/31341/17052> . Acesso em 03 jul. 2018.

FERRERES, Aldo Rodolfo; ABUSAMRA, Nancy China e Valeria. Cérebro, desenvolvimento e educação. In: CASTORINA, José A.; CARRETERO, Mário (Org.). **Desenvolvimento cognitivo e educação**: os inícios do conhecimento. Porto Alegre: Penso, 2014.

FERRETTI, Celso João. **Reformulações do Ensino Médio**. Holos (Natal. Online), v. 6, p. 71-91, 2016.

FIESC. **Avaliação de Impactos do Movimento A Indústria pela Educação nas Indústrias Signatárias**. Relatório de Pesquisa: Resumo Executivo. Florianópolis: Fiesc, 2015a.

FIESC. **Câmara Regional de Educação**: ações previstas para o horizonte 2016-2017. Florianópolis: FIESC, 2015b.

FIESC. **Dossiê**: situação educacional dos municípios catarinenses 2015. Florianópolis: Fiesc, 2015c.

FIESC. **Educação como base da produtividade e competitividade da Indústria de Santa Catarina**. Florianópolis: Fiesc, 2012.

FIESC. **Movimento A Indústria pela Educação**. Florianópolis: Fiesc, 2013.

FIESC. **Movimento Santa Catarina pela educação**: relatório anual 2013. Florianópolis: FIESC, [2014b].

FIESC. **Movimento Santa Catarina pela educação**: relatório anual 2014. Florianópolis: FIESC, [2015d].

FIESC. **Movimento Santa Catarina pela educação**: relatório anual 2015. Florianópolis: FIESC, [2016b].

FIESC. **Movimento Santa Catarina pela educação**: relatório anual 2016. Florianópolis: FIESC, [2017f].

FIESC. **Movimento Santa Catarina pela educação**: relatório anual 2017. Florianópolis: FIESC, [2018b].

FIESC. **Movimento Santa Catarina pela Educação**: Relatório Anual 2018.

Florianópolis: FIESC, [2019]. Disponível em:

https://issuu.com/fiescpublicacoes/docs/rel_2018_movimento_final_1 . Acesso em 07 abr. 2021.

FIESC. **Relatório Anual 2019**. Florianópolis: FIESC, [2020]. Disponível em:

https://sc.senai.br/sites/default/files/publications/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GEST%C3%83O%20FIESC%202019_0.pdf . Acesso em 07 abr. 2021.

FIESC. **Carta da indústria**. Florianópolis: Fiesc, 2014a. 108 p.

FIESC. **Educação como fator-chave para competitividade**: percepção das empresas catarinenses. 2. ed. Florianópolis: Fiesc, 2017b. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo111_1.pdf . Acesso em: 26 nov. 2020.

FIESC. **Educação**: boas práticas na empresa catarinense. 3. ed. Florianópolis: Fiesc, 2017a. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo113_1.pdf . Acesso em: 26 nov. 2020.

FIESC. **Eu voluntário**: deixando o meu legado. [Florianópolis], [2017c]. 20 slides, color. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/sobre_euvoluntario/arquivo2_1.pdf . Acesso em: 03 nov. 2019.

FIESC. **Fórum empresarial**: educação e desenvolvimento econômico. Jaraguá do Sul, 2017d. 05 slides, color. Cartaz do evento. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo86_1.pdf . Acesso em: 25 nov. 2019.

FIESC. **Gestão democrática da educação**: da base legal à prática na escola.

Florianópolis: Fiesc, 2017e. 146 p. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo115_1.pdf . Acesso em: 26 nov. 2020.

FIESC. **Guia EducaRH**: transformando a educação em estratégia competitiva.

Florianópolis: Fiesc, 2016a. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo109_1.pdf . Acesso em: 26 nov. 2020.

FIESC. **Movimento Santa Catarina pela Educação**: mobilização, articulação, influência - por uma agenda comum pela educação para o mundo do trabalho.

Florianópolis: Fiesc, 2018a. 132 p. Disponível em:

http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo161_1.pdf . Acesso em: 26 nov. 2020.

FISCHMAN, Gustavo; SALES, Sandra Regina. Formação de professores e pedagogias críticas: é possível ir além das narrativas redentoras?. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2010, v. 15, n. 43, p. 7-20. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100002>. Acesso em: 29 jun. 2021

FLANDOLI, Fabio. **Medidas de Proteção Contra Choques Elétricos**. 2018. Disponível em: <http://www.eletricistaconsciente.com.br/pontue/fasciculos/guia-nbr-5410-fasciculo-11/protacao-contr-choques-eletricos-medidas-de-protacao/> . Acesso em: 20 nov. 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Relatório Global de Riscos 2020**. 15. ed. Genebra (Suíça): Wef, 2020. Disponível em: <https://www.zurich.com.br/-/media/project/zwp/brazil/docs/grr/relatorio-global-de-riscos-2020--sumario-executivo.pdf> . Acesso em: 20 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000200004&lng=pt&nrm=isso . Acesso em 06 maio 2017.

FRERES, Helena de Araújo. **A emergência do conhecimento como paradigma econômico e produtivo no contexto de crise do capital**: um estudo à luz da centralidade ontológica do trabalho. 2013. 201f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7668> . Acesso em 03 mar. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619> . Acesso em 09 mar. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GANDOMI, Amin; HAIDER, Murtaza. Beyond the hype: Big data concepts, methods and analytics. **International Journal of Information Management**, v. 35, 2015, p. 137-144. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0268401214001066?token=3E6D96191F2>

[AA526F3309638E019E2198B97208543627EF9E0B056CA1EF8C37304CD42EC43B344CEFAD571BC0C40E5AA](https://www.researchgate.net/publication/3309638E019E2198B97208543627EF9E0B056CA1EF8C37304CD42EC43B344CEFAD571BC0C40E5AA) . Acesso em 13 jul. 2020.

GONÇALVES SOUZA, Elisabete. Sociedade da informação e reestruturação produtiva: crítica à dimensão utilitarista do conhecimento. **Transinformação**, vol. 23, núm. 3, dez., 2011, p. 219-226. Campinas, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384334888004> . Acesso em 02 mar. 2021.

GOOGLE e FIESC firmam termo de cooperação em educação. Florianópolis: Band SC, 2015. Color. Reportagem. Programa Olhares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BHw7QcpNiL8&t=2s> . Acesso em: 25 nov. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. **Política Nacional de Formação de Professores**. Florianópolis, 2017. 21 slides, color. V Seminário Internacional de Educação, Apresentação Brasil. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo133_1.pdf . Acesso em: 20 jul. 2020.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute. Sobre Positivismo e Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, n. 7, p. 89-94, jul. 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4897> . Acesso em: 11 mar. 2021.

ITO-ADLER, James P.. **Inovação e Educação Integral**: o papel do professor. Florianópolis, 2017. 15 slides, color. V Seminário Internacional de Educação - EUA. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo131_1.pdf . Acesso em: 02 ago. 2020.

ITO-ADLER, James P.. **O Sucesso de Boston**: tradição ou inovação?. Florianópolis, 2015. 24 slides, color. III Seminário Internacional de Educação, Apresentação USA. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo34_1.pdf . Acesso em: 21 ago. 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de educação profissional: uma reflexão

necessária. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O Ensino Médio agora é para a vida**: entre o pretendido, o dito e o feito. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf> . Acesso em: 22 abr. 2017.

KYLLÖNEN, Marjo. **The Future School**: how to prepare our children with 21st century competencies?. Helsinki, 2017. 30 slides, color. V Seminário Internacional de Educação - Finlândia. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo130_1.pdf . Acesso em: 20 jul. 2020.

LAGE, Maria Campos. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em Ead. **Educação Temática Digital**, [S.L.], v. 12, p. 198-226, mar. 2011. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1210/pdf_57 . Acesso em: 11 dez. 2020.

LEMO, Ana Thyara Leal. **O PRONATEC e a política de formação da classe trabalhadora no contexto da proclamada sociedade do conhecimento**: um exame onto-crítico. 2016. 150f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2016.

LEMO, G. A. R. ; MACEDO, Elizabeth . A incalibrável competência socioemocional. **Linhas críticas** (online), v. 25, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/24582> . Acesso em 20 jul. 2021.

LENT, Roberto. **Ciência para educação: uma janela de oportunidades para o Brasil**. Florianópolis, 2016. 62 slides, color. IV Seminário Internacional de Educação, 2016. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo84_1.pdf . Acesso em: 20 ago. 2020.

LEONTIEV, A. **Actividad, conciencia e personalidad**. Havana: Pueblo y Educacion, 1983.

LIBÂNIO, José Carlo. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 28ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LIBÂNIO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é a pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006b.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. A pesquisa: repercussões de políticas educacionais na escola e na sala de aula. In: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Orgs). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

LIM, Soo-Siang. **Advances in Neuroscience and Building a Global, Interdisciplinary Science of Learning**. Florianópolis, [2016]. 27 slides, color. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo85_1.pdf . Acesso em: 24 ago. 2020.

LIMA FILHO, D. L. A “feliz aliança” entre educação, desenvolvimento e mobilidade social: elementos para uma crítica à nova roupagem do capital humano. **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 61–80, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8961> . Acesso em: 9 mar. 2021.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A Reforma da Educação Profissional no Brasil nos anos noventa**. Tese de Doutorado. PPGE/UFSC, 2002.

LORENZIN, Mariana; ASSUMPÇÃO, Cristina Mattos; BIZERRA, Alessandra. Desenvolvimento do currículo STEAM no Ensino Médio: a formação de professores em movimento. In: BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

LOUZADA, Fernando Mazzilli. **Sono, desenvolvimento cognitivo e a escola ideal**. Florianópolis, 2016. 47 slides, color. IV Seminário Internacional de Educação, 2016. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo81_1.pdf . Acesso em: 21 ago. 2020.

MARIN, Ângela Helena [et al] . Competência socioemocional: conceitos e instrumentos associados. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**. Rio de Janeiro , v. 13, n. 2, p. 92-103, dez. 2017 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872017000200004&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 22 jul. 2021.

MARTINI, Renato. **Sociedade da informação**: para onde vamos. São Paulo: Trevisan Editora, 2017.

MARTINS FILHO, Lourival José. **Alfabetização de jovens e adultos**: trajetórias de esperança. Florianópolis: Insular, 2011.

MARTINS FILHO, Lourival José. **Tem azeite na botija?**: ensino religioso nos anos iniciais do ensino fundamental em Florianópolis-SC. 2009. 154 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2009. Disponível em:

encurtador.com.br/dxBJK . Acesso em: 29 jul. 2021.

MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; DIAS, Julice; MARTINS FILHO, Lourival José. O contexto do ensino, pesquisa e extensão na formação docente na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista de Educação Puc-Campinas**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 243, 2 set. 2016. Disponível em: <https://seer.sis.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/2893> . Acesso em: 29 jul. 2021.

MASSON, Gisele; MAINARDES, Jefferson. A ideologia da sociedade do conhecimento e suas implicações para a educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, p.70-85, Jul/Dez, 2011. Disponível em: <https://abre.ai/c5Vz> . Acesso em 30 jul. 2021.

MATTEI, Roque Antônio. **A importância da Educação Integral na Educação Básica**. [Joinville], [201-]. 05 slides, color. Apresentação Joinville. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo156_1.pdf . Acesso em: 03 maio 2020.

MATTILA, Pasi; SILANDER, Pasi (ed.). **How to creat the school of the future: revolutionary thinking and design from finland**. Helsink: Silc, 2015. 137 p. Disponível em: <http://nebula.wsimg.com/57b76261c219f5e7083e9978cd2cd66d?AccessKeyId=3209BE92A5393B603C75&disposition=0&alloworigin=1> . Acesso em: 28 ago. 2020.

MATTOSINHO, Lucas Sá. **Formação X Informação: a ideologia da Sociedade do Conhecimento e suas consequências no Ensino Público**. Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2017, 118 f.

MCTI. **Plano de ação da câmara brasileira da indústria 4.0 do Brasil 2019-2022**. Brasília: MCTI, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/arquivos/camara_i40_plano_de_acaoversao_finalrevisada.pdf . Acesso em: 18 ago. 2020.

MEC. **Resolução CNE/CP nº 03, de 21 de novembro de 2018a**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro2018-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 19 fev. 2019.

MEC. **Resolução CNE/CP nº 04, de 17 de dezembro de 2018b**. Institui a Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file> . Acesso em 19 fev. 2019.

MEDEIROS, Sirley Damian de. **A Educação Integral e a BNCC no contexto da Reforma do Ensino Médio**. [Florianópolis], [201-]. 14 slides, color. Apresentação. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo158_1.pdf . Acesso em: 02 maio 2020.

MEZA, M. Carolina. **Una invitación a volar juntos**. [Florianópolis], 2016. 41 slides, color. Apresentação da Colômbia no IV Seminário Internacional de Educação, 2016. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo80_1.pdf . Acesso em: 20 ago. 2020.

MONTE, Jaime Bezerra do. **Psicologia da educação I**: caderno pedagógico. Florianópolis: DIOESC, 2011.

MORATO, Aline Nomeriano. **O modelo da competência e a educação do trabalhador**: uma análise à luz da ontologia marxiana. Maceió: UFAL. Dissertação de Mestrado, 2005. Disponível em: <https://cedu.ufal.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em-educacao/institucional/dissertacoes/2003-mestrado/aline-nomeriano-morato> . Acesso em 19 mar. 2021.

MOVIMENTO Santa Catarina pela Educação apresenta cases de sucesso. 2017a. Color. Vídeo publicitário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jgc74a0Pt4&list=LL&index=32> . Acesso em: 24 nov. 2020.

MOVIMENTO Santa Catarina pela Educação já conta com 34 escolas beneficiadas. Florianópolis: Record News, 2017b. Color. Entrevista Programa Educação e Cidadania News. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=heuV tiXIAU&list=LL&index=36&t=131s> . Acesso em: 24 nov. 2020.

MOVIMENTO Santa Catarina pela Educação promove ações de incentivo aos alunos de escolas públicas. Florianópolis: Ric Record SC, 2017c. Color. Programa Ric Notícias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jRsNoR0 hAY&list=LL&index=38> . Acesso em: 25 nov. 2020.

MOVIMENTO Santa Catarina pela Educação quer levar a família para dentro da escola. Florianópolis: Tv Com, 2016a. Color. Entrevista ao Programa Conversas Cruzadas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=enyxjIE0Gw&list=LL&index=30> . Acesso em: 24 nov. 2020.

MOVIMENTO Santa Catarina pela Educação reúne especialistas internacionais na FIESC. Florianópolis: Record News, 2016b. Entrevista ao Programa Educação e Cidadania News. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=axubFK1NBSA&list=LL&index=31> . Acesso em: 24 nov. 2020.

MOVIMENTO Santa Catarina pela Educação. Florianópolis: Record News, 2017d. Color. Reportagem Jornal do Continente. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j0Ga4lvzLH8&list=LL&index=39> . Acesso em: 25 nov. 2020.

MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO. **Dicas para os filhos terem êxito nos estudos**. [Florianópolis], 2017. 26 slides, color. Palestra Pais pela

Educação. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo106_1.pdf . Acesso em: 25 jul. 2020.

MOVIMENTO SC Educação. 2017a. Color. Vídeo publicitário. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=2yXvRLfBE4Y&list=LL&index=29> . Acesso em: 24 nov. 2020.

MOVIMENTO SC pela Educação chega aos EUA. [Florianópolis]: Record News, 2018. Color. Entrevista Programa Educação e Cidadania News. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=IVwfJj8RjiQ&list=LL&index=60> . Acesso em: 25 nov. 2020.

MOVIMENTO SC pela Educação debate ensino médio integral. Florianópolis: Band SC, 2017b. Color. Reportagem. Programa Band Cidade. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=IH-9r3IMOoc> . Acesso em: 25 nov. 2020.

MOVIMENTO SC pela Educação promove Workshop Conexão Jovem 2017.

Florianópolis: Record News, 2017c. Color. Entrevista ao Programa Educação e Cidadania News. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=lv4Ycw183Qc&list=LL&index=33&t=39s> . Acesso em: 24 nov. 2020.

NETTO, José Paulo. **O método em Marx**: dialética do concreto. PPGSS/UFPE, 2002.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OoyqbVF7JmI>. Acesso em 29 maio 2018.

NUNES, Cesar A. Amaral. **Desafios e perspectivas futuras da educação**.

Florianópolis, 2017. 25 slides, color. V Seminário Internacional de Educação, Apresentação. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo132_1.pdf . Acesso em: 20 ago. 2020.

O QUE muda com a Indústria 4.0. 2018. Color. Programa JT na TV. Entrevista Jefferson de Oliveira Gomes. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=tSbjtXHt7rM&list=LL&index=42> . Acesso em: 25 nov. 2020.

OCDE. **Entendendo o Cérebro**: rumo à nova Ciência do Aprendizado. Sumário executivo. Paris: OECD Publishing, 2002. Disponível em:

<https://doi.org/10.1787/9789264174986-en>. Acesso em: 26 mar. 2021.

OLIVEIRA, João Batista. Sobram pedagogos e faltam gestores. *Revista Veja*.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/sobram-pedagogos-e-faltam-gestores-diz-especialista> . Acesso em: 15 jul. 2018.

OLIVEIRA, Ramon de. A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, 27(1), 26-37. Disponível em:

<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560> . Acesso em 09 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ramon de. Os sentidos do ensino médio na formação da juventude trabalhadora. **38ª Reunião Nacional ANPEd**. GT 09, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT09_294.pdf . Acesso em: 03 jul. 2019.

OS FRUTOS do Movimento Santa Catarina pela Educação. [Florianópolis]: Fiesc, 2018. Color. Vídeo publicitário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hZcisEu_wIA&list=LL&index=43 . Acesso em: 25 nov. 2020.

PANTANO, Telma; ZORZI, Jaime Luiz. **Neurociência aplicada à aprendizagem**. São José dos Campos: Pulso, 2009.

PASTORE, José. **Educação, chave da competitividade**. Florianópolis, 2018. 20 slides, color. Workshop Movimento SC pela Educação - Palestra José Pastore. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo164_1.pdf . Acesso em: 11 abr. 2020.

PÉREZ GÓMEZ, Angel I. Competências ou pensamento prático? a construção dos significados de representação e de ação. In: SACRISTÁN, José Gimeno [et al.] **Educar por competências**: o que há de novo; tradução: Carlos Henrique Lucas Lima; revisão técnica: Selma Garrido Pimenta. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. **O ensino médio na educação brasileira e as relações entre o público e o privado**: o projeto Jovem de Futuro do instituto Unibanco. Revista Latinoamericana de Políticas y Administración de la Educación, v. 4, p. 66-77, 2016.

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolver competências ou ensinar saberes?** A escola que prepara para a vida. Porto Alegre: Penso, 2013.

PIMENTEL, Rodrigo. **Google**. Florianópolis, 2015. 27 slides, color. III Seminário Internacional de Educação - apresentação Brasil - Google. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo32_1.pdf . Acesso em: 20 ago. 2020.

QUAIS são os desafios da educação para o século 21. Florianópolis: Record News, 2018. Color. Programa Estado de Excelência. Reportagem. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N8J1-94oC0&list=LL&index=44> . Acesso em: 25 nov. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-114, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100008&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 19 mar. 2021.

RAMOS, Mozart Neves. A educação e o futuro do trabalho. **Crub**. [Florianópolis]. 17 maio 2018. Disponível em: <http://www.crub.org.br/blog/artigo-a-educacao-e-o-futuro->

[do-trabalho/](#) . Acesso em: 08 fev. 2021.

RAMOS, Mozart Neves. **Educação brasileira**: uma agenda inadiável. São Paulo : Fundação Santillana, 2015.

RAMOS, Mozart Neves. **A educação integral e a BNCC no contexto da reforma do ensino médio**: os desafios da educação para o novo mundo do trabalho.

[Florianópolis], [2018]. 32 slides, color. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo157_1.pdf . Acesso em: 21 ago. 2020.

RAMOS, Mozart Neves. **Educação, competitividade e desenvolvimento humano**. [Florianópolis], [2013]. 37 slides, color. Disponível em:

<http://santacatarinapelaeducacao.com.br/comunicacao-e-midia.html> . Acesso em: 20 ago. 2020.

RAMOS, Mozart Neves. **Profissionalização da Gestão na Educação**. [São Bento do Sul], 2016. Color. Seminário Diálogos sobre gestão da educação - Palestra. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo38_1.pdf . Acesso em: 20 ago. 2020.

RYYMIN, Essi. **Teacher Education and Co-operation with Enterprises and Industries**: educational experiences in finland. Florianópolis, 2015. 42 slides, color. III Seminário Internacional de Educação, Apresentação Finlândia. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo33_1.pdf . Acesso em: 21 ago. 2020.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática [recurso eletrônico]. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno [et al.] **Educar por competências**: o que há de novo; tradução: Carlos Henrique Lucas Lima ; revisão técnica: Selma Garrido Pimenta. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANDRI, Simoni. **A relação público-privado no contexto do Ensino Médio brasileiro**: em disputa a formação dos Jovens e a gestão da Escola Pública. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPR, 2016.

SANTA Catarina pela Educação. [Florianópolis]: Fiesc, 2016. Color. Vídeo publicitário. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZJMKczCjTgo&list=LL&index=40> . Acesso em: 25 nov. 2020.

SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO. **Dicas para ajudar os filhos na construção do projeto de vida**. [Florianópolis], [2018]. 29 slides, color. Família - roteiro para palestra Projeto de Vida. Disponível em:

http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo139_1.pdf . Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTIN, Carina Castro. **O modelo de educação do Instituto Ayrton Senna**: um estudo sobre políticas de assessoria aos municípios. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2016. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1525> . Acesso em: 22 fev. 2021.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil Argentina**: Diálogo entre as Ciências, v. 3, p. 11-36, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405/1214> . Acesso em 14 ago. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10 ed., Campinas, SP: Autores associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil**. Ideação (Unioeste. Impresso), v. 10, 2008b. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465/3387> . Acesso em: 13 jun. 2019.

SCHNEIDER, Fernanda. Otimização do espaço escolar por meio do modelo de ensino híbrido. In: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello (Org.). **Ensino híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Édipo, 2016.

SEEMANN, Vânio Cesar. **O que significa mais tempo na escola?** Sobre as políticas de jornada em tempo integral nos microcontextos das redes municipais de ensino. Dissertação. PPGE/UDESC, Florianópolis, 2016. 313 p. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/02_01_2017_14.39.50.455223a4302d247b06fb526e99157cfd.pdf . Acesso em 23 dez. 2020.

SHIROMA, Eneida Oto.; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Decifrar textos para compreender a política**: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n.2, p. 427-446, 2005.

SILVA, Márcio Magalhães da. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Araraquara, 2018. 169 f.

SILVA, Mônica Ribeiro da Silva; JAKIMIUI, Vanessa Campos de Lara. O Ensino Médio como um campo de disputas: as políticas, seus formuladores e proposições após a

LDB de 1996. In: SILVA, Mônica Ribeiro da (Org.). **O Ensino Médio**: suas políticas, suas práticas: estudos a partir do Programa Ensino Médio Inovador. Curitiba: UFPR/ Setor de Educação, 2016.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **Competências**: a Pedagogia do “Novo Ensino Médio”. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2003.

SOUZA, A. R. B.; MARTINS FILHO, Lourival José . Docência e formação de professores (as): cenários e perspectivas. **Revista APOTHEKE** , v. 3, p. 40-56, 2017. Disponível em:

<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/9088/6564> . Acesso em 29 de jul. 2021.

SOUZA, Andréa Cristina Viana de. Teoria do capital humano e desigualdade na sociedade capitalista. **5º Encontro Internacional de Política Social**. Vitória (ES), jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/issue/view/755> . Acesso em 09 mar. 2021.

SPRICIGO, Fabrício, MARTINS FILHO, Lourival José. A educação escolar contemporânea: a formação do jovem no século XXI. **Debates em Educação**, v. 12, p. 527-544, 2020. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8224/pdf> . Acesso em 10 dez. 2020.

SPRICIGO, Fabrício; SILVA, Mariléia Maria da. A Indústria pela Educação e a Reforma do Ensino Médio: apontamentos sobre o projeto educacional da Fiesc. **Revista Pedagógica**, v. 22, p. 01-20, 2020. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4466> . Acesso em: 10 dez. 2020.

THIESEN, Juarez da Silva. **Políticas curriculares, Educação Básica brasileira, internacionalização**: aproximações e convergências discursivas. Educação e Pesquisa [online]. 2019, v. 45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945190038> . Acesso em: 20 jul. 2021.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

YOUNG, Michael F. Do futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**. 2011, v. 16, n. 48, p. 609-623. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300005> . Acesso em: 27 jul. 2021.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.

APÊNDICE 01

Cronograma de elaboração da tese após a qualificação

1º Semestre/2020	Descrição das Atividades
Jan.-Mar.	Levantamento de informações sobre a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).
Mar.-Jun.	Análise do histórico, inserção geográfica e o papel da FIESC em Santa Catarina em fontes diversas (site, revistas especializadas, notícias na mídia impressa e eletrônica).
Jul.-Ago.	Estudo da inserção da FIESC no contexto da Indústria 4.0
2º Semestre/2020	Descrição das Atividades
Set.-Nov.	Estudos sobre a educação brasileira e os processos formativos ao longo de diferentes tempos históricos.
Dezembro	Revisão bibliográfica sobre as tendências pedagógicas predominantes no contexto da reestruturação produtiva.
1º Semestre/2021	Descrição das Atividades
Jan-Mar.	Estudo e análise dos documentos produzidos no âmbito do Movimento Santa Catarina pela Educação. (relatórios diversos, publicações, documentos técnicos, etc.)
Abr.-Jul.	Pesquisa e análise da trajetória, histórico, estruturação e funcionamento do Movimento Santa Catarina pela Educação, observando os fundamentos socioeconômicos e epistemológicos que o sustentam.
2º Semestre/2021	Descrição das Atividades
Ago.-Nov.	Aprofundamento das reflexões sobre a proposta pedagógica do MSCE (dimensões educacional, curricular e didática)
Dezembro	Defesa pública da Tese.

Fonte: Elaboração própria (2020).

APÊNDICE 02

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA: DADOS EMPÍRICOS SELECIONADOS POR MEIO DO SOFTWARE NVIVO

(continua)

TECNOLOGIA E MUDANÇAS SOCIAIS	MUNDO DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	DE OLHO NO EXTERIOR: DAS COMPARAÇÕES ÀS AÇÕES INTERNACIONAIS	A VISÃO DAS EMPRESAS E O PAPEL DA SOCIEDADE	PARCERIAS E AS FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO
<p>Na base das mudanças provocadas pelas novas tecnologias estão, de um lado, as ameaças ao emprego e, de outro, a promessa de prosperidade. O que de fato vai acontecer dependerá da ação das empresas, dos governos, das sociedades e das pessoas. (CÔRTE, 2018b, p. 20)</p> <p>Côrte: ... nós temos que ter uma indústria que esteja preparada para a chamada indústria 4.0 que está chegando rapidamente no Brasil. (MOVIMENTO..., 2017a).</p>	<p>É preciso preparar as crianças e jovens [...] e também preparar os trabalhadores de hoje para atender às demandas atuais e futuras das empresas e da sociedade. (MOVIMENTO SC..., 2017a).</p> <p>Entrevista dada durante a 7ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense realizada pela FIESC.</p> <p>SENNA: o investimento no Brasil em educação aumentou durante os últimos anos bastante. Não foi pouco. (Entidade privada de olho no fundo público. Reducionismo dos problemas que permeiam a educação a questões individuais/psicológicas, culpabilizando também os gestores educacionais pela ineficácia dos sistemas de ensino). No entanto, o resultado de aprendizagem da</p>	<p>RANKING PISA - RESULTADO BRASIL. 70 Países presentes na avaliação do PISA . CIÊNCIAS 1º Cingapura 556 pontos 2º Japão 538 pontos 3º Estônia 534 pontos 4º Taipei (China) 532 pontos 5º Finlândia 531 pontos 63º Brasil 401 pontos. LEITURA 1º Cingapura 535 pontos 2º Hong Kong (China) 527 pontos 3º Canadá 527 pontos 4º Finlândia 526 pontos 5º Irlanda 521 pontos 59º Brasil 407 pontos. MATEMÁTICA 1º Cingapura 564 pontos 2º Hong Kong (China) 548 pontos 3º Macau (China) 544 pontos 4º Taipei (China) 542 pontos 5º Japão 532 pontos 66º Brasil 377 pontos. Fonte: PISA, 2015, OCDE. (CARRADORE, 2018).</p>	<p>Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna e membro do Conselho Nacional de Educação: no caso do trabalhador, em primeiro lugar a gente já vê hoje empresários colocando no âmbito do próprio planejamento estratégico da empresa a formação continuada, a qualificação do trabalhador como algo estratégico para a competitividade, qualificação, competitividade e produtividade é um alinhamento extremamente importante para o desenvolvimento do estado. (MOVIMENTO..., 2016b).</p> <p>Rafael Lucchesi, diretor de educação e tecnologia da CNI: nós temos aqui um movimento que une a</p>	<p>SENNA: Educação, assim como saúde e outras questões, não são uma questão apenas governamental. São questões públicas que a gente precisa resolver. E a gente precisa entender que público e governamental não são a mesma coisa. [...] Precisa de um esforço público envolvendo todos nós, empresas, sociedade e governo como parte desse esforço para superar o desafio público. Eu acho que o movimento Santa Catarina pela educação é importante porque ele tem essa lógica, a lógica da corresponsabilidade</p>

<p>Gomes (2018), diretor do Senai SC de 2015-2018: indústria 4.0 é uma alcunha germânica evidenciando uma quarta etapa de um processo industrial que começa a primeira desenvolvendo máquinas para substituir esforços humanos, depois você passa pra elétrica entrando dentro do ambiente industrial e consequentemente você tem a possibilidade de uma produção em série e depois uma terceira etapa você entra com os computadores com robótica. Numa quarta etapa a gente tem a aplicação de conceitos de conectividade de gerenciamento de grande volume de dados e também com a condição de aplicação de sensores para facilitar alguns processos industriais. É uma questão ligada a uma mudança de</p>	<p>criança continua pífio perto do que precisa oferecer para preparar as pessoas para o século 21. [...] Hoje, para você entrar numa empresa ou pra você fazer o seu negócio, você precisa saber português, matemática e coisas assim. Mas você precisa saber trabalhar em times, precisa ser capaz de trabalhar de maneira colaborativa. [...] se você não for muito flexível para ser capaz de mudar tantas vezes de trabalho ao longo dos anos de vida [...] você não vai dar certo. (OS FRUTOS..., 2018). Infelizmente, a escola ainda está preparando pra empregos no século 20. Estes não serão os empregos do século 21. (OS FRUTOS..., 2018).</p> <p>Anderson Roberto, especialista no MSCE: Os jovens estão muito preocupados com o plano de vida deles, o que eu vou fazer, como é que se faz para conduzir a minha vida pós ensino médio, qual é o fluxo da minha vida, e eles estão cada vez mais participando do processo da escola, de envolvimento com a escola. O jovem está cada vez mais preocupado com o futuro dele,</p>	<p>Côrte (2018): nós tivemos uma missão nos EUA em que fizemos várias reuniões em Boston com as universidades de Harvard e o Instituto de Tecnologia Massachusetts buscando averiguar as condições de transferência de tecnologia, de parceria com essas instituições. A repercussão de cinco desses encontros iniciais foram muito boas [...]. Tivemos oportunidade de fazer uma apresentação sobre o Movimento Santa Catarina pela Educação em Boston e em Washington. (MOVIMENTO SC..., 2018).</p> <p>CÔRTE: Os EUA e os países da Europa já adiantaram muito a sua discussão, o debate, o estudo da chamada quarta revolução industrial. Nós, através do Senai, temos feito um grande trabalho em todo o estado para mobilizar os empresários, industriais para essa nova realidade digital que vai conectar todas as máquinas e equipamentos e vai exigir pessoal mais qualificado. O nosso trabalhador ou, sobretudo, o trabalhador</p>	<p>sociedade catarinense pelo pilar fundamental do desenvolvimento econômico e social na sociedade do conhecimento. A educação é o principal fator do desenvolvimento humano e desenvolvimento econômico. (OS FRUTOS..., 2018).</p> <p>Estudos comprovam que alunos que recebem apoio dos pais na vida escolar têm maior aprendizado. Você sabia que em Santa Catarina tem uma lei que institui o Dia Estadual da Família na Escola? Você Sabia? Lei 16.877, de 15/01/16. Família que abre espaço para o diálogo, compartilha ideias, expectativas e desafios. É o apoio que aumenta as chances do aluno avançar nos estudos com sucesso. Participe. Incentive a educação na sua casa. (MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO, 2017)</p> <p>Educação é estratégia competitiva. Empresas</p>	<p>pelos desafios públicos que nós temos no país, que não são apenas governamentais. Governamental é uma parte do público, não resume o público. (OS FRUTOS..., 2018).</p> <p>CORTE: A educação não é uma responsabilidade apenas do governo, do setor público, é uma responsabilidade da sociedade. Nós estamos trabalhando fortemente na mobilização da sociedade catarinense para termos uma educação de qualidade para todos. (MOVIMENTO..., 2017b).</p> <p>Antônio Carradore: ... nós precisamos unir esforços. Por isso, a iniciativa privada e o poder público juntos atuando em prol de uma educação melhor para nosso estado.</p>
--	--	---	--	--

<p>comportamento de uma sociedade. As pessoas vivem mais. A indústria nova, este mundo novo é uma consequência de pessoas que vivem mais tempo. Portanto, muda a relação com o desenvolvimento das tecnologias, muda a relação dos negócios. (O QUE..., 2018).</p> <p>GOMES: A gente começou a baratear um conjunto enorme de tecnologias. Então, essa ideia de ter várias tecnologias disponíveis, principalmente as da conectividade, faz com que a gente mude o conceito de indústrias fundamentalmente. Há uma mudança, uma facilidade, um acesso muito grande em todos os aspectos a tecnologias. (O QUE..., 2018).</p> <p>GOMES: Em termos práticos, você tem uma mudança de</p>	<p>dada também questões econômicas que vêm acontecendo no nosso país, mostrando que o jovem está cada vez mais despertando. (MOVIMENTO SC..., 2017c).</p> <p>Numa economia moderna a transformação estrutural se dá pela realocação de recursos de setores que requerem baixa qualificação para os que demandam alta qualificação • No Brasil, a transformação estrutural se deu da agricultura para a indústria e serviços tradicionais, de baixa produtividade • Transformação estrutural para serviços modernos é dificultada pela escassez de capital humano • Baixa escolaridade é apontada pelo setor serviços como o principal obstáculo para fazer negócios no Brasil. (BRANCO, 2015).</p> <p>Ajuste fiscal: reforma previdenciária, reforma fiscal, despolitização e modernização da administração pública, racionalização de programas sociais, privatização de empresas estatais. (BRANCO, 2015). Reforma educacional,</p>	<p>catarinense tem uma boa vocação para o estudo e para a aprendizagem de novas tecnologias, mas precisamos agora investir numa transformação radical. (MOVIMENTO SC..., 2018).</p> <p>GOMES (ex-SENAI)/SC: A gente tem que formar um conjunto de conteúdos programáticos: muitas vezes tem que ensinar programação. Na verdade, você tem que continuar ensinando matemática, tem que continuar ensinando física, tem que continuar estudando português. Português, matemática e física são a base do conhecimento de uma sociedade. Matemática para a resolução do problema e português ou a língua nativa porque você consegue formular discussões quanto à língua. Então, dentro dessa lógica não muda nada. Na Alemanha, mais de 50% da população se forma em um curso Técnico, enquanto que na Suécia mais de 70% da população. (O QUE..., 2018)</p>	<p>entenderam que o assunto não é de responsabilidade exclusiva do Estado e se tornaram protagonistas da qualificação dos trabalhadores, criando seus próprios programas educacionais. (FIESC, 2018a)</p> <p>Na origem das iniciativas está a convicção que ganha força no meio empresarial: o investimento na formação do capital humano garante retorno na forma de maior produtividade e eficiência dos processos produtivos, melhorando o engajamento, aumentando a satisfação no ambiente de trabalho e contribuindo, também, para a redução do absenteísmo, da rotatividade e dos acidentes. (FIESC, 2018a)</p> <p>Com o apagão de força de trabalho qualificada, as empresas tem compreendido que precisam investir esforços na formação e capacitação de seus profissionais para suprir suas necessidades de</p>	<p>(MOVIMENTO..., 2017c).</p> <p>Eduardo Deschamps, 2016, ex-secretário de educação de SC – É um movimento de mobilização e, nesse aspecto, o governo do estado tem participado sempre colocando toda a estrutura das suas escolas, da sua rede, os seus profissionais da educação, seus gestores à disposição para que a gente possa fazer ações como, por exemplo, o dia da família na escola... Outras ações que a gente tem em conjunto, por exemplo, é com escolas da rede estadual e da rede municipal. No caso de Chapecó, com uma ação que nasce dentro do movimento para identificar competências emocionais, introduzir competências socioemocionais no</p>
--	---	---	--	---

<p>comportamento baseado nas tecnologias. A Unesco tem trabalhado com isso. Novos projetos, novas empresas, novas legislações, novas regulações. Para isso tudo acontecer, eu tenho que ter gente. O futuro já chegou faz tempo. 65% das profissões que serão ofertadas daqui a seis anos simplesmente não existem. (O QUE..., 2018).</p> <p>GOMES: O mundo da indústria 4.0 está precisando de gente curiosa. Então, tem que saber programar sim, mas para fazer um bom fim. Em Santa Catarina, hoje, dois terços da população tem mais que 35 anos e tem um problema seríssimo chamado analfabetismo digital. Em termos práticos, a gente tem que reformar todas essas pessoas. [...] Esse</p>	<p>abertura da economia para o comércio internacional, revisão da regulação da energia e meio ambiente, redefinição do papel de bancos públicos. (BRANCO, 2015).</p> <p>Os desafios da educação para o novo mundo do trabalho. A educação promove: Crescimento econômico, Aumenta a qualificação dos trabalhadores, elevando a sua produtividade; (RAMOS, 2018).</p> <p>No Brasil cada ano de escolaridade representa 12% a mais na renda; A educação promove: Equidade. Educação explica 50% da desigualdade; Analfabetismo x Desigualdade: Enquanto a chance de um filho de pai analfabeto também ser analfabeto é de 32%, essa probabilidade cai para 0,2% se o pai tiver o ensino superior. (RAMOS, 2018).</p> <p>Gomes (2018) - como é que a gente prepara uma sociedade que está ainda embarcada nas mesmas lógicas de construção da ideia do passado, mesmo tipo de sala de aula? Estou preocupado é que durante a nossa trajetória como</p>	<p>Deschamps (2018): A base nacional comum e a própria reforma do ensino médio são ações que, inspiradas por modelos que já foram desenvolvidos em outros países, deram certo e podem ser adequados, adaptados ao Brasil para que a gente possa dar um salto educacional. (OS FRUTOS..., 2018).</p> <p>De acordo com Mattila e Silander (2015), o sistema educacional finlandês tem atraído muito interesse de diferentes países. Os motivos contemplam o fato de as escolas finlandesas prepararem bem os estudantes para os estudos posteriores, para o trabalho futuro e a vida em geral. A educação é socialmente valorizada na sociedade finlandesa, sendo considerada a chave para um futuro melhor. O sistema de ensino finlandês atual nasceu como produto de um trabalho de longo prazo. As escolas produziram excelentes</p>	<p>crescimento e impactar positivamente na competitividade, produtividade e qualidade dos bens e serviços produzidos. (FIESC, 2017b)</p> <p>Nas manifestações dessas empresas é possível perceber claramente o entendimento de que trabalhadores mais escolarizados e qualificados significam maior capacidade de adequação às novas necessidades e dinâmicas do mercado de trabalho e às constantes mudanças que vêm afetando o ambiente produtivo das empresas. (FIESC, 2017b)</p> <p>Empresários Brasileiros apontam a Educação como principal fator para a Competitividade. (CÔRTE, 2018a).</p> <p>Com o apoio de todos e, particularmente, dos empresários na mobilização dos seus trabalhadores e, dos ofertantes, na ampliação do número de matrículas,</p>	<p>ambiente escolar com escolas da rede estadual e municipal junto com o Instituto Ayrton Senna, uma ação que surge a partir das discussões que foram feitas no movimento. Assim a gente consegue estabelecer um campo de ação muito mais amplo a partir do momento em que a gente envolve os 550 mil alunos da rede estadual, os seus mais de 40 mil professores na ativa que estão ali, os mais de mil e cem gestores que a gente tem que passam a ser atores importantes para que a gente possa fazer a diferença na educação a partir das ideias que são geradas dentro também do movimento. (MOVIMENTO..., 2016a).</p>
--	---	--	--	---

<p>peçoal não está sendo reprogramado, reformado em coisas novas. (O QUE..., 2018).</p> <p>Bruna Pereira (jovem embaixadora, regional Tubarão, do SCPE): a gente vê que o mundo está mudando. A gente está na 4ª revolução. O jovem e as crianças têm sim essa oportunidade porque o nosso estado oferece qualificação para quem está disponível. Então, eu vejo que os jovens, as crianças e até as pessoas que já concluíram o ensino podem voltar para cursos técnicos e se preparar para esse novo mundo. As pessoas se assustam com mudanças, mas é só a gente se adaptar as coisas que estão acontecendo e usar a tecnologia tão presente na nossa vida. A competitividade do mercado está muito</p>	<p>indivíduos nesse mundo novo a gente vai ter 5/6 profissões. Uma pessoa com 70 anos de idade hoje é uma pessoa praticamente inválida para a sociedade. Tem até lugares públicos que tem uma aposentadoria chamada expulsória. Uma pessoa de 70 anos daqui a 20 anos será uma pessoa muito ativa. Hoje já é, mas daqui a 20 anos será muito ativa principalmente em função desses novos medicamentos que a gente já tem e que têm sido lançados. (OS FRUTOS..., 2018).</p> <p>GOMES: Como é que a gente cria um roteiro de vida do mundo do trabalho para as pessoas? Temos que ensinar melhor a vida como ela é. Enfim, como é que você ensina esses pilares para que a pessoa possa realmente programar e possa usar os seus respectivos sensores, possa usar recursos para que a sua vida seja melhor manipulada por ela mesma? (OS FRUTOS..., 2018).</p> <p>Boa parte das próprias ocupações hoje deixará de existir, enquanto novas</p>	<p>resultados nas últimas décadas, tendo seus benefícios medidos por pesquisas de organismos internacionais. No entanto, a tecnologia e a internacionalização têm mudado a natureza do trabalho. Nessa esteira, a educação e a escola devem se transformar permanentemente para que possam acompanhar os novos tempos. Elas devem continuar a oferecer o alicerce para o mundo do trabalho futuro, enfatizada as habilidades de pensamento, de interação social, de processamento e produção de informação. Por tais razões, mudanças no sistema educacional e reforma curricular são questões atuais em todos os lugares do mundo. (MATTILA; SILANDER, 2015).</p> <p>A Finlândia precisou mudar para ter sucesso em seu modelo educacional, pautando-se pela promoção da coesão e bem-estar social, bem como pela oferta de oportunidades iguais à</p>	<p>melhoraremos a vida dos catarinenses e ajudaremos a desenvolver equilibradamente Santa Catarina. (CÔRTE, 2018b, p. 40). Glauco apresenta, em certa medida, uma visão conciliadora entre economia e educação, provavelmente influência de sua história de vida e a relação familiar com a educação. A mãe era educadora.</p> <p>Indústrias que investem em programas educacionais para qualificar seus trabalhadores registram avanços em produtividade e no desenvolvimento de habilidades relacionadas ao mundo do trabalho. Pesquisa realizada junto às indústrias catarinenses que participaram do Prêmio Fiesc de Educação aponta que 71% perceberam ganhos no desenvolvimento de competências e na busca por melhores resultados após o início de ações educacionais. Mais de 38% registram, também, aumento na atração e retenção de talentos. (CORTE, 2018b, p. 81)</p>	<p>O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) convidou a FIESC para um seminário com países da América Latina e Caribe em Washington com o objetivo de apresentar os resultados do movimento e mostrar como conseguiu aliar o o poder público e o setor privado pela causa da melhoria da educação em Santa Catarina. (MOVIMENTO SC..., 2017a).</p> <p>A adesão do Governo do Estado de Santa Catarina é um marco. A presença do governador Raimundo Colombo no ato de lançamento do Movimento simbolizou a aliança entre o poder público e o setor privado para a elevação da escolaridade e melhoria da qualidade educacional. E a ocupação de uma</p>
--	---	---	---	---

<p>em alta. (MOVIMENTO SC..., 2018).</p> <p>Côrte (2018): a base de qualquer transformação, a base da nova tecnologia, a base da inovação é a educação. Sem melhorar a qualidade da educação..., o Brasil não terá condições de manter competitividade com os outros países. Este é o grande desafio. (MOVIMENTO SC..., 2018).</p> <p>Criar um Futuro compartilhado num mundo fraturado foi o tema oficial do Fórum Econômico Mundial de 2018. Como consequência desta questão abre-se uma discussão sobre como desenvolver e preparar as pessoas para viver entre as mudanças disruptivas. (CÔRTE, 2018b, p. 25) do novo contexto da indústria 4.0.</p>	<p>profissões surgirão. (FIESC, 2018a)</p> <p>Hoje, nós estudamos para ter uma profissão a vida inteira. Amanhã, precisaremos estudar a vida inteira para ter uma profissão. Gabriela Mistral. (apud FIESC, 2017e)</p> <p>30% dos empregos atuais não existiam dez anos atrás e 65% das crianças que se encontram nos primeiros anos de escola trabalharão em ocupações que ainda não existem. Isso significa que muitas das atuais atividades deixarão de existir e outras serão criadas. E não estamos distantes desse futuro. (CÔRTE, 2018b, p. 19)</p> <p>O Fórum Econômico Mundial também aponta em seus estudos para a tendência de que mais de 5,1 milhões de empregos sejam perdidos até 2020. Além disso, 30% dos empregos atuais não existiam 10 anos atrás e 65% das crianças de hoje executarão empregos que não existem ainda. As novas formas de produção exigirão profissionais com características diferentes</p>	<p>sua população. (KYLÖNEN, 2017). Requisitos para aumentar a relevância da educação no mercado de trabalho. Como a Formação de Professores descobre as necessidades das empresas e indústrias? Colaborar com instrutores de local de trabalho, Acompanhar e pesquisar tendências e competências futuras na mudança global, Períodos de trabalho nas indústrias (1 mês) para atualização de conhecimentos, Coaching em aprendizagem on-the-job, caminhos de carreira individuais e aprendizagem, Trabalhando em conjunto com institutos e redes regionais, Avaliação das necessidades do cliente por meio de pesquisas, entrevistas e análise de competências, Fazendo programas de desenvolvimento estratégico junto com os clientes. (KYLÖNEN, 2017).</p> <p>Menos de 10% dos jovens optam pelo ensino técnico para iniciar a formação</p>	<p>Desde o lançamento do Movimento, diversas ações educacionais foram protagonizadas pelas indústrias. Essas ações refletem os esforços que vem ocorrendo para a elevação da escolaridade básica e a melhoria da qualificação profissional dos trabalhadores. Na percepção dessas indústrias tais iniciativas geram valor competitivo. Por isso, representam boa fonte de inspiração para que outras empresas melhorem as suas práticas educativas de forma a impactar positivamente o processo produtivo e a vida dos trabalhadores. (CÔRTE, 2018b, p. 82)</p> <p>63% dos presidentes de empresas em todo o mundo vê a escassez de profissionais qualificados como ameaça ao crescimento dos seus empreendimentos. No Brasil o desafio se concentra nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Garantir uma educação básica de</p>	<p>cadeira do Conselho de Governança do Movimento pelo secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que em 2017 assumiria a presidência do Conselho; (FIESC, 2018a)</p> <p>A adesão da seção catarinense da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) completou o envolvimento da rede pública, enquanto a participação do Conselho Estadual de Educação legitimou ainda mais o Movimento em sua atribuição de influenciar os rumos da educação em Santa Catarina. (FIESC, 2018a)</p> <p>O setor privado assumiu que educação não é atribuição exclusiva do Estado e se tornou protagonista. O poder</p>
--	---	--	---	---

<p>Côrte: Estamos saindo de um sistema de manufatura para um sistema digital de manufatura onde as máquinas vão se conectar com os robôs. Elas vão, entre elas mesmas, estabelecer seu programa de trabalho. É uma nova realidade. Nós achamos que os empregos e as ocupações vão mudar, mas haverá oportunidades para o trabalhador que se qualificar, que se mantiver atualizado, de trabalhar em outras ocupações. (MOVIMENTO SC..., 2018).</p> <p>Um estudo sobre o futuro do trabalho da consultoria global McKinsey & Company revela que: 6 em cada 10 trabalhos podem ter mais de 30% de suas atividades automatizadas. No</p>	<p>das atuais formações e, por conseguinte, um ensino de melhor qualidade. No entanto, o cenário educacional brasileiro tem se mostrado precário frente aos desafios e demandas da atualidade. (FIESC, 2017d).</p> <p>Preparar os estudantes pra empregos que ainda não existem. (PIMENTEL, 2015).</p> <p>Há evidências de que parte dos cursos já não atende à demanda do mercado de trabalho, mas continuam sendo oferecidos. O estudo resultou num documento de 500 páginas que foi encaminhado ao Movimento e à Secretaria da Educação, propondo um conjunto de indicadores para melhorar a capacidade de avaliar esses cursos. Os dados estão sendo utilizados para a reformulação do ensino técnico profissional no Estado, com ênfase em educação integral. Já uma pesquisa de percepção dos jovens de Santa Catarina sobre o ensino médio, realizada em 2017, ofereceu ainda mais subsídios para a orientação de políticas educacionais. (FIESC, 2018a)</p>	<p>profissional, enquanto em países desenvolvidos o percentual é de cerca de 50%. Outra constatação é que, no Brasil, o ensino médio não se preocupa em preparar os jovens para o mundo do trabalho, mas sim para a universidade. Porém, apenas 18% dos jovens entre 18 e 24 anos ingressam no ensino superior, o que revela o distanciamento entre a educação e a realidade.; (FIESC, 2018a)</p> <p>Singapura investe 3% do PIB em Educação, cerca de US\$ 9,6 bilhões de dólares. O professor tem salário que varia de US\$ 1.200 a US\$ 6.000 ao longo da carreira, sem estabilidade. Só permanece se demonstrar capacidade e motivação para preparar bem os alunos. Está sempre em processo de capacitação. (CÔRTE, 2018b, p. 42)</p> <p>Missão Internacional de Educação – Singapura e Assinatura do Termo de Cooperação. (CARRADORE, 2018).</p>	<p>qualidade é vital para que o jovem acesse o ensino técnico e a graduação com conhecimentos adequados. (CÔRTE, 2018b, p. 86)</p> <p>Acerca dos aspectos impactados negativamente pela falta de trabalhadores qualificados, observa-se que a grande maioria das empresas está sendo, de modo direto ou indireto, afetada em sua produtividade e competitividade pela falta de trabalhadores qualificados, considerando suas necessidades no momento. (FIESC, 2015a, p. 14)</p> <p>é ... significativa a proporção de empresas industriais que foram estimuladas a revisar suas ações de educação após sua adesão ao Movimento e/ou em função do estímulo dado pelas próprias ações do Movimento. (FIESC, 2015a, p. 17)</p> <p>O que as empresas pesquisadas esperam do SC pela Educação:</p>	<p>público ouve as empresas, que passaram a influenciar as políticas para o setor. Trabalhadores aderiram e cobram de empresas e Governo mais qualidade e oportunidades de qualificação. (FIESC, 2018a)</p> <p>[...] Movimento A Indústria pela Educação, da Fiesc, decidiu estimular os jovens para uma atuação mais colaborativa com a escola e mais próxima do mundo do trabalho. O Movimento conta, também, com parceiros que se empenham nesta causa, como o Todos pela Educação, a Fundação Victor Civita, representantes dos trabalhadores, o Instituto Ayrton Senna e a HAMK – Universidade de Ciências Aplicadas da</p>
---	---	---	---	--

<p>cenário mais modesto, isso poderá impactar, até 2030, a atividade laboral de 400 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, a estimativa é que o efeito da automação atinja cerca de 16 milhões de brasileiros! (RAMOS, 2018).</p> <p>Desde 2010, o número de robôs industriais cresce a uma taxa de 9% ao ano. No Brasil, cerca de 12 mil robôs industriais serão comercializados entre 2015 e 2020. O que está em jogo quando se trata de adotar ou não um processo mais agressivo de automação nas fábricas é uma questão de equilíbrio entre custos e competitividade. (RAMOS, 2018). O que vai ser esperado dos jovens nos empregos do século XXI? (RAMOS, 2018).</p>	<p>[...] em períodos de crise, os trabalhadores qualificados são os últimos a serem desligados e os primeiros a serem admitidos. (CÔRTE, 2018b, p. 40)???Defendem o aumento da escolarização básica e a qualificação dos atuais trabalhadores.</p> <p>[...] temos a responsabilidade de enfrentar o problema da qualificação técnica e profissional dos desempregados, capacitando-os para as oportunidades que surgirão com a retomada do crescimento. Como sempre acontece, os menos qualificados são os primeiros a perder o emprego e os últimos a reconquistar um novo posto de trabalho. (CÔRTE, 2018b, p. 66)</p> <p>“[...] oportunidades geralmente surgem para quem está preparado, com bom nível educacional. Oportunidades também se conquistam! (CÔRTE, 2018b, p. 30) (MERITOCRACIA)</p> <p>Mais educação é mais renda e, portanto, mais qualidade de</p>	<p>O governo incentivou e preparou professores, atraiu indústrias e preparou os profissionais que as empresas precisavam. (p. 49). Os resultados foram colhidos ao longo de todo esse tempo. Nos primeiros 20 anos, o PIB de Singapura cresceu em média 13%. O lema “Pensando a Escola, Aprendendo a Nação”, traçado para o século XXI, forma estudantes críticos e com alto poder de criatividade. (CÔRTE, 2018b, p. 49-50)</p> <p>Diferentemente de outros países como Chile, China e Malásia, no Brasil, “a produtividade não responde a aumentos na escolaridade. Significa que estamos produzindo muita educação, mas ela está desconectada da produtividade”. (CÔRTE, 2018b, p. 52)</p> <p>São dados impactantes, que precisam ser avaliados com atenção. E que confirmam a importância do Movimento Santa Catarina pela educação, que acabamos de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer acesso gratuito aos cursos de qualificação profissional. • Oferecer maiores oportunidades de acesso à educação de jovens e adultos. • Oferecer cursos mais acessíveis e atraentes de acordo com as necessidades de qualificação profissional em cada região. • Encontrar formas de subsidiar os investimentos das empresas em educação, estendendo à comunidade. • Promover cursos de menor duração, mas com a mesma qualidade. • Promover maior divulgação das ações de educação para despertar o interesse dos trabalhadores. • Oferecer mais informações sobre o Movimento A Indústria pela Educação. • Lutar por mais investimentos em Educação. (FIESC, 2015a, p. 23) <p>Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2014, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 56% dos</p>	<p>Finlândia. (CÔRTE, 2018b, p. 80)</p> <p>Para o BID, o Movimento é uma das iniciativas que mais avançou na região no que se refere à formação de parcerias público-privadas para qualificar a educação. Os interlocutores também se interessaram pela estratégia utilizada para o envolvimento da sociedade e a obtenção de resultados. (FIESC, 2018a)</p> <p>A semente foi plantada. A educação passou ao topo da lista de prioridades de organizações empresariais e do poder público, mas o esforço deve se intensificar para que trabalhadores e empresas se integrem plenamente à economia do século 21. (FIESC, 2018a)</p>
---	---	--	--	--

<p>A falta de competências dos trabalhadores é apontada como a maior ameaça ao desenvolvimento dos negócios por 69% dos executivos das grandes empresas do País, segundo pesquisa de 2017 da PwC. O resultado dessa condição é a baixa eficiência: a produtividade do trabalhador brasileiro equivale a apenas um quarto da obtida pelo norte-americano. Pior: o fosso que separa a produtividade brasileira dos principais países do mundo se alarga, porque ela permanece estagnada no Brasil, enquanto avança lá fora. Com a emergência da manufatura avançada, ou indústria 4.0, que incorpora tecnologias como big data, internet das coisas e inteligência artificial para elevação radical</p>	<p>vida. Ao mesmo tempo, é mais desenvolvimento para as empresas e para o Estado. Por isso, é preciso atenção especial para os [...] trabalhadores catarinenses que ainda não concluíram a educação básica. Só com uma ação articulada entre todos os envolvidos reverteremos este cenário. (CÔRTE, 2018b, p. 39)</p> <p>Em 1980, um trabalhador brasileiro gerava o equivalente a 40% da riqueza obtida pelo norte-americano. Atualmente a relação é de 24%, segundo o Conference Board. A produtividade do trabalho é diretamente relacionada à qualificação e nível educacional. (FIESC, 2018a)</p> <p>a educação plena, em todas as suas perspectivas, é fator para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. É por isso que precisamos, toda a sociedade, das famílias às empresas, promover a formação de cidadãos mais críticos e profissionais mais qualificados. O Dia da Família na Escola é uma proposta do Movimento Santa Catarina pela Educação, que foi prontamente</p>	<p>apresentar em Washington, a convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como uma iniciativa de destaque na área educacional na região da América Latina e do Caribe. Fica a certeza de que é necessário ampliar, ainda mais, os esforços pela melhoria da qualidade da educação. é a chance que temos de nos aproximar das nações mais desenvolvidas. Mas só teremos sucesso se isso for uma verdadeira obsessão de todos os catarinenses. (CÔRTE, 2018b, p. 52)</p> <p>Os países que realizaram grandes reformas educacionais investiram em ações de qualificação e reconhecimento dos Professores. Resultados: conseguem os melhores desempenhos nas avaliações mundiais. O Brasil também precisa dar esse passo. (CÔRTE, 2018b, p. 70)</p> <p>O Brasil precisa dar um salto na qualidade da educação</p>	<p>trabalhadores formais dos segmentos industriais tem escolaridade básica completa. Logo, o esforço a ser feito para o aumento do número de trabalhadores escolarizados é significativo e exige a ação coordenada e articulada entre os setores públicos e a iniciativa privada. (FIESC, 2015c, p. 23)</p> <p>Essas empresas têm uma clara percepção de que a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e tecnológica e o desenvolvimento de competências influenciam positivamente a produtividade dos trabalhadores de forma diferenciada, haja vista que um trabalhador com estas características ajuda a diminuir custos e perdas no processo produtivo; diminuir falhas e ocorrências de retrabalho; e produzir bens e serviços de melhor qualidade. (EDUCAÇÃO..., 2015, p. 86)</p>	<p>Indústria e Estado devem trilhar um caminho conjunto em direção ao desenvolvimento e competitividade. (FIESC, 2014a). Estimular a competitividade da indústria catarinense é estimular o próprio desenvolvimento do Estado. (FIESC, 2014a)</p> <p>INTELECTUAIS PARCEIROS</p> <p>a CNI, em 2011, promoveu um significativo debate sobre a seguinte questão: “O que é educação para o mundo do trabalho hoje?”. Dele, fizeram parte reconhecidos especialistas em educação no Brasil, como Claudio de Moura Castro, Francisco Aparecido Cordão, João Batista Araújo e Oliveira e José Pastore. O tema continuou em análise, contando também, a</p>
---	---	--	---	--

<p>da produtividade, a qualificação profissional será ainda mais crítica. (FIESC, 2018a)</p> <p>Os conhecimentos, as competências e mesmo as profissões demandadas pela indústria mudam rapidamente. Como formar profissionais preparados para os desafios da indústria do futuro? A resposta do SENAI catarinense, maior centro de educação profissional do Estado, é acelerar a criação de novos cursos, com características convergentes com as demandas e também com as características dos jovens. (FIESC, 2018a)</p> <p>Muitos ainda não se deram conta das profundas transformações no ambiente econômico e do trabalho que</p>	<p>aceita pelo governo e pela Assembleia Legislativa, transformando-se em lei. O espírito desta lei é essencialmente educativo. O Dia da Família na Escola entrou no calendário oficial do Estado exatamente para estimular o debate e a reflexão sobre o tema, afinal, todo dia é dia da família na escola. (CÔRTE, 2018b, p. 46)</p> <p>[...] necessidade de reduzir o descompasso entre juventude, educação e o mundo do trabalho. No Brasil, 1,3 milhão de estudantes deixaram a escola em 2014, de acordo com o último censo escolar. É como se a cada 24 segundos, um aluno abandonasse a sala de aula, um impacto de R\$ 7 bilhões nos cofres públicos. Além disso, 8,9% dos jovens catarinenses entre 15 e 29 anos não trabalham e nem estudam e cerca de 40% dos estudantes do ensino médio não concluem o curso. (CÔRTE, 2018b, p. 79-80)</p> <p>[...] a entidade fez uma clara opção pela educação como fator-chave no alinhamento entre desenvolvimento</p>	<p>oferecida às crianças, aos jovens e aos trabalhadores, assim como fizeram Polônia e Finlândia. A Fiesc acabou de visitar os dois países e observou que é possível encurtar o tempo que separa uma educação medíocre de uma de alta qualidade. (CÔRTE, 2018b, p. 85)</p> <p>O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O Programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As avaliações do PISA acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências –</p>	<p>É preciso engajar as empresas de menor porte. (FIESC, 2018a)</p> <p>VOLUNTARIADO <input type="checkbox"/> Estímulo ao empreendedorismo <input type="checkbox"/> Aprendizado sem barreiras <input type="checkbox"/> Exercício da liderança. (ABRHSC, 2015).</p> <p>...., citando pesquisa sobre voluntariado da Fundação Itaú Social, realizada pelo Instituto DataFolha (2014), apresenta os seguintes dados: 79% da população apresenta grande disposição para realizar doações; 28% dos brasileiros já participaram de trabalhos voluntários; 55% tem como principal motivação a vontade de ser solidário; Metade dos voluntários possuem ensino superior completo; Gratificação pessoal é a principal satisfação para 37% do voluntários; A sensação de bem estar é a principal satisfação para 51% do voluntário; 18% o fizeram por incentivo ou influência de pessoas ou instituições. O estudo ouviu</p>	<p>partir de 2013, com a participação de Mozart Neves Ramos. (CNI, 2013)</p> <p>um convite à ação, para que se definam estratégias comuns envolvendo o mundo empresarial, a comunidade educativa e os poderes públicos, com propostas educacionais concretas que promovam com qualidade e urgência a educação para o mundo do trabalho. (CNI, 2013)</p> <p>Segundo Pimentel (2015), as principais estratégias e ferramentas da Google para a educação contemplam os seguintes eixos: 1. Eixo Produtividade e Comunicação (gmail, drive, calendário, editores de texto, Google Teacher's - training & certification); 2. Eixo Dispositivos</p>
--	---	---	---	---

<p>ocorrem em todos os setores. A tecnologia é transversal, suas soluções são rapidamente incorporadas em todas as atividades para torná-las mais eficientes, atraentes e baratas. Na indústria, a transformação na Educação profissional SENAC realiza torneios para testar as habilidades e os conhecimentos dos estudantes traduz pelo conceito de manufatura avançada, que é baseada em digitalização universal de dados, gigantesca capacidade de processamento e comunicação ilimitada entre máquinas. No comércio e nos serviços as mudanças são notáveis com o crescimento do comércio eletrônico, do teletrabalho e da automação do varejo, dentre outras tendências. Na área rural, a elevação da</p>	<p>econômico e social. (CÔRTE, 2018b, p. 83)</p> <p>Segundo Côrte (2018b), por meio da educação será possível alavancar “[...]uma transformação estrutural na indústria catarinense, tornando-a mais moderna, flexível, inovadora, enfim, competitiva”. (p. 94)</p> <p>Definição do projeto de vida dos estudantes, considerando as transformações do mundo do trabalho. (FIESC, 2018a)</p> <p>Se a natureza do trabalho e das profissões sofrerá alterações, também haverá necessidade de dar nova forma aos programas de aprendizagem das escolas e à preparação dos professores. (FIESC, 2018a)</p> <p>A educação integral é reconhecida como a abordagem mais adequada aos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho. O cenário é caracterizado pela extinção de várias profissões e o surgimento de novas, pelo fim da ideia de emprego duradouro e oportunidades de</p>	<p>havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. Em 2000, o foco foi em Leitura; em 2003, Matemática; e em 2006, Ciências. O Pisa 2009 iniciou um novo ciclo do programa, com o foco em Leitura; em 2012, Matemática; e em 2015, Ciências. Atualmente, participam do PISA os 34 países membros da OCDE e 31 países convidados, dentre eles o Brasil. Os resultados do PISA 2012 congregaram 65 países ou centros econômicos desses países como Hong Kong, Macao, Shangai e Taiwan. Segundo indicadores do PISA 2012, o Brasil ocupa a 58ª posição (402 pontos) no ranking mundial, atrás de nações como Chile, México, Uruguai e Costa Rica. Por sua vez, Santa Catarina, em comparação com os demais Estados, figura entre os melhores do País nesse ranking, ao registrar a 2ª posição em matemática, 5ª posição em Ciências e 6ª posição em leitura, mas, se comparado com outros países, o Estado está atrás</p>	<p>2.024 brasileiros, em 135 municípios. (FIESC, 2017c). Objetivos do projeto Eu Voluntário: 1. Contribuir para a elevação dos indicadores educacionais. 2. Aumentar a participação dos pais na escola. 3. Tornar o ambiente escolar atrativo para toda a comunidade. (FIESC, 2017c).</p> <p>As pessoas dispostas ao voluntariado devem fazer um cadastro no site do Movimento Santa Catarina pela Educação e preencher as informações que mais se adequam ao seu perfil. As escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina e instituições que têm o foco em educação, que tiverem demandas de voluntariado destinadas aos processos de ensino e de aprendizagem de seus alunos, também podem cadastrar suas necessidades no site do Movimento. (FIESC, 2017c).</p> <p>Angariar público latente para o voluntariado na educação. A sensação de bem estar é a principal satisfação para</p>	<p>(Tablets, Crhomebook, conta google); 3. Eixo Sala de aula (Google Classroom, Digital classes scheme/esquema de aulas digitais); 4. Eixo Conteúdo digital/distribuição de plataformas (YouTube - vídeos; Google Cultural Institute - arte, história e cultura; Digital Books; Línguas/idiomas; Localização/Geographic Maps) entre outros. (PIMENTEL, 2015).</p> <p>Ramos (2013) utiliza dados do Ministério do Trabalho dos EUA para explicar a grande rotatividade no "mercado de trabalho" futuro. Segundo ele, até completar 38 anos, o estudante de hoje terá em média 10 a 14 empregos, revelando o quadro de impermanência, migração e grande volatilidade no mundo</p>
---	---	---	---	---

<p>produtividade advém da aplicação de tecnologias como agricultura de precisão, rastreabilidade, genética e biotecnologia. Nos transportes, prevê-se uma completa reviravolta com a introdução de veículos autônomos, que dispensam motoristas. (FIESC, 2018a)</p> <p>A competitividade da indústria passa fundamentalmente pela educação. O Brasil precisa de uma urgente melhoria no nível educacional de sua população economicamente ativa e daqueles que nela irão ingressar. (CNI, 2013). As exigências da qualificação em diversos setores aumentam a cada dia. O progresso tecnológico demanda novas competências. Em 2025, uma grande</p>	<p>desenvolvimento de soluções para problemas sociais por meio da tecnologia. Nesse contexto, a educação integral deve permitir que os estudantes se desenvolvam com autonomia e engloba aspectos como o despertar das competências socioemocionais, que ganham importância equivalente às competências cognitivas. (FIESC, 2018a)</p> <p>O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, organizado pelo Ministério de Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), indica que 52% dos 755.790 trabalhadores empregados na indústria catarinense, em 2013, não tinham escolaridade básica completa, o que representava 395.783 trabalhadores. (FIESC, 2014a). A insuficiência de trabalhadores com formação adequada às necessidades das empresas é o fator apontado por maior proporção dos entrevistados (46,7%) como o principal entrave ao crescimento e desenvolvimento econômico de Santa Catarina. (FIESC, 2014a)</p>	<p>da Malásia e do México. (FIESC, 2015c, p. 26).</p> <p>A transição entre a escola do ensino médio e o mundo do trabalho é uma preocupação constante do BID. Pesquisa feita pelo banco na Argentina, no Brasil e no Chile mostrou que uma das maiores dificuldades relatadas pelos empregadores é encontrar jovens com competências socioemocionais bem desenvolvidas. (FIESC, 2018a)</p> <p>Existe na Colômbia um sistema de informação sobre o investimento público e privado em educação (siipe.co) que os deixa a par sobre a intervenção público-privada na educação de seu país, o que possibilita a construção de uma cultura de análise de dados mais segura para investimento social de modo a possibilitar uma intervenção mais estratégica e articulada. (MEZA, 2016).</p>	<p>51% do voluntários, disposição para realizar doações. O estudo ouviu 2.024 brasileiros, em 135 municípios. 18% nunca pensaram nessa possibilidade. 28% dos brasileiros já participaram de trabalhos voluntários, 12% não sabem onde obter informações a respeito desse tema. Sentir-se útil é a principal satisfação para 40% do voluntários. (FIESC, 2017c).</p> <p>Um ano a mais de educação tende a reduzir a incidência de aprisionamentos em 11% a 16%*. (CARRADORE, 2018).</p> <p>CGU: Controle e Fiscalização dos Gastos Públicos. O controle da gestão pública não envolve apenas o aspecto da legalidade, isto é, se as ações do governo estão de acordo com a lei e os regulamentos. Envolve também as dimensões de eficiência, eficácia e efetividade, ou seja, implica verificar se as políticas</p>	<p>sob o auspício da revolução 4.0.</p> <p>Parceira Instituto Ayrton Senna, BID, SED/SC. Parceria Google for Education. (CÔRTE, 2016a). É necessário gerar um modelo de vínculo permanente entre as instituições de Ensino Técnico e o setor produtivo. (CHILE, 2016).</p> <p>Fundación Empresarios Por La Educación 2002 - 2016. (MEZA, 2016).</p> <p>O Todos Pela Educação é um movimento que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e dos jovens a uma Educação Básica de qualidade. É apartidário e plural, congrega representantes de diferentes setores da</p>
---	--	--	---	---

<p>parte dos nossos trabalhadores terão de lidar com tecnologias que ainda nem foram criadas. (CNI, 2013). As novas tecnologias produtivas requerem do trabalhador domínio de conhecimentos e habilidades que se adquirem por meio de uma adequada educação básica, à qual se associa, quando necessária, a uma qualificação profissional específica. (CNI, 2013)</p> <p>Se o aumento de produtividade nas empresas requer inovações em automação, controle e tecnologia da informação. Por outro lado, essas inovações demandam profissionais qualificados. (FIESC, 2017d).</p> <p>Revolução 4.0: novas necessidades. Revolução</p>	<p>Os maiores problemas não estão na oferta de ensino profissionalizante, mas, principalmente, na qualidade do ensino básico, ainda que os índices catarinenses estejam entre os melhores do Brasil. Além das melhorias na educação básica – para que os alunos cheguem, mais aptos, ao ensino superior, técnico e profissionalizante –, é necessário alinhar a adequação destes às necessidades do mercado de trabalho, em especial às atividades industriais. (FIESC, 2014a)</p> <p>A capacidade de inovar do setor industrial também se relaciona, intimamente, com a educação. Por meio da qualificação dos recursos humanos, há maior preparo para o processo de inovação que se baseia, dentre outros aspectos, em profissionais amplamente qualificados. (FIESC, 2014a)</p> <p>Existe consenso de que o nível educacional da população, especialmente daqueles inseridos no mercado de</p>	<p>Fórum empresarial educação e desenvolvimento econômico. (FIESC, 2017d). Se o Brasil apresentasse as mesmas taxas de escolaridade que o país asiático, seria 40% mais produtivo. Conforme dados divulgados pelo Fórum Econômico Mundial, em 2016, o país passou da 75ª para 81ª posição no ranking da competitividade entre 138 economias. (FIESC, 2017d).</p> <p>Se o Brasil tivesse as mesmas taxas de investimento da Coreia do Sul desde 1950, seria pelo menos 18% mais rico do que é atualmente. (FIESC, 2017d).</p> <p>Consequências sobre a competitividade - Bens industriais brasileiros: 23% mais caros que americanos. China: 14% menos que nos EUA. Renascimento da indústria americana. Trump e o “re-shoring”. Reforma tributária. Guerra comercial. Tecnologias modernas. (PASTORE, 2018).</p>	<p>governamentais estão produzindo os resultados esperados, a um custo razoável (eficiência: relação custo-benefício), se as metas e objetivos do governo estão sendo alcançados (eficácia) e se a população está satisfeita com os serviços que lhe são prestados (efetividade: melhorando a qualidade de vida da população). (RAMOS, 2016).</p>	<p>sociedade: gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa e empresários. (CRUZ, 2016).</p> <p>Como nossa sociedade está mudando? No Brasil:</p> <ul style="list-style-type: none"> □ Coordenação do Instituto Ayrton Senna; implantação em Chapecó e região; Desenvolvimento e avaliação de pensamento crítico e criatividade no Brasil □ Coordenação da implementação e interface OCDE: Instituto Ayrton Senna □ FIESC/ Senai Chapecó □ Secretaria Estadual de Educação – diretoria regional de Chapecó □ Secretaria Municipal de Educação de Chapecó □ Desenho: larga escala + piloto OCDE □ ~ 40 escolas iniciais;
--	---	--	---	--

<p>tecnológica, Alta velocidade: ondas de rupturas, Impactos não lineares; diversificados. Escolas convencionais não dão conta. Ensino profissional se aproxima. Aprendizagem em serviço. Participação das empresas. As parcerias de Santa Catarina. (PASTORE, 2018).</p> <p>Os efeitos da Manufatura Avançada: Sociais e tecnológicos. 30% dos empregos atuais não existiam 10 anos atrás. 65% das crianças hoje executarão empregos que não existem hoje. Haverá um déficit de 5,1 milhões de empregos num futuro breve. (CARRADORE, 2018).</p> <p>O que explica nosso baixo nível de eficiência? • Barreiras</p>	<p>trabalho, é um dos principais fatores que estimulam ou entravam a modernização e a competitividade dos diversos setores econômicos. A indústria brasileira, ao longo do tempo, tem percebido que para avançar nesse cenário é necessário promover um decisivo salto na qualidade da educação escolar básica, sobretudo em questões centrais como domínio da língua portuguesa, matemática e ciências. (CNI, 2013)</p> <p>desafios de qualidade do sistema educacional brasileiro e propor ações que promovam o seu desenvolvimento, tendo como eixo principal a aproximação da educação do jovem ao mundo do trabalho, indispensável para a qualificação do sistema produtivo e para a competitividade da indústria brasileira no panorama internacional. (CNI, 2013)</p> <p>Custamos muito, produzimos pouco! Cargos que a empresa teve maior dificuldade de encontrar profissionais: Profissionais com formação</p>	<p>O que aconteceu com o Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento do PIB per capita de 4,5% a.a. em 1950---80 contra 0,8% entre 1980---2014 • PIB per capita relativo aos EUA – 14% em 1950, 29% em 1980 e 20% em 2014 • A experiência brasileira dos últimos 35 anos contrasta com a de outras economias emergentes • Chile passou de 18% em 1980 para 34% em 2010, China de 2% para 18% e Coréia do Sul de 20% para 62%. (BRANCO, 2015). <p>Mozart Neves Ramos: A pesquisa do governo americano do departamento do trabalho mostra que até os 38 anos de idade o jovem americano vai ter de 12 a 14 empregos. Quer dizer não é mais como era no passado, consequentemente a gente tem que preparar as pessoas para esse novo tempo. Isso exige além das habilidades cognitivas, ou seja, não basta apenas uma pessoa preparada cognitivamente para esse mundo, é preciso também</p>		<p>participação voluntária; multiplicadores <input type="checkbox"/> 20 professores grupo experimental; 20 grupo controle; 4º/5º e 8º/9º anos. (NUNES, 2017).</p>
---	--	---	--	---

<p>ao comércio e à adoção de inovações. Uma das economias mais fechadas ao comércio internacional de bens e serviços --- 28% contra média de 50% para os demais BRICS. Brasil coleciona exemplos de resistência aos avanços da tecnologia. (BRANCO, 2015).</p> <p>O que explica nosso baixo nível de eficiência? Baixa atividade inovadora. Atividade de inovação tecnológica inferior a das maiores economias emergentes. O papel da educação numa agenda de desenvolvimento econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Educação gera um duplo dividendo: Influencia positivamente o crescimento econômico. Cria canais de mobilidade social e reduz a desigualdade 	<p>técnica, O que significa falta de trabalhador qualificado. Trabalhador sem escolaridade e sem habilidade suficiente para exercer a função. (ABRHSC, 2015).</p> <p>(BRANCO, 2015, p. 02): "Governo reluta em diminuir o tamanho do Estado e [...] implementar um programa de ajuste" (defesa da austeridade em favor do capital financeiro).</p> <p>Carta de fundação da Rede Nacional Ciência para Educação (CpE) - Roberto Lent (UFRJ, medicina) faz parte do Conselho Deliberativo da fundação que é parceira do Instituto Ayrton Senna: O modo como cada nação planeja e realiza a educação de seus cidadãos para torná-los capazes de viver em sociedade e contribuir para o seu progresso, é um tópico de interesse. O aprendizado e a inovação são essenciais para o desenvolvimento, além de fundamentais para a capacidade de uma nação competir num cenário cada vez mais globalizado, criando alternativas baseadas na Ciência para as demandas</p>	<p>prepará-la para desenvolver suas habilidades para a vida como, por exemplo, uma pessoa criativa, uma pessoa que tenha pensamento crítico, estabilidade emocional, a abertura ao novo, porque com essas mudanças, essas descontinuidades você tem que ser uma pessoa que tenha um protagonismo. (AÇÕES..., 2018).</p>		
--	--	---	--	--

<p>Produtividade do trabalho é diretamente afetada pela quantidade e qualidade da educação. Força de trabalho mais educada facilita o “learning by doing”, a adoção, difusão e adaptação de inovações tecnológicas. Gestores mais educados elevam o nível de eficiência das empresas • Brasil seria 40% mais rico com a escolaridade coreana, mas apenas 18% mais rico com as taxas de investimento coreanas. (BRANCO, 2015).</p> <p>Lucas Rodrigues, jovem embaixador de Blumenau: A educação [...] muda constantemente, ela está sempre evoluindo. [...] Nós podemos comparar a educação e a tecnologia. Elas precisam estar sempre alinhadas entre o mesmo caminho. Como a tecnologia</p>	<p>sociais referentes à educação. (http://www.cienciaparaeducacao.org/wp-content/uploads/2015/07/Carta-de-Fundacao-CpE.pdf)</p> <p>Para melhorar a distribuição de renda no país, precisamos aumentar a escolaridade média do trabalhador brasileiro. O Ambiente dinâmico do Século 21: Os 10 empregos que mais ofereceram vagas em 2009 não existiam em 2004; O Ministério do Trabalho dos Estados Unidos estima que o estudante atual terá entre 10 e 14 empregos até os 38 anos. (RAMOS, 2013).</p> <p>Ainda estamos vivendo um cenário muito favorável, representado pelo bônus demográfico. Este fenômeno ocorre quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa, aptas a trabalhar, do que crianças e idosos. No Brasil, as previsões apontavam 2030 como a década em que os efeitos desse bônus começariam a se dissipar. Contudo, especialistas projetam o início de seu fim</p>			
--	--	--	--	--

<p>evolui, a educação precisa estar sempre seguindo ela. (MOVIMENTO..., 2017a).</p>	<p>para 2020. Precisamos valorizar a população ativa e torná-la cada vez mais produtiva. No País, 10 milhões de jovens não estudam, nem trabalham. O imenso potencial deles permanece à margem do processo de desenvolvimento. (CARRADORE; RAUBER; HACK, 2017, p. 04). – Apresentação Glauco.</p> <p>TÉRMINO DO BÔNUS DEMOGRÁFICO</p> <p>Ainda estamos vivendo um de bônus demográfico, fenômeno que ocorre quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa, aptas a trabalhar, do que crianças e idosos. No Brasil, as previsões apontavam 2030 como a década em que os efeitos do bônus começariam a se dissipar[...] . Precisamos, portanto, valorizar a população ativa e torná-la cada vez mais produtiva. (CÔRTE, 2018b, p. 34)</p> <p>Côrte: A taxa de natalidade no Brasil caiu muito. Significa que nos próximos 10, 15 anos o contingente de jovens que chegará ao mercado de</p>			
---	--	--	--	--

	<p>trabalho será muito menor do que a atual. Qual é a consequência? O trabalhador atual vai ter que ficar mais tempo no trabalho. Por isso, nós temos que mantê-lo continuamente em formação. Há uma frase muito boa, que eu acho muito expressiva: “Nós vamos ter que estudar a vida inteira para estar apto ao trabalho, a este mundo do trabalho cuja tecnologia tem feito uma transformação radical. (MOVIMENTO..., 2017b).</p> <p>Côrte (2015): cada vez mais vamos ter menos trabalhadores disponíveis no mercado. Por isso, temos que fazer um grande esforço para melhorar a escolaridade do trabalhador e dos jovens que não chegaram ao mundo do trabalho. Um trabalhador mais preparado, mais qualificado, é mais produtivo. A indústria se torna mais competitiva e todos ganham. (GOOGLE..., 2015).</p> <p>Os resultados de aprendizagem dos estudantes refletem esta situação. Ao final do 3º ano do Ensino</p>			
--	---	--	--	--

	<p>Fundamental, apenas 78% dos alunos possuem aprendizado esperado em leitura e 66% dos alunos possuem aprendizado esperado em escrita. Apenas 28% dos alunos das séries finais do Ensino Fundamental demonstram aprendizado adequado em Língua Portuguesa e 16,4% em Matemática. (FIESC, 2017d).</p> <p>Educação, chave da competitividade. A educação não é tudo, mas é quase tudo para a produtividade. E produtividade é essencial para a competitividade. Produtividade do trabalhador brasileiro: 25% do americano. (PASTORE, 2018).</p> <p>Produtividade brasileira: Média histórica: 0,5% ao ano. Está estagnada desde 1980 (*) Produtividade do trabalho está estagnada desde 1980, Valor, 7/3/17. (PASTORE, 2018). Limites do modelo brasileiro. Qual será nosso futuro? Modelo está se esgotando: Fatores demográficos, Competição internacional, Indústria manufatureira. (PASTORE, 2018). Elementos</p>			
--	--	--	--	--

	<p>da produtividade. Fatores externos à empresa: – Infraestrutura – Regulação – Ambiente de negócios. Fatores internos – Tecnologia – Administração – Habilidades (skills). (PASTORE, 2018).</p> <p>Resumo: o que o Brasil precisa é Estimular o treinamento contínuo. Todos os métodos: presencial, distância, etc. Requalificar trabalhadores maduros. Fomentar produtividade nas PME. Empresas: cultura da formação. Incentivar a meritocracia e aumentar a produtividade geral. (PASTORE, 2018).</p> <p>Inflação alta e resiliente às elevadas taxas de juros reais • Recessão teve início no segundo trimestre de 2014 e pode ser uma das mais longas e profundas sofridas pela economia brasileira. Déficit nominal supera 9% do PIB, dívida pública/PIB em trajetória ascendente, estimada em 66,5% em 2015 e podendo chegar a 80% em 2018. Tentativas de ajuste fiscal possuem viés em favor de aumento de tributação,</p>			
--	--	--	--	--

	<p>negativo para o crescimento da economia. Governo reluta em diminuir o tamanho do Estado e não possui poder para implementar um programa de ajuste. (BRANCO, 2015).</p> <p>Nossos desafios. Como estabilizar a macroeconomia? • Como voltar a crescer e num ritmo pelo menos igual à média das economia mundial? Cenário futuro é desafiador: fim do bônus demográfico, fim do super ciclo de commodities e dos ganhos de relações de trocas, os efeitos de reformas que levaram à expansão do crédito já ocorreram. (BRANCO, 2015).</p> <p>Educação ainda é uma das maiores fraquezas estruturais do Brasil. • Percentual de analfabetos ainda comparável ao dos EUA em 1900 • Analfabetismo funcional de 18% da população • Educação infantil cobre apenas 41% das crianças de 0---5 anos • Número médio de anos de escolaridade ainda inferior ao dos EUA em 1950 e ao nível médio atual da Aliança do Pacífico • Qualidade: estudantes brasileiros em 55---</p>			
--	---	--	--	--

	<p>58o. lugar no PISA entre 65 países • Alta proporção de estudantes abaixo do grau de proficiência no PISA. (BRANCO, 2015).</p> <p>Côrte: Há uma conscientização de que a valorização da educação é que vai nos ajudar a sair mais depressa das crises. Aliás, vai nos ajudar a evitar as crises como nós estamos vivendo atualmente. Nós precisamos transformar o país através da educação e a partir do momento que nosso trabalhador, nossos jovens, de fato tiverem uma educação de qualidade própria para esse fascinante mundo do trabalho (um mundo em transformação) nós certamente teremos um país mais competitivo, melhores oportunidades de emprego e também remuneração para o jovem para trabalhar. (MOVIMENTO..., 2017b).</p>			
--	---	--	--	--

(conclusão)

APÊNDICE 03

DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA: DADOS EMPÍRICOS SELECIONADOS POR MEIO DO SOFTWARE NVIVO

(continua)

A educação para o capital humano	Sociedade do conhecimento	A abordagem das competências	O paradigma das neurociências
<p>Portanto, o primeiro e fundamental benefício para as empresas está em garantir que seus investimentos em capital humano elevem os níveis de escolaridade e de qualificação de seus trabalhadores, elevando consequentemente suas competências para o trabalho, de modo que tenham um nível de escolaridade compatível com as exigências de qualificação estabelecidas pela empresa e que represente, também, uma garantia de sua participação competitiva no mercado. (EDUCAÇÃO..., 2015, p. 85).</p> <p>Na origem das iniciativas está a convicção que ganha força no meio empresarial: o investimento na formação do capital humano garante retorno na forma de maior produtividade e eficiência dos processos produtivos, melhorando o engajamento, aumentando a satisfação no ambiente de trabalho e contribuindo, também, para a redução do absenteísmo, da rotatividade e dos acidentes. (FIESC, 2018a).</p> <p>O Movimento segue firme em busca de seus objetivos, pois Santa Catarina precisa de mais educação de qualidade para seguir se desenvolvendo. Com reconhecida vocação</p>	<p>O conhecimento é a base da produtividade e da competitividade no mercado. (FIESC, 2013, p. 05).</p> <p>Na era do conhecimento, não faz mais sentido falar em mão de obra, pois o papel do trabalhador ganha relevância cada vez maior. É ele, e não o maquinário, que vai determinar o nível de competitividade da indústria. O cenário de competição cada vez mais acirrada reforça isso. (CÔRTE, 2018b, p. 93).</p> <p>A economia do século 21 é baseada no conhecimento. (FIESC, 2018a).</p> <p>A educação está na origem dos problemas sociais e econômicos do País e ao mesmo tempo é o meio para a construção de uma sociedade mais justa e produtiva. Elevação da escolaridade, da</p>	<p>A educação e o desenvolvimento de competências, no contexto empresarial, agregam valor aos negócios e aos próprios detentores de credenciais educacionais mais altas e diferenciadas. (FIESC, 2013, p. 07).</p> <p>“sem investimento adequado em competências as pessoas definham à margem da sociedade” (RAMOS, 2015, p. 71).</p> <p>A questão que se coloca: [...] quais são as competências necessárias no futuro? Uma coisa é certa: não é com práticas ultrapassadas que construiremos um projeto viável para a sua inserção no mundo do trabalho. (CÔRTE, 2018b, p. 20).</p> <p>Nova narrativa para a Escola do Futuro: Foco na</p>	<p>Lim (2016) apresenta detalhes das neurociências para a construção do que chama de uma ciência global e interdisciplinar da aprendizagem. Fazendo referência ao relatório britânico Royal Society de 2011, o autor correlaciona educação e neurociência. Segundo ele, a neurociência procura entender os processos mentais envolvidos na aprendizagem, o que seria um terreno comum que, no futuro, poderá mudar o fazer educacional, transformando-o a partir de critérios científicos confiáveis. Utiliza como exemplo para justificar sua observação as mudanças que a ciência fez na prática médica no passado.</p> <p>Segundo Lim (2016, p. 10) "os neurocientistas estão</p>

<p>para a economia de base tecnológica, suas organizações públicas e privadas estão alinhadas no objetivo de desenvolver ao máximo o setor. O que determinará o sucesso da empreitada é o capital humano, pois a economia do século 21 é feita, acima de tudo, por gente capacitada e criativa. Os catarinenses merecem a oportunidade de participar desse processo e construir um futuro promissor. O Movimento existe para isso. (FIESC, 2018a).</p> <p>O problema de desenvolvimento econômico do Brasil é de produtividade e capital humano. (BRANCO, 2015).</p> <p>Competitividade das empresas positivamente correlacionada com o capital humano dos administradores. Transformação estrutural para serviços modernos é dificultada pela escassez de capital humano. Educação é extremamente importante para a produtividade dos serviços. (BRANCO, 2015).</p>	<p>qualidade da educação e da qualificação profissional são fatores determinantes para a inserção do Brasil na economia do século 21, que é baseada no conhecimento. (FIESC, 2018a).</p>	<p>aprendizagem significativa e competências holísticas; aprendizagem ancorada no fenômeno da vida real.</p> <p>Kyllönen (2017) explica que o futuro da aprendizagem escolar está relacionado com dimensões da aprendizagem baseada em evidências/fenômenos [...] desenvolvendo ambientes de aprendizagem inteligentes para desenvolver para as competências do século 21.</p> <p>Ryymin (2015), pesquisadora na Universidade finlandesa HAMK - voltada às ciências aplicadas, defende a abordagem baseada em competências na educação profissional.</p>	<p>descobrir os mecanismos cerebrais subjacentes ao aprendizado ... Algoritmos de aprendizado estão sendo desenvolvidos em máquinas para permitir que robôs e computadores aprendam".</p> <p>Avanços em neurociência e construção de uma ciência de aprendizagem global e interdisciplinar. (LIM, 2016).</p> <p>Ciência para educação: uma janela de oportunidade para o Brasil. (LENT, 2016).</p> <p>O que acontece no cérebro quando aprendemos? (LOUZADA, 2016).</p>
--	--	--	---

(conclusão)

APÊNDICE 04

DIMENSÃO EDUCACIONAL: DADOS EMPÍRICOS SELECIONADOS POR MEIO DO SOFTWARE NVIVO

(continua)

Educação 4.0	Educação básica e profissionalizante	Finalidades sociopolíticas da educação	Formação de professores (o que se espera do docente)	Um modelo para a gestão escolar
<p>É preciso repensar os modelos educacionais existentes no país. (FIESC, 2013, p. 05)</p> <p>Educação 4.0</p> <p>Será preciso “suscita[r] o desejo de aprender novas técnicas, conhecer novos materiais e processos. Os estudantes passam de consumidores a produtores de tecnologia, de alunos passivos a pensantes e ativos, na execução de seus projetos, relacionando o ato de pensar ao de fazer. (CÔRTE, 2018b, p. 27)</p> <p>A escola do século 21 que se almeja construir em Santa Catarina também precisa incorporar tecnologias contemporâneas. Um dos</p>	<p>O termo educação transcende a mera formação escolar. Por educação, compreende-se, também, a qualificação do trabalhador e seu preparo para as demandas do mercado de trabalho. A indústria catarinense vive hoje uma situação em que a escassez de recursos humanos qualificados é fator limitante para o desenvolvimento industrial. A capacidade de inovação da indústria também é afetada pela escassez de recursos humanos qualificados. (FIESC, 2014a)</p> <p>[...] apesar da excelência na formação profissional técnica, ainda é necessário que seja mais valorizada por aqueles que buscam o mercado de trabalho: menos</p>	<p>[...] a educação ganha relevância cada vez maior, ainda mais no atual mundo do trabalho, em fase de rápida transformação. (CÔRTE, 2018b, p. 37)</p> <p>Segundo Côrte (2018), para reduzir a violência no Brasil “é preciso um sistema de educação de qualidade e que a escola ensine princípios básicos, como a moral e os bons costumes”. (CÔRTE, 2018b, p. 29).</p> <p>O Workshop EducaRH teve como principal objetivo construir, de forma colaborativa, as bases de um Plano de Desenvolvimento de Pessoas que atenda as demandas atuais e futuras das empresas.</p>	<p>Os professores precisam estar comprometidos com a preparação de nossos futuros cidadãos-trabalhadores. Devem ter paixão pelo que fazem e despertar nos alunos a curiosidade do saber. (CÔRTE, 2018b, p. 86)</p> <p>Se a natureza do trabalho e das profissões sofrerá alterações, também haverá necessidade de dar nova forma aos programas de aprendizagem das escolas e à preparação dos professores. (FIESC, 2018a)</p> <p>Antônio Nóvoa. O especialista desafiou o público a repensar a formação, a profissionalização e a forma de atuação do professor. Para ele, o</p>	<p>A escola do século XXI defronta-se com incumbências e desafios que tornam obsoleto o perfil tradicional de um gestor centrado apenas em rotinas pedagógicas e burocrático-administrativas. (FIESC, 2017e). Carta de apresentação Glauco</p> <p>A profissionalização do gestor escolar, para atender aos novos desafios, torna-se condição para efetivar a Gestão Democrática Escolar. (FIESC, 2017e)</p> <p>Em decorrência da autonomia pedagógica, administrativa e financeira e da necessária descentralização, bem como os desafios complexos, abrangentes e</p>

<p>avanços nesta frente, proporcionado pelas parcerias do Movimento, é a utilização do programa Google for Education, que disponibiliza uma série de recursos para a interação on-line entre alunos e professores. A colaboração começou a ser alinhavada em 2015, quando Rodrigo Pimentel, diretor para a América Latina da plataforma educacional do Google, participou de um seminário promovido pelo Movimento. (FIESC, 2018a)</p> <p>Os jovens querem uma educação moderna e que faça sentido à sua vida. Eles representam quase um terço da população mundial e suas opiniões têm que ser consideradas. (CÔRTE, 2018b, p. 33-34)</p> <p>Repensar a educação tem que ser uma ação associada ao diálogo com os jovens, que devem ser os protagonistas dessa mobilização, através do</p>	<p>de 20% dos estudantes brasileiros escolhem o ensino técnico como forma de iniciar a sua formação profissional. Em outros países, esse índice chega a superar 50%. (CÔRTE, 2018b, p. 70)</p> <p>A educação profissional é o caminho mais curto para a inserção no mundo do trabalho e a saída para reduzir o desemprego entre jovens, que atinge o dobro da taxa registrada no total da população. Em tempos de crise, os mais qualificados são os últimos a perder o emprego. Com trabalhadores cada vez mais qualificados, a indústria também terá melhores condições para sair antes das crises econômicas. (CÔRTE, 2018b, p. 74)</p> <p>A participação na WorldSkills proporciona importantes reflexos para a educação profissional, que são incorporados ao cotidiano das escolas. Entre eles, estão a aproximação dos estudantes com modernas tecnologias e o intercâmbio de experiências. Além disso, permite o alinhamento com o</p>	<p>Lideranças da FIESC e ABRH e palestrantes experientes destacaram a Educação como uma importante estratégia para o aumento da produtividade no trabalho e competitividade dos negócios. Os participantes também tiveram a oportunidade de conhecer práticas educacionais de diversas empresas, que demonstraram a relevância do investimento em Educação. (FIESC, 2016a, p. 07) – Introdução do guia EducaRH por Glauco Côrte</p> <p>O Movimento A Indústria pela Educação é uma resposta ao compromisso de transformação estrutural da indústria, cujas diretrizes apontam a educação como um dos fatores críticos para a competitividade industrial. Isso porque, na economia do conhecimento, a inovação é o fator fundamental para a geração de riquezas. E</p>	<p>modelo educacional atual, ainda baseado em premissas adotadas no século 19, está ultrapassado. “Ele era utilizado para normalizar, para padronizar o conhecimento, tanto para a formação de professores quanto de alunos.” E fez um convite para que professores deixem de lado preconceitos com inovações como as ferramentas digitais. “A geração atual tem grande vontade de se comunicar, e isso é essencial para a educação”, afirma. (FIESC, 2018a)</p> <p>Hoje, as mudanças estruturais na sociedade e os avanços da tecnologia exigem novos currículos e novas metodologias. Tais mudanças e recursos, antes de distanciar, devem aproximar Professores, alunos, famílias e sociedade. Por isso, investir na formação continuada dos Professores, em termos de competências e habilidades, é uma</p>	<p>diversificados da escola atual e futura, o gestor da unidade escolar e de seus processos educacionais defronta-se com a necessidade de profissionalização para o desempenho competente de suas atribuições. (FIESC, 2017e)</p> <p>Mobilização dos Gestores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular o aprimoramento dos processos de gestão, promovendo a capacitação, reflexão e a troca de experiências exitosas entre os gestores. <p>Prêmio Santa Catarina pela Educação: Reconhecer as empresas por suas práticas educacionais. (CÔRTE, 2016a).</p> <p>Uma das principais causas do insucesso de muitas organizações é a falta de metodologia aplicada para solucionar problemas, bem como a catalogação de tudo que ocasiona o resultado obtido. Por mais que os gestores busquem a qualificação própria e a das</p>
---	--	---	---	---

<p>estímulo para que reflitam sobre a educação a partir de uma perspectiva inovadora, a fim de prepará-los para o mundo do trabalho e para a vida. (CÔRTE, 2018b, p. 34)</p> <p>O Movimento SC pela Educação “[...] está incluindo os jovens e os professores no centro das estratégias para transformar a educação em educação de qualidade real. Juntos, e a partir dessa nova educação”. (CÔRTE, 2018b, p. 34)</p> <p>Singapura como modelo de educação – primeiro lugar no PISA/OCDE. (p. 41) Movimento Santa Catarina pela educação realizou missão a esse país. O sistema educacional é pautado na relevância e no mérito, com alinhamento [...] entre Ministério da Educação, instituições formadoras de professores e escolas. Tudo é perfeitamente pensado para alcançar os dois grandes objetivos da Educação de Singapura:</p>	<p>que existe de mais avançado na educação profissional em todo o mundo. (CÔRTE, 2018b, p. 75-76)</p> <p>Começa a crescer a percepção de que a formação técnica pode abrir portas para o mercado de trabalho, dar o primeiro impulso na carreira, proporcionar salários expressivos e facilitar a continuidade dos estudos em nível superior. Diferente de algumas profissões tradicionais que, saturadas, remuneram abaixo das expectativas. (CÔRTE, 2018b, p. 90)</p> <p>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA SEM EDUCAÇÃO BÁSICA. “Embora seja importante ficarmos atentos às competências críticas para o sucesso da força de trabalho do futuro, não podemos esquecer, também, do momento presente, no que se refere ao nível de escolaridade e qualificação de nossos trabalhadores. Para atender as exigências</p>	<p>nenhum país inova sem contar com uma boa base educacional. (FIESC, 2013, p. 04)</p> <p>A FIESC, com a criação desse Movimento, conclama o empresário catarinense a aderir à causa da educação por meio do apoio ao Movimento mediante a realização de ações que repercutam na elevação do nível educacional dos trabalhadores das indústrias e no aumento de sua competitividade. (FIESC, 2013, p. 05)</p> <p>Enquanto no Brasil apenas da 30% população adulta tem ensino médio completo, esse percentual atinge níveis de 80 a 90% na Alemanha e nos Estados Unidos. (FIESC, 2013, p. 04). Dados pouco animadores para o país, que continua abaixo da média mundial nos pilares educacionais de leitura, matemática e ciências. (FIESC, 2013, p. 04)</p>	<p>prioridade urgente. (CÔRTE, 2018b, p. 70)</p> <p>A qualidade das aprendizagens depende da qualidade do trabalho do professor. Evidências mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).</p> <p>1.471.930 alunos frequentam cursos de licenciatura no Brasil, o que representa 18,4% do total de alunos na educação superior de graduação. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).</p> <p>A política nacional de formação de professores acolhe os princípios estabelecidos na constituição federal, na lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), no plano nacional de educação (PNE), em particular as metas 15 e 16.</p>	<p>equipes sob seu comando, em muitos casos o que é aprendido na teoria não é realizado na prática devido ao fluxo de trabalho, que é cada vez mais intenso, exigindo decisões rápidas para solucionar problemas. (FIESC, 2017e). O objetivo é evidenciar a maturidade de gestão das escolas e identificar oportunidades de melhoria, tratadas com o auxílio do Plano de Ação, baseado no método de análise e solução de problemas. (FIESC, 2017e)</p> <p>“Os Arranjos de Desenvolvimento da Educação são uma oportunidade ímpar e ao mesmo tempo desafiadora, já que trabalhar em rede exige uma nova forma de pensar e de agir para melhorar os indicadores educacionais, especialmente no caso dos municípios de maior vulnerabilidade social e econômica. [...] tais arranjos como um modelo que pode efetivamente contribuir para melhorar a qualidade da Educação</p>
---	--	---	---	---

<p>efetivar as aspirações dos estudantes e desenvolver a economia. Os ensinos primário e secundário são públicos, com pequenos custos para os alunos, enquanto o ensino superior é privado, porém, com vultosa coparticipação estatal. O idioma ensinado nas escolas é o inglês, mas um segundo também é oferecido: mandarim, malaio ou tâmil. (CÔRTE, 2018b, p. 42)</p> <p>O Movimento sc pela educação tem o mesmo propósito do lema de Singapura: formar cidadãos criativos, com formação técnica, dotados de boas características socioemocionais e preparados para atender às necessidades do mundo do trabalho... A tecnologia pode abreviar o nosso salto para o futuro. Questão de vontade política em colocar a educação como a primeira prioridade do Brasil. (CÔRTE, 2018b, p. 50)</p>	<p>do novo mundo do trabalho precisamos de 100% desses trabalhadores escolarizados. (CÔRTE, 2018b, p. 38)</p> <p>Educação para o mundo do trabalho é aquela que oferece ao jovem conhecimentos, competências e habilidades indispensáveis ao seu desenvolvimento pessoal, como cidadão e como agente produtivo. (CNI, 2013, p. 08)</p> <p>A elevação da escolaridade e da profissionalização dos trabalhadores pelas próprias empresas industriais situa-se no contexto da gestão de riscos sociais, a partir da ótica da gestão de outros riscos comuns aos negócios, como os riscos financeiros, ambientais, legais, jurídicos, etc. (FIESC, 2013, p. 06)</p> <p>É consenso entre essas empresas que trabalhadores escolarizados e melhor qualificados têm condições de produzir mais e com maior eficiência. Por isso, acreditam que investir em educação básica e qualificação profissional</p>	<p>O Movimento A Indústria pela Educação, como uma das estratégias para canalizar a força da Indústria de Santa Catarina para a realização de ações educacionais, que visam repercutir positivamente na vida do trabalhador e no crescimento sustentável do parque industrial. (FIESC, 2013, p. 07). Privilegia o fortalecimento das competências fundamentais do trabalhador para contribuir com o aumento da competitividade das indústrias como: flexibilidade, criatividade, empreendedorismo e poder de inovação. educar para a cidadania e para a inserção produtiva. (FIESC, 2013, p. 35)</p> <p>“As lições-chave das políticas de desenvolvimento de competências relevantes incluem: (1) incentivar e permitir que as pessoas aprendam ao longo da vida; (2) estimular a</p>	<p>(GUIMARÃES DE CASTRO, 2017). PRINCÍPIOS regime de colaboração (união, redes de ensino, instituições formadoras), visão sistêmica, articulação instituição formadora e escolas de educação básica, domínio dos conhecimentos previstos na BNCC, articulação teoria e prática interdisciplinaridade, interculturalidade e inovação formação humana integral. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017). FORMAÇÃO CONTINUADA • FORMAÇÃO DE GESTORES (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017). Ryymin (2015) - Formação de professores e parcerias com empresas e indústrias: experiências educacionais na Finlândia. O autor inicia sua fala indagando: por que a</p>	<p>brasileira mediante a prática do regime de colaboração.” (RAMOS, 2015, p. 27). O MOVIMENTO A INDÚSTRIA PELA EDUCAÇÃO ME PARECE QUE SEGUE ESSA PROPOSTA, COM PARCERIAS E TRABALHO EM REDE, ALINHADO A PROPOSTA DO MOZART</p> <p>O problema de accountability (responsabilização) talvez seja o mais difícil de ser superado pela gestão em rede: a quem culpar se algo sai errado quando a autoridade e a responsabilidade são divididas? Quem deve prestar contas e a quem? (RAMOS, 2015, p. 17)</p> <p>“Uma coordenação federativa bem-sucedida é, na verdade, um híbrido de práticas competitivas e cooperativas; as primeiras estão relacionadas com a participação autônoma dos entes federados no processo decisório</p>
---	---	---	---	--

<p>os jovens estão preocupados com a qualidade da educação que recebem. Não se conformam mais com a mesmice. (CÔRTE, 2018b, p. 77-78)</p> <p>Temos que desenvolver uma escola que prepare para os desafios do mundo moderno [...] A visão de mundo mudou. O Brasil tem que mudar sua forma de educar. (CÔRTE, 2018b, p. 86)</p> <p>“Nesse novo contexto, o professor passa a assumir o papel de tutor, ajudando os alunos a descobrirem seus interesses e talentos, e assim buscar de forma autônoma um aprendizado adequado às suas necessidades.” (RAMOS, 2015, p. 124) PEDAGOGIA NÃO DIRETIVA?</p> <p>“A arquitetura da sala de aula mudará radicalmente. A estrutura rígida dará lugar à flexibilidade, para acomodar alunos em</p>	<p>ajuda a garantir profissionais para uma produção de maior valor agregado. (EDUCAÇÃO..., 2015, p. 85)</p> <p>Algumas estatísticas da Educação Técnica no Chile: A decisão de optar pelo Ensino Técnico não ocorre no 2º Ensino Médio, mas muito antes: aos 13 anos, quatro entre dez jovens que se formam na escola vêm de formação técnica. Do total de matrículas no ensino superior, 42% são em centros e institutos técnico-profissionais. É preciso elaborar um Plano Nacional de Formação Especial de Professores para Educação Técnica. (CHILE, 2016).</p> <p>A educação básica é a base do processo de formação de recursos humanos, pois compreende o acesso universalizado ao conhecimento básico educativo, capaz de garantir à pessoa condições para qualificar-se para o trabalho, para participar e produzir. A educação continuada</p>	<p>mobilidade internacional de pessoas qualificadas para preencher vazios de competências; (3) promover políticas transfronteiriças de competências. Esse último aspecto significa, em outras palavras, a necessidade de investir em competências no exterior e de fomentar a Educação Superior transfronteiriça, o que pode ajudar um país a ampliar seu inventário de competências com mais rapidez do que se dependesse apenas dos recursos internos”. (relatório OCDE sobre competências, citado por Ramos, 2015, p. 71)</p> <p>Um jovem fora da lei não percebe que a educação é ponte para uma vida longa, feliz, longe da marginalidade. A educação de forma atraente, que prepare para a vida, é a melhor forma de minimizar esses dois problemas. (CÔRTE, 2018b, p. 30) (1. evasão</p>	<p>Finlândia é inovadora? Segundo ele, houve mudanças ao longo do tempo que colocaram a Finlândia em seu atual estágio de desenvolvimento. Dentre elas destaca as seguintes políticas: a) Escola básica de nove anos já no início dos anos 1970; b) Lei sobre a formação de professores aprovada em 1979; c) Mudanças na educação secundária nos anos 1980/90; d) Aumento de confiança no país desde o início dos anos de 1990. (RYYMIN, 2015).</p> <p>Ryymin (2015) cita algumas características do que denomina "jeito" finlandês de educação, em contraposição ao movimento global de reforma na educação centralizado em temas como Concorrência, Padronização, Responsabilização baseada em testes e Controle. Diferentemente, na Finlândia, os paradigmas vão na contramão da tendência</p>	<p>conjunto, enquanto as práticas cooperativas se desenvolvem no campo das parcerias e dos arranjos integrados tanto no plano territorial como no das políticas públicas”. (RAMOS, 2015, p. 18).</p> <p>“o regime de colaboração, desde que instituído legalmente entre os entes federados, ganha dimensão estratégica para o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado, por sua vez, na lógica de arranjo educativo”. (RAMOS, 2015, p. 22)</p> <p>“em 2009 [...] o terceiro setor (institutos e fundações de empresas) iniciou, em parceria com municípios de um dado território, e contando com o apoio dos estados e do próprio MEC, um modelo de colaboração no sentido mais horizontal, por ser intermunicipal, que ficou conhecido como Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs)”</p>
---	---	---	---	---

<p>grupos, permitindo um trabalho mais interativo e colaborativo” (RAMOS, 2015, p. 125)</p> <p>o foco sairá do conteúdo curricular e as habilidades socioemocionais ocuparão lugar fundamental na formação dos estudantes”. (RAMOS, 2015, p. 123) A EDUCAÇÃO EM 2030.</p> <p>“o conhecimento acadêmico não será o mais valorizado na formação dos estudantes, mas sim as competências pessoais, como a habilidade de interagir com os outros, se comunicar, tomar decisões e gerir o tempo de forma eficaz” (RAMOS, 2015, p. 123)</p> <p>E o Brasil? Enquanto ainda estamos tentando resolver a agenda do século 20, muitos países estão implementando com toda força a agenda do século 21”. (RAMOS, 2015, p. 126)</p> <p>“Não basta apenas alocar mais recursos – é preciso</p>	<p>estimula o desenvolvimento dessas competências pessoais e produtivas do trabalhador. A educação profissional, por sua vez, assegura a inserção qualificada do estudante no mercado de trabalho. (FIESC, 2013, p. 02)</p> <p>Singapura “concentrou esforços em formar cidadãos com boa bagagem técnica, por meio do ensino técnico e das escolas de engenharia e, além disso, preparou os estudantes para a vida, focando em características socioemocionais.” (CÔRTE, 2018b, p. 49-50)</p> <p>Educação profissional será a temática central do Movimento em 2019. Com a reforma do ensino médio, ela é um dos itinerários que podem ser trilhados pelos estudantes. No Brasil, menos de 10% escolhem o curso técnico para iniciar sua formação profissional. (FIESC, 2018a)</p> <p>EDUCAÇÃO QUE FAÇA DIFERENÇA (FUNCIONAL)</p>	<p>escolar; 2. Marginalidade).</p> <p>Educar para a vida é preparar o cidadão para aproveitar as oportunidades e reduzir a pobreza. (CÔRTE, 2018b, p. 30)</p> <p>os jovens querem pais integrados à vida escolar, professores preparados e uma escola de qualidade que os atraia, envolva e prepare para a vida. (CÔRTE, 2018b, p. 30)</p> <p>Um dos diferenciais do Movimento está em sua abrangência, envolvendo, além da Fiesc, as federações empresariais do comércio (Fecomércio), da agricultura (Faesc) e do transporte (Fetransesc), além dos trabalhadores, da Secretaria de Educação, do Conselho Estadual de Educação e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), entre outras entidades e líderes empresariais, que</p>	<p>mundial: ao invés da ênfase exagerada em temas considerados importantes, o jeito finlandês abre espaço para a liberdade e a criatividade; na contramão da competição adotam a colaboração; ao invés da padronização a singularidade de cada um; a responsabilidade é baseada na confiança compartilhada entre a comunidade escolar; ao invés do controle a autonomia. Portanto, de acordo com Ryymin (2015) há um modelo educacional oposto da educação mercantil, com valorização da profissionalidade dos agentes educativos.</p> <p>Ryymin (2015) registra o que, em sua visão, seriam os principais fatores que levaram ao bom desempenho educacional na Finlândia: Boa escola para todos com políticas adotadas desde - 1866: Escola Popular (mesma educação para todos), 1919/21: A Constituição e a Lei da Educação: A</p>	<p>(RAMOS, 2015, p. 22) EXISTE ATÉ HOJE E ESTÁ REGULAMENTADO NO PNE, ART. 7º, § 7º.</p> <p>“Fica claro que as empresas precisam trabalhar em conjunto com as instituições de ensino, para que os alunos adquiram as competências demandadas pelo mundo do trabalho”. (RAMOS, 2015, p. 71)</p> <p>Uma das mensagens passadas aos educadores é a de que a boa gestão de uma escola está diretamente relacionada à elevação da qualidade do ensino oferecida e ao desempenho dos alunos. Ou, em uma linguagem mais empresarial, a boa gestão dá resultado. Pesquisas nos Estados Unidos revelam que a disparidade entre os resultados de escolas é explicada, em grande parte, pelas diferenças gerenciais, pois o gestor é o regente da orquestra formada por professores, alunos, pais e servidores,</p>
---	---	--	--	---

<p>também tomar as decisões e medidas necessárias para oferecer às nossas crianças e jovens uma escola pública de qualidade, preparando-os para enfrentar efetivamente os desafios impostos pelo século 21". (RAMOS, 2015, p. 127)</p> <p>LÓGICA DA ADAPTAÇÃO PARA SOBREVIVÊNCIA NESTE MUNDO DE INCERTEZAS.</p> <p>O Movimento atua para modificar esse quadro, constatando que a educação passa por profundas transformações em todo o mundo e que essas transformações precisam chegar a Santa Catarina. Daí o apoio do Movimento a iniciativas que levem à elevação da escolaridade dos trabalhadores e sua formação profissional, à incorporação de novas tecnologias ao processo educacional, à flexibilidade do ensino, à boa gestão escolar, à formação dos professores, ao desenvolvimento de</p>	<p>Para que o País tenha um crescimento econômico apoiado no ensino, como ocorreu na Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong, o mais importante é que o conhecimento faça diferença, com impactos tanto sociais quanto na vida profissional das pessoas. (CÔRTE, 2018b, p. 95)</p> <p>Uma educação que faça a diferença precisa, portanto, englobar mais aspectos relacionados ao mundo do trabalho. As elevadas taxas de evasão no ensino médio são provas disso: quando o jovem se dá conta de que, no curto prazo, a escola não contribui para o alcance de seus anseios profissionais, ele opta por se dedicar àquilo que lhe garanta renda. (CÔRTE, 2018b, p. 96)</p> <p>Escola Profissional do Futuro (EPF): O foco não está em conteúdos, mas sim na resolução de problemas do mundo real. (FIESC, 2013, p. 32)</p>	<p>trabalham para colocar o tema no topo das prioridades dos cidadãos e dos governos, por uma educação de qualidade. Como resultante, as demais preocupações serão mais facilmente superadas, começando por meio do voto consciente e da escolha de políticos éticos e preparados. (CÔRTE, 2018b, p. 56-57)</p> <p>A educação é um processo complexo e dinâmico que precisa envolver, além dos professores e gestores, a família comunidade, o governo e a representação política na construção de uma educação de qualidade. A escola que queremos é aquela que seja desafiante para os professores e atrativa, acolhedora e estimulante para os estudantes. Ela deve ser um local de ensino e diálogo, onde se aprende a conviver respeitando as diferenças e que se mantém</p>	<p>educação é um direito civil de todos, 1966: Peruskoulu (escola básica abrangente, 1970), 1980: Rastreamento / fluxo abolido.</p> <p>Requisitos adotados na Finlândia para aumentar a relevância da educação no mercado de trabalho. Os fatores mais importantes no sucesso da implementação das políticas finlandesas: 1. O sonho finlandês: boa escola para todos 2. O princípio finlandês: menos é mais 3. O privilégio finlandês: professores 4. O jeito finlandês: Apenas peixes mortos seguem a raia. (RYYMIN, 2015).</p> <p>Os professores na Finlândia possuem um forte senso de serem profissionais estimados, semelhante a um médico, engenheiro ou economista. A formação de professores na Universidade HAMK, na Finlândia, de acordo com Ryymin (2015) busca subsidiar os futuros docentes com o conhecimento e competências para orientar o processo de</p>	<p>configurando-se na liderança capaz de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento dos estudos. (FIESC, 2018a)</p> <p>O programa de gestão escolar, que segue promovendo eventos e cursos de qualificação em Santa Catarina, pode ser entendido como uma parceria entre o setor privado e o poder público, em que o privado pode contribuir com a experiência gerencial para melhorar os resultados do público. Trata-se de uma tendência contemporânea, pois no passado o foco da gestão educacional era a área pedagógica. "Com a complexidade dos tempos atuais, de fortes discontinuidades tecnológicas, a escola precisa se reinventar, buscar novas formas de atuação e parcerias em busca de melhores resultados", diz Mozart. (FIESC, 2018a)</p> <p>O estágio atual da gestão das mais de 20 mil</p>
--	---	---	---	---

<p>competências e à educação integral, tudo convergindo para o mote central de se almejar uma educação para o mundo do trabalho contemporâneo. Uma educação que seja capaz de suportar mudanças radicais. (FIESC, 2018a) O engajamento dos trabalhadores é fundamental, pois significa capital e trabalho unidos pelo mesmo objetivo, para a resolução de problemas comuns”??</p> <p>No setor de transportes, o SEST/SENAT passou a oferecer 200 cursos por meio de uma plataforma de ensino a distância, que teve 15 milhões de acessos em 2017. Na agricultura, o SENAR oferece o Curso Técnico em Agronegócio, com 80% de aulas a distância e 20% presenciais, ministradas em oito polos de apoio. O engajamento dos trabalhadores é fundamental, pois significa capital e trabalho unidos pelo mesmo objetivo, para</p>	<p>Algumas estatísticas da Educação Técnica no Chile: a decisão de optar pela educação técnica não ocorre no segundo ano do Ensino Médio, mas aos 13 anos de idade. 4 em cada 10 jovens chilenos que terminam o colégio são provenientes da formação técnica. (CHILE, 2016).</p> <p>Inspirado em países como Canadá, Alemanha e Reino Unido, Chile (2016) retrata a importância do vínculo entre escola e empresa nos seguintes itens: financiamento, currículo, material didático, tecnologias pedagógicas, docentes guias e perfis laborais promotores da educação continuada. Além disso, estabelece relações entre setor privado, Escolas e Liceus, sociedade civil e Estado.</p> <p>O conjunto de 10 proposições aqui apresentado é a síntese dos principais resultados decorrentes da Pesquisa “O OLHAR DOS JOVENS</p>	<p>atualizada e atenta ao contexto social do seu entorno. (CÔRTE, 2018b, p. 62-63)</p> <p>[...] O apoio dos voluntários pode ajudar a melhorar a qualidade da educação e contribuir para a construção de um País mais desenvolvido e sustentável. Seja um voluntário! Procure a Fiesc. (CÔRTE, 2018b, p. 68)</p> <p>VISÃO REDENTORA DE EDUCAÇÃO – [...] Nossa Senhora foi a primeira professora de seu filho, o menino Jesus, a quem ensinou os conceitos fundamentais de justiça e caridade, que marcaram a sua vida pública. Com José, o seu pai, aprendeu o ofício de carpinteiro. Maria e José, foram os seus carinhos mestres, deixando-nos o legado da importância da família na educação dos filhos. (CÔRTE, 2018b, p. 70)</p> <p>“As lições-chave das políticas de</p>	<p>aprendizagem dos alunos com origens diversas; dotando-os da capacidade de desenvolver competências, reconhecendo as tendências e necessidades futuras no setor de emprego.</p> <p>Perfil do professor na Universidade HAMK (Finlândia): Diploma de bacharel; 3-5 anos de experiência profissional; De alta tecnologia e engenharia, ciências sociais, comunicações e negócios e indústria; Progresso como educador no ensino superior, instituições de ensino profissional, faculdades, instituições de educação de adultos, organizações do setor público, nos negócios e indústria. (RYYMIN, 2015).</p> <p>Formação e cooperação de professores na Finlândia com empresas e indústrias: 1) Os objetivos e competências da formação de professores são definidos em conjunto com os representantes do</p>	<p>escolas brasileiras é, na média, reconhecidamente frágil, de acordo com levantamento realizado com 1,8 mil escolas em sete países. São vários os fatores que pesam neste resultado, a começar pela falta de formação específica. Sete em cada dez diretores de escolas têm formação em Pedagogia, Letras ou História, mas não possuem conhecimentos gerenciais. (FIESC, 2018a)</p> <p>Neste contexto de falta de planejamento e de profissionalismo na gestão, recursos preciosos destinados à educação são desperdiçados. O que explica, em parte, o fato de o Brasil direcionar uma fatia relevante do Produto Interno Bruto à educação (6%) e colher maus resultados em termos de qualidade do ensino. Prova de que os gestores necessitam ir além das questões pedagógicas e saber como utilizar, racionalizar e otimizar os recursos disponíveis. Dito</p>
---	--	--	---	--

<p>a resolução de problemas comuns”</p> <p>As tendências tecnológicas decorrentes da Quarta Revolução Industrial (Indústria 4.0) alterarão o conteúdo dos currículos de ensino, dada a crescente defasagem do conhecimento adquirido e de sua aplicabilidade. Somadas às competências técnicas e de qualificação formal, amplia-se a exigência quanto às aptidões pessoais. (CÔRTE, 2018b, p. 21)</p> <p>A evolução para a Indústria 4.0 depende, dentre outras variáveis, de pessoas capacitadas para ocupar vagas que exigem alto conhecimento sobre automação, robótica, programação, indústria avançada, internet das coisas, big data e afins, além de um sólido conjunto de competências socioemocionais. No Brasil existe um descompasso entre o modelo pedagógico</p>	<p>SOBRE A EDUCAÇÃO CATARINENSE”. As respostas demonstram os aspectos positivos percebidos pelos estudantes no processo educacional atual e também os que demandam maior atenção. (CARRADORE; RAUBER; HACK, 2017, p. 38)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aproximar a família da escola e conscientizá-la da importância de acompanhar a vida escolar dos filhos são essenciais para que os jovens percebam sua relevância no seu processo de aprendizado deles. 2. Manter um clima favorável ao aprendizado, repensar a forma como as aulas são dadas, preparar melhor os professores e atribuir sentido ao que está sendo aprendido são aspectos determinantes para que os jovens mantenham a motivação de permanecer na escola e concluir os seus estudos. 3. Valorizar a atuação dos professores, principalmente pela utilização de diferentes 	<p>desenvolvimento de competências relevantes incluem: (1) incentivar e permitir que as pessoas aprendam ao longo da vida; (2) estimular a mobilidade internacional de pessoas qualificadas para preencher vazios de competências; (3) promover políticas transfronteiriças de competências. Esse último aspecto significa, em outras palavras, a necessidade de investir em competências no exterior e de fomentar a Educação Superior transfronteiriça, o que pode ajudar um país a ampliar seu inventário de competências com mais rapidez do que se dependesse apenas dos recursos internos”. (relatório OCDE sobre competências, citado por Ramos, p. 71)</p> <p>“uma mensagem importante para as instituições formadoras, os governos e as empresas: sem integração e diálogo não</p>	<p>mundo do trabalho e empresas; 2) A formação de professores desenvolve as habilidades dos professores para avaliar que a educação e o treinamento vocacional encontram-se constantemente os requisitos de competência da vida profissional; 3) A formação de professores promove habilidades de empreendedorismo como habilidades de aprendizagem ao longo da vida no programa de treinamento; 4) Formação de professores oferece profissionais sob medida, Programas de certificação para as necessidades atuais das empresas e mundo do trabalho. (RYYMIN, 2015).</p> <p>Como a formação de professores descobre as necessidades de empresas e indústrias? Acompanhar e pesquisar tendências e competências futuras em mudança global. O que isso significa? Mudar nosso pensamento de uma abordagem baseada na ciência e no assunto -</p>	<p>de outra forma, o foco dos gestores deve ser verificar se as políticas governamentais produzem os resultados esperados a um custo razoável, se as metas e objetivos estão sendo alcançados e se a população está satisfeita. (FIESC, 2018a)</p> <p>Educação que faz sentido. Apoio e Acompanhamento dos processos de Gestão – apoio e acompanhamento da evolução dos processos (CONVIVA)</p> <p>Reconhecimento - reconhecer as boas práticas Gestão. (CARRADORE, 2016).</p> <p>"A Educação que precisamos para o País que queremos" – Sociedade brasileira. Aperfeiçoamento da governança e gestão. (CRUZ, 2016).</p> <p>REFORMA EDUCACIONAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de recursos é condição necessária mas não suficiente para melhorar a qualidade da
---	---	---	--	--

<p>escolar atual e as exigências do novo mundo do trabalho. Que competências crianças e jovens precisarão deter para serem bem-sucedidos em suas funções nesse ambiente tecnológico? (CÔRTE, 2018b, p. 26)</p> <p>No Sesi, “Eles são incentivados ao desenvolvimento de competências socioemocionais, como iniciativa, colaboração, negociação, pensamento crítico, resolução de problemas complexos, dentre outros, em meio à tecnologia de ponta, como impressoras 3D, cortadoras a laser, cortadoras de vinil, drones e placas eletrônicas”. (CÔRTE, 2018b, p. 27)</p> <p>Cada vez mais as melhores oportunidades demandarão pessoas dinâmicas, com ampla visão sobre o trabalho, com perspectivas diferenciadas e soluções inovadoras para os</p>	<p>técnicas e ferramentas que facilitam aos alunos o entendimento do conteúdo, bem como criam um clima favorável ao aprendizado em sala de aula.</p> <p>4. Realizar práticas pedagógicas que oportunizem a participação efetiva dos alunos nas atividades e assegurar adequada infraestrutura na escola são condição para um aprendizado eficaz.</p> <p>5. Priorizar, em relação às práticas pedagógicas, aquelas que trabalhem por meio de projetos com foco na resolução de problemas; façam uso de tecnologias educacionais e metodologias inovadoras; promovam a interação entre alunos, tendo o professor como mediador da aprendizagem, bem como a interação com a comunidade dentro e fora da escola.</p> <p>6. Inserir no processo de ensino e aprendizagem estratégias e práticas para o desenvolvimento das competências socioemocionais requeridas pelo mundo do trabalho e</p>	<p>será possível vencer a crise da empregabilidade juvenil, que terá enorme impacto no futuro sustentável das nações.” (RAMOS, 2015, p. 72)</p> <p>“Os baixos índices de aprendizagem escolar são uma das causas que vêm promovendo o aumento do gap de produtividade do Brasil em relação a outros países. Por exemplo: em 1980, o trabalhador brasileiro produzia o equivalente a 31% do trabalhador americano; em 2013, produziu menos de 20%. Com relação à Coreia do Sul, o trabalhador brasileiro produzia 10% mais do que um coreano; em 2013, produz apenas 29% do que um coreano – houve uma profunda inversão e o fator Educação (que não é o único, obviamente) possui um peso relevante nesse processo” (RAMOS, 2015, p. 88)</p>	<p>profundamente enraizada em todos nós - para estruturas de estudo vocacional baseadas nas atividades e funções da vida profissional; Quais são as competências e qualificações das indústrias, empresas e do mundo do trabalho? A mudança de uma formação baseada em assuntos/conteúdos para uma forma baseada em resultados de trabalho e aprendizagem. • Requisitos para aumentar a relevância da educação no mercado de trabalho; • A necessidade de uma linguagem comum entre educação e vida profissional; • A necessidade de mudar o foco da educação e do ensino de conteúdos de instrução para resultados de aprendizagem ou competências, • As habilidades que os alunos devem ter após completar seus estudos e qualificações. (RYYMIN, 2015).</p> <p>Compartilhando a formação de professores</p>	<p>educação; • Custo por aluno nas escolas públicas é elevado; • É fundamental a melhoria da gestão: escolas brasileiras bem menos eficientes do que em países desenvolvidos; • Recursos de TI, infraestrutura física e turmas menores são relevantes, porém o treinamento de professores é fator crítico; • Avaliação de performance e premiação são indispensáveis. (BRANCO, 2015).</p> <p>Profissionalização da gestão. Um novo gestor escolar para o século XXI. Uma escola de formação de gestores. Formação inicial dos gestores escolares no Brasil. % Pedagogia, Letras, História, Ciências Físicas e Biológicas (43% 16% 7% 5%). (RAMOS, 2016).</p> <p>Gestão compartilhada, regime de colaboração e impacto na aprendizagem escolar (1); A Experiência de Pernambuco (2); A Experiência do Ceará.</p>
---	--	--	--	---

<p>problemas da produção, que detenham e saibam complementar seu conhecimento técnico, tenham habilidades para o uso de ferramentas e tecnologias avançadas, trabalhem em equipes interdisciplinares, sejam proativas e determinadas. Enfim, pessoas detentoras de um conjunto de competências técnicas e socioemocionais, que são o desejo das empresas e o desafio das instituições de ensino – da educação básica, que fornece os alicerces para uma sólida formação, à educação profissional. (CÔRTE, 2018b, p. 31-32)</p> <p>Estudos e pesquisas com jovens brasileiros mostram, de forma recorrente, a falta de interesse pela escola, a defasagem entre o ensino e a sua realidade, o excesso de disciplinas e a baixa qualidade da educação. O resultado aparece nos indicadores de desempenho. (CÔRTE, 2018b, p. 53)</p>	<p>necessárias ao desenvolvimento pessoal para a formação de bons profissionais e bons cidadãos.</p> <p>7. Incluir na matriz curricular temas que desenvolvam a criatividade e a capacidade de inovar visando estimular o raciocínio para que, em situações adversas, os jovens possam ter ideias e saber como desenvolvê-las na prática.</p> <p>8. Orientar os jovens sobre a importância da Educação Profissional Técnica de nível médio em relação a sua preparação para o mundo do trabalho.</p> <p>9. Oportunizar aos jovens, no ambiente escolar, orientação profissional que lhes possibilite perceber os diversos percursos educacionais e profissionais possíveis para sua melhor preparação para o mundo do trabalho e construção do seu projeto de vida.</p> <p>10. Oferecer aos jovens a oportunidade de aprender sobre empreendedorismo, gestão, liderança, bem-</p>	<p>CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO Empreendedores vivem de superar desafios. Foi com este espírito que a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina propôs, em 2012, um imenso desafio não apenas para si, mas para a sociedade catarinense: elevar a escolaridade e a qualificação dos trabalhadores. (FIESC, 2018a, p. 10)</p> <p>não se tratava apenas de resolver o problema dos que já estavam empregados. Quase metade dos jovens abandonava os estudos antes de concluir o ensino médio, e a maior parte dos que o concluíam não estava preparada para o mundo do trabalho, precisando ser treinada e qualificada pelas empresas. Por isso, era necessário preparar melhor as novas gerações. (FIESC, 2018a)</p>	<p>finlandeses: • Acesso igual e gratuito à educação para todos; • Aprendizagem ao longo da vida; • Modelos pedagógicos para apoiar a aprendizagem centrada no aluno; • Com base em forte consenso e cooperação entre as instituições educacionais e o mercado de trabalho. (RYYMIN, 2015).</p> <p>A profissão do professor, em todos os níveis, é regulamentada pelo estado</p> <p>• Os professores são altamente qualificados • Os professores desempenham um papel central na internacionalização e na prevenção da exclusão social. (RYYMIN, 2015).</p>	<p>Pernambuco: contrato de gestão com as escolas estaduais. Ceará: a nova lei de rateio do ICMS municipal. A Nova Lei do ICMS (2007)</p> <p>1. Mecanismo de recompensa ao bom desempenho na Educação, Saúde e Meio Ambiente nos Municípios.</p> <p>2. Mudança de paradigma na gestão pública: da ênfase nos gastos para a ênfase nos resultados. (RAMOS, 2016).</p> <p>Lei Nº14.023/07 e Decreto Nº29.306/08. Gestão do território e regime de colaboração: Os arranjos de desenvolvimento da educação. (RAMOS, 2016).</p> <p>A publicação ministerial do PDE (página 6 do documento O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas) ressalta que, "para reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, exige pensá-la no plano de país. O PDE pretendeu</p>
---	---	---	---	--

<p>[...] está mais do que na hora de se pensar numa concepção inovadora para a educação, iniciando pelo ensino médio, que é a etapa mais crítica, com novo currículo, novo modelo pedagógico e formação integral do estudante, estruturada na ciência, na cultura e no trabalho, para atender as necessidades dos jovens e do Brasil do século XXI (CÔRTE, 2018b, p. 53-54)</p> <p>Como chegar lá? Aprendizagem em serviço: Cursos regulares, Móvel e à distância, MOOCs: massive open on line courses; Aprendizagem contínua (exemplos): AT&T treina on line e presencial, United Technologies: 3h/semana. Ex.: modelos vitoriosos: Japão e Alemanha. (PASTORE, 2018).</p> <p>Por que o Google for Education? Futuro já: 3 tendências em educação que mudam o jogo. Hoje a aprendizagem PODE estar</p>	<p>estar e qualidade de vida, profissões do futuro, processos criativos e educação financeira. (CARRADORE; RAUBER; HACK, 2017, p. 38)</p> <p>A educação integral é reconhecida como a abordagem mais adequada aos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho. O cenário é caracterizado pela extinção de várias profissões e o surgimento de novas, pelo fim da ideia de emprego duradouro e oportunidades de desenvolvimento de soluções para problemas sociais por meio da tecnologia. Nesse contexto, a educação integral deve permitir que os estudantes se desenvolvam com autonomia e engloba aspectos como o despertar das competências socioemocionais, que ganham importância equivalente às competências cognitivas. (FIESC, 2018a)</p> <p>“Na educação integral a escola deixa de ser vista</p>	<p>Os índices de evasão no ensino médio são altos e é preocupante o número de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham, os integrantes da chamada geração “nem-nem”. Isso ocorre porque a formação nas séries fundamentais é insuficiente e porque o ensino médio é pouco atraente e desconectado da realidade dos estudantes. (FIESC, 2018a)</p> <p>Meza (2016), em apresentação no Fórum Internacional de Educação promovido pela FIESC, registra que a fundação colombiana “Empresários pela Educação” constitui uma aliança que sonha como uma educação que forma sujeitos mais responsáveis por si mesmos, pelas gerações presente e futura, atuando ativamente nesse sentido.</p>		<p>assim responder a esse desafio através de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo”. (RAMOS, 2016).</p> <p>2014: PNE. Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano. § 7o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação. (RAMOS, 2016).</p>
---	---	--	--	--

<p>em todos os lugares. Independente do lugar no mundo, a escola não mudou quase nada nos últimos 50 anos. Aprendizado disponível a todos, em qualquer lugar. (PIMENTEL, 2015).</p> <p>Esse novo cenário vai exigir um aumento de qualidades humanas, como a criatividade e o pensamento crítico. Por isso, a oferta de uma educação com significado, que seja capaz de desenvolver o potencial pleno das pessoas, torna-se condição imperativa para o acesso aos postos de trabalho do futuro. (RAMOS, 2018).</p>	<p>como mera transmissora de conteúdos e passa a ser concebida como mediadora no desenvolvimento de competências”, afirma Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna (IAS), que participou do seminário em Chapecó. (FIESC, 2018a)</p> <p>Quer como resultado “o desenvolvimento não somente de competências técnicas, mas também sociais e comportamentais, despertando a inovação, a comunicação, o raciocínio crítico, a colaboração e a criatividade, habilidades estas necessárias para o sucesso no mundo atual e no futuro” (FIESC, 2013, p. 32)</p> <p>o foco sairá do conteúdo curricular e as habilidades socioemocionais ocuparão lugar fundamental na formação dos estudantes”. (RAMOS, 2015, p. 123) A EDUCAÇÃO EM 2030.</p> <p>“o conhecimento acadêmico não será o mais valorizado</p>	<p>Somos responsáveis por assegurar que os jovens que procuram nossas escolas encontrem a formação necessária para torná-los cidadãos mais atuantes. As mudanças pelas quais lutamos darão ao Ensino Médio instrumentos para que esta missão se concretize. (MEDEIROS, 201-).</p> <p>Educação e competitividade no mundo do trabalho: desafios e oportunidades. Custamos muito, produzimos pouco! 01 ano a mais na escola 10% de aumento de produtividade. <u>A Educação é a base da Produtividade, Inovação e Competitividade.</u> (ABRHSC, 2015).</p> <p>É pela Educação que manteremos o nosso Estado na rota da inovação e do desenvolvimento social e econômico. (Glauco José Côrte, Presidente da FIESC). Promova a</p>		
--	--	---	--	--

	<p>na formação dos estudantes, mas sim as competências pessoais, como a habilidade de interagir com os outros, se comunicar, tomar decisões e gerir o tempo de forma eficaz” (RAMOS, 2015, p. 123)</p> <p>Ao lado de suas competências técnicas, os jovens precisarão ser capazes de, pelo menos: avaliar uma situação sob diferentes perspectivas, desenvolver alternativas criativas, relacionar-se, negociar, ter bom senso, tomar decisões e resolver problemas complexos. São jovens providos de forte qualificação multidisciplinar e inteligência emocional. (CÔRTE, 2018b, p. 20)</p>	<p>devida qualificação da força de trabalho visando atender as demandas atuais e futuras da empresa. (ABRHSC, 2015).</p> <p>O maravilhoso mundo do saber na Internet! (ABRHSC, 2015).</p>		
--	---	---	--	--

(conclusão)

APÊNDICE 05

DIMENSÃO CURRICULAR: DADOS EMPÍRICOS SELECIONADOS POR MEIO DO SOFTWARE NVIVO

(continua)

Louvor à Reforma do Ensino Médio e um currículo alinhado à BNCC	Currículo para o século XXI: competências socioemocionais e habilidades para o mercado de trabalho
<p>Educação profissional será a temática central do Movimento em 2019. Com a reforma do ensino médio, ela é um dos itinerários que podem ser trilhados pelos estudantes. No Brasil, menos de 10% escolhem o curso técnico para iniciar sua formação profissional. (FIESC, 2018a)</p> <p>Medida provisória da Reforma do Ensino Médio (defesa da FIESC): Medida Provisória 746. Dentre as vantagens do modelo proposto estão a flexibilização da matriz curricular do ensino médio, de acordo com o perfil do aluno; e a oferta de formação profissional, permitindo ao estudante escolher o itinerário que deseja seguir, a partir do seu projeto de vida. (CÔRTE, 2018b, p. 54)</p> <p>Reforma do Ensino Médio: Trata-se de uma oportunidade de valorização do ensino técnico, fundamental para o futuro dos jovens e para o desenvolvimento do País. Segundo pesquisa da New Media Consortium, apenas 13% dos jovens brasileiros de 15 a 19 anos fazem cursos técnicos, enquanto na União Europeia, por exemplo, esse índice é de 50% (fonte: Centro Europeu para o Desenvolvimento da Educação Profissional). A oferta de formação profissional, concomitante com o ensino médio, abre a possibilidade de colocar o Brasil em linha com os melhores sistemas educacionais do mundo. (CÔRTE, 2018b, p. 54)</p> <p>A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A BNCC NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO</p>	<p>Inúmeros estudos e pesquisas científicas revelam que o desenvolvimento de competências socioemocionais têm não só um enorme impacto na melhoria da aprendizagem escolar e no clima de paz escola, como também no desenvolvimento futuro de nossas crianças jovens, em termos pessoais e profissionais. (RAMOS, 2018).</p> <p>Crianças que tiveram as habilidades socioemocionais trabalhadas na primeira infância, tem: 35% menos chance de ter problemas prisionais*. Crianças que tiveram as habilidades socioemocionais trabalhadas na primeira infância, tem: 44% mais chance de concluir o Ensino Médio. Como aterrissar tais habilidades no “chão de escola”? A experiência do Instituto Ayrton Senna no ensino médio na rede estadual de educação do Rio de Janeiro! E mais recentemente em Santa Catarina. (RAMOS, 2018).</p> <p>Desenvolvendo de habilidades cognitivas e socioemocionais dos alunos. Matriz de competências para o século 21 – traz norteamentos quanto ao que e para que ensinar. Solução Educacional para o Ensino Médio Educação Integral no Estado do Rio de Janeiro. Currículo do programa: Baseado em dois macro componentes integradores: 1. Núcleo Articulador 2. Áreas de Conhecimento. (RAMOS, 2018).</p> <p>As escolas precisam oferecer uma educação inovadora, com vistas a desenvolver, intencionalmente, habilidades que estejam em consonância com a formação do cidadão para o Século XXI. (FIESC, 2017e)</p>

Reorganização do Ensino Médio. Reestruturação está prevista em diversos marcos legais da educação brasileira/catarinense: □ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - Lei nº 9.394/96. □ Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012. □ Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação – PNE. □ Lei 16.794/2015 -Plano Estadual de Educação – PEE. □ Lei nº 13.415/2017 – regulamentou a reforma do Ensino Médio. (MEDEIROS, 201-).

Lei 13.415 de 2017: • A Lei do Novo Ensino Médio dispõe sobre a reforma curricular, a ampliação de carga horária na etapa e institui a Política de Fomento às Escolas de Tempo Integral. • Prevê que os currículos deverão considerar a formação integral do aluno e a disponibilidade de itinerários formativos a serem ofertados para os estudantes, como proposta de flexibilização do currículo. (MEDEIROS, 201-).

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular (máx. 1.800 horas) e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (MEDEIROS, 201-).

Educação Profissional Técnica. Em consonância com a proposta de Ensino Médio, a Educação Profissional Técnica articula-se com os pressupostos legais, teóricos e pedagógicos da Educação no Brasil no que tange à sua finalidade de preparar o estudante para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania: mais uma opção para o estudante do Ensino Médio. (MEDEIROS, 201-).

Para concretizar o conceito de educação integral, que inclui protagonismo juvenil e formação para a autonomia, as inovações ocorrem na organização integrada e flexível do currículo, nas práticas

Entrevista dada durante a 7ª Jornada Inovação e Competitividade da Indústria Catarinense realizada pela FIESC.

SENNA: A gente tem uma escola do século 19, um professor do século 20 e um aluno do século 21. Trazer essa escola para o século 21 é mais do que você colocar tablets e celular na escola, é mais do que você levar a tecnologia para a escola. Isso é um componente [...] que faz parte do século 21. Mas elas não esgotam o século 21. Tem muito mais para você fazer crianças e jovens preparados para viver, trabalhar, conviver no século 21. E elas dizem respeito ao conjunto de habilidades que essa criança, este jovem precisa desenvolver, como capacidade de pensar de maneira lógica, saber a língua, saber matemática. Todo esse conjunto de habilidades convencionais que a escola tradicionalmente trouxe. Mas elas não são mais linha de chegada. Elas são linhas só de largada. Hoje, a gente precisa desenvolver além dessas competências - além dessas competências não é deixá-las de desenvolver - mas além delas você precisa desenvolver habilidades não cognitivas como as habilidades socioemocionais ou soft skills, que são habilidades como saber trabalhar em time, colaboração, liderança, iniciativa, protagonismo, flexibilidade, abertura, inovação, criatividade, enfim, todo um conjunto de habilidades que são de caráter não cognitivo estritamente falando. A gente olhar [...] a eficiência do sistema em transformar insumos em resultados. (OS FRUTOS..., 2018).

SENNA: Então, se você não está sendo eficiente no processo de ensino aprendizagem, você tem que rever o modelo e não continuar repetindo eles se o resultado não está sendo o esperado. Nós temos um problema de gestão muito sério no Brasil porque, inclusive, o investimento no Brasil em educação aumentou durante os últimos anos bastante . Não foi pouco. No entanto, o resultado de aprendizagem da criança continua estacionado. Portanto, tem alguma coisa errada porque, de fato, o resultado é pífio perto do que ela precisa oferecer para preparar as pessoas para o século 21. Além de ser um pequeno resultado em termos de aprendizagem, é um resultado que está desalinhado com as novas necessidades do século 21, que vão além de você saber

pedagógicas e em estratégias de gestão e acompanhamento. (MEDEIROS, 201-).

INTEGRAÇÃO CURRICULAR NO EM MATRIZ DE COMPETÊNCIAS
 •Autoconhecimento •Colaboração •Comunicação •Responsabilidade
 •Abertura para o novo •Pensamento crítico •Criatividade •Resolução de problemas. (MEDEIROS, 201-).

ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO

ÁREAS DE CONHECIMENTO + NÚCLEO ARTICULADOR: •Projeto de Vida •Projeto de Intervenção •Projeto de Pesquisa •Estudos Orientados. **METODOLOGIAS INTEGRADORAS:** •Aprendizagem colaborativa •Problematização •Educação por projetos •Presença Pedagógica •Multiletramentos. **GESTÃO:** Planejamento integrado + áreas + individual; Reunião equipe gestora; Reuniões de planejamento; Conselho de Classe. (MEDEIROS, 201-).

É preciso: • Aproveitar a oportunidade para dar início às discussões, envolvendo as Gerências de Educação, comunidade escolar e setores da sociedade, objetivando abrir espaços para reflexão e debates sobre um novo formato de Ensino Médio para Santa Catarina. • Construir coletivamente uma proposta pedagógica, de forma que se promova o protagonismo estudantil, o respeito aos diferentes tempos de aprendizagens, a flexibilidade curricular, de acordo com os projetos de vida dos estudantes. (MEDEIROS, 201-).

PRIORIDADE PARA PORTUGUÊS E MATEMÁTICA.

A base educacional do trabalhador, portanto, não pode ser superficial ou deficiente. Foi-se o tempo em que o treinamento operacional poderia compensar ou mesmo prescindir de uma boa formação básica. Os novos papéis desempenhados pelos trabalhadores demandam domínio de conhecimentos, competências e habilidades essenciais para a comunicação, a reflexão e o raciocínio. Nesse sentido, não se pode mais conceber que um jovem, estudando para em seguida ingressar no mercado de trabalho, receba inadequada formação em língua portuguesa (leitura e escrita) e matemática, os

português e matemática. Hoje, para você entrar numa empresa ou pra você fazer o seu negócio, você precisa saber português, matemática e coisas assim. Mas você precisa saber trabalhar em times, precisa ser capaz de trabalhar de maneira colaborativa. [...] se você não for muito flexível para ser capaz de mudar tantas vezes de trabalho ao longo dos anos de vida [...] você não vai não vai dar certo. (OS FRUTOS..., 2018).

SENNA: Você precisa ser flexível, precisa ser aberto, precisa ser criativo porque as mudanças que estão acontecendo numa velocidade gigantesca. Então, você precisa ter muitas outras habilidades que não simplesmente saber português, matemática. Infelizmente, a escola ainda está preparando pra empregos no século 20. Estes não serão os empregos do século 21. (OS FRUTOS..., 2018).

Interrelação das competências. Competências técnicas (conhecimento disciplinar; conhecimento técnico). Competências socioemocionais (empatia, resiliência, perseverança, ...). Competências híbridas (criatividade e pensamento crítico). (NUNES, 2017).

Avaliação da criatividade. ☐ Potencial para ser criativo ☐ Pensamento divergente ☐ Hábitos mentais ☐ Atitudes ☐ Ambiente ☐ Criatividade manifesta nas produções ☐ Novidade ☐ Impacto ☐ Adequação, Criatividade integrada ao currículo e à escola. (NUNES, 2017).

Alguns bons exemplos de iniciativas que se originaram ou passaram pela esfera do Movimento foram propostos pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), sediado em São Paulo, uma das primeiras instituições a formalizar parceria com a iniciativa catarinense. Quando o Movimento surgiu, o IAS trazia de forma pioneira ao Brasil, em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um instrumento capaz de mensurar as chamadas habilidades não-cognitivas ou socioemocionais, como autonomia, resiliência, criatividade, pensamento crítico e trabalho em equipe. Em função do Movimento, Santa Catarina foi selecionada para participar e Chapecó foi a cidade escolhida para a realização de um projeto piloto. As secretarias estadual e municipal da Educação abraçaram a iniciativa,

dois pilares básicos para o desenvolvimento das demais dimensões da aprendizagem. Os diversos componentes do próprio currículo escolar só podem ser bem apreendidos caso o domínio da língua e da matemática seja adequado. Do contrário, toda a formação escolar será insatisfatória. (CNI, 2013).

A educação integral e a BNCC no contexto da reforma do ensino médio: Os desafios da educação para o novo mundo do trabalho. Esse novo cenário vai exigir um aumento de qualidades humanas, como a criatividade e o pensamento crítico. Por isso, a oferta de uma educação com significado, que seja capaz de desenvolver o potencial pleno das pessoas, torna-se condição imperativa para o acesso aos postos de trabalho do futuro. (RAMOS, 2018).

Desenvolvimento de competências que combinem aspectos cognitivos e socioemocionais, possibilitando aos estudantes capacitarem-se para o autoconhecimento, a colaboração, a criatividade, a resolução de problemas, o pensamento crítico, a abertura para o novo e a responsabilidade no alcance dos seus objetivos. (RAMOS, 2018).

Côrte (2018a) indaga: Quais são as competências necessárias para o mundo do trabalho do futuro? 1. Solução de problemas complexos, 2. Pensamento crítico, 3. Criatividade, 4. Gestão de Pessoas, 5. Coordenação com os outros, 6. Inteligência Emocional, 7. Bom senso e tomada de decisão, 8. Orientação de serviço, 9. Negociação, 10. Flexibilidade cognitiva. (obs.: se assemelha muito à formação do empresário, do líder. Verificar a relação com as 10 competências gerais da BNCC).

Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola, Colocar a educação escolar no dia a dia, Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos, Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens. (CRUZ, 2016).

que envolveu, em sua primeira etapa, aproximadamente 4 mil alunos em 38 escolas públicas e da unidade do SENAI do município. (FIESC, 2018a)

O projeto teve início em 2015, com capacitações para professores e, no ano seguinte, começou a ser implementado nas escolas, com a meta de estimular duas habilidades: a criatividade e o pensamento crítico. O objetivo é integrar novos recursos e metodologias ao currículo tradicional, incentivando os alunos, por exemplo, a selecionar e analisar informações, em vez de simplesmente memorizá-las, ou de utilizar socialmente linguagens diversas, em vez de apenas ler e escrever. As competências não são apresentadas como disciplinas, mas como assuntos que permeiam a rotina escolar, como o planejamento de aulas ou a arquitetura de salas. (FIESC, 2018a)

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais torna as pessoas mais preparadas para o mundo do trabalho contemporâneo e também melhora o desempenho de alunos em disciplinas tradicionais, como português e matemática, de acordo com pesquisas do IAS. “As aulas se tornam mais dinâmicas e os alunos mais participativos e motivados. A metodologia transforma a sala de aula e, conseqüentemente, a escola”, afirma Osnilda Leite, integrante da equipe executiva do Movimento Santa Catarina pela Educação. (FIESC, 2018a)

O projeto de educação integral conta ainda com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com sede em Washington, que investiu na capacitação de 500 docentes da rede pública e do SENAI para atuação no novo

modelo. A transição entre a escola do ensino médio e o mundo do trabalho é uma preocupação constante do BID. Pesquisa feita pelo banco na Argentina, no Brasil e no Chile mostrou que uma das maiores dificuldades relatadas pelos empregadores é encontrar jovens com competências socioemocionais bem desenvolvidas. (FIESC, 2018a)

Principais competências/habilidades para o século XXI: Colaboração, Criatividade, Pensamento interdisciplinar, pensamento crítico, Cidadania, Personalidade, Comunicação. (KYLÖNEN, 2017).

A Base define 10 competências gerais que todo aluno deve desenvolver na educação básica:

Valer-se do conhecimento para transformar a si e ao mundo ② Ser curioso e criativo para resolver problemas reais ③ Ser sensível para apreciar e produzir arte e cultura ④ Comunicar-se para interagir em diferentes contextos ⑤ Ser digital para conviver e produzir ⑥ Compreender o mundo do trabalho para projetar seu futuro ⑦ Pensar criticamente para se posicionar no mundo ⑧ Conhecer-se e cuidar de si para preparar-se para a vida ⑨ Colaborar e comprometer-se com o coletivo para conviver ⑩ Ser protagonista e responsável para agir e tomar decisões. (RAMOS, 2018).

DIAGNÓSTICO

□ Resultados insuficientes dos estudantes, desigualdades aumentaram □ Baixa qualidade da formação de professores □ Currículos extensos que não oferecem atividades práticas □ Poucos cursos com aprofundamento da formação na educação infantil e no ciclo da alfabetização □ Estágios curriculares sem planejamento e sem vinculação clara com as escolas. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).

POLÍTICA DE FORMAÇÃO

Base Nacional de Formação Docente □ Norteará o currículo de formação de professores □ Proposta em elaboração a ser articulada com estados, municípios, instituições formadoras e CNE □ Consulta pública início de 2018. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).

FORMAÇÃO INICIAL. Programa de Residência Pedagógica □ Indução da melhoria da qualidade na formação inicial □ Modernização do PIBID □ Formação em serviço ao longo da graduação com ingresso após o 2º ano □ Adesão de instituições formadoras convênios com redes □ Avaliação periódica dos alunos □ 80 mil bolsas. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).

FORMAÇÃO CONTINUADA

Segundo Kyllönen (2017), na Finlândia o currículo foi reescrito para o século XXI da seguinte forma: • Currículo básico = uma estrutura conjunta em nível nacional. • Currículo local = tomada de decisão em contexto micro; • Envolvimento e capacitação das comunidade escolar (professores, alunos, pais, sociedade)

Na educação, é preciso desenvolver habilidades e uma educação para a inovação - Habilidades do século 21: Educação e treinamento, habilidades, inovação; Habilidades individuais para inovação. • Quais habilidades todos devem ter em uma sociedade orientada para a inovação? • Adapte-se à destruição criativa • Prontidão para a educação ao longo da vida (vitalícia) • Participe do processo de inovação como usuário e produtor. (RYYMIN, 2015).

Quais habilidades individuais os sistemas de educação devem promover? Habilidades técnicas (know-how e know-how); Habilidades comportamentais e sociais (Autoconfiança, energia, perseverança, paixão, liderança, colaboração, comunicação); Habilidades de pensamento e criatividade (Pensamento crítico, capacidade de fazer conexões, imaginação, curiosidade). (RYYMIN, 2015).

Habilidades e educação para a inovação - Habilidades do século 21: • Quais habilidades todos devem ter em uma sociedade orientada para a inovação? • Adapte-se à destruição criativa • Prontidão para a educação vitalícia • Participe do processo de inovação como usuário e produtor. (RYYMIN, 2015).

Parceira Instituto Ayrton Senna, Projeto*: “Inovação na Educação: avaliar habilidades de Criatividade e Pensamento Crítico”. Objetivo: Preparar melhor os estudantes com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tanto para a vida como para o mundo do trabalho. (CÔRTE, 2016a).

Parceira Instituto Ayrton Senna – Projeto Desenvolvendo e Avaliando a Criatividade e o Pensamento Crítico. Objetivo: Preparar melhor os estudantes com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais,

• BNCC • NOVO ENSINO MÉDIO. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).

Incentivar, no ensino médio, a criação de itinerário formativo em educação, incluindo esse tempo como possível etapa inicial da formação de professores em nível superior, como forma de incentivar os estudantes de ensino médio a seguirem carreira docente. (GUIMARÃES DE CASTRO, 2017).

tanto para a vida como para o mundo do trabalho. (CARRADORE, 2018).

Conteúdo colaborativo acessível a todos. (PIMENTEL, 2015).

O profundo desalinhamento entre o conteúdo apreendido e as exigências do mercado de trabalho. (FIESC, 2018a)

No comércio, uma das iniciativas é o programa Jovem Aprendiz, que tem foco no desenvolvimento de empreendedorismo e inovação. (FIESC, 2018a)

O projeto contou ainda com a colaboração de outro agente privado: o Itaú BBA, que colaborou para a criação da metodologia. O novo formato realiza o chamado “bordado no currículo”, em que disciplinas regulares são integradas às do ensino técnico, tornando o estudo mais atraente e **reduzindo a carga horária**. (FIESC, 2018a)

A educação integral é reconhecida como a abordagem mais adequada aos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho. O cenário é caracterizado pela extinção de várias profissões e o surgimento de novas, pelo fim da ideia de emprego duradouro e oportunidades de desenvolvimento de soluções para problemas sociais por meio da tecnologia. Nesse contexto, a educação integral deve permitir que os estudantes se desenvolvam com autonomia e engloba aspectos como o despertar das competências socioemocionais, que ganham importância equivalente às competências cognitivas. (FIESC, 2018a)

Outra preocupação do Sistema Fecomércio é com a formação da cultura empreendedora. Uma das maneiras de fomentá-la é por meio da criação de miniempresas voltadas a problemas reais, como a Coloke S.A/E, formada por um grupo de 21 alunos do programa Jovem Aprendiz do SENAC. (FIESC, 2018a)

	<p>A comitiva avaliou a forma como o modelo coreano instiga as crianças ao empreendedorismo já no ambiente escolar. “Muitas vezes os currículos não condizem com as necessidades econômicas do País. É preciso oferecer matérias que desde cedo desenvolvam no aluno o interesse e salientem a importância do empreendedorismo, da inovação, da ética e dos bons relacionamentos humanos”, diz o vice-presidente da entidade Célio Spagnoli. (FIESC, 2018a)</p> <p>O mercado exige que o profissional interprete desafios e novas situações, estando preparado para calcular, avaliar e discernir riscos; para corrigir fazeres e antecipar escolhas; para enfrentar e responder a novos desafios; para criar e inovar, aprendendo a conviver com o incerto e o inusitado. O novo mundo do trabalho pede que o indivíduo esteja preparado para atuar em situações planejadas e não planejadas, dando respostas adequadas à complexidade da tarefa apresentada, contribuindo significativamente para a garantia dos resultados demandados. (CNI, 2013)</p> <p>Parceria BID - SED – Pesquisa Transição Escola Trabalho. • Objetivo: Estudar as lacunas existentes entre a formação oferecida pelas instituições de ensino médio e profissionalizante e as competências requeridas pelo mundo do trabalho. (CÔRTE, 2016a).</p> <p>O Senai/SC se guia pelas demandas apontadas pelas empresas e, a partir disso, atualiza os seus currículos. (CÔRTE, 2018b, p. 96)</p>
--	---

(conclusão)

APÊNDICE 06

DIMENSÃO DIDÁTICA: DADOS EMPÍRICOS SELECIONADOS POR MEIO DO SOFTWARE NVIVO

(continua)

As metodologias ativas e a didática Maker	Um processo ensino-aprendizagem desenhado para o futuro
<p>Segundo Louzada (2016), embasado nos processos de funcionamento cerebral, a escola ideal seria aquela em que a aprendizagem deixasse de ser passiva e se transformasse em ativa. Nesse processo, o estudante, a partir de desafios com diferentes graus de abrangência, deve ser confrontando com situações que o coloquem em um jogo movido por estímulos condicionados com premiações e pontuações, por exemplo.</p> <p>Promover a participação dos alunos e um papel ativo na aprendizagem. (KYLÖNEN, 2017).</p> <p>Ryymin (2015), pesquisadora na Universidade finlandesa HAMK - voltada às ciências aplicadas, defende a abordagem baseada em competências na educação profissional. O que isso significa? • Mudar nosso pensamento de uma abordagem baseada na ciência e no assunto - profundamente enraizada em todos nós - para estruturas de estudo baseadas nas atividades e funções da vida profissional; • Quais são as competências e qualificações das indústrias, empresas e do mundo do trabalho?</p> <p>Modelos pedagógicos para apoiar a aprendizagem centrada no aluno • Com base em forte consenso e cooperação entre as instituições educacionais e o mercado de trabalho. (RYYMIN, 2015).</p> <p>Motivação, aprendizagem ativa. Os objetivos são apresentados de forma clara. As ações exibem resultados imediatos. O jogador é desafiado por um conjunto de tarefas de diferentes níveis de dificuldade. Atribuição de pontos e níveis às conquistas: satisfação e percepção de status no grupo. (LOUZADA, 2016). Falando sobre Sono, desenvolvimento cognitivo e a escola ideal.</p>	<p>“Colaboração, compartilhamento e conectividade inovando a aprendizagem em um processo surpreendentemente natural, o Mater Dei está indo para o Google” – Eduardo Gomide Diretor de Inovação. (apud PIMENTAL, 2015).</p> <p>Na Escola do Futuro finlandesa, a aprendizagem é vista como um processo aberto, flexível e colaborativo. A aprendizagem acontece em todos os lugares e todos os lugares são lugares de aprendizagem. (KYLÖNEN, 2017).</p> <p>Segundo Kyllönen (2017), o papel do professor mudará. Características a transformar: • Colaboração em vez de fazer sozinho; • Orientar o processo de aprendizagem e o pensamento crítico em vez de ensinar conteúdos; • Concentre-se no ambiente de aprendizagem e nos processos de aprendizagem em vez de ensinar de acordo com o livro; • Avalie e oriente o próprio processo de aprendizagem em vez de medir o "produto final".</p> <p>Kyllöen (2017) explica que o futuro da aprendizagem escolar está relacionado com dimensões da aprendizagem baseada em evidências/fenômenos - holística, contextual, baseada em problemas e com foco no processo de aprender. Características: aprendizagem smart com visão e conceito, ePortfolio como ferramenta de aprendizagem e avaliação (análise de dados), a cidade inteira como um ambiente urbano de aprendizagem, Internet das Coisas, desenvolvendo ambientes de aprendizagem inteligentes para desenvolver para as competências do século 21, Aprendizagem adaptativa, Experimentos pedagógicos inovadores, Plataformas de aprendizagem e materiais de aprendizagem, Professores e tutores especialistas, Criação de ferramentas e modelos práticos, Robótica e programação.</p>

A favor da necessidade de mudanças têm surgido propostas valorosas de educação e de aprendizagem, além da criação de Fab Labs com suas ferramentas tecnológicas para fabricação de objetos. São espaços pedagogicamente equipados, onde o estudante é o protagonista no uso e na criação da tecnologia associada ao conhecimento. (CÔRTE, 2018b, p. 26). (ESPAÇOS MAKERS-aprender fazendo).

o Sesi de Santa Catarina

[...] atua em seus Espaços de **Educação Maker**, em que estudantes de 7 a 17 anos desenvolvem competências linguísticas, matemáticas, científicas e tecnológicas, a partir da experimentação, ou seja, da prática. Assim, passam a compreender mais facilmente os conceitos científicos teorizados pelo ensino disciplinar tradicional. (CÔRTE, 2018b, p. 26)

A escola precisa ser mais atrativa e mais dinâmica, para formar profissionais e cidadãos mais preparados para um mundo em permanente transformação. (CÔRTE, 2018b, p. 54)

O reconhecimento ao valor e à importância do Professor precisa ser resgatado. Felizmente, exemplos admiráveis de profissionais qualificados e dedicados à missão de ensinar surgem nas escolas e universidades de todo o Brasil. (CÔRTE, 2018b, p. 69)

A aplicação da **metodologia World Café** foi um momento especial do evento. A dinâmica favoreceu o diálogo e a cooperação em um processo de co-criação. A compilação das ideias produzidas no decorrer dos 16 eventos se transformou neste Guia que é, portanto, resultado dessa experiência colaborativa, cujos autores são os próprios participantes. (FIESC, 2016a, p. 07) – Introdução do guia EducaRH por Glauco Côrte.

Dentre os novos formatos, destaca-se o curso técnico em que parte das aulas é presencial, enquanto outra parte do conteúdo é gerada,

Viviane Senna (2018): a gente tem uma escola atualmente, não só no Brasil, mas no mundo, que foi desenvolvida no final do século 18, no século 19, e ela permanece igual até hoje. Em 200 anos, nós temos um sistema educacional no mundo que faz educação do mesmo jeito que fazia dois séculos atrás. A gente [precisa] trazer essa escola do século 19 para o século 21. (QUAIS..., 2018).

Menos é mais: ensine menos, aprenda mais. Na Finlândia os professores passam menos tempo em sala de aula se comparados aos EUA e à média dos países membros da OCDE. Ao diminuir o volume do que se ensina, os estudantes aprendem mais. Os alunos na Finlândia têm a menor percentual de carga horária em sala de aula da Europa e dos mais bem avaliados países da Ásia. Segundo ele, o grande trunfo/privilegio finlandês são os professores. Além disso, o país está investindo em educação. (RYYMIN, 2015).

Para Ryymin (2015), na educação, é preciso haver a mudança de uma forma baseada em assuntos para uma forma baseada em resultados de trabalho e aprendizagem. • A necessidade de uma linguagem comum entre educação e vida profissional • A necessidade de mudar o foco da educação e do ensino de conteúdos de instrução para resultados de aprendizagem ou competências, • As habilidades que os alunos devem ter após completar seus estudos e qualificações.

Segundo Ryymin (2015) a Finlândia está fortalecendo uma abordagem centrada no aluno e, ao mesmo tempo, transformando os alunos em sujeitos dos processos de aprendizagem e avaliação, passando de uma abordagem centrada no ensino para uma abordagem centrada na aprendizagem; cada vez mais estudando em locais de trabalho e em outros ambientes de aprendizagem diferentes, considerando os resultados de aprendizagem como o ponto de partida para a validação e reconhecimento de competências, em vez de conteúdos de estudo detalhados (o conteúdo em si não é o mais importante).

Conectamos sueños, proyectos, actores y recursos que generan aprendizajes con sentido para todos. (MEZA, 2016).

transmitida e debatida por meio do smartphone, com o uso de podcasts, videocasts e hangouts (bate-papo por texto, áudio ou vídeo e compartilhamento de arquivos). No ensino médio, um dos destaques da nova safra é o SENAI Conecte, em que o jovem também sai formado técnico em tecnologia da informação. Os alunos aprendem a programar e a utilizar sensores em associação com as disciplinas do dia a dia e criam clubes de desenvolvimento para encontros no período vespertino. Os clubes contemplam temas que vão de música a tecnologia aeroespacial. Utilizando os laboratórios abertos que o SENAI mantém em Tubarão, Joinville, Florianópolis e Criciúma, equipados como impressora 3D, cortadoras a laser e ferramentas digitais, os estudantes desenvolvem soluções e criam protótipos para aplicações reais em indústrias das respectivas regiões. (FIESC, 2018a)

Um exemplo é a inserção no ensino fundamental de atividades como a robótica e o uso de laboratórios de pesquisas. (FIESC, 2018a)

Espaço Maker, desenvolvido pelo SESI catarinense. Seu conceito central é o de “aprender fazendo”, e compreende o aprendizado colaborativo e coletivo a partir de várias abordagens. Os espaços de aprendizado contam com diversas ferramentas – desde papel, tesoura, madeira e tecidos, até impressoras 3D, placas eletrônicas, drones e robôs – e induzem à interação entre os participantes, crianças e jovens que frequentam um dos cursos oferecidos no contraturno escolar. Eles transitam por todo o espaço, que não é delimitado, em interação com os orientadores, com o objetivo de elaborar e executar projetos que possam resolver problemas reais do seu cotidiano. O segredo da eficiência do aprendizado é fornecer contexto e significado aos alunos, que se tornam os protagonistas da própria aprendizagem. A regra de ouro é deixar florescer a criatividade. (FIESC, 2018a)

A lógica poderia ser:: mais exercício, mais aprendizagem. (LENT, 2016).

FUTURO JÁ: 4 DESAFIOS e 4 SOLUÇÕES

●Testes on-line para milhões de alunos vs. provas impressas ●Integração Total entre tecnologia e sala de aula ●Conteúdo colaborativo acessível a todos. (PIMENTEL, 2015).

“Colaboração, compartilhamento e conectividade inovando a aprendizagem em um processo surpreendentemente natural, o Mater Dei está indo para o Google” – Eduardo Gomide Diretor de Inovação. (apud PIMENTEL, 2015).

Tecnologia: A Aprendizagem Personalizada; MOOC (Massive Open Online Course). Aprendizado Personalizado para todas as idades. (ABRHSC, 2015).

Modelo didático-pedagógico inovador, gerando uma educação de alto valor agregado, alinhada às competências necessárias para se ter sucesso no século XXI. (FIESC, 2013, p. 32)

Uso massivo de recursos de tecnologia da informação e comunicação, bem como de ambientes de ensino diferenciados em uma arquitetura apropriada e sustentável. (FIESC, 2013, p. 32)

A educação em 2030 (visões): “nas escolas do futuro a tecnologia estará mais presente, o ensino será personalizado, abordagens híbridas de aprendizado serão mais exploradas (RAMOS, 2015, p. 123)

“Nesse novo contexto, o professor passa a assumir o papel de tutor, ajudando os alunos a descobrirem seus interesses e talentos, e assim buscar de forma autônoma um aprendizado adequado às suas necessidades.” (RAMOS, 2015, p. 124) PEDAGOGIA NÃO DIRETIVA?

“A arquitetura da sala de aula mudará radicalmente. A estrutura rígida dará lugar à flexibilidade, para acomodar alunos em grupos, permitindo um trabalho mais interativo e colaborativo” (RAMOS, 2015, p. 125)

O Espaço Maker também integra diversos laboratórios criados pelo SESI para desmistificar e despertar o interesse de crianças e jovens em disciplinas como matemática, ciências, robótica e comunicação e mídias. No campo das ciências e da matemática, por exemplo, os aprendizes têm a oportunidade de desenvolver protótipos e de criar jogos físicos e virtuais. “Isso pode despertar e criar vocações para a área de ciências exatas”, afirma Fabrizio Machado Pereira, superintendente do SESI-SC. (FIESC, 2018a)

A metodologia tem origem na experiência dos FabLabs, já difundidos em escolas do Vale do Silício, nos EUA, em que crianças desenvolvem suas habilidades por meio da cocriação de objetos utilizando ferramentas avançadas. O pesquisador brasileiro Paulo Blikstein, da Universidade de Stanford, é uma das referências internacionais no tema. Seu conhecimento foi um dos pilares do projeto criado pelo SESI catarinense, que enviou seus executivos para cursos de imersão com Blikstein ao longo de 2017. O primeiro Espaço Maker foi inaugurado em Blumenau e se tornou referência e centro de formação para orientadores da metodologia. Outros cinco espaços foram inaugurados ao longo do ano, e até o final de 2018 o projeto será complementado com a criação de mais seis espaços. (FIESC, 2018a)

Usar a robótica para auxiliar no ensino de matemática e física e atrair jovens para a tecnologia também é estratégia. (FIESC, 2018a)

SENAI/SC: metodologia da Educação por Competências, cujo objetivo é a incorporação de conhecimentos estratégicos, teóricos, técnicos e práticos da indústria, para que o profissional/aluno possa aprimorar suas habilidades e executar funções específicas demandadas pelo mercado. (FIESC, 2013, p. 35)

As escolas do SESI e SENAI adotam um conceito que está revolucionando a educação em várias partes do mundo: a **metodologia Steam** (sigla em inglês para ciência, tecnologia,

O Movimento e as empresas desenvolveram metodologias para atrair e manter os trabalhadores nas salas de aula. O SESI e o SENAI criaram cursos mais atraentes, incluindo ensino a distância e ensino médio articulado à educação profissional. (FIESC, 2018a)

O SESI é a única rede em Santa Catarina credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para oferecer a EJA na modalidade de ensino a distância. Com 80% da carga horária a distância, o formato dá mais autonomia aos estudantes e reduz o tempo de formação. Em função do aumento da demanda das indústrias, após o início do Movimento as matrículas cresceram, chegando a 15 mil alunos em 2017. Os estudantes têm acesso a uma metodologia avalizada pela Unesco (braço de educação da ONU) pelo caráter inovador. Ela reconhece e incorpora os conhecimentos prévios dos alunos, sendo capaz de traçar trilhas individuais de aprendizagem em que são trabalhadas competências que os ajudam a se inserir com mais eficiência no processo produtivo. O índice de evasão da EJA oferecida pelo SESI catarinense é inferior a 40%, cerca de metade da média nacional. (FIESC, 2018a)

Sala virtual | Foram selecionados para participar de uma experiência piloto o SENAI de Tubarão e o SESI Escola de São José. Dentre outras tecnologias, as unidades passaram a utilizar a plataforma Classroom, uma sala de aula virtual por meio da qual o professor publica materiais aos quais os estudantes têm acesso. Os recursos, que envolvem armazenamento em nuvem de arquivos compartilhados e o uso de contas do e-mail, são semelhantes aos disponíveis no Gmail, mas a plataforma oferece funcionalidades extras. Há uma série de ferramentas de gestão de aprendizagem que permite ao professor propor atividades, monitorar notas, comparar o desempenho da turma, criar avaliações e comentar o desempenho de cada estudante. (FIESC, 2018a).

Aulas de reforço virtuais por meio da ferramenta hangout (videoconferência) e vídeos de aulas registrados no YouTube ajudam os alunos a estudar mesmo quando não podem ir à escola. As unidades do SENAI e do SESI

engenharia, artes e matemática). Disciplinas integradas envolvendo as cinco áreas, com ênfase nas ciências exatas e os alunos botando a mão na massa são algumas de suas características. A tendência nasceu nos Estados Unidos a partir da constatação de que a tecnologia era cada vez mais impactante para a sociedade e o setor produtivo, ao passo que a educação ignorava as transformações. O Steam está na essência das escolas de educação Maker do SESI, que proporcionam atividades para jovens no contraturno da escola com o objetivo de despertar o gosto pelas profissões tecnológicas (leia matéria subsequente). Também está na base de projetos envolvendo alunos do SESI e do SENAI, empresas e poder público que se reúnem em cidades como Fraiburgo, Rio do Sul e Tubarão em busca de soluções para problemas de suas comunidades. (BRANDÃO, Vladimir; LAPS, Leo. **Educação para novos tempos**. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/educacao-para-novos-tempos> . Acesso em: 03 fev. 2021.)

se tornaram referências globais no uso da tecnologia, recebendo o certificado Google for Education. (FIESC, 2018a)

O ambiente tecnológico criado inclui a quebra de paradigmas: os estudantes têm a liberdade de usar o celular na sala de aula e a internet é liberada na escola. Alunos habituados a utilizar as tecnologias no cotidiano se qualificaram como tutores, tornando-se aptos a auxiliar até mesmo os professores. E os professores relatam ter mais certeza de que os alunos estão participando das atividades e estudando em casa. Já os depoimentos dos alunos, de acordo com Campos Silva, do Google, são animadores. “Eles fazem parte de uma geração que reclama que a escola é chata, e os recursos ajudam a quebrar essa resistência”, diz. (FIESC, 2018a)

O Movimento articula várias ações que possibilitem levar novos conceitos e metodologias avançadas de ensino a grande número de professores. A principal iniciativa é o desenvolvimento da série de cursos on-line Educação Integral para o Século 21, contemplando temas relacionados ao contexto, princípios e propósitos da educação integral e a atuação do professor; leitura e produção textual na perspectiva dos multiletramentos; e projetos na escola, aprendizagem para a vida. (FIESC, 2018a)

O projeto “O Segredo de Singapura para o Sucesso em Ciências e Matemática” permite o acesso a metodologia desenvolvida naquele país e compartilhada com o Movimento. A formação, ocorrida em março de 2018, contou com especialistas do país asiático compartilhando boas práticas no ensino dessas disciplinas. (FIESC, 2018a)

(conclusão)